



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ELIZABETE PEREIRA BARBOSA

**A FÁBRICA, A CASA E A ESCOLA: AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA A
INFÂNCIA NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO DA BAHIA (1925-1946)**

**SALVADOR-BA
2015**

ELIZABETE PEREIRA BARBOSA

**A FÁBRICA, A CASA E A ESCOLA: AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA
A INFÂNCIA NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO DA BAHIA (1925-1946)**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Sara Martha Dick

SALVADOR-BA
2015

ELIZABETE PEREIRA BARBOSA

**A FÁBRICA, A CASA E A ESCOLA: AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA A
INFÂNCIA NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO DA BAHIA (1925-1946)**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Coordenadora: Maria Helena Silveira Bonilla

Aprovada em 03 de fevereiro de 2015

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sara Martha Dick – Orientadora
FACED/UFBA

Profa. Dra. Maria Antonieta Tourinho
FACED/UFBA

Profa. Dra. Antônia Almeida Silva
UEFS

Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Filho
UFRB

Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira
UFBA

DEDICATÓRIA

Aos meus eternos amores:

À minha mãe Alaíde Barbosa, carinhosamente
Lai; à minha tia-mãe, Ana Lúcia Santos, carinhosamente
Lucinha; ao meu filho, Felipe Barbosa, simplesmente
“meu Lipe”; ao meu irmão amigo, Luciano Barbosa,
sempre Lú.

Porque vocês são:

A fonte...

A trincheira...

E o caminho...

AGRADECIMENTOS

Esconderijos do Tempo
Se as coisas são inatingíveis... ora!! Não é motivo para
não querê-las... Que triste os caminhos, se não fora a
mágica presença das estrelas!

(Mário Quintana)

Na construção da Tese quanto mais estudava, pesquisava, escrevia e pensava conhecer, mais descobria elementos novos, inesperados e inéditos. Estive, portanto, do primeiro ao último instante do curso, vivenciando um misto de angústia e satisfação. Satisfação de estudar o que sempre desejei e angústia de saber que ainda tenho um universo a descobrir.

Esta tese é resultado de um percurso pessoal imbricado de muitos sentimentos e pertencimentos com o Recôncavo Fumageiro porque sou nascida de Cachoeira, criada em Muritiba, local onde dei os primeiros passos profissionais e realizei toda trajetória como pesquisadora apaixonada pelo trabalho e pelo berço. A pesquisa de doutorado foi a melhor maneira de vivenciar a história desse lugar e, mesmo quando os limites da tese não permitiram escrever tudo que não foi dito, mas vivido, deixou marcas que serão eternas.

Fazer uma tese é reconhecer que é uma dolorosa travessia e que seria impossível fazê-la sem a presença de pessoas que são referências centrais em minha vida. Percebi desde o início que nunca estive só. E tenho uma imensurável gratidão a cada sujeito e a cada instituição que viabilizou a realização deste trabalho.

Os agradecimentos aqui são de uma andarilha que, ao caminhar, encontrou ingredientes, na medida certa, fundamentais para seguir em frente: encontrei escuta atenta; olhar amigo; abraços calorosos; ombros carinhosos; braços fortes; palavras doces, firmes e, às vezes, duras; e uma torcida, tenho certeza, que de tão grande é impossível mensurar, sempre vinda de pessoas que demonstraram amor, confiança e gestos de uma lealdade incondicional para que esta TESE de DOUTORADO se concretizasse.

À minha mãe Alaíde Barbosa, por ser a mulher mais forte que eu conheço, que sempre me inspirou, motivou e impulsionou. Exemplo de mulher, mãe e avó. Sempre seguiu firme e, por muitas vezes, abdicou dos próprios objetivos para que eu alcançasse os meus.

A Felipe Barbosa, meu filho e o melhor companheiro que poderia ter. A você,

agradeço, por vezes, a compreensão de adulto e peço desculpas por todas as ausências. Finalmente agora você não precisa mais ficar aflito e fazer pergunta de criança: – Mãe, quantas páginas você já fez?

À minha tia-mãe Ana Lúcia, Lucinha; ao meu tio-pai, Alberto e aos meus primos-irmãos, Marcio e Marcelo, pelo apoio e amor incondicional. Por serem donos da minha vida, pelas responsabilidades assumidas, suprimindo minhas ausências, especialmente pelo amor e os cuidados com meu filho e com a minha mãe. Nos momentos mais difíceis da minha vida, vocês foram a força e a coragem para seguir em frente. A vocês, todo meu amor e gratidão.

Um agradecimento ao meu pai, Raimundo Barbosa (*In memoriam*), porque, onde estiver, é o expectador mais radiante com esta conquista. Com toda minha saudade e minha lembrança de infância e juventude.

No último ano de doutorado, a morte visitou meus domínios e vi partir para a eternidade meu querido irmão José Raimundo, “Zé”, acompanhante fiel na primeira matrícula e guia nas aventuras pela Br 324, tornando minhas idas e vindas, para as aulas, muito mais divertidas. No primeiro ano de curso, me orientou nos caminhos pela cidade de Salvador, no Arquivo Público do Estado da Bahia, na Fundação Clemente Mariani e na Biblioteca Pública do Estado. Nada se compara à sua calma calada, disponibilidade alegre e sua paciência de sempre. Não deu tempo apresentar-lhe o produto final do nosso esforço. Embora, ainda não tenha entendido o porquê da pressa de partir, assim sem despedida, onde estiver, meu irmão, quero que saiba que esta “TESE é NOSSA”.

A Luciano Barbosa, eternamente Lú, meu irmão, amigo e conselheiro, companheiro de todas as travessias, amor incondicional e para todas as horas, que desde sempre tem feito a diferença na aventura do viver. Não há palavras que possam expressar a intensidade dos sentimentos que nos une. À minha cunhada Ana e aos meus sobrinhos, Lucas e Bruno, serei eternamente grata pelo amor, apoio e palavras de incentivo.

À minha Orientadora, Profa. Dra. Sara Martha Dick, pela competência, dedicação e ternura. Dona de um tripé perfeito para permitir a autoria. Abraçou e incentivou o projeto desde o primeiro momento, sempre me fazendo acreditar na necessidade de escrever a História da Educação no Recôncavo. A você, qualquer agradecimento sempre estará aquém do merecido.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED-UFBA, pelo apoio e orientação na organização do ritual burocrático; e aos professores, pelas diferentes contribuições teóricas, decisivas para que eu me tornasse ainda mais contundente nas minhas opções.

Aos membros da banca examinadora:

À Profa. Dra. Antônia Almeida Silva, pela solidariedade altruísta na leitura meticulosa dos capítulos, sempre indicando caminhos e possibilidades teóricas. Agradeço a interlocução desde o nascimento da ideia de realizar esta pesquisa. Suas contribuições como integrante na banca de qualificação do projeto foram, sem dúvida, decisivas no processo e no produto final deste trabalho.

À Profa. Dra. Maria Antonieta Tourinho, pelas contribuições na qualificação, pelas indicações de obras e autores, inclusive disponibilizando sua biblioteca pessoal. Sempre comprometida, afetuosa e acolhedora.

Ao Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Filho, pela generosidade ao disponibilizar um arquivo inédito de fontes sobre o Recôncavo Fumageiro. Pela interlocução e contribuições na banca de qualificação do projeto e por ter sido um ouvido atento aos meus gritos de socorro.

Ao Prof. Dr. Eduardo David Oliveira, que aceitou, sem delongas, o convite para participar da banca examinadora, demonstrando entrelaçamento com o tema e compromisso com o trabalho.

Aos meus familiares, tios e tias, primos e primas que, das mais distantes localidades, estiveram simbolicamente torcendo para que a tão esperada TESE se transformasse em realidade.

Às amigas Leomárcia Uzêda e Fani Quitéria, companheiras de estudo e pesquisa sobre infância, agradeço a parceria ao longo da vida acadêmica. Muitas vezes compartilhamos dúvidas, sugestões e tantos outros atos de amor e irmandade nessa caminhada.

Às amigas, Sandra Nívea Oliveira, por todo amor, sempre contagiando minha vida com alegria, me fazendo rir dos tropeços e até das dores; a Ludimila Hollanda, pela ternura; Lore Haywanon, pelas palavras incentivadoras; Rita Carneiro, pelas palavras serenas; Rita Breda, pela atenção, e ao amigo Marco Barzano, pelo cuidado.

Ao amigo Cleverson Suzart por um reencontro de dezesseis anos, permeado com igual generosidade. Serei eternamente grata pelas palavras serenas nos momentos de desespero.

A João Paulo Pinto, pela ajuda na transcrição e digitação das Fichas Funcionais da Companhia de Charutos Dannemann; e a Israel Junior, pela orientação geográfica e perfeição na construção do mapa. Obrigadíssima!!!

A Suzana Souza, amiga de todos os tempos e todas as horas. Obrigada pela atenção e carinho durante mais uma travessia!!

À professora Naceli Albergaria por ter sido fonte de inspiração para iniciar a docência,

me fazendo acreditar no potencial para ser professora. Tenho muito a agradecer pelo encorajamento contínuo.

Aos amigos de antes, de sempre e de agora. O meu mais profundo sentimento por aqueles que com um precioso exemplo de solidariedade compartilharam comigo os anos dedicados ao doutorado. A escrita da Tese como processo solitário, ao mesmo tempo em que nos separou, nos aproximou mais. A vocês, meus eternos incentivadores, eu aviso que cheguei lá: Paulo José Alves (*In memoriam*); Dinho Cavalcante; Jailson Almeida; Diana e Gustavo Pinheiro; Lia Braga; Vana Veloso; Ceia Soares; Jaqueline Sampaio; Daiane Rego; Tone Albergaria; Joicemary Pires; Raquel Gil; Sirlei Barbosa; Jacqueline Reiter; Eva Ferreira; Adernoel Menezes; Eliana Esperança.

Aos meus amigos da Família Raça: Mestre Medicina, Juliana Rocha, Mariana Rocha, Daniel Tosta e Aloisio Almeida. Quando a vida parecia mais pesada do que eu aguentava e “meu ser esteve sombrio”, vocês foram parceiros que me iluminaram.

Aos alunos, alunas, professoras que ensinaram e aprenderam em casas de professoras; e aos trabalhadores fumageiros que, na generosidade do conhecimento, partilharam suas histórias de infância na fábrica, na casa e na escola, contribuindo na tessitura do texto com seus depoimentos. Aqui é impossível nomeá-los um a um, mas afirmo que os guardo em um espaço privilegiado da minha memória e do meu coração.

À Universidade Estadual de Feira de Santana, pelo apoio institucional concedendo-me a bolsa; em especial, ao Departamento de Educação pela celeridade na autorização do meu afastamento de quatro anos para estudos.

Ao CEDE/UEFS pelas experiências de pesquisas vivenciadas, essenciais para incentivar o ingresso no Doutorado em Educação.

Sem dúvida, o acesso às fontes foi o maior desafio dessa empreitada. Por isso é preciso reconhecer a importância e o empenho de instituições. Meu agradecimento, em especial ao Arquivo Público Municipal de São Félix; ao Arquivo Público do Estado da Bahia; à Biblioteca da Fundação Clemente Mariani; à Biblioteca da Faculdade Maria Milza; à Biblioteca Pública do Estado da Bahia; ao Centro Cultural Dannemann e à Biblioteca Municipal de Feira de Santana.

A vocês estou imensamente agradecida por todas as lições, parcerias e todo AMOR, pois esta tessitura só foi possível porque foi permeada por muitas relações.

Ser dialético significa ter o vento da história nas velas. As velas são os conceitos, mas não basta dispor delas. A arte de saber içá-las é decisiva.

Walter Benjamin

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação.

Thompson

RESUMO

Esta tese estuda a Educação da infância no Recôncavo Fumageiro da Bahia, no período de 1925 a 1946. Tem como objetivo analisar as políticas para a educação da infância, a partir do estudo da sua constituição histórica e as características imbricadas neste processo. A principal questão de pesquisa que norteou este estudo foi identificar quais políticas educacionais foram implementadas no Recôncavo da Bahia, produtor de fumo, no período 1925-1946. Para responder tal questão e alcançar o objetivo proposto, utilizei a abordagem qualitativa e selecionei como fonte de pesquisa a análise de documentos como Jornais, Fotografias, Fichas Funcionais de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras do Recôncavo da Bahia, Fichas de Inspeção das Escolas públicas e particulares, Relatórios de Inspeção dos delegados Escolares e a Legislação vigente do período. Para complementar as possíveis lacunas na reconstrução, utilizei depoimentos de sujeitos, os quais foram encontrados através do método de ligação nominativa de fontes. Este texto apresenta o cenário, sua localização, aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais do Recôncavo. Exibe uma discussão sobre a trajetória histórica do itinerário legislativo das políticas de educação para a infância no Brasil e na Bahia, confronta as diversas fontes, e apresenta as especificidades do Recôncavo Fumageiro. A análise evidenciou que esta educação da Infância esteve subsumida pelo privado, na casa das professoras ou em escolas privadas, pois a educação estatal, verdadeiramente, não cumpriu seu papel; seja pela falta de prédios escolares, pela falta de oferecimento de vagas nestas poucas escolas ou pelas péssimas condições materiais de todas elas. Não houve nenhuma política pública específica voltada para a educação da infância nos municípios fumageiros, no período estudado. A infância teve sua educação planejada sob as políticas públicas Federais e Estaduais, e muitas crianças ficaram à margem da educação. Um exemplo disso foi o quantitativo de crianças, em idade escolar, trabalhando nas fábricas de Charutos Dannemann em Cachoeira e São Félix; na Companhia de Charutos Suerdieck em Maragogipe e Cruz das Almas; e na Fábrica Pimentel, em Muritiba. Portanto, de 1925 a 1946, muitas crianças caminharam fora da escola, dentro da fábrica a serviço do capital.

Palavras chave: Educação da Infância. Recôncavo Fumageiro. Políticas Educacionais. Estratégias de Educação.

ABSTRACT

This thesis studies the Childhood Education in the Reconcavo Fumageiro of Bahia in the period 1925 - 1946. It aims to analyze the policies for the education of children from the study of its historical constitution and the overlapping features in this process. The main research question that guided this study was to determine which educational policies have been implemented in the Reconcavo of Bahia, tobacco producer, in the period 1925 -1946. To answer this question and achieve the proposed objective, I have used a qualitative approach and selected, as a source of research, the analysis of documents such as newspapers, photographs, functional sheets workers of the tobacco industries of Reconcavo of Bahia, inspection sheets of public and private schools, inspection reports of school delegates and the current legislation period. In order to complement the possible gaps in the reconstruction, I have used testimonials from people, which were found by nominative attachment technique. This paper presents the scenario and the location of the Reconcavo, as well as its historical, political, economic and social aspects. It displays a discussion of the historical trajectory of the legislative itinerary of education policies for children in Brazil and Bahia, confronts several sources, and presents the specifics of the Reconcavo Fumageiro. The analysis showed that this Childhood Education has been subsumed by the private, sometimes in the house of the teachers, sometimes in private schools because the state education truly failed to fulfill its role; because of the lack of school buildings, lack of offering vacancies in these few colleges or poor material conditions of all of them. There was no specific policy aimed at the education of children in the municipalities producing tobacco during the study period. Childhood had their education planned under Federal and State public policy and many children lacked access to education. An example is the amount of school children found working in Dannemann Cigars Factory in Cachoeira and Sao Felix, Suerdieck Cigar Company in Maragogipe and Cruz das Almas, and Pimentel Factory in Muritiba. Therefore, from 1925 to 1946 many children were out of school, working in the factory for capital.

Keywords: Education of Children. Reconcavo Fumageiro. Educational Policy. Strategies of Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 Mapa do Recôncavo. Cidades do Recôncavo da Bahia	39
Imagem 2 Movimentação Cívica no Porto de Cachoeira, em 1936	43
Imagem 3 Mapa do Recôncavo	46
Imagem 4 Plantação de Fumo da Fábrica de Charutos Dannemann. Distrito de Outeiro Redondo São Félix-Ba. Século XIX	51
Imagem 5 Produção comercial de Fumo no Recôncavo	52
Imagem 6 Homens destalando as folhas de fumo na Fábrica de Charutos Dannemann. Século XIX	55
Imagem 7 Trabalho masculino na Fábrica de Charutos Dannemann, 1938	56
Imagem 8 Mulheres e crianças no trabalho na Fábrica de Charutos Dannemann, em São Félix, 1930	57
Imagem 9 SÍMBOLO SUERDIECK & CIA –BAHIA	61
Imagem 10 Símbolo Dannemann	63
Imagem 11 Trabalho das mulheres sob a supervisão do mestre. Fábrica de charutos, 1938	66
Imagem 12 Trabalho feminino realizado “sentada na banca”. Década de 1930	67
Imagem 13 Crianças na Fábrica de Charutos Dannemann. São Félix-Ba. Década de 1930	92
Imagem 14 Ficha de Registro Funcional da Cigarreira Elsa Motta, 14 anos - Admissão ano de 1938	96
Imagem 15 Ficha de Registro Funcional da Charuteira de 14 anos, Regina Machado – Admissão ano 1936	97
Imagem 16 Ficha de Registro Funcional de Luiz Gonzaga Moraes 13 anos - Admissão ano de 1939	99
Imagem 17 Ficha de Registro Funcional do Preseiro de 13 anos, Osvaldo da Silva - Admissão ano de 1938	101

Imagem 18 Ficha de Registro Funcional de Roque Queiroz - Demitido no ano de 1940	103
Imagem 19 Ficha de Registro Funcional da Charuteira Anita Noures do Nascimento-12 ou 15 anos? Nascida em (1921ou1924?)	106
Imagem 20 Ficha de Registro Funcional da Charuteira Antonieta Dias-13 ou 16 anos? Nascida em 1920 ou 1923?	107
Imagem 21 Ficha de Registro Funcional da Charuteira Helenita Pereira de Alencar-12 ou 14 anos? Nascida em 1920 ou 1922?	108
Imagem 22 Visita do Presidente Getúlio Vargas à Companhia de Charutos Dannemann, na cidade de São Félix – 1933	135
Imagem 23 Visita de Getúlio Vargas. São Félix – 1933. Dia festivo na Fábrica Danneman	136
Imagem 24 Visita de Getúlio Vargas no interior da Fábrica Dannemann, São Felix-Ba -1933	137
Imagem 25 Matéria de Jornal sobre “Um Posto de Puericultura instalado na Cidade de São Félix”	159
Imagem 26 Casa da Professora Zezinha, no horário de saída das crianças. Cidade Muritiba - Década de 1930	164
Imagem 27 Quintal da casa da professora Glorinha	175
Imagem 28 Aniversário da professora Maria José	186
Imagem 29 Boletim da Inspectoria Escolar na aula da professora Alda de M. Silva	189
Imagem 30 Boletim da Inspectoria Escolar na aula da professora Ligia da Silva Freire	194
Imagem 31 Boletim da Inspectoria Escolar na aula da professora Rosentina Fraga e Almeida	195
Imagem 32 Desfile da primavera com ênfase no patriotismo. São Félix- Ba, 1946	197
Imagem 33 Desfile cívico de 7 de setembro de 1930, cidade de Cachoeira	198
Imagem 34 Participação da Escola Sagrado Coração no desfile Cívico de 02 de Julho, na década de 1940, cidade de São Félix	199
Imagem 35 Alunos plantando na Primavera – 21 de setembro de 1940. Cachoeira – Ba	200

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Trabalhadores da Indústria Dannemann (1933-1944)	91
Tabela 2 - Crianças não alfabetizadas trabalhando na Dannemann (1933-1944)	93
Tabela 3 – Índice de analfabetismo da população brasileira- pessoas de todas as idades, 1890-1920	117
Tabela 4 – Índice de alfabetizados e não alfabetizados da população brasileira a partir de 15 anos, 1900-1920	117
Tabela 5 – População da Bahia segundo idade e nível de instrução, 1920	120
Tabela 6 – Nível de instrução da população da Bahia segundo idade e nível de instrução, 1920	123
Tabela 7 - Demonstrativo de carteiras nas escolas públicas do Estado da Bahia-1924	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições educacionais segundo as categorias de ensino na Bahia – 1933	122
Quadro 2 – Matrícula geral segundo as categorias do ensino na Bahia, 1932 – 1934	123
Quadro 3 – Corpo docente, segundo as categorias de ensino e a dependência administrativa de ensino, 1932 – 1934	124
Quadro 4 – Ensino Primário: População em idade escolar, número de escolas e de professores nas cidades do Recôncavo Fumageiro, 1936 -1939	126
Quadro 5 – Matrícula dos alunos na Escola da professora Auta Andrade, 1938	146
Quadro 6 – Motoristas que começaram como aprendizes de mecânico em oficinas	182

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ANPED	Associação Nacional de Pesquisa e de Pós-graduação em Educação
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEDE	Centro de Estudos e de Documentação em Educação
CEI	Centro de Estatística e Informação
FAMAM	Faculdade Maria Milza
FACED	Faculdade de Educação
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
PSD	Partido Social Democrático
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1. 1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	19
1. 2 A ABORDAGEM TEÓRICO – METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A INFÂNCIA NO RECÔNCAVO.....	27
1.3 TRILHANDO OS CAMINHOS TORTUOSOS DA PESQUISA	29
1.4 LOCALIZAÇÃO DAS FONTES	30
2 DESVELANDO AS PARTICULARIDADES DA HISTÓRIA DO RECÔNCAVO FUMAGEIRO DA BAHIA	38
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO RECÔNCAVO: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E OCUPAÇÃO DA ÁREA.....	38
2.2 MULHERES E CRIANÇAS OPERÁRIAS: TRABALHO, TENSÃO, SUBMISSÃO E CONFORMISMO NAS FÁBRICAS DE CHARUTOS	53
2.3 A LABUTA NO COTIDIANO DAS MULHERES NO CHÃO DA FÁBRICA: DOMINAÇÃO, SUBORDINAÇÃO E OUTRAS HISTÓRIAS	64
2.4 RECÔNCAVO: UM QUADRO DE ESTAGNAÇÃO E POBREZA.....	71
3 OS DISSABORES E A REINVENÇÃO DA INFÂNCIA NO CHÃO DA FÁBRICA	76
3.1 INFÂNCIA: DIMENSÕES HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL.....	77
3.2 INFÂNCIA NO RECÔNCAVO E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS	79
3.3 A INFÂNCIA ESCRAVA: TRAJETÓRIA, TENSÕES RACIAIS E MAIS ALGUMAS APROXIMAÇÕES COM O RECÔNCAVO	82
3.4 CONTEXTO POLÍTICO E A DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL.....	86
3.5 EDUCAÇÃO E INFÂNCIA: AS ESPECIFICIDADES DO RECÔNCAVO FUMAGEIRO	89
4 FACES DO CONTEXTO POLÍTICO NO BRASIL, BAHIA E RECÔNCAVO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: O PROCESSO HISTÓRICO E O ORDENAMENTO JURÍDICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA INFÂNCIA	114
4.1 ORDENAMENTO JURÍDICO E O DIREITO AO ACESSO ESCOLAR	114
4.1.1 As contradições entre o legal e o real nas escolas do Recôncavo	116
4.2 APESAR DO DISCURSO, A INSTRUÇÃO NUNCA FOI UMA CRUZADA PRIORITÁRIA	128
5 A ESCOLA DA INFÂNCIA NO RECÔNCAVO: AS CONDIÇÕES MATERIAIS PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO	140
5.1 ENTRE A NORMA E O COSTUME: NEM SEMPRE O QUE ESTAVA NO ORDENAMENTO FOI VIVIDO NAS ESCOLAS DO RECÔNCAVO	140
5.2 AS CONDIÇÕES E AS POSSIBILIDADES NA EXECUÇÃO DA INSTRUÇÃO NAS ESCOLAS	143
5.3 DEBATES, LOCAIS, REAÇÃO, INTERVENÇÃO E INICIATIVAS PARA A ESCOLARIZAÇÃO	150
5.4 ESFORÇOS PARA A AFIRMAÇÃO DO MODELO REPUBLICANO: ALFABETIZAÇÃO COMO UMA CRUZADA PATRIÓTICA	155
5.4.1 Influência médico-higienista para a publicização da educação: entre o dever da família e da escola	157
6 ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO: OS SUJEITOS E SUAS HISTÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO	163
6.1 A PRINCIPAL ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO: PROFESSORAS QUE ENSINAVAM EM SUAS CASAS.....	164
6.1.1 Práticas escolares e condições materiais nas casas das professoras	172

6.1.2 O trabalho como atributo de honestidade	181
6.2 EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS PARTICULARES: A ESTRATÉGIA DE POUCOS QUE PODIAM PAGAR	183
6.3 O PROCESSO DE PUBLICIZAÇÃO: POR QUE TÃO POUCOS TIVERAM ACESSO AO QUE DEVERIA SER PARA TODOS?	190
MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	206
FONTES:	214
REFERÊNCIAS:	218
ANEXOS	228

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A História da Educação vem sendo apresentada, na literatura, como um campo de estudos que só nos últimos trinta anos vem se constituindo como uma área de pesquisas, lutas políticas e afirmações (VIDAL; FARIA FILHO, 2005; SERPA, 2001). Nesse contexto, a História da Educação – no Recôncavo da Bahia – ainda é pouco investigada, sendo uma área lacunar na produção da História da Educação baiana. Esta constatação coaduna com a ausência de investigações sobre a constituição das políticas voltadas para educação da infância nessa região. Diante disso, se fez necessário proceder a investigação que desnudasse especificidades regionais e locais desta educação.

Nessa perspectiva, para pensar sobre a História da Educação da Infância e situá-la no Recôncavo da Bahia, foi necessário considerar não apenas os aspectos dessa constituição, como também os aspectos que buscam situá-la no seu tempo, na sociedade em que ocorre e nas instituições que a abrigam, descortinando os sujeitos coletivos da história. Trata-se de um estudo que considera os fatos e os processos históricos dentro de uma perspectiva dialética.

As primeiras necessidades de discutir o tema nasceram durante o mestrado ao pesquisar “As estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã, município de Muritiba, Recôncavo da Bahia.” Naquele lugar, as crianças da mais tenra idade estavam envolvidas no trabalho da agricultura familiar, desenvolvendo atividades que colocavam em risco a sua integridade física e psicológica, como raspar mandioca com objetos pontiagudos, utilizar enxada, ancinho e cavador para aragem da terra, manipular matéria prima, manusear o forno no preparo da mandioca na casa de farinha. Diante daquele cenário, emergiram muitos questionamentos: Quais as concepções de educação para aquela infância em que o tempo de brincar era substituído pelo trabalho na agricultura familiar? Quais políticas para educação aquelas crianças tinham acesso, visto que o tempo que deveriam destinar à escola estava ocupado com o trabalho?

Tais questionamentos originaram outros em busca de informações sobre um tempo anterior: Como as mulheres, tão ocupadas com o trabalho nas atividades fumageiras¹, ao

¹ As fontes revelam que nas indústrias de transformação de fumo, as mulheres desenvolviam uma multiplicidade de tarefas, e com elas assumiam muitas atividades. Não se sabe ao certo o critério de seleção para assumir cada atividade. Porém, ao analisar as fichas funcionais das Companhias de Charutos, temos no registro escrito

longo dos anos, deram conta da educação de seus filhos? Em quais instituições de atendimento à infância as mulheres do Recôncavo baiano confiavam seus filhos durante a jornada de trabalho? Como e quais estratégias de educação eram utilizadas neste lugar?

Tais inquietações são asseveradas quando pensava no Recôncavo da Bahia a partir do final do século XIX, quando a cultura do fumo passou a ser predominante e que a intensa utilização da mão de obra feminina na indústria fumageira é um argumento ao conhecido matriarcado nesta zona. O largo emprego da mão de obra feminina na zona do fumo nas fábricas de charutos Suerdieck² em Maragogipe e Cruz das Almas; Fábrica Dannemann³, em São Félix e Cachoeira; e na Fábrica Pimentel⁴, em Muritiba desenvolve peculiaridades que emprestam fisionomia a própria estrutura social em que a mulher é responsável pelo sustento da família, sendo operária de fábrica de charutos⁵.

[...] Visitar os bairros proletários de Cachoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe é ver de perto a pobreza da classe trabalhadora urbana dedicada à manipulação industrial do tabaco. A utilização do trabalho feminino na indústria fumageira, tão freqüente no Recôncavo institucionalizou o matriarcado característico das famílias da classe pobre nesta zona. (COSTA PINTO, 1959, p. 38)

Nesse caso, matriarcado foi a nomenclatura mais adequada, utilizada pelo autor para exemplificar a história de vida das charuteiras que, praticamente sozinhas, sustentavam sua prole. Ao contrário disso, e embora reconhecendo a força motriz da mulher para edificar sua família – neste estudo –, as fontes revelaram que se tratava de um patriarcado. Para as concepções que buscam sua origem, o conceito de patriarcado, conforme Dahlerup (1987), era utilizado para denominar uma sociedade mantida sob o domínio dos homens, como a sociedade feudal. Nela, a figura do pai era a mantenedora da família, com poderes manipuladores sobre esposa, filhos e trabalhadores. Na nossa sociedade, esse conceito tem sido utilizado, grosso modo, para exemplificar a subordinação das mulheres em relação aos homens, seja no mercado produtivo, seja no ambiente familiar. Nesse sentido, quando Costa

o nome “profissões” como sinônimo das atividades realizadas como: charuteira, cigareira, empapeladeira, aneladeira, seladeira, passadeira, destaladeira e encaixadeira. Na divisão social do trabalho esta é a condição para a produção da mercadoria: atos de trabalhos independentes, executados isoladamente uns dos outros, caminho mais curto para garantir a mercadoria para trocar no mercado.

² Fundada em Cruz das Almas, em 1892 – por Geraldo Meyer Suerdieck – a Companhia de charutos Suerdieck possuía armazém de fumo em Maragogipe, cidade na qual agigantou-se e obteve uma trajetória de 107 anos na fabricação de charutos.

³ Fundada por Geraldo Dannemann, na cidade de São Félix, em 1873 – com seis operárias charuteiras – cresceu e passou a ser denominada Companhia de Charutos Dannemann. Teve filial em Cachoeira e Muritiba.

⁴ Foi fundada, em 1911, por Cândido Pimentel, a fábrica de charutos C. Pimentel & Cia na cidade de Muritiba.

⁵ A produção de charutos e cigarros não ficava restrita ao consumo do mercado local, regional e nacional. A secular exportação do fumo *in natura* do Recôncavo Sul foi sucedida pela exportação dos cigarros e charutos fabricados pelas mulheres charuteiras.

Pinto (1959) se refere às charuteiras do Recôncavo e faz menção a um matriarcado, é nada mais que inadequado, porque se por um lado elas são responsáveis pelo sustento da prole solitariamente, por outro, no que se refere às atividades produtiva e social, elas continuavam subordinadas aos desígnios masculinos; pois, no trabalho, nas indústrias de charutos; vivenciavam um sistema de dominação classista e, por consequência, de gênero. Logo, o Recôncavo Fumageiro se ergueu sob o trabalho feminino, mas nunca viveu o matriarcado. O lugar das mulheres sempre foi o segundo lugar, o lugar do depois, o lugar do trabalho silencioso, de subordinação e subserviência das classes oprimidas, alimentando os padrões a serviço do capital.

Outra especificidade a ser destacada, revelada pelas fontes, é que o quantitativo de mulheres que se declaravam “solteiras” era majoritário, sinalizando que o casamento nos padrões oficiais era frequentemente substituído pelas uniões conjugais livres ou extralegais, forma de união estável ou semiestável, muito vivenciada entre as camadas mais populares, dado os elevados custos para a efetivação do casamento oficial, como prevê o Estado e a Igreja.

Além disso, as charuteiras não ocupavam apenas o lugar nas atividades domésticas, na criação dos filhos e no cuidado com o companheiro, como estava previsto para a época. De acordo com Silva (2011), para os padrões morais e sociais da época, as mulheres trabalhadoras da indústria fumageira, certamente, ofereceram alguns parâmetros para as mudanças, tanto na concepção de família quanto na própria estrutura familiar daquela sociedade.

Tais particularidades do Recôncavo se entrecruzam com as questões anteriores e com a trajetória histórica das instituições de atendimento à infância no resto do país. Isso porque, desde o final do século XIX, na sociedade brasileira, já estavam presentes as instituições de educação de atendimento às crianças pequenas, como as creches, a princípio com viés assistencialista, higienista, prioritariamente organizadas como espaços de atendimento à infância pobre, filhos de mãe trabalhadora, e os jardins de infância, estes destinados às crianças “ricas” ou bem abastadas da sociedade. Porém, vale ressaltar que é recente a inserção de tais instituições em setores responsáveis pela gestão da educação. Isso porque tais instituições têm sua origem, como dito anteriormente, nos setores de ação social, saúde e higienização.

De fato, foi a partir da necessidade da educação para as crianças da elite econômica, final do século XIX e início do século XX, que iniciativas de educação de crianças foram viabilizadas (VIEIRA, 1999).

Entrementemente Kuhlmann Jr ressalta que:

o quadro das instituições educacionais se configura durante a segunda metade do século XIX, compondo-se da creche e do jardim-de-infância, ao lado da escola primária, do ensino profissional, da educação especial e de várias outras modalidades. (2001, p.32)

Ele destaca, ainda, que a absorção desses modelos de civilização e progresso combinava as referências vindas dos centros de propagação europeias e norte-americanas com as peculiaridades de cada país, segundo as suas condições culturais, econômicas, sociais e políticas. O contexto anunciado pelo autor é efervescente, principalmente em fins do século XIX e no início do século XX com a organização das inúmeras instituições educativas para a infância, em espaços escolares ou não escolares.

Dizer que a educação para a infância ainda não está garantida para todos aqueles que a demandam, não é nenhuma novidade. Entretanto, no Brasil, desde a década de 1920, há uma constante e ampla mobilização no sentido de afirmá-la não tanto como direito político, mas principalmente como discurso pedagógico e, isto, conseqüentemente, configurou a construção de um pensamento predominante na área.

Nesse sentido, este estudo está centrado na constituição histórica e política da educação para a infância no Recôncavo da Bahia, considerando que, no Estado da Bahia como um todo, é fato a relação existente entre o processo de escolarização das crianças com a assistência à infância em instituições de atendimento: asilos, abrigos, educandários e escola maternal, por exemplo. Porém, neste trabalho, considero a multiplicidade de infâncias vivenciadas em locais de educação diferenciadas segundo as condições econômicas e socioculturais tanto das crianças quanto das famílias, principalmente tomando como base o contexto histórico. Nesses termos, a categoria infância aqui é abordada enquanto construção social, possibilitando a apreensão das singularidades de constituição de identidades sociais, resgatando suas múltiplas articulações com as diversas esferas, categorias e estruturas da sociedade. (SARMENTO, 2002; DELGADO; MULLER, 2006).

Considerando que as instituições de atendimento à infância, como pré-escolas, creches e jardins de infância, datam entre nós desde o século XIX, a integração destas instituições nos sistemas de ensino, nos espaços de gestão e no ordenamento jurídico é extremamente recente. Com efeito, no vigoroso campo das políticas para a educação da infância e considerando as especificidades do Recôncavo da Bahia, é necessário compreender os avanços, retrocessos e descontinuidades nesse itinerário, levando em conta, de acordo com Saviani (2005a), a

essencialidade do tempo na implementação dessas políticas, avaliando em que nível seus objetivos foram alcançados.

Nesse sentido, a partir desse estudo analisei as políticas educacionais que foram implementadas para a educação da infância, no Recôncavo da Bahia, no período 1925 a 1946, estudando sua constituição histórica. A investigação foi localizada especificamente na região do fumo, local onde a presença dos armazéns e indústrias fumageiras era significativa: Cruz das Almas, Muritiba, São Félix, Cachoeira e Maragogipe. Este fato teve em vista a predominância do trabalho feminino nos armazéns do fumo como um dos elementos impulsionadores para as primeiras providências ao atendimento às crianças.

Convém evidenciar que a escolha do período delimitado foi condicionada pela efervescência político pedagógica das décadas de 20, 30 e 40. As ideias pedagógicas circulantes para a sociedade dessa época começavam a esboçar um plano de reconstrução educacional que rompesse com a estrutura tradicional marcada pela primazia da igreja católica no exercício da ação educativa.

Esse período também coaduna com o apogeu do fumo e a predominância do trabalho feminino nas fábricas de charutos⁶ nas cidades fumageiras. A pesquisa revelou as estratégias de educação utilizadas no Recôncavo no auge dessa efervescência pedagógica nacional, marcando a busca por providências para a educação da infância visto que as mães se encontravam envolvidas no mundo do trabalho.

O marco inicial, ou seja, o ano de 1925 é o período do Governo Góes Calmon, na Bahia (1924-1928), no qual Anísio Teixeira foi diretor de instrução pública (1925-1928). A reforma educacional de Anísio na Bahia prioriza o ensino primário, etapa escolar em que a infância está diretamente implicada. Tal recorte se estende até a década de 1940 e tem como marco final o ano de 1946, ano da Reforma Capanema. Materializada através de um conjunto de oito decretos-leis a ser instituído em todo país; esta reforma prevê um ensino primário elementar com duração de quatro anos, acrescido do primário complementar de apenas um ano. Mais uma vez, a infância é contemplada, pelo menos nos escritos do ordenamento jurídico. Fazer referência aos escritos é uma forma de sinalizar que, embora a ampliação da educação pública tenha sido prometida nos discursos de propaganda republicana desde a década de 1870 (FREITAS; BICCAS, 2009; SAVIANI, 2010), a tão esperada escola foi pouco difundida no século XIX. Foi nas primeiras décadas do século XX, principalmente

⁶ Nas cidades do Recôncavo Fumageiro, as indústrias multiplicavam os postos do trabalho: a Companhia de Charutos Dannemann, em Cachoeira e São Félix; a Companhia de Charutos Suerdieck, em Cruz das Almas e Maragogipe; e a Companhia de Charutos Pimentel, em Muritiba.

depois de algumas reformas educacionais⁷ regionais da década de 1920 que o país começou dar os primeiros passos para uma expansão contínua no número de vagas na educação pública.

Embora os historiadores possam tomar a decisão de selecionar as evidências, e escrever uma história de aspectos isolados do todo (uma biografia, a história de uma instituição, uma história à raposa etc), o objeto real continua unitário. O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc. (THOMPSON, 1981p. 59)

O pensamento de Thompson (1981) descreve a opção deste trabalho que apresenta explicações globais acima de qualquer compartimentação e que traduz as relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Aqui, a pesquisa é considerada como efeito formativo; este estudo apresenta a educação propriamente dita, contrapondo-se a estudos pormenorizados que apresentam recortes fragmentários do objeto. Trata-se de um estudo de caráter sintético e globalizante. Coadunando com o que defende Saviani,

é de grande relevância a realização de trabalhos de caráter sintéticos. Salvo melhor juízo, é a partir desses estudos que os avanços no campo da pesquisa poderão integrar os programas escolares, viabilizando a sua socialização e, em consequência, a elevação do nível de conhecimento da história da educação brasileira. (2005a, p. 26)

Analisando este aspecto sobre o ensino e a pesquisa da história da educação brasileira, afirmo que para compreender a história da educação da infância foi preciso primeiro compreender que esta se constitui nas relações sociais, no contexto histórico, mediante a formulação de diferentes políticas públicas e ordenamento jurídico que configuram diferentes modelos organizacionais e administrativos; pois, segundo Rosemberg,

[...] As políticas sociais emergem de um processo de escolhas sucessivas, que envolve confrontos, atritos, coalizões, pressões e contrapressões, envolve diferentes forças – os segmentos sociais, os estamentos tecno-burocrático do Estado, o congresso, a presidência, os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais, os especialistas e suas corporações. (2002, p. 29)

⁷ Conjunto de Reformas no Brasil republicano: 1920-Reforma Sampaio Dória, em São Paulo; 1922-Reforma Lourenço Filho, no Ceará; 1922- Reforma Carneiro Leão, no Distrito Federal; 1925- Reforma José Augusto, no Rio Grande do Norte; 1927 - Reforma Lysímaco da Costa, no Paraná; 1927- Reforma Francisco Campos, em Minas Gerais; 1928- Reforma Carneiro Leão, em Pernambuco; 1928 – Reforma Fernando de Azevedo, no Distrito federal; 1928- reforma Anísio Teixeira, na Bahia.

Neste embate, ressalto que tais políticas são produzidas em diferentes âmbitos territoriais, o que envolve diferentes objetos de pesquisa. Assim, este estudo evidencia as especificidades locais e sua articulação com as políticas sociais mais amplas. Além disso, a historicidade foi essencial para compreender as políticas de educação implementadas no Recôncavo cujas origens foram pensadas e implementadas ao longo da história da educação brasileira (BARBOSA, 2008).

Para melhor compreender esse processo de educação no Recôncavo da Bahia, foi necessário saber se este ocorreu nos moldes dos outros Estados brasileiros. Para além dos discursos oficiais daqueles que assumiram o controle do Estado nas três décadas estudadas, em termos concretos, as políticas educacionais não foram prioridades nas ações governamentais.

No caso do Brasil, as creches têm suas primeiras iniciativas como instituições eminentemente filantrópicas de “cuidar” de crianças pequenas sempre com a representação idílica da socialização da criança, distanciando-se da esfera educacional e de direitos sociais. Tal compreensão fortaleceu o padrão predominante de organização das instituições para o atendimento à infância, calcado em precário profissionalismo, favorecendo descompromisso, situando tal atendimento como algo secundário e paliativo (ROSEMBERG, 1989).

Assim, este estudo elucida aspectos históricos da região supracitada apresentando registros e documentos que de alguma maneira apontam para aonde eram levados os filhos das charuteiras durante a jornada de trabalho. Nesse percurso, foi importante compreender as iniciativas públicas e privadas de escolarização, tanto em escolas oficiais quanto em casas de professoras. Tais aspectos históricos foram prioritários para esclarecer o contexto político, econômico e social das políticas educacionais para a infância, implementadas na região. Considerando que na literatura os estudos que se referem aos achados sobre o Brasil e a Bahia são tomados como verdade para o Recôncavo, sem considerar ou explicar suas especificidades.

As questões referentes às políticas para a infância no Recôncavo Fumageiro nunca antes foram contemplados pela literatura acadêmica, nem mesmo pelos trabalhos mais recentes da historiografia econômica e social da Bahia e do Brasil. Temos estudos referentes a escravidão, abolição e pós-abolição; sobre produção e comercialização do fumo; sobre apogeu e crise no Recôncavo e tantos outros temas. Tais estudos têm uma influência grandiosa de autores clássicos da historiografia, mas o fato é que, os trabalhos que mais se aproximam da discussão sobre a infância, são os estudos sobre gênero.

Para melhor evidenciar a escassez das pesquisas sobre educação neste lugar, no

período estudado, e melhor elucidar a originalidade desta pesquisa, realizei levantamento de dados nos bancos de teses de dois programas de pós-graduação em educação e em periódico.

Nacional. São eles: Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia-FACED/UFBA e o Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-FEUSP; e *Revista Brasileira de Educação*. Neste levantamento considerei as pesquisas realizadas nos últimos dez anos, tempo que garante a atualidade das produções, tomando como palavras chave: Infância, Política e Recôncavo.

No que se refere à escolha dos programas, a FEUSP foi escolhido por ser um programa de pós-graduação com conceito seis, conforme última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Criado desde 1971; é um programa muito bem conceituado em Educação, tem 126 docentes credenciados e desde sua criação foram defendidas aproximadamente 1.057 teses⁸, número que assegura uma grande produção e veiculação de conhecimento. O programa de Pós-Graduação FACED/UFBA foi escolhido pelo reconhecimento de sua grande contribuição para a formação de pesquisadores nas universidades baianas. Sua localização geográfica representa uma maior vinculação com o lócus de pesquisa que é o Recôncavo baiano. Também criado em 1971, possui conceito quatro, conforme última avaliação da CAPES, sendo um programa que concentra a maior parte da produção em temas relacionados à educação na Bahia. A *Revista Brasileira de Educação* - ISSN 1413-2478 foi escolhida por ser uma publicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), associação que representa um importante fórum de discussão da pós-graduação em educação no Brasil. Trata-se de uma revista indexada, com avaliação Qualis CAPES A1, o mais elevado, sendo um periódico de publicação quadrimestral de grande circulação desde 1995⁹.

Feito o levantamento das produções, nos programas de pós-graduações e no periódico, com a combinação das três palavras-chave, não encontrei nenhuma produção. No entanto, tomando isoladamente a palavra-chave, (infância), ela aparece nove vezes. Porém, ao ler os resumos das produções, as discussões se referem às relações de gênero; cultura escolar na educação infantil; trabalho docente; e principalmente, à formação de professor; sendo que

⁸ Dados coletados e disponíveis na página: <<http://www4.fe.usp.br/>>

⁹ Dados coletados e disponíveis na página da *Revista Brasileira de Educação*: <<http://www.scielo.br/scielo>>

nenhuma das teses encontradas se referem ao Recôncavo da Bahia. Com a utilização da palavra-chave Política – isoladamente – encontrei onze trabalhos sendo que a abordagem predominante se refere à questões como gestão, municipalização, avaliação, formação de professores, e nenhuma produção tem o Recôncavo da Bahia como seu lócus de pesquisa. No periódico, *Revista Brasileira de Educação*, a busca foi feita considerando apenas a combinação das três palavras chave e não há nenhuma publicação. O Recôncavo já foi objeto, fonte e lócus de variadas pesquisas; porém, a sua educação ainda representa um objeto pouco explorado.

Os estudos aqui apresentados foram sustentados por uma questão central de pesquisa: **Quais as políticas educacionais para a infância foram implementadas no Recôncavo da Bahia, produtor de fumo, no período 1925 – 1946?** No intuito de encontrar as respostas para esta questão, estabeleci, como objetivo geral, analisar as políticas de educação para a infância no Recôncavo da Bahia, no período de 1925 a 1946, estudando sua constituição histórica e as características imbricadas nesses processos. E, para maior detalhamento do estudo, delimito como objetivos específicos: (1) Identificar os sujeitos que atuaram na concretização da educação da infância no Recôncavo fumageiro de 1925 a 1946; (2) Analisar o processo histórico de constituição das instituições de atendimento à infância na região supracitada; (3) Caracterizar os modos de intervenção do Estado e das políticas públicas nas instituições de atendimento à infância no Recôncavo da Bahia.

1. 2 A ABORDAGEM TEÓRICO – METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A INFÂNCIA NO RECÔNCAVO

Tendo consciência do desafio a ser enfrentado e para levar a cabo o desejo de analisar a educação para a infância no Recôncavo da Bahia, no período de 1925 a 1946, nesse processo foi considerada a ideia de Mills (1982) que adverte que todo cientista deve ser, para além do fetichismo do método, o seu próprio metodólogo e seu próprio teórico. Nestes termos, o método está imbuído ao mesmo tempo de intuição, compromisso social e político; enfim, como afirma Bosi (1994), o método é uma orientação teórica, mas o pesquisador joga nele a própria vida. Portanto, realizei a referida pesquisa concebendo este processo a partir de uma análise não apenas sobre a política educacional, mas sobre a história do lugar e dos sujeitos envolvidos.

O presente estudo partiu do pressuposto de que o conhecimento é resultado de uma construção social, imbricada pelas múltiplas relações que os sujeitos da pesquisa estabelecem nas suas ações no cotidiano. Nesse sentido, foi necessário seguir algumas orientações

metodológicas que demarcaram caminhos no sentido de estudar a história, a constituição de políticas públicas e o ordenamento jurídico que permearam os processos educativos para infância.

Estudar a constituição histórica, a falta de atendimento à infância ou a precariedade deste e, ao mesmo tempo, a implementação de políticas educacionais foi extremamente provocativo. Logo, compreender as imagens do século XIX, à luz do século XXI, foi uma aventura arriscada e, como afirma Hobsbawm (1995), é lembrar o que os outros esquecem e que a memória sempre pertence a nossa época, que está intimamente ligada ao eterno presente: mas a história também é uma representação do passado. E mais ainda, como afirma Bruyne (1991), na realidade histórica de seu devir, o procedimento científico é ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia, elaboração de uma norma.

Por isso, durante a realização da pesquisa, os acontecimentos do passado foram redimensionados, considerando as ideias propostas por Mills (1982) quando afirma que sem o uso da história e sem o sentido histórico das questões, o cientista social não pode, adequadamente, formular os tipos de problemas que devem ser, agora, os pontos cardeais de seus estudos.

Essas afirmações aqui colocadas orientaram a busca de fontes e o diálogo com elas; de acordo com Lombardi (2004, p.156), é preciso definir claramente o que deseja estudar, recortando e delimitando o objeto de investigação; feita a(s) escolha(s), é necessário buscar todo tipo de fonte que ajude a reconstruir (em pensamento) o objeto de investigação delimitado. Portanto, o método aqui foi concebido no âmbito da prática de trazer para os meandros da pesquisa a ideia essencial do método dialético, que pressupõe a interação do sujeito e do objeto no processo do conhecimento.

Destarte, a abordagem teórico-metodológica que garantiu maior aproximação dos objetivos foi de natureza qualitativa. Segundo Ludke e André (1986), essa abordagem de pesquisa tem maior preocupação com o processo do que com o produto. É importante salientar que o método constituiu-se numa orientação teórico-metodológica com o objetivo de explicar de forma lógica e coerente os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Trocando em miúdos, a pesquisa qualitativa permite a reconstrução do objeto. Conforme Minayo,

[...] esse tipo de estudo responde a questões muito particulares. Se preocupa em Ciências Sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.(1994, p. 21)

Nestes termos, a pesquisa qualitativa possibilita esclarecer as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades e, até mesmo, suas dimensões quantitativas, para melhor explicar o fenômeno estudado. Assim, se a principal tarefa nesta pesquisa é compreender a realidade humana vivida socialmente, o desafio a ser enfrentado é no sentido de compreender e esclarecer a dinâmica das relações ocorridas e reconstruir a educação para a infância no Recôncavo da Bahia.

1.3 TRILHANDO OS CAMINHOS TORTUOSOS DA PESQUISA

[...] Não tenho caminho novo.
O que tenho de
novo é o jeito de
caminhar [...]

Thiago de Mello (1981)

Optar pela pesquisa qualitativa e por desenvolver novas vias de investigação não significa uma fuga à objetividade, mas, principalmente, um reconhecimento de que as experiências humanas vividas em um tempo e em determinado espaço social não podem ser explicadas apenas pelos limites impostos pelos dados quantitativos.

Portanto, foi preciso reunir o maior número de documentos, pistas, conhecimentos, para juntá-los aos outros instrumentos que pudessem ser desnudados e possibilitasse uma maneira mais completa e rica de abordar a realidade. Nestes termos, a análise de documentos foi uma técnica de extrema importância para resgatar a historicidade dos fatos ligados ao atendimento à infância no Recôncavo. Nesse sentido, o documento escrito se constitui uma fonte extremamente preciosa ou, ainda, insubstituível para a reconstrução de um passado relativamente distante. Entre os vários tipos de documentos, de acordo com Barros (2005) – para construir a análise historiográfica, dependendo do objeto de estudo –, os jornais constituem preciosas fontes para garantir uma aproximação com uma época ou de uma determinada situação histórica. E mais, coadunando com Cellard (2008), a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Neste estudo, o ponto de partida foi o levantamento, a ordenação, a classificação e a análise da documentação. Estes passos foram essenciais para evitar um emaranhado caótico de informações que o acúmulo de documentos poderia suscitar.

1.4 LOCALIZAÇÃO DAS FONTES

Ao tratar da formação da classe trabalhadora na Inglaterra, Thompson (1977) nos adverte que em algumas das causas perdidas da gente da Revolução Industrial, podemos discernir de males que ainda temos de curar. Isso nos remete ao estudo do cotidiano e, portanto, incorporar, à história, tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder, às vezes, do próprio processo produtivo. Para tanto, nesta pesquisa, esse movimento foi realizado analisando as seguintes fontes:

- i. Legislação Federal e Estadual: Constituição Federal; Constituição da Bahia; Leis; Decretos e Resoluções.
- ii. Relatórios de Anísio Teixeira, enquanto Diretor de Instrução Pública do Governo Góes Calmon.
- iii. Anuário Estatístico do IBGE de 1920.
- iv. Fichas de Registros Funcionais de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras, Dannemann de Cachoeira e São Félix; Suerdieck de Maragogipe e Cruz das Almas; Pimentel de Muritiba.
- v. Livros de ata, produzidos pelas Indústrias Fumageiras.
- vi. Livros de registro de funcionários, produzidos pelas Indústrias Fumageiras.
- vii. Boletim de Inspeção das Escolas Públicas e Privadas das cidades estudadas.
- viii. Relatório dos delegados Escolares das Escolas Públicas e Privadas das cidades estudadas.
- ix. Fotografias e Imagens das cidades, incluindo as fábricas por dentro e as escolas nos diversos movimentos.
- x. Jornais: *O correio de São Félix*; *A Vanguarda*; *A Defesa*.
- xi. Livro de registro com termo de posse de professores das Escolas Públicas.
- xii. Documentos Federais que tratam da Infância, no período.
- xiii. Depoimentos de sujeitos que viveram as experiências no período: experiências educacionais e experiências como operárias das fábricas.

Esses documentos que datam do período em estudo foram “garimpados” e foram de suma importância para reconstruir o cenário educacional do Recôncavo Fumageiro. Foi

importante não recorrer a uma única fonte, mas, sim, confrontar várias e permitir que elas dialogassem com o problema de investigação.

Tais documentos foram coletados e estão disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB; no Arquivo Municipal de São Félix; na Biblioteca Municipal de Feira de Santana, na Biblioteca do Estado da Bahia – setor de obras raras e valiosas; no Acervo da Biblioteca da Fundação Clemente Mariani.

Vale lembrar que o município de Cachoeira, foi a cidade baiana, talvez até brasileira, que possuiu o maior número de jornais entre os séculos XIX e XX, sendo um total de cento e quatro. No entanto, foram selecionados apenas três desses jornais que circularam no período em estudo: os jornais *O correio de São Félix*, o jornal *A Vanguarda*, e *A Defesa*. Esses três jornais, publicados na cidade de São Félix, foram selecionados por apresentarem, na variedade de suas manchetes, informações sobre todo o Recôncavo e demais cidades da Bahia e, também, por apresentar maior regularidade na sua publicação, possibilitando uma melhor reconstrução do cenário. Foram jornais de grande circulação na região em estudo, apresentando maior alcance da população no período estudado. No Arquivo Público do Estado da Bahia foi possível localizar parte deste acervo. E no Arquivo Público Municipal de São Félix foi possível localizar outra parte dos números desses três jornais. Nesse sentido, e para justificar a opção e necessidade de utilizar as diversas fontes citadas, Araújo afirma que:

[...] é pouco notável a ampliação das fontes utilizadas nas pesquisas. Fontes tradicionais como coleção de leis do império, circulares pareceres, jornais, mensagens governamentais, obras de época e entrevista ainda são muito utilizadas embora algumas tendências recentes já revelem o recurso a outras fontes. Este é o caso a revista, literatura, charge, fotografias, livros escolares e romances que se tornem objetos de estudo. Outras fontes, ainda, como programas de disciplinas, textos teatrais, obras clássicas, músicas, orações e memória subterrânea, conquistam, aos poucos, seu espaço nesse universo, atendendo-se, mais ou menos, para a relação entre texto, contexto e subtexto. (2003, p.34).

No desenvolvimento da pesquisa, foram manipulados todos os exemplares dos Jornais *O Correio de São Félix* e *A Vanguarda*, disponíveis no Arquivo Público Municipal de São Félix e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Os exemplares encontrados, dos referidos jornais, foram devidamente fotografados e catalogados, para serem analisados à medida que foram sendo construídos os capítulos da tese, o que favoreceu a compreensão do contexto político, econômico e educacional do lócus pesquisado. A partir da análise dos conteúdos dessa fonte escrita, as informações extraídas foram exploradas tendo em vista o estudo da história e constituição da educação para infância no Recôncavo da Bahia. De um modo geral,

Bardin afirma que:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnica de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. (1977, p. 21)

Diante disso, a análise de conteúdos, como uma técnica de análise das comunicações, esteve ligada aos vários instrumentos de coleta de dados. Em face disso, o levantamento e a análise de documentos coletados e produzidos sob a forma escrita foram realizados com vistas a elaborar um mapeamento das estratégias de educação para a infância, as quais se constituíram no Recôncavo Fumageiro.

Para a interpretação das fontes foi preciso levar em consideração as ideias de Barros (2005) quando afirma que recuperar os artigos especializados é recuperar a dinâmica de uma elaboração teórica, de uma contínua reapropriação de descobertas empíricas, tomando consciência dos lugares de produção que organizaram estas elaborações teóricas e reapropriações empíricas.

Dentre os documentos utilizados durante a realização da pesquisa, um *corpus* documental de enorme importância foram as Fichas Funcionais dos Trabalhadores da Indústria Fumageira das Companhias de Charutos Dannemann. No Centro Cultural Danneman, em São Félix, foram catalogadas um total de 1.496 Fichas Funcionais de Trabalhadores da Indústria de Charutos Dannemann, localizada no município. Tais trabalhadores, entre adultos e crianças de ambos os sexos, ligados às várias atividades fumageiras, trabalharam na indústria entre os anos de 1923 a 1947. Estas fichas fornecem informações de cunho pessoal – nome, idade, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, estado civil, cor, endereço, nome do pai, nome da mãe, se é alfabetizado ou não – e também informações de cunho profissional – data e local de registro na empresa, data de admissão, profissão, tarefa, remuneração – e um espaço reservado no verso das fichas para observações funcionais – os registros de férias, acidentes de trabalhos, demissão e seus possíveis motivos, dentre outras ocorrências do tempo e lugar de trabalho.

Este acervo possibilitou conhecer o perfil dos trabalhadores e perceber o apogeu na fabricação do charuto, levando em consideração o aumento do quantitativo de operários; a presença de muitas crianças, em plena atividade funcional fabril; e a predominância feminina durante todo período. No bojo dos registros foram encontrados trabalhadores oriundos de outro país, geralmente ocupando cargos de destaque, e trabalhadores oriundos de outros

Estados. Mas a absoluta maioria é da própria região do Recôncavo, geralmente das cidades de São Félix, Cachoeira, Muritiba e Cruz das Almas. Para facilitar a análise, foi organizado um banco de dados de todos os funcionários do período.

Outra fonte localizada e devidamente explorada foi o acervo denominado de: “Massa Falida da Suerdieck”, pertencente atualmente a Faculdade Maria Milza – FAMAM, em Cruz das Almas – Bahia. Trata-se de outro banco de dados de “Fichas de Registro de Funcionários” já catalogados, contendo um total de 6.233 fichas de registro de trabalhadores das empresas Suerdieck e Cândido Pimentel, entre os anos de 1906 a 1998. No referido banco de dados constam informações das fichas de trabalhadores, por empresa e por ano, assim organizadas: 1.188 fichas da Suerdieck de Maragogipe; 31 fichas da Suerdieck de Cachoeira; 2.428 fichas da Suerdieck de Cruz das Almas; e 2.586 fichas da Cândido Pimentel em Muritiba. Deste acervo foram selecionadas apenas as fichas referentes ao recorte temporal em estudo – de 1925 a 1946, bem como do recorte geográfico.

Em seguida, foram selecionadas todas as fichas funcionais das crianças que trabalharam nas Companhias de charutos no referido período no lócus da pesquisa, em ambos os bancos de dados. Para esta análise, o nome foi tomado como um fio condutor para encontrar os indivíduos que ainda estavam vivos. Para tanto, foi preciso cruzar vários tipos de fontes documentais: a partir dos seus próprios nomes, nomes dos pais, localidades onde nasceram e os endereços identificados nas Fichas Funcionais dos Trabalhadores da Fábrica de Charutos. Uma vez feito o cruzamento, foi possível refazer a trajetória desses sujeitos e reencontrá-los. O método de ligação nominativa de fontes, ou melhor, a utilização do nome como um guia para a reconstituição das famílias e seleção de sujeitos que foram entrevistados, foi um aspecto metodológico com inspiração na abordagem micro-histórica¹⁰. Embora não se pretendesse trabalhar em conformidade com essa abordagem, neste aspecto metodológico, foi preciso coadunar com Ginzburg (1989) quando da afirmação de que as linhas que convergem para o nome, e que dele partem, compõem uma espécie de teia de malha fina que dão ao observador a imagem gráfica do tecido social que o indivíduo está inserido.

Para esclarecer alguns aspectos da experiência da educação da Infância no Recôncavo, os quais não ficaram evidentes com as fichas funcionais, nem com os jornais da época, foi necessário lançar mão de entrevista com charuteiras do período em estudo, e com as próprias crianças (agora adultas) trabalhadoras da época, para contar suas histórias e descrever uma

¹⁰ Tentativa de reconstruir o vivido a partir de uma escala reduzida de observação e que se coloca atenta à pequenas realidades cotidianas, aos detalhes que passam mais despercebidos e à documentação despreziosa.

variação de experiências vivenciadas no período de 1925 a 1946. Neste caso, a fonte oral foi utilizada como um recurso, a mais, para elucidar vivências inexploradas e talvez nunca antes reveladas sobre uma infância marcada pelo mundo do trabalho. Trata-se de uma espécie de reconstituição de suas vidas, de um avivamento da memória para contar as vivências do passado filtradas pelo presente.

Possibilitar que os sujeitos históricos possam falar de suas vidas e suas histórias de vida, é permitir que eles expressem os sentimentos que guardam de uma época, deixando fluir as memórias individuais e as reflexões de um tempo e lugar peculiares da sociedade (HALBAWACHS, 1990). Tentar reconstruir a vida das crianças fumageiras através de entrevistas, já que todos entrevistados hoje já têm mais de 75 anos, alimenta uma preocupação óbvia com as falhas de memória; porém, foi a grande alternativa encontrada para elucidar questões referentes ao cotidiano infantil no período.

Além das charuteiras, para as quais precisei utilizar o método de ligação nominativa de fontes, para identificá-las, foram entrevistadas também professoras que ensinaram em suas casas e alunos que estudaram em casas de professoras. Em ambos os casos, as depoentes expressaram seu tempo, que nem foi um tempo cronológico nem linear. Os depoimentos previstos para ocorrerem em uma hora de relógio, no meu tempo linear e cronometrado para quem tinha uma tese para escrever, eram transformados em tardes inteiras. Conversas regadas a muitas lágrimas, risos e muito envolvimento com um tempo em que a infância foi lembrada através de hinos, declamações de poesias, recitação de salmos bíblicos e orações, contação de histórias e demonstração de uma ativa memória musical, recheada de conteúdos e referenciais muito mais amplos que o mundo do trabalho.

Como afirma Bosi (1994), o registro alcança uma memória pessoal que é também uma memória familiar, grupal e, portanto, social. Nesse sentido, foi com o cruzamento das fontes (oral, escrita e visual) que foi possível seguir a trilha das experiências sociais e das reflexões com os sujeitos históricos – crianças, charuteiras, professores e alunos que ensinaram e aprenderam em casa – para entender e fazer leituras dos gestos, sentimentos e experiências vividas no Recôncavo Fumageiro.

A realização e análise das entrevistas ajudaram elucidar questões que os documentos não revelaram. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas; tal instrumento para coleta de informações permite interação entre os sujeitos da pesquisa, pois possibilita manifestar gradualmente suas ideias e pensamentos (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Essas etapas, assim assinaladas, descrevem o percurso teórico metodológico que foi seguido durante a realização desta pesquisa que tem como questão principal identificar quais

as políticas educacionais que foram implementadas para a infância, no Recôncavo da Bahia, no período de 1925 a 1946.

Para melhor sistematizar a resposta da questão supracitada, a partir da análise das fontes, organizei o texto em seis capítulos que guardam em comum o cenário fumageiro e exibem uma mesma paixão: contar especificidades da educação da infância neste lugar. O primeiro capítulo, Introdução, apresenta o tema, o problema, a questão de pesquisa e os objetivos que delimitam este trabalho, sempre permeado por um referencial teórico. Além disso, a partir da historiografia educacional, exponho sobre a opção metodológica e a localização das fontes, dando ao leitor a visibilidade dos caminhos percorridos na construção do texto.

No segundo capítulo, escrevo para localizar o berço, ou melhor, o cenário de um Recôncavo, com todo seu arsenal geográfico de beleza e potencialidades naturais. Entretanto, faço o movimento da temporalidade e passo a registrar as riquezas que foram ostentadas historicamente, sua importância econômica para a Bahia e para o Brasil. Nesse ínterim ganha força as contradições, e o capítulo vai se desenrolando com a discussão da força do trabalho escravo, da exploração da mão de obra de ex-escravos e dos operários assalariados nos ciclos açucareiros e fumageiros, respectivamente.

No terceiro capítulo é a vez da discussão sobre a Infância. É hora de discutir seu conceito e a abordagem aqui assumida. Coloco como objeto a constituição histórica, apresentando os antecedentes da Infância escrava até as especificidades da infância no Recôncavo Fumageiro, subsumida pelo trabalho no interior das fábricas de charutos.

No quarto capítulo, o primado é o contexto político educacional no Brasil, na Bahia e no Recôncavo no período em estudo. Utilizo como elemento norteador o ordenamento jurídico e os números e dados sobre a educação na Bahia. Faço uma análise da legislação que tem como foco a Educação da Infância durante todo o período em estudo, esclarecendo as condições materiais no exercício do magistério.

No quinto capítulo, evidencio as condições materiais para o exercício do magistério e como os sujeitos locais participaram desse processo, apresentando o jogo de posições sociais do poder político local, diante do contexto político educacional na Bahia e no Brasil. Exponho o movimento de reações e intervenções dos segmentos políticos, sociais e econômicos do Recôncavo, expresso através dos jornais locais, diante das condições e da falta delas para a educação. No sexto capítulo apresento o modo como os sujeitos se estruturaram e quais as estratégias de educação vivenciadas diante da ausência das iniciativas estatais. Ao discorrer sobre essas estratégias, apresento as professoras que ensinaram em suas próprias

casas. A partir desse elemento, passo a focalizar a presença das escolas particulares e, por último, mas não menos importante, a forma como a sociedade local concita as autoridades a exercerem uma força na ampliação da oferta na escola pública.

Nas considerações finais, a ênfase se concentra na questão de pesquisa e nos objetivos que precisam ser mais explicitamente respondidos. Para isso, retomo tais elementos e sintetizo os achados através da interpretação das fontes. E mais do que isso, coloco um ponto de seguimento no texto e apresento novos horizontes e perguntas que podem ser feitas ao mesmo objeto em estudos futuros.

CAPÍTULO O 2

DESVELANDO AS PARTICULARIDADES DA HISTÓRIA DO RECÔNCAVO
FUMAGEIRO -BAHIA



2 DESVELANDO AS PARTICULARIDADES DA HISTÓRIA DO RECÔNCAVO FUMAGEIRO DA BAHIA

[...] os valores tanto quanto as necessidades materiais serão sempre um terreno da contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativa.

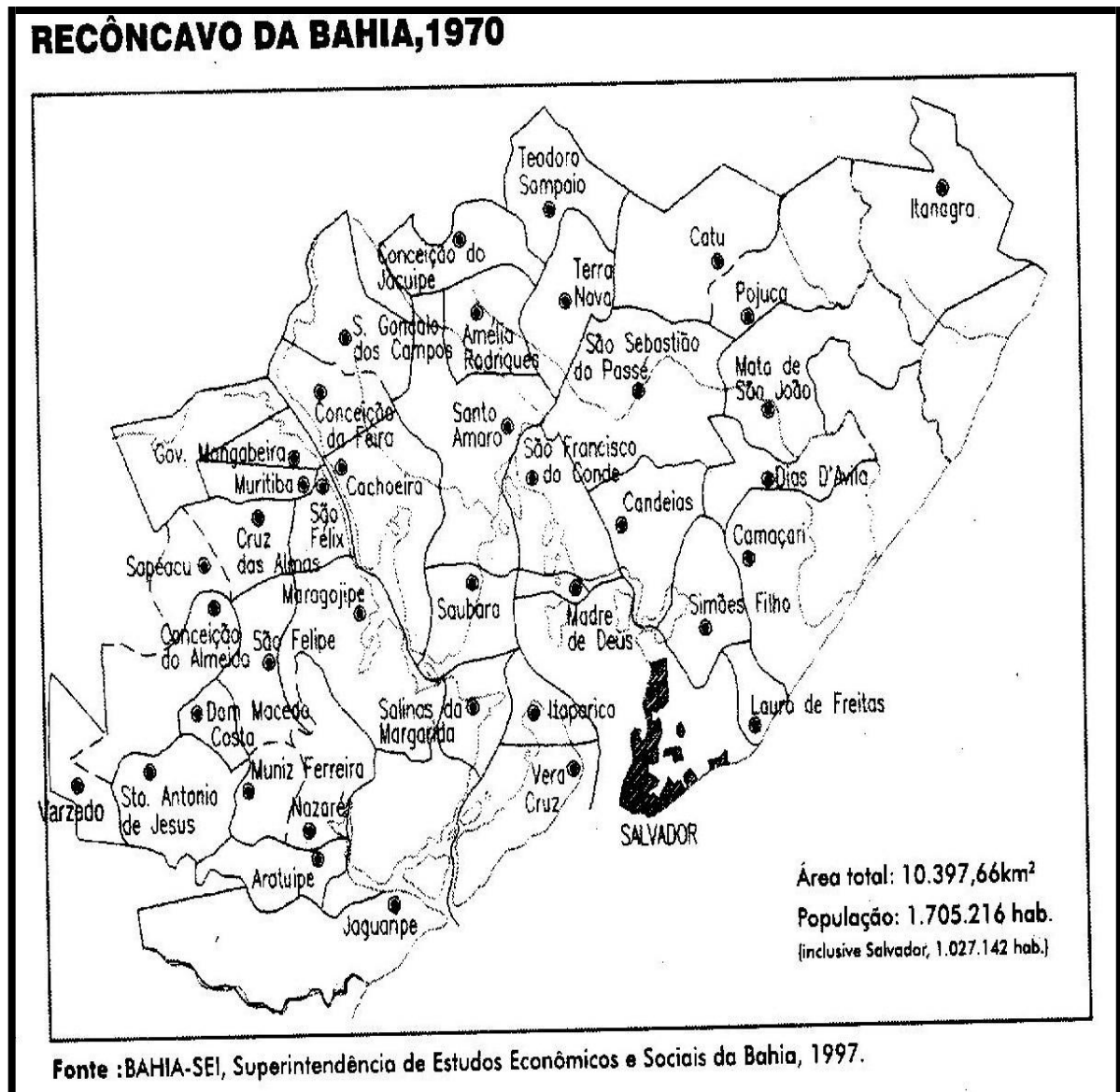
(THOMPSON)

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO RECÔNCAVO: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E OCUPAÇÃO DA ÁREA

Desde o século XVI o Recôncavo tem sido uma região carregada de expressividade na Bahia, no sentido rigoroso da expressão, com sua especificidade histórico-cultural e pelos usos de seu território, no comércio de povos extraditados da África e na produção açucareira e fumageira tão lucrativos para a economia do país.

Com uma área de 10.840 Km² e totalizando 1,7 % da superfície da Bahia, espaço territorialmente pequeno – se comparado com sua importância econômica – o Recôncavo é uma região essencialmente costeira, uma espécie de retângulo na direção nordeste-sudeste. Para ser precisa em sua localização, basta dizer que ele limita-se a leste, com o Atlântico; ao sul, com os municípios de Antônio Cardoso, Santo Estevão e Castro Alves; e, enfim, ao norte, com Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios. Ocupa boa parte da chamada planície litorânea, incluindo-se nele também o Planalto de Cruz das Almas e parte dos tabuleiros do Centro Norte. O Recôncavo está dividido em duas sub-regiões distintas: uma compreendendo a região metropolitana de Salvador e a outra, também chamada Recôncavo Sul, localidade em estudo. A região ocupa a faixa de terra que se localiza ao redor da Baía de Todos os Santos e é formada por 33 municípios. No mapa a seguir, encontra-se uma representação do Recôncavo em sua totalidade:

Figura 01 – Mapa do Recôncavo. Cidades do Recôncavo da Bahia



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia

Este mapa é uma figura representativa do Recôncavo da Bahia. Neste caso não separa a Região Metropolitana de Salvador do chamado Recôncavo Sul. A seguir, nas próximas páginas deste mesmo trabalho apresentaremos outro mapa ilustrativo na certeza de melhor especificar o Recôncavo Sul, e mais ainda, a área do Recôncavo Fumageiro que é o cenário de investigação e lócus desta pesquisa.

O relevo é pouco acidentado com subidas para o baixo planalto de Cruz das Almas, de aproximadamente 200 metros. O Paraguaçu representa o principal rio navegável. Assim, os municípios de Cachoeira e São Félix são edificadas entre um curso fluvial que oferece

condições para navegação, possibilitando passeios agradáveis nas águas do Recôncavo. O clima, e, por conseguinte, a vegetação dão unidade ao Recôncavo. Os ventos carregados de umidade penetram em toda a região, mas há neles numerosos microclimas, pois seu relevo é variado. Os ventos alísios, vindos do mar, depositam sua umidade em forma de chuva; e, conforme Mattoso (1992), os vales são verdadeiros corredores abertos às benéficas influências atlânticas. Mas é a predominância de um clima tropical quente e úmido que proporciona chuvas regulares durante todo o ano.

A água do Recôncavo brota de lençóis freáticos próximos da superfície, contribuindo para a predominância de sais minerais e a fertilidade do solo. Nesse sentido, sua paisagem sempre apresenta uma vivacidade que ilumina os olhos dos passantes, com campos verdes e vegetação colorida.

A colonização do território brasileiro teve o Recôncavo como um dos principais focos de irradiação. Conforme Rocha (1968), o povoamento do Recôncavo foi iniciado com a fundação da cidade de Salvador, por Tomé de Souza, em 1549. Em função da capital da colônia, as terras adjacentes foram ocupadas por plantação de cana, que logo se constituiu na principal atividade econômica da época. As excelentes condições da região favoreceram um desenvolvimento acelerado com rápido crescimento da população, transformando-a numa próspera e importante área do Estado. Derivando disso a formação da população do Recôncavo no que se refere às características raciais e sociais. Essa região está intimamente ligada a sua história, desde o período da colonização, quando os índios em sua predominância – os índios Tupinambás –, o branco português e o negro africano representaram as matrizes do processo de miscigenação, que ofereceram também os referenciais de cor e raça desta população.

Como expõe Mattoso (1992), essa região foi povoada pelos índios Tupinambás, que somavam, ainda no período dos três governos gerais, quarenta e sete aldeias. Mas, como a resistência indígena era muito grande, e com a legitimação do domínio português, aos poucos, esses índios foram sendo dizimados, resultando, inclusive, no gradativo despovoamento do Recôncavo e uma escassez de mão de obra. Uma das marcas da ‘agressividade da colonização’.

Muitos índios sobreviveram a esse processo de resistência à escravidão e à luta pelo domínio do seu território, mas não resistiram ao cruzamento com o colono português, dando origem, assim, ao que Mattoso (1992) expõe como o primeiro processo de miscigenação do Recôncavo da Bahia.

Não havendo possibilidade de capturar e escravizar o indígena, ocorreu a escravidão de povos extraditados da África. Coadunando com Oliveira (1987), o que era conjuntural transformou-se em estrutural: de substituto de mão de obra indígena, o africano passou a ser a mercadoria especial de amplo comércio internacional.

Assim, a presença mais marcante na região foi a dos negros, pois desde a colonização até o século XIX, devido à escravização desses povos extraditados/traficados da África, o Recôncavo continha a maior concentração de negros da Bahia. Segundo Azevedo (1968), essa demanda ocorreu por causa do crescimento da indústria do açúcar e das plantações de fumo, ambos usados inclusive para sustentar o tráfico de escravos. Foi no Recôncavo onde houve a maior concentração de escravos da Bahia, local que economicamente não poderia existir sem o trabalho do negro. De acordo com Viana Filho (2008), a exploração do escravo fazia-se racionalmente visando tirar dele o maior aproveitamento; o trabalho era do negro, sem ele nada se poderia fazer ou pretender. Portanto,

[...] a escravidão representou muito mais que um sistema econômico; ela moldou condutas, definiu hierarquias sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiqueta de mando e obediência. Em todos os locais onde existiu, seu final foi marcado por tensões sociais agudas, desentranhando antigas demandas e, ao mesmo tempo, forjando novos significados e expectativas de liberdade. (FRAGA FILHO 2006, p.26).

No entanto, a abolição foi programada pela elite dominante de forma gradual e segura, mas ocorreu num cenário de tensões e conflitos. Inicialmente, em 1850, houve a proibição do tráfico; anos depois, em 1871, foi a vez da Lei do Ventre Livre, seguida da Lei dos Sexagenários em 1885 e, finalmente, a abolição decretada pela Lei Áurea, em 1888. Durante essa transição, a elite se ocupava em pensar soluções para o problema da mão de obra. A discussão girava em torno ou do aproveitamento dos ex-escravos libertos ou da utilização da imigração europeia. Nesse ínterim, no sudeste do país, os fazendeiros já importavam escravos do Nordeste já que não podiam mais trazê-los da África.

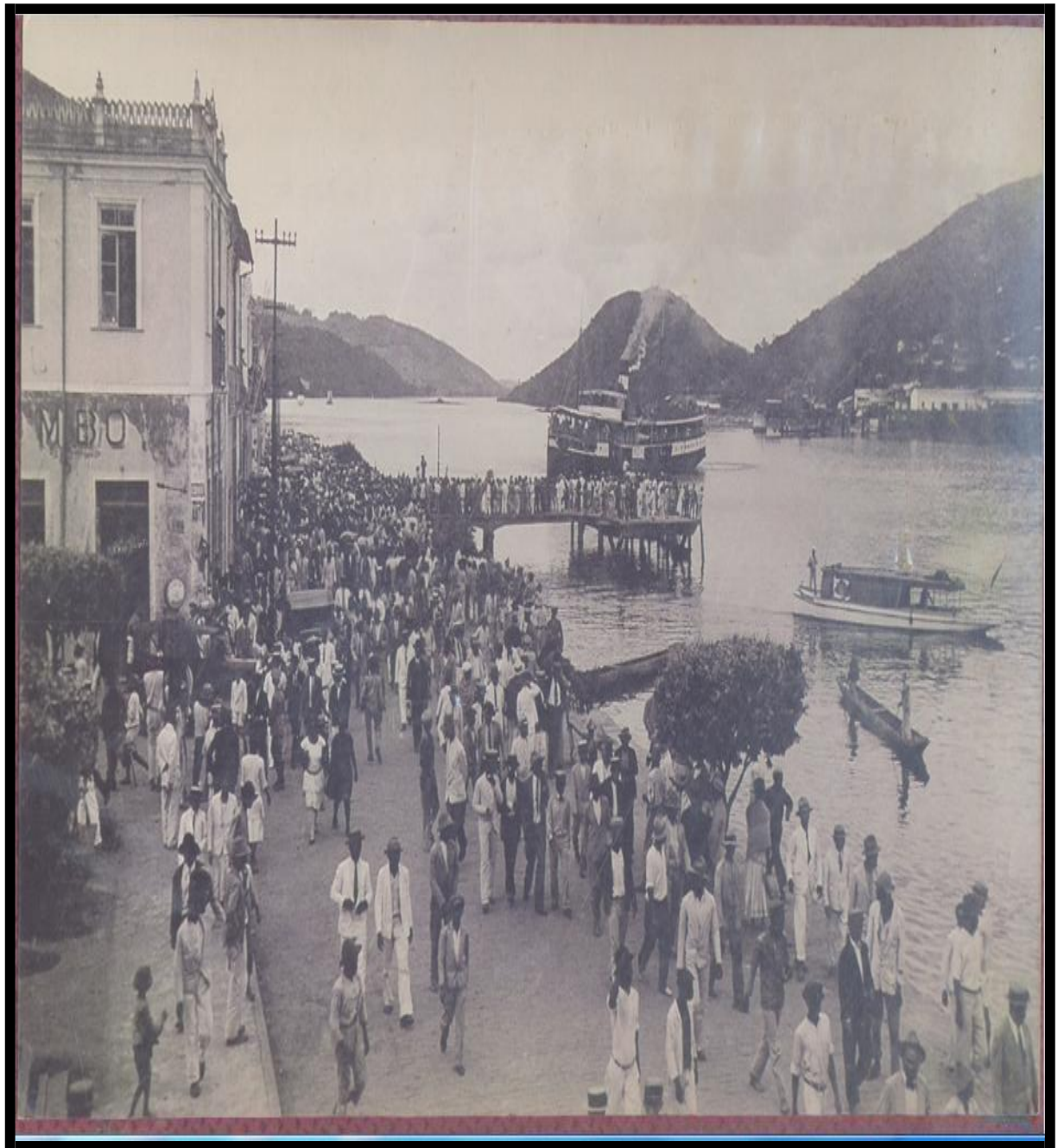
Outra estratégia também foi a utilização da força de trabalho de ex-escravos. O emprego para ex-escravos revelou-se como uma forma embrionária de assalariamento quando os senhores de escravos, para os quais aqueles já eram ociosos, “alugam”, aos empresários, a mão de obra que lhes sobra. Daí Oliveira (1987) afirmar que Salvador teve as primeiras formas capitalistas do Brasil.

Antes e depois dessa transição, o Recôncavo foi cenário do desenvolvimento de atividades econômicas muito significativas durante vários séculos, permitindo a acumulação de riquezas. Conforme Brandão (1997), essa acumulação teve como base tanto uma estrutura

de recursos naturais, favoráveis à produção de matérias primas de exportação, quanto a disponibilidade de mão de obra a baixos custos. Com um passado escravista, o Recôncavo assistiu, no alvorecer dos anos vindouros – do pós-abolição –, a migração de ex-escravos para as relações cotidianas de trabalho livre nas cidades.

Considerando as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 1980) com as informações da evolução demográfica do Censo, a Bahia, em 1890, tinha uma população de 1.919.802 habitantes. E, segundo Bastide (1980), 75,97% desta população era de negros, sendo que, relativamente proporcional a estes números, se encontravam os números do Recôncavo, funcionando como uma espécie de centro de irradiação negra do Estado. Corrobora para a assertiva acima, a imagem que segue logo abaixo.

Figura 02 - Movimentação Cívica no Porto de Cachoeira, em 1936



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

A Figura 02 demonstra a movimentação cívica no Porto de Cachoeira, no ano de 1936. O que a imagem revela são as marcas do Recôncavo, registradas na cor da pele de uma cidade, com a presença majoritariamente de negros, na década de 1930. Mesmo se tratando de uma imagem impressa, a figura demonstra e remete a uma aura de imponência fortalecendo a importância regional da cidade de Cachoeira dentro do Recôncavo baiano. A predominância de homens bem vestidos; roupa branca e chapéu preto; poucas mulheres, porém trajando

vestido de festa. É possível notar a predominância dos homens ratificando a crença que a mulher tinha pouca participação nas atividades políticas da época.

A partir de uma amostra da população por cor, das décadas de 40 e 50 do século XX, o IBGE (1980) apresenta para esta região uma população miscigenada, considerando, inclusive, maior tendência para a cor escura, coloração denominada por Azevedo (1968), para quem a possui, de mulato escuro. Assim, cruzando essas informações com Bastide (1980), é possível afirmar que a herança de elementos da cultura africana, os deslocamentos da população e as interpenetrações sociais e culturais que ocorreram em todo o Nordeste propiciaram, principalmente ao Recôncavo, a formação de uma população resultante de uma intensa fusão de diferentes elementos étnicos.

A presença dos elementos africanos, europeus e ameríndios, na formação desse povoamento, deu origem a uma região densamente miscigenada. Mas, foi a instalação das empresas de beneficiamento do fumo e de fabricação e exportação de charutos que trouxe outros grupos de estrangeiros. De acordo com Rago (1997), cerca de 3,5 milhões de imigrantes, sendo 112 mil alemães, entraram no país entre os anos de 1880 e 1930. Muitos deles estabeleceram-se na região e constituíram famílias, gerando uma integração entre grupos sociais diferentes. Tais conjunções históricas permitem focalizar variadas dimensões do lócus da pesquisa.

Outro fator que colaborou muito para a formação social do Recôncavo foi a mobilidade dos grupos, tanto em direção aos centros urbanos quanto em âmbito regional. Castro (1941) afirma que um forte indício desta mutação são as transferências das pessoas, principalmente para a capital, bem como a vinda de famílias pobres em busca de meios de vida nos serviços da indústria do fumo na região. Por consequência, esta região que se ergueu com a produção e manufatura do fumo é muito mais que um espaço geográfico, ou seja, ela é resultado de um processo histórico, apresentando em sua totalidade uma diversidade em seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

O Recôncavo é basicamente agrícola, cujas terras já cultivaram a cana-de-açúcar, o tabaco, a mandioca, o feijão, o milho, laranja, limão, coco e tantos outros gêneros de subsistência. Esse lugar foi cenário do desenvolvimento de atividades econômicas muito significativas durante vários séculos, permitindo a acumulação de riquezas. Conforme Brandão (1997), essa acumulação teve como base tanto uma estrutura de recursos naturais, favoráveis à produção de matérias primas de exportação, quanto a disponibilidade de mão de obra a baixos custos.

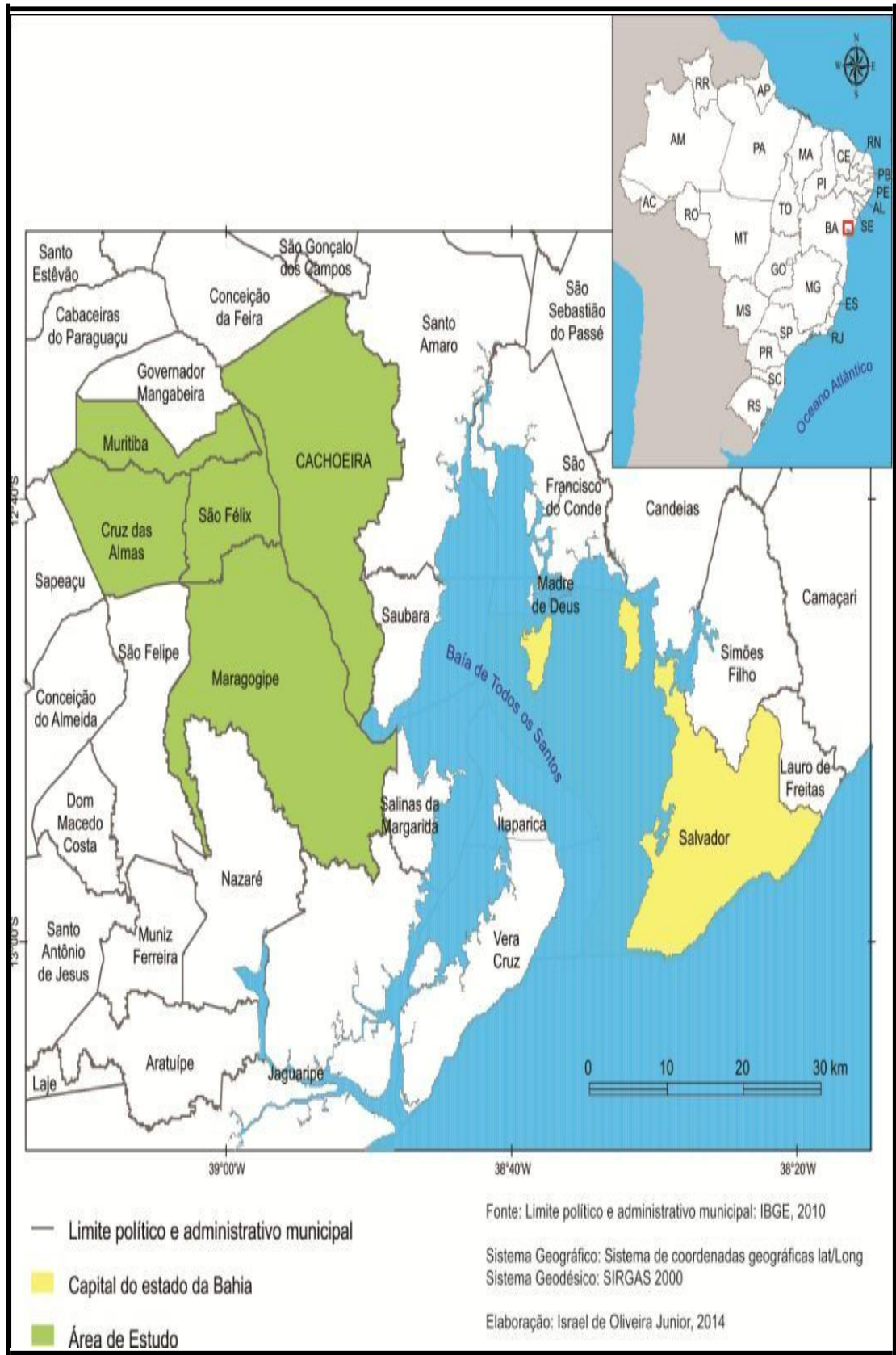
A atividade e a mentalidade mercantil e todo sistema de valores, a elas relacionados,

sempre representaram um dos principais atributos que historicamente fez parte da psicologia social do seu povo.

Portanto, a região tem representado a justaposição de áreas mais ou menos estanques, cada qual possuindo um tipo de economia diferente. Essa diversidade local é fruto de um processo em lento desenvolvimento. Esse processo sedimentou uma sociedade regional bem definida, assentada numa economia extremamente variada nos tipos e níveis de atividades. É uma sociedade cujo corpo é um sistema de estratificação social complexo. Assim, conforme Costa Pinto (1959), é possível fazer a distinção de diversas subáreas como: a zona da pesca e do saveiro; a zona do açúcar; a zona do fumo; a zona da agricultura de subsistência; a do petróleo e a zona urbana de Salvador.

Diante disso, o presente trabalho focaliza no Recôncavo, a zona fumageira que se encontra mais recuada em relação ao litoral, constituindo parte do chamado Recôncavo Sul. Segundo CEI (1940), esta zona estendia-se de Maragogipe a Santo Antônio de Jesus. Para efeito de estudo, trabalhei com as cidades de Cruz das Almas, Muritiba, São Félix, Maragogipe e Cachoeira, cidades onde estavam localizadas as indústrias de manufatura do fumo, conforme mapa (Figura 03) abaixo.

Figura 03 – Mapa do Recôncavo



Fonte: Mapa municipal IBGE, 2010.

Nestes municípios a cultura do fumo vem sendo complementada com o cultivo de feijão, mandioca, milho, hortaliças e frutas, associadas ao criatório de pequenos animais.

Um solo de massapê, encontrado ao norte da região, possibilitou o desenvolvimento, desde a colônia à agroindústria da cana-de-açúcar, constituindo-se uma das riquezas do Recôncavo. A cana-de-açúcar encontrou no solo massapê da região, conhecido por sua alta fertilidade natural, condições ótimas para se desenvolver, e foi o produto – no mercado exterior – que deu sustentação a uma aristocracia rural, durante mais de um século. O cultivo do açúcar na região era predominante; em virtude disso, o sistema que vigorava era o da agroindústria - mercantil, baseado na produção de cana-de-açúcar, ou seja, seu melhoramento nos engenhos e sua exportação em busca de mercados consumidores.

Desde o período colonial, caminhou até meados do século XIX um sistema de monocultura de produção de açúcar. Nesse sentido, de acordo com Mattoso (1978), os grandes latifúndios, monocultura e escravidão são elementos que compõem o patrimônio social da região.

Assim, a base econômica do Recôncavo foi apoiada, ao longo dos anos, na produção açucareira. Cruzando essa informação com as da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, CAR (1999), foi do cultivo da cana-de-açúcar que se formaram as primeiras riquezas locais. Prédios portentosos foram erguidos, sobrados, igrejas, fortes, engenhos e senzalas, muitos conservados e protegidos pela ação dos órgãos próprios dos governos Estadual e Federal, marcando um período em que os olhos do Brasil e da coroa se concentravam sobre a região. Devo ressaltar que este mesmo Recôncavo, com excelentes potencialidades econômicas, foi também o berço que viu nascer e formar grandes lideranças políticas da história da Bahia – Góes Calmon, Araújo Pinho e Octávio Mangabeira. Estes dados traduzem, em parte, o grau de importância social e econômica que a região do Recôncavo representa historicamente para a Bahia.

A história do açúcar, que vem desde o século XVI, fez-se desde cedo numa sucessão de prosperidade e depressão, isso por razões, de origem externa, mesclada por fatores gerados internamente; e, como aduz Brandão (1997), as primeiras dificuldades começam na primeira metade do século XVII com a invasão holandesa na Bahia e com as consequências da própria expulsão dos holandeses em Pernambuco, levando-os a instalar nas Antilhas um centro de concorrência externa à produção brasileira.

Este primeiro deslocamento da produção de açúcar para as Antilhas altera a economia do Recôncavo. Mas é no início do século XVIII que este deslocamento é definitivo e, de acordo com Oliveira (1987), Cuba e as Antilhas detêm a primazia na produção e comércio

internacional do produto, o que faz com que as economias da Bahia e Pernambuco sejam colocadas em posição secundária no quadro internacional, mas não excluídas.

É possível ressaltar que entre 1770 e 1830, o Recôncavo conseguiu sua revitalização econômica a partir do ciclo do açúcar. De acordo com Aguiar (1960), isso ocorreu devido à expansão do mercado interno e em consequência das guerras napoleônicas com sua repercussão negativa sobre a produção das Antilhas.

A Bahia vivencia o movimento contraditório de uma economia cujo motor estava fora, na demanda externa de açúcar, e nas deslocções dos espaços de produção, mas em que parte do excedente permanecia interno. Mais: a própria mercadoria “**escravo**” no centro do comércio. (OLIVEIRA, 1987, p.23. Grifo do autor)

Nesse sentido, quando ocorre a decadência do cultivo da cana-de-açúcar em função da grande concorrência das Antilhas – com seus solos mais produtivos e também sob mão de obra escrava –, o Recôncavo não alcança o aumento da produtividade suficientemente para reagir à concorrência. Isso se deve, inclusive, pelas limitações impostas pelo regime escravocrata, pois a produtividade da mão de obra escrava já havia alcançado seu maior patamar e ampliá-la era o mesmo que levar o escravo à morte, fato que muitas vezes ocorria devido à exaustão de trabalho. Nesse sentido, em seus estudos, Oliveira (1987) afirma que é nesse momento que o longo declínio da indústria açucareira baiana começa para somente se completar já no século XX, mas que a massa de excedente é tão volumosa que a oligarquia baiana transita rapidamente para outras atividades, e a primeira é a produção de tabaco.

No meados do século XIX, o Recôncavo e Salvador é sede de um sem número de engenhos de açúcar e rapadura, engenhos de aguardente, fábricas de tecido, fábricas de selas e arreios, fábricas de vela, de beneficiamento de produtos alimentícios, fábricas de charutos, bancos e uma companhia de seguro, mas esse aquecimento vai aos poucos perdendo altivez cujas raízes do fracasso têm um variado relato explicativo na literatura. Nesse trabalho, considerando como elementos decisivos para o desmantelamento do mercado, os estudos de Oliveira (1987) apontam como fator preponderante,

a ligação umbilical com o setor exportador e a sustentação da demanda interna criada pela dinâmica das próprias exportações. Breve é a forma de divisão social do trabalho e a das relações de produção da própria indústria que travam seu desenvolvimento. Ao cair a procura externa do produto clássico da exportação baiana, o açúcar, agonia que começa no século anterior, o fundo de subsistência dos escravos, que era parte do fundo de acumulação (somando-se aos capitais investidos na própria compra dos escravos e ao capital empatado nos outros meios de produção), resta apenas como fundo de subsistência. (OLIVEIRA, 1987, p.27)

Nesse caso, as formas de produção se contraem, passam a ser indicadores de uma possibilidade de assalariamento, mas, grosso modo, continua fixada na propriedade de escravos; deste modo, o reflexo da queda da demanda externa de açúcar se transforma em especial descendente para as indústrias de consumo interno.

Com tais elementos, o Recôncavo vivencia o desmantelamento da estrutura econômica, forte com suas raízes no açúcar, e começa a desenvolver uma estratégia que passou a ser a marca predominante anos mais tarde – agricultura de subsistência.

Todo esse cenário e antecedentes históricos têm também explicações complementares nos estudos de Pinto quando afirma que

[...] as principais exigências feitas ao trabalhador eram força física e obediência: ser homem disposto e fiel sempre foi, de acordo com o padrão tradicional, as principais expectativas que tinham em relação ao trabalhador os que empregavam o seu braço, reciprocamente, a falta desses atributos desejados era considerada a maior inconveniência. (1959, p. 129).

Nesse sentido, o que importava era o desempenho diante do trabalho braçal, e a ausência dessa força era considerada como preguiça ou malandragem. Além disso, a obediência vista como um valor essencial justifica o estado de submissão predominante até hoje no meio rural do Recôncavo.

E ainda, como o sistema econômico da época era baseado em relações pessoais e não contratuais, utilizando mecanismos atrasados de produção e nenhuma tecnologia, é possível que as principais características que se almejassem de um trabalhador fosse as qualidades físicas e morais e não suas qualidades como elemento de produção.

Todo resquício do padrão tradicional continua presente na forma de produzir do Recôncavo com um exército de mão de obra reserva e a ausência de um contra poder sindical, o que caracteriza em fator determinante para a exploração da força de trabalho. É possível afirmar que o binômio rural-urbano e as diferenciações entre organização agrária e organização industrial são processos ainda embrionários. A ausência da qualificação técnica e de especialização não ultrapassa, ou melhor, às vezes não alcança o nível artesanal. Essa estrutura aqui assinalada não é, portanto, reveladora da totalidade da questão em estudo, mas se refere, principalmente, ao Recôncavo produtor do açúcar e posteriormente do fumo. É evidente que a composição social desse grupo não era inteiramente homogênea. Então,

o estado larvário da técnica, o primarismo das operações de trabalho, a mínima intelectualização exigida pela execução das tarefas, a extrema simplicidade da divisão do trabalho e o pequeno grau de especialização de

função configuram tradicionalmente um paradigma de uma economia e de sociedade pré-industrial.(COSTA PINTO, 1959, p.129).

Esse modelo de economia se encontra fortemente marcado pelo espírito e interesse comercial que se confunde com os próprios fundamentos da conquista, ocupação e colonização.

O fumo foi outra das culturas coloniais do Recôncavo praticada desde cedo para fornecer tabaco que era trocado por escravos ou para venda na Europa. Foi a partir da segunda metade do século XVII que a cultura do fumo passou a ser a lavoura predominante no Recôncavo. Os solos onde são plantados, de composição sílico-argiloso e rico em humos, apresentam uma composição natural adequada à lavoura. Naquela época, de acordo com Lapa (1973), as propriedades naturais do solo associadas à fertilização com o esterco de gado, prática muito frequente em toda a região, determinavam a excelente qualidade dos fumos do Recôncavo. A figura 04, a seguir é a demonstração de uma plantação vigorosa, no distrito de Outeiro Redondo, município de São Félix. A utilização da zona rural como local de cultivo do fumo era uma prática cotidiana nas fábricas de charutos do Recôncavo.

Figura 04 – Plantação de Fumo da Fábrica de Charutos Dannemann. Distrito de Outeiro Redondo São Félix-Ba. Século XIX



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

A produção e exportação do fumo nessa região, na década de 1920, chegaram a ser a maior do país. Assim, a maior parte da população vivia em torno do fumo, ou seja, do seu cultivo ou do seu comércio. Sempre ocupada na lavoura ou engajada em uma série de ocupações ligadas ao transporte, secagem, armazenamento, beneficiamento e comércio do fumo. Parte desse cenário ainda existe até hoje, e esse trabalho, na maioria das vezes, é baseado na mão de obra familiar, como acontecia nas décadas de 50 e 60 do século XX, quando a prática da agricultura de subsistência era baseada na ajuda mútua com vizinhos e amigos.

Como consequência disso, por um lado, a persistência de tipos arcaicos de relações encontradas na estrutura agrária do Brasil e, por outro, atividades industriais nitidamente capitalistas em que predominam relações de trabalho puramente contratuais. Essa é apenas uma demonstração da diversidade estrutural da vida econômica e social do Recôncavo. Como expõe Costa Pinto (1959), enquanto as fábricas de charutos possuem tecnologia moderna e organização empresarial e o trabalho é pago com salários por hora ou por tarefas, nas lavouras do fumo, o trabalho é feito de forma tradicional e por que não dizer “atrasada”. Por outro lado, é importante ressaltar que não se pode denominar a atividade fabril das charuteiras como uma atividade moderna, pois a maior parte do trabalho era realizado de forma artesanal. A figura

05, a seguir, esclarece através do mapa a extensão da produção comercial de Fumo no Recôncavo. Fica evidente a predominância e a força dessa produção e comercialização no chamado Recôncavo Sul, principalmente até a primeira metade do século XX.

Figura 05 - Produção comercial de Fumo no Recôncavo



Fonte: BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In BRANDÃO Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador (BA): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p.32.

Mas a partir da segunda metade do século XIX, principalmente entre a abolição da escravidão e 1950, o Recôncavo perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política e terminou por quase isolar-se dos processos que desde então marcaram a vida nacional.

Nesse sentido, dois outros fatores concorrentes para a perda da posição regional foram: a exploração dos poços de petróleo, no período de 1950 a 1980, com sua ilusória explosão de prosperidade e rápido declínio; e a implantação do sistema rodoviário do Estado, com o traçado das principais vias tronco, privilegiando outras áreas próximas à capital, na função articuladora com o pólo dinâmico do Sudeste do Brasil, substituindo com vantagens a modalidade fluvial marítima e sua articulação com a ferrovia no trecho Salvador, Nazaré e Jequié. Portanto, os processos econômicos mais dinâmicos nesses anos passaram por fora do complexo do açúcar.

O advento da Petrobrás, apesar de sua estrutura gigantesca e de seu papel catalisador na ampliação e geração de intensas transformações no sistema viário, conforme Azevedo (1960), no mercado de trabalho, criou um mundo novo relativamente fechado, o qual se mostraria incapaz de revitalizar a região no seu conjunto.

De um modo geral, a influência da Petrobrás fez-se de forma desigual na região. A exploração do petróleo afetou profundamente a antiga área da cana. Como expõe Brandão (1997), é fácil imaginar os impactos da exploração do petróleo na velha região de origem colonial, território de produção açucareira e fumageira tradicional e da mais extensa rede urbana colonial brasileira.

Portanto, Brandão (1997) enfatiza que, economicamente, a Petrobrás, o Complexo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu tiveram muito mais impactos nos circuitos financeiros e de consumo centralizados em Salvador. Diante disso, ficou evidente que essa industrialização, voltada para a entrada de capitais de origem extra regional – e não em um processo progressivo de acumulação interno à região – viria marginalizar a economia do Recôncavo e a cobrar elevados custos para sua rede urbana e para a capital.

2.2 MULHERES E CRIANÇAS OPERÁRIAS: TRABALHO, TENSÃO, SUBMISSÃO E CONFORMISMO NAS FÁBRICAS DE CHARUTOS

A mão de obra utilizada no Recôncavo, historicamente, foi estruturada sob a força do trabalho escravo cujas atitudes, aspirações, defeitos, limitações e qualificações reproduzem o inevitável perfil de uma estrutura econômica tradicional.

Em seus estudos Oliveira (1987) destaca que o Recôncavo, no final do século XIX e início do século XX, passa a ser o grande mercado de produção, de exportação e de importação, disputando com o Rio de Janeiro o primeiro lugar como porto, mercado de escravos e praça de comércio.

A presença predominante da mão de obra escrava, durante séculos, empresta fisionomia a uma estratificação social que desde a colônia aparece como fundada na cor da pele e também baseada na condição social de seus membros. Se de um lado temos o senhor branco e proprietário de escravos e terras, do outro lado temos o servil, escravo responsável por executar tarefas na produção e manutenção das terras do senhor. Ainda de acordo com Matoso,

Surge assim de maneira absoluta e definitiva uma imagem da estratificação social brasileira pobre e imprecisa. Pobre, porque parece praticamente como se tivesse sofrido nenhuma alteração desde os primórdios da colonização até a época da industrialização moderna do século XX. (MATOSO, 1978, p.151)

Além disso, as condições concretas no ambiente de trabalho, a todo tempo, reafirmam a hierarquização e, para fortalecer essa lógica, há uma forte concorrência entre trabalhadores logo a partir da determinação da idade, pois a mão de obra farta, nova e mais barata poderia expulsar a velha. E nesse caso, o sexo feminino era o mais representativo numericamente, mas a mão de obra masculina também estava vendendo sua força no chão da fábrica.

Trilhando os caminhos tortuosos da pesquisa e analisando as fontes, eu sempre me perguntava: Onde estavam os homens do Recôncavo, já que as fábricas possuíam em sua massa trabalhadora a primazia numérica de mulheres charuteiras que, majoritariamente, em sua Ficha Funcional se declaravam solteira? Então, era necessário descobrir: Onde estavam os homens? Os documentos evidenciaram que a atividade fumageira abarcava também o labor na agricultura, que geralmente se sustentava utilizando a força do trabalho masculino e que, a atividade industrial de preparação e manufatura no trato das folhas do fumo, dentro das fábricas, no momento de pré-fabricação dos charutos, era também uma atividade que utilizava a mão de obra masculina, conforme ilustra a Figura 6 :

Figura 6 - Homens destalando as folhas de fumo na Fábrica de Charutos Dannemann. Século XIX



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

Em geral, sentados no chão ou em bancos, os homens representavam uma mão de obra significativa para realizar a atividade de “destalar as folhas de fumo.” Tal atividade significava um processo pré-industrial à fabricação do charuto. Era preciso deixar as folhas sem o talo, por isso, a expressão “destalar o fumo.” Após esta etapa, já com as folhas sem talo, era necessário estirar, organizar em fardos e amarrar. Com esta etapa concluída ficava muito mais rápido para que as charuteiras pudessem fabricar os charutos ou cigarrilhas. A participação dos homens, descrita neste processo, é ilustrada também na Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Trabalho masculino na Fábrica de Charutos Dannemann, 1938



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

Assim, na primeira metade do século XX desenrola o drama de um Recôncavo, no qual Salvador é a cidade sede do capital bancário, controlando o excedente do trabalho e cidades da zona fumageira, a exemplo de Muritiba, Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Cruz das Almas, que passam a sediar a fabricação de Charutos com as fábricas Pimentel, Dannemann e a Suerdieck. Estas cidades representaram o universo fumageiro mais importante do Brasil. Produziam um charuto tipo exportação, o qual abastecia um mercado consumidor exigente na Europa. Logo, o exército de reserva de mão de obra industrial,

uma imensa oferta de força de trabalho, é um dos principais fatores que fortalece a submissão experienciada, desde a infância, no miolo das fábricas de charutos, conforme ilustra a figura 8, a seguir:

Figura 8 – Mulheres e crianças no trabalho na Fábrica de Charutos Dannemann, em São Félix, 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

Diante desta quase “determinação” social se explica a passagem recorrente das mulheres e crianças pelo ambiente de trabalho nas fábricas de charutos, como exemplifica a

imagem acima. No cenário do interior das fábricas, a presença de crianças era um elemento que foi naturalizado ao longo dos anos. Primeiro, o trabalho começava a ser realizado em casa, ajudando a mãe – geralmente charuteira – a aumentar sua produção. Depois, essa criança era apresentada ao mestre como uma mão de obra pronta para ser aproveitada para o trabalho a baixo custo.

Situações como esta ilustra as condições sociais da população do Recôncavo sob a qual se concretiza a grande dicotomia da região: de um lado representa a riqueza que movia a economia do país, assentada nas indústrias de produção de excelência de charutos para a burguesia estrangeira, e, de outro, mostra a exploração da mão de obra de mulheres e crianças que se apegavam a este trabalho como único caminho para a sobrevivência.

Além da mão de obra das crianças, a baixíssimo custo, outra estratégia utilizada era a força de trabalho das charuteiras que trabalhavam por conta própria em suas casas, sem vínculo empregatício. As charuteiras que se apresentavam nessa situação recebiam rendimentos muito inferiores aos que recebiam as trabalhadoras contratadas; além disso, trabalhavam muito mais horas para cumprir a “tarefa” determinada. Por isso que a mão de obra de toda família era utilizada para cumprir a produção. Assim, de acordo com a depoente, a charuteira D. Maximiniana Silva dos Passos, identificada pelo método de ligação nominativa de fontes,

[...] Quando chegava aquele tempo que não tinha muita encomenda, os pedidos de fora diminuía, aí a fábrica mandava trabalho pra gente fazer em casa. Mas era ruim porque o dinheiro era bem menor. Eu nunca fui mandada pra casa. Meu charuto era bem feito [...] eu me esforçava muito [...] eu nunca procurei brincadeira na hora do serviço [...] não sabe? Mas tinha gente lá, que toda vez que tinha corte, era mandada pra casa. Principalmente aquelas que não davam produção. A produção era 125 charutos por dia, e eu sempre passava da produção, ajudava minhas colegas. Sempre fui uma operária que não dava trabalho. Eu trabalhei lá vinte e seis anos e três meses na carteira, até me aposentar [...] Quando fui pra casa, fui de vez.
(INFORMAÇÃO VERBAL-DEPOIMENTO¹¹)

Três resultados interessam comentar: as suspensões da utilização da força de trabalho ocorriam em período de menor exportação; quanto mais perfeição no trabalho, menor a probabilidade de ser dispensada; quanto mais jovem, maior a probabilidade de não ser dispensado também, pois os mais jovens, com menor tempo de fábrica, representavam os salários mais baixos, os quais poderiam ser mantidos a baixo custo.

O conjunto de elementos assinalados serve para colocar em evidência que o tempo que cada charuteira era colada no trabalho informal ou o chamado trabalho por conta própria, não

¹¹ Depoimento de D. Maximiniana Silva dos Passos, 87 anos, em entrevista realizada em setembro de 2014.

era precedido de aviso ou preparação. Conseqüentemente, no cenário do Recôncavo fumageiro havia entre as famílias certa instabilidade no orçamento familiar e, por consequência, o baixo prestígio na hora de realizar as compras no comércio local, pois a situação econômica gerava desconfiança e medo por parte dos comerciantes. Então, a trabalhadora que estava com carteira assinada na fábrica ostentava mais prestígio na hora de comprar do que a trabalhadora que estava em casa trabalhando por conta própria. Havia um temor, instalado por parte do comerciante local, de que a trabalhadora autônoma poderia não conseguir honrar o compromisso financeiro. Assim,

[...] quando a gente tava na fábrica, no armazém tinha o valor da compra que a gente podia comprar pra pagar quando recebesse dinheiro. Mas quando a pessoa tava trabalhando por conta própria, o valor que podia comprar baixava. Era difícil a situação naquelas casas que tinham muitos filhos, porque já tinha aquela quantidade de comida que precisava comprar por semana. Aí quem podia comprar mais, comparava pra colega, e quando elarecebia dava o dinheiro [...] (INFORMAÇÃO VERBAL-DEPOIMENTO¹²)

Nesse caso, chegar a ser colocada para trabalhar em casa por conta própria, representava uma condição de inferioridade na fábrica e um impacto direto na vida e na organização do orçamento familiar. Conforme depoimento, ainda que este tipo de julgamento pudesse ser acolhido com reservas, fato é que charuteiras passam a desenvolver uma consciência social e coletiva, uma solidariedade coletiva de ajuda mútua, mesmo aceitando as dispensas temporárias como naturais, sem afirmar a consciência de classe social. Em seus estudos, Oliveira (1987) aduz que o problema da constituição de “classe com consciência” dificilmente se realizará; falta-lhe uma internalidade que a própria situação material torna permanentemente ambígua, o que lhes rouba a possibilidade de identificação. Assim, o que podemos dizer é que havia uma espécie de solidariedade coletiva que é ainda mais reveladora quando a depoente afirma

[...] como a gente já sabia, aquelas amigas que não dava a produção e não fazia seu trabalho com muita perfeição, a gente sempre ajudava e ia mostrando o jeitinho de fazer o charuto direitinho, porque ,aí, quando tivesse corte pra ver se ela não era dispensada. Principalmente aquelas amigas que a gente sabia que tinha muito filho, e às vezes não tinha marido [...] (INFORMAÇÃO VERBAL – DEPOIMENTO¹³)

Aqui, a perspectiva de dar conta da especificidade profissional sem ter formação

¹² Depoimento de D. Maximiniana Silva dos Passos, 87 anos, em entrevista realizada em setembro de 2014

¹³ Depoimento de D. Maximiniana Silva dos Passos, 87 anos, em entrevista realizada em setembro de 2014

prévia para ser charuteira, representada pela força de trabalho da mulher e da criança – geralmente negra –, é uma forma de deixar com a trabalhadora a responsabilidade de sua dispensa. Ela própria é culpada e responsabilizada pela não continuidade do trabalho com carteira assinada. Esta é mais uma marca cruel assinalada em nome da acumulação do capital, no interior das fábricas fumageiras.

As charuteiras, geralmente chefes de família, sustentavam suas casas e se responsabilizavam pela alimentação e educação de sua prole, na maioria das vezes, numerosa. Por isso a importância do trabalho para cada mulher e cada criança, e a importância da solidariedade vivenciada entre elas no mundo do trabalho. Para além de tudo isso, é importante ressaltar que

há um forte elemento histórico no Recôncavo que marca flagrantemente sua história: o fato de que a sociedade baiana nasceu sob o estigma do trabalho escravo. A cor não é, historicamente, o elemento decisivo: mas o trabalho escravo se metamorfoseia na cor. Do que decorre que a cor sempre será um determinante fundamental. (OLIVEIRA, 1987, p. 107).

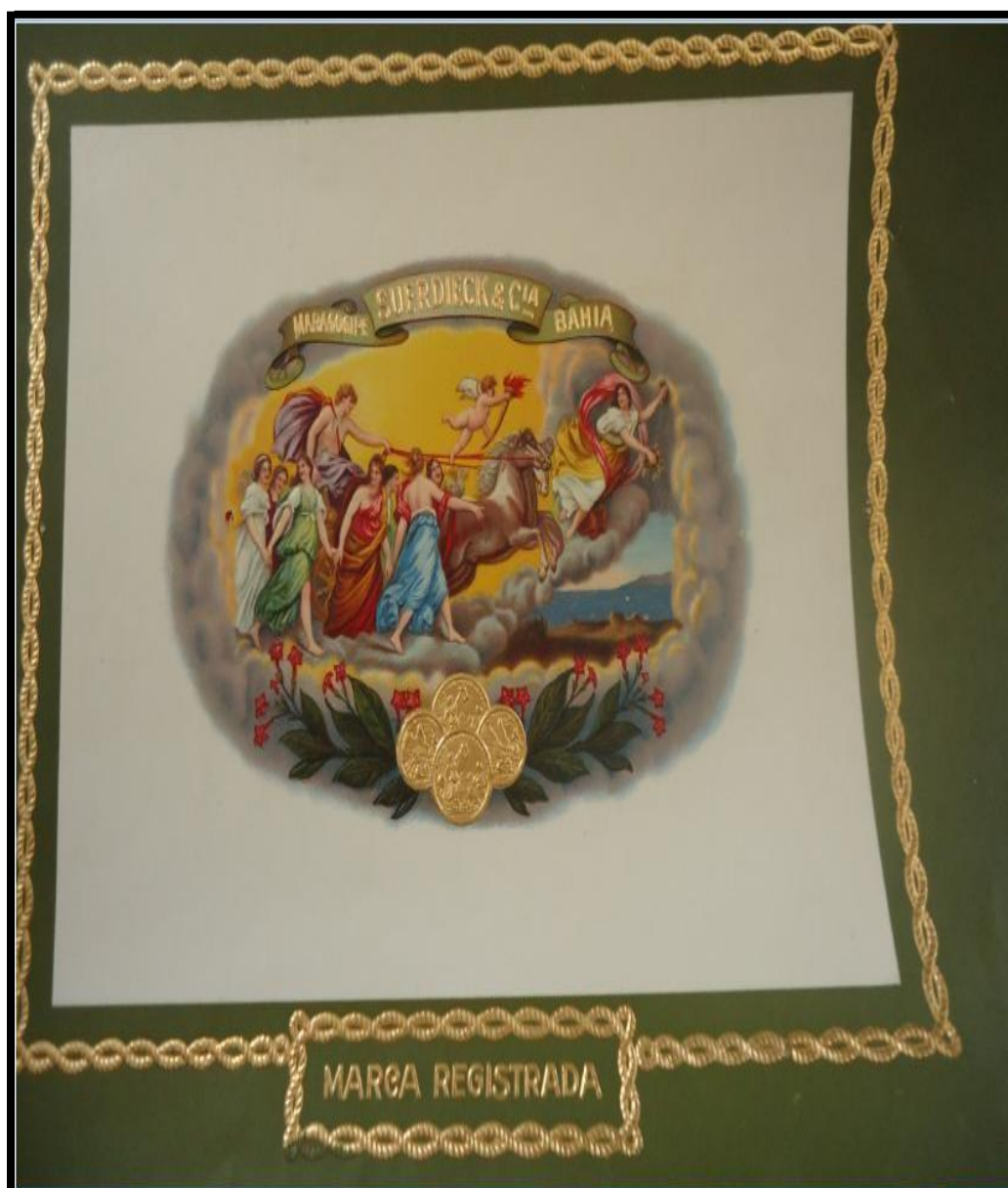
Essa herança histórica não pode ser desprezada nem dissimulada, pois se apresenta como elemento fundamental para a constituição das classes no Recôncavo Fumageiro fabril. As explicações, creio que são longas demais para serem descritas aqui nesta tese; mas, para simplificar a escrita sem perder o elo político deste trabalho, é necessário esclarecer que de um lado estava numa condição precária, embora numa ordem não escravocrata, o operário subserviente, sem condição de mobilidade social, em geral mulheres e crianças negras, submetidas aos caprichos do patrão e do capital; e de outro, estava sob a imponência da “representação” da burguesia, o patrão, dono da fábrica, geralmente estrangeiro, como os Dannemans e os Suerdiecks. Esse cenário era a representação do Recôncavo em emergência e mantido pela ação da passividade e da ordem estabelecida e petrificada ao longo do ciclo do fumo, mantendo seus resquícios por longos anos.

No caso de uma empresa que apresenta nas pequenas cidades fumageiras uma possibilidade de compra da mão de obra, uma espécie de resposta para as aspirações locais, representa a tábua de salvação. Portanto, nada se reivindica contra ela, mas a favor dela. Foi este o cenário em que se instalaram as indústrias de beneficiamento do tabaco e produção de charutos.

Em termos simples a fábrica de Charutos do Recôncavo sempre gozou de adesão absoluta por parte da comunidade local. Era sinônimo de possibilidade de emprego da mão de obra, e também da utilização da matéria prima vinda do trabalho da agricultura na zona

rural local. Ao garimpar e analisar as fontes, nenhuma palavra encontrada representa qualquer hostilidade à presença da fábrica de charuto no lócus da pesquisa. Muito pelo contrário, os símbolos e logomarcas de cada fábrica sempre foram peça de exposição e destaque em cada cidade sede. Detiveram, por muitos anos, importante parcela de poder e destaque. Na figura a seguir, o símbolo da Fábrica Suerdieck:

Figura 9 - SÍMBOLO SUERDIECK & CIA – BAHIA



Fonte – Arquivo Público Municipal de São Félix

Neste trabalho não há intenção de identificar qual a fábrica possui maior destaque social ou econômico historicamente, nem a ordem cronológica de seu surgimento, e muito menos, descrever qual delas deteve maior quantitativo da força de trabalho. Interessa, no

entanto, caracterizar o cenário no qual estão inseridas e a repercussão social de tal inserção.

Vale destacar que a três fábricas principais foram a Dannemann, a Suerdieck e a Pimentel, e que todas elas tinham ligações produtivas com fábricas menores, os chamados “fabricos agregados”, ou seja, pequenos pontos de fabricação de charutos, os quais somavam em torno de sessenta e cinco no total, distribuído por todo Recôncavo produtor de fumo.

Os símbolos das fábricas apresentam diversas semelhanças, quanto mais brilho possuísse, melhor seria sua visibilidade no mercado. Numa época em que as feridas e as mazelas da utilização do fumo não faziam parte da discussão sobre saúde pública, a produção de charutos seguia fortalecendo a lógica do capital. Para melhor exemplificar, o símbolo da Suerdieck é composto por imagens de anjos numa espécie de paraíso sobre as folhas de fumo e moedas de ouro. A imagem, sem nenhuma dúvida, simboliza a paz, a riqueza e o prazer. Estes seriam os atributos dos consumidores dos charutos.

No mesmo sentido, e sem buscar estudos históricos comparativos, o símbolo dos produtos Dannemann, possui um notório e proverbial destaque ao nome da marca em cor de ouro, numa espécie de padrão fixado, o qual denota claramente o excesso de cores como um modo adequado de chamar atenção e ajudar a ampliar as vendas e causar boa impressão do seu produto.

Figura 10 – Símbolo Dannemann



Fonte – Arquivo Público Municipal de São Félix

Em suas origens o Recôncavo teve o negro escravo para fazer produzir, após a “abolição” da escravatura – conforme Pinho (1944) –, é o “tabaréu” do Recôncavo o incumbido de criar e produzir algo. Com o Estado atrasado dos níveis técnicos das operações de trabalho, a intelectualização não aparecia como valor positivo para ampliar a produção. Pode-se dizer que esse valor só passa a ganhar força na região nos setores agroindustriais.

Uma prova disso é que nas usinas açucareiras, como afirma Mattoso (1974), a mão de obra dos operários mais velhos sempre foi bem requisitada, principalmente pela passividade e fidelidade, mesmo sabendo que esses operários antigos apresentavam muitas vezes um desempenho rotineiro e menos eficiente. Isso ocorria porque os usineiros da época temiam exatamente as características do trabalhador industrial de novo tipo, que aos poucos ia surgindo na região. Eles apresentavam maior eficiência e produtividade, mas, em compensação, demonstravam alguma consciência de classe, mais espírito associativo e até sindical, buscando, muitas vezes, o desenvolvimento de uma proposta reivindicativa sempre baseada na legislação trabalhista, tendo em vista menos servilismo, obediência e fidelidade

pessoal.

Só houve uma pequena transformação nas relações de trabalho devido ao lento e natural desaparecimento dos operários antigos, por morte e aposentadoria, e também por causa do surgimento de mudanças na estrutura das empresas e na mentalidade patronal. Este fato reflete ainda, de acordo com Vilhena (1969), uma implicação fundamental de um lento processo de mudança social que se manifesta em todos os setores da estrutura econômica e social de região.

Por tudo isso, mesmo admitindo que os critérios de eficiência e qualificação estão vencendo a obediência e a fidelidade pessoal ao patrão, é fácil compreender o porquê da presença muito forte da secular relação de trabalho servil e da própria mentalidade e postura de total subserviência por parte do trabalhador, principalmente no meio rural do Recôncavo fumageiro.

Dentro desse padrão tradicional, o trabalho é apenas para entreter a vida cotidiana, ou seja, para comer, beber, vestir e morar; e, conforme Costa Pinto (1959), para o trabalhador comum não faz nenhum sentido a ideia de trabalhar para acumular e enriquecer.

2.3 A LABUTA NO COTIDIANO DAS MULHERES NO CHÃO DA FÁBRICA: DOMINAÇÃO, SUBORDINAÇÃO E OUTRAS HISTÓRIAS

Não será possível historiar a vida de cada mulher trabalhadora, até porque este não é o objetivo desta pesquisa. Porém, o trabalho das mulheres fumageiras faz parte, de modo visceral do objeto de estudo. Portanto, até onde as fontes alcançaram, a vida no trabalho cotidiano das mulheres fumageiras foi permeada por tensões, protestos, manipulação e submissões, com predominância destes dois últimos, cuja estrutura do poder da organização hierárquica das fábricas, em muito, se encarregava de oprimir a consciência democrática das trabalhadoras e dos direitos, constituindo em elemento de amargo ressentimento. Nesse caso, o depoimento explicita:

Na hora de trabalhar era pra ficar sentada na banca; tinha dia que as pernas ficavam inchadas; as costas e a nuca doendo muito; Era péssimo ficar sempre na mesma posição. Eu tinha certeza, que se eu pudesse mudar a posição da banca fazia uma quantidade maior de charutos. Mas quando falava com o contra mestre e perguntava se podia mudar, a resposta era não. Nada de fazer como a gente queria. Tinha que ficar no lugar.¹⁴Eu ficava com raiva, muito cansada, mas também não dizia nada. Eu sozinha não [...] todo mundo, na verdade queria mudar de posição um pouquinho. Mas, o

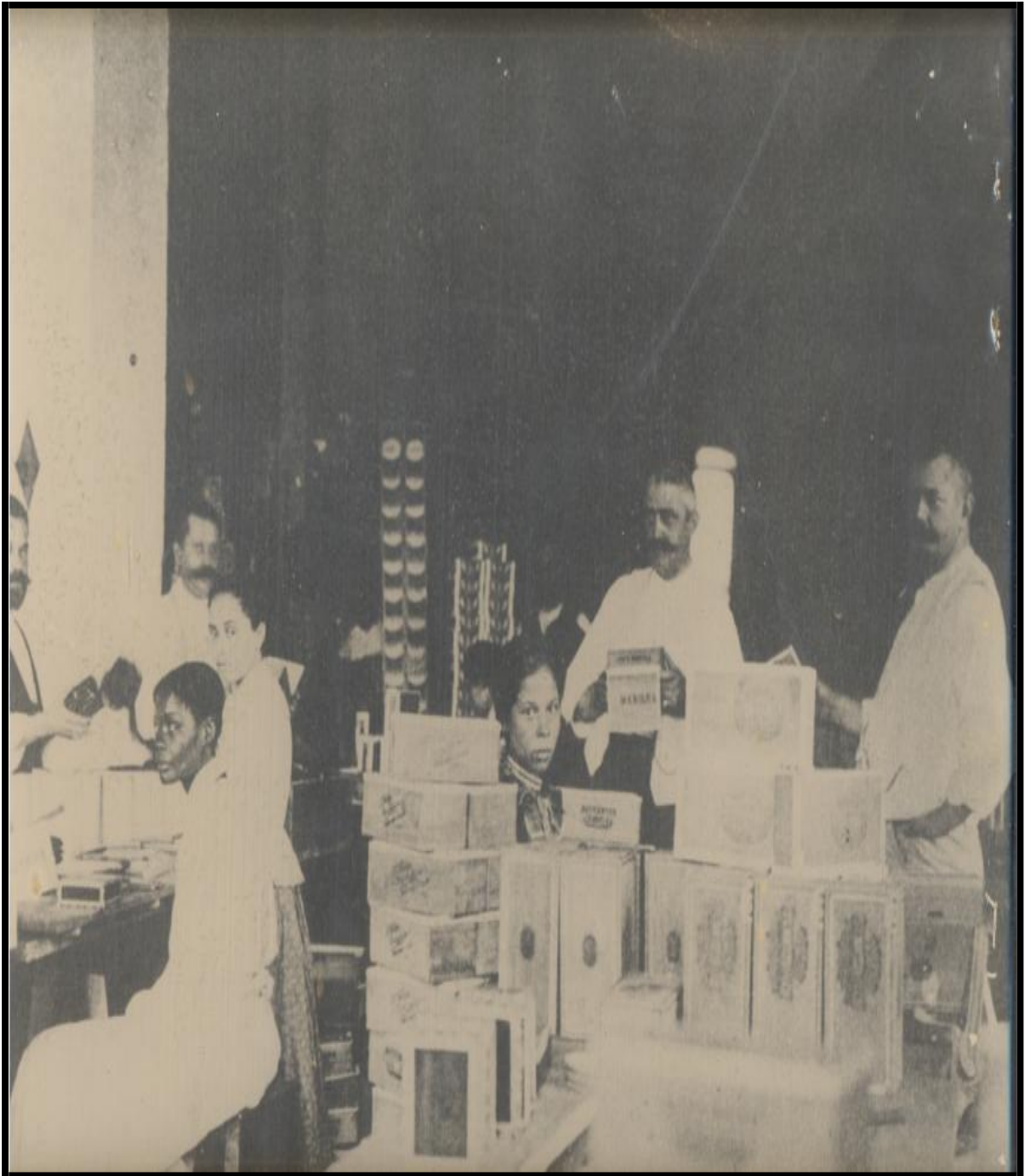
¹⁴ Cada charuteira tinha sua banca determinada. Banca era o nome dado ao mobiliário utilizado para a fabricação dos charutos. Uma espécie de mesinha com um banco alto. Tal mesinha e banco tinham altura padronizados e lugares determinados, para assegurar a melhor utilização do espaço físico e otimizar a organização da produção fabril.

trabalho era ordenado pra ser feito sempre sentada, do mesmo jeito, na beira da banca. A banca era alta, já na medida da gente ficar [...]. Ninguém reclamava porque sempre foi dito que ordem era pra ser cumprida e quem achasse ruim deveria ir embora. Mas ninguém podia perder a vaga. Se a vida já era difícil com o trabalho garantido, imagine sem o trabalho! Desde menina que dentro da fábrica a gente aprendia a ouvir e obedecer. Quando a gente saía de casa, mamãe ensinava que lugar de trabalho era pra obedecer. Ensinava que o mestre e o contra mestre não gostavam de contestação. E lá em casa, mamãe ainda me alertava que não era pra me juntar com aquelas que gostavam de reclamar, de chegar atrasada, de fazer o que não era permitido. Mamãe sempre me disse que lugar de trabalho não era lugar dessas coisas e, dizia também, que ordem [...] era ordem, e devia ser obedecida. Tanto que eu sempre fazia tudo dentro do que era determinado. E pra falar a verdade, a maioria que trabalhava, sempre procurava cumprir as ordens determinadas. Tinha uma ou duas que ficavam tentando reivindicar coisas. Mas também quando tinha corte na produção, elas eram logo cortadas. E no caso delas, não tinha pedido de ninguém, que fizesse elas serem recontratadas outra vez. A gente ficava com pena, mas, ninguém podia fazer nada. E uma vez uma colega foi pedir por outra, o mestre disse logo que se ela insistisse saíam as duas. Por isso, sempre entendi que devia ficar quieta em meu canto; cumprir minha obrigação e nada de tomar as dores de ninguém. Sempre precisei do meu trabalho e desde criança zelei por ele. (INFORMAÇÃO VERBAL- DEPOIMENTO)¹⁵

Nestes termos subverter a ordem não era a característica mais marcante das mulheres charuteiras. O controle dos impulsos, o pouco uso da fala em público, nenhum debate das questões trabalhistas, pareciam inerentes à postura das trabalhadoras das fábricas. O trabalho realizado sempre supervisionado pela figura masculina, conforme ilustra a figura, a seguir:

¹⁵ Depoimento de D. Nair Souza Lima, Charuteira, 90 anos. Entrevista realizada em 20/02/2012, Cruz das Almas

Figura 11 - Trabalho das mulheres sob a supervisão do mestre. Fábrica de charutos, 1938.



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Em geral, derreadas pelo cansaço, o que não implica ausência de habilidades para a execução das tarefas, mas a super utilização da força de trabalho, as charuteira assumiam suas tarefas com lisura de atitude e cotidianamente com alegria. Conforme tal paradigma, construído ao longo dos anos, e por muito tempo mantido como modelo estabelecido, caracterizava um ambiente de trabalho em que a mulher laboriosa, independente do credo

religioso e da utopia política deveria permanecer virtuosa. A Figura 12, a seguir, é uma ilustração, do trabalho feminino sempre supervisionado pelo mestre e da maneira de sentar que o depoimento anterior denuncia.

Figura 12 - Trabalho feminino, realizado “sentada na banca”. Década de 1930



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

As charuteiras recebiam ordens e silenciavam; facilmente manipuláveis navegavam na direção da correnteza, ou melhor, diante de condições econômicas precárias, seguiam o caminho mais seguro para manter o trabalho e obedeciam todas as normas e regras para continuar ocupando as vagas nas fábricas. Não se pode dizer, porém, que as fontes revelaram que a maneira como eram tratadas forneça um arsenal de instrumentos que permitam perceber injustiças. Mas, a análise de tal documentação aponta, sobretudo, a imposições de ordens.

Assim, em notável medida, na vida do trabalho a mulher operária fazia opções de não se posicionar diante de fatos e situações de exploração do trabalho. Elas desfrutavam da

oportunidade de trabalho oferecida pelo capitalismo, utilizavam seu potencial produtivo sempre no sentido de produzir mais e da melhor forma para ampliar sua recompensa, ou simplesmente manter sua vaga. Assim, tais mulheres seguiam nas fábricas plenamente ajustadas às necessidades de acumulação do capital.

Ficou evidente que estavam direcionadas à mulher funções diretamente econômicas. No cenário fabril do período estudado (1925 – 1946) não houve avanço da tecnologia material, e muito menos, a substituição da força de trabalho manual por maquinaria. A fabricação de charutos sempre significou, portanto, a realização de um trabalho artesanal. E a produção da mais valia era possibilitada pela elevação da produtividade diária de trabalho manual de cada mulher trabalhadora.

Nunca retratada ou cuidada de maneira afetuosa e individualizada, no bojo deste trabalho, por vezes parafraseando a documentação estudada, pensar em mulheres significa pensar no plural, e não numa mulher singular, única. Aliás, no contexto fabril na maioria das vezes, as mulheres trabalhavam sob a dominação econômica e política para aumentar a possibilidade da garantia de emprego, pensamento útil à manutenção das condições de reprodução do sistema capitalista.

O desejo obsessivo de produzir cada vez mais charutos por dia era um poderoso filtro alimentado, ao lado, simultaneamente do discurso de fazer cada charuto ou cigarrilha com o máximo de perfeição, como requisitos elementares para aumentar seus parcos rendimentos mensais como forma de ganhar a vida. Outra fala digna de nota é a explicação da charuteira D. Nair Souza Lima, 90 anos, quando menciona sua produção:

Todo dia quando saía de casa a gente ia determinada a cumprir a produção. Mas se pudesse fazer mais do que a produção, era melhor ainda. Eu sempre fui exemplar. Comigo não tinha isso de enrolação, de ficar demorando pra fazer meu trabalho. Até na hora do almoço eu não demorava não. Lá na fábrica sempre ficou claro que quem fazia mais charutos ficava mais bem cabida. O mestre olhava muito isso! E, em caso de corte, isso também contava ponto positivo. Quem trabalhava rápido e com charuto bem feito era difícil sair, ser dispensada quando tinha corte. Sempre tinha corte de gente [...]. Parece que era quando não tinha pedido de charutos ou quando diminuía o tamanho do pedido. Sabendo disso, então, a gente se esforçava pra fazer a produção e ainda sobrar o tempo de limpar a banca, deixar tudo organizado e até adiantar o trabalho do outro dia. Além disso, sempre levei trabalho pra casa. Era uma forma de completar o dinheiro que recebia pelo trabalho que fazia lá dentro. Em casa, durante a noite adiantava, e levava a produção pela manhã. [...] Pra fazer em casa os trabalhos mais comuns era destalar o fumo e também a fabricação dos charutos [...]. Sim destalar o fumo [...]. Tirava o talo do meio da folha e levava a folha bem esticadinha amarrada. A gente estirava o máximo que podia. Daí, na hora de fazer o charuto já ficava bem mais prático e rápido. Na fábrica sempre fui

charuteira. Mas destalar o fumo foi o que sempre preferia levar pra fazer em casa. Achava melhor de fazer porque não cansava tanto. Porque fazer o charuto tinha que ser com muita perfeição e paciência. E de noite, com sono, fazendo comida pra levar no outro dia; fazendo os trabalhos da casa, o tempo era curto. E se fosse pra fazer pouco charuto não adiantava nada porque o dinheiro era pouco. E mais, se fizesse mal feito não levava mais nada pra fazer em casa. É porque quem não tinha perfeição no trabalho, não tinha direito de levar tarefa pra casa não. Eles sempre escolhiam aquelas pessoas mais cuidadosas. Por isso que eu sempre levei. (INFORMAÇÃO VERBAL-DEPOIMENTO)¹⁶

No contexto fabril ter uma produção pequena, ou seja, não alcançar a meta da produção diária estabelecida internamente em cada fábrica por seus gerentes, e também não realizar o trabalho com perfeição, ou seja, produzir charutos com tamanho e formato padronizado e adequado, significava a dicotomia fracasso e sucesso. Neste caso, fracasso significava um fator de marginalização da mulher para este mercado de trabalho. Assim, a realização “de forma imperfeita” era um fator para a dispensa de uma charuteira na fábrica, nutrindo na trabalhadora a ideia do fracasso individual gerando imediatamente a incapacidade de sustentar sua prole.

Mesmo exaurindo as forças do corpo, levar uma tarefa para fazer em casa também significava ter mais prestígio laboral. Isso porque, fabricar os charutos e realizar demais tarefas com perfeição, também era requisito de ascensão. A análise de tais elementos representa e explica que mesmo trabalhando no mesmo ambiente, sempre havia uma certa competição entre as mulheres charuteiras. Era uma espécie de ambição desmedida para manter seus lugares, sua vaga e mais ainda, garantir seu sustento e de sua prole. Diante dessa constatação, neste trabalho considero esclarecedores os estudos de Saffioti (1984)

[...] opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos. Antes, eles se apresentam como dimensões específicas e um mesmo processo multidimensional. Ainda que sua raiz seja de natureza econômica, este processo apresenta outras dimensões: política, cultural, social, sexual etc. Nas sociedades pré-capitalistas, graças ao disfarce jurídico religioso do qual se reveste a base econômica, as faces da opressão e da exploração deste processo de subordinação da mulher aparecem inextricavelmente ligadas. Com a relativa autonomia do processo econômico nas formações sociais capitalistas, torna-se possível, para fins analíticos, distinguir entre o aspecto opressão e o aspecto exploração da mulher. Entretanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que opressão e exploração não têm um fundamento diferente. Em última instância, ambas estão enraizadas na economia, ainda que a dimensão opressão se faça revestir de evidentes elementos ideológicos. A opressão, aparentemente enraizada serve aos propósitos últimos no sistema de produção capitalista, funcionando como veículo de exploração

¹⁶ Depoimento de D. Nair Souza Lima, Charuteira, 90 anos. Entrevista realizada em 20/02/2012, Cruz das Almas.

propriamente econômica, seja direta, seja indiretamente. Em outros termos, a opressão, mais visível nas relações de dominação-subordinação, serve à exploração na medida em que os fenômenos naturais, irracionais, são reelaborados socialmente de maneira a poderem se apresentar como fatores de ordem racional que controlam a competição entre os seres humanos de modo a marginalizar grandes contingentes de mulheres (SAFFIOTI, 1984, p. 19).

Coadunando com as ideias da autora, com enorme clareza, posso afirmar que as motivações para produzir cada vez mais charutos e com maior perfeição se constituíam como elementos de opressão enraizados no sistema de produção capitalista no qual a exploração econômica era elemento principal, num cenário em que as mulheres charuteiras não vislumbravam nenhuma outra possibilidade de trabalho.

O cenário histórico do Recôncavo fumageiro contava com um grande número de mão de obra feminina reserva, pois parte das mulheres em idade produtiva não exerciam nenhuma atividade laboral fora de casa, convivendo com carências econômicas, condições, portanto favoráveis para que fosse estabelecida a subordinação, exploração e dominação. Em outras palavras, esse cenário, nos leva a refletir que,

as mulheres são duplamente marginalizadas: por sua classe social e por seu sexo. Ainda que o sexo seja uma dimensão comum e, por conseguinte e, esteja presente em todos os tipos de sociedade, sua manipulação social varia segundo o modo de produção. A sociedade capitalista apresenta uma brutal capacidade para camuflar esta reelaboração social do fator natural sexo. A mulher, em virtude de seus característicos biofisiológicos, apresenta-se como obstáculo ao desenvolvimento social, quando, na verdade, é a utilização racional que a sociedade faz destes característicos que a impedem de se desenvolver enquanto ser humano. Os preconceitos são, assim, utilizados racionalmente a fim de dar lugar à dimensão opressiva da inferiorização da mulher. Sua condição de oprimida manifesta-se, sobretudo, na divisão social do trabalho, processo através do qual se viabiliza sua exploração. (SAFFIOTI, 1984, p. 20)

Nesse sentido, no cenário estudado a exploração pode ser analisada também quanto a estratificação social considerando o nível de educação. O fenômeno da não escolarização, que tem suas raízes históricas e recentes na economia, expõe as mulheres do Recôncavo Fumageiro numa condição de estratificação social, multidimensional: gênero, escolaridade, classe, idade e raça. Todos enraizados no plano econômico.

Tal condição multidimensional constitui o cenário da fábrica em que as mulheres, em sua maioria, não alfabetizadas aparecem em suas fichas funcionais sob o arrougo de homens geralmente alfabetizados. Estes homens, mestres ou contra mestres, ocupando funções de maior prestígio dentro da fábrica, fortalecendo o ideário difundido pelos aparelhos

ideológicos do Estado de que o papel da mulher é o menos importante, ou melhor, é o secundário. Neste caso, a dominação das mulheres pelos homens, confirmada desde a admissão no setor fabril, é uma situação que apenas vai sendo ratificada ao longo do desenrolar das atividades laborais através das relações de dominação por parte dos homens e subordinação sobre as mulheres.

2.4 RECÔNCAVO: UM QUADRO DE ESTAGNAÇÃO E POBREZA

Explicadas historicamente, muitas foram as razões para que a situação econômica do Recôncavo se constituísse de maneira diferente em relação à outras regiões do Brasil, principalmente no período de industrialização do país.

Assim, ao tempo que os Estados do Sul mecanizaram sua produção e acumularam capital – sempre criando condições para o estabelecimento do primeiro pólo de desenvolvimento industrial do país –, a Bahia continuou como centro de atividades agrícolas de baixo rendimento, acumulando mão de obra desempregada.

Com um grande número de desempregados e subempregados, houve o agravamento de problemas sociais, aumentando os índices de marginalização urbana, de desigualdades, que atentam contra a integração social que é a condição fundamental para o processo de desenvolvimento continuado que o país almeja.

De acordo com Pedrão (1997), a partir da década de 1950, o Recôncavo tem como traço dominante a falta de movimentação econômica, não conseguindo produzir alterações significativas que pudessem mobilizar intensamente os recursos humanos e naturais capazes de superar a pobreza generalizada. Mas verificando o cenário atual no Recôncavo, é possível afirmar que esta região tem sido capaz de acumular capital adaptando-se aos processos agroindustriais na produção fumageira, de cítricos e, mais recentemente, avícola. Além disso, a região fornece matéria-prima, produtos alimentares e materiais de construção para Salvador, muitas vezes, a preços baixos.

No entanto, para Brandão (1997), há uma deficiência institucional que dificulta o desenvolvimento das atividades produtivas, o fornecimento de serviços e a integração dos setores marginalizados da população. Dessa forma, é essa deficiência que dificulta a introdução de um sistema progressivo de distribuição de renda e melhoria no sistema de tributação.

Nesse sentido, Pedrão (1984) enfatiza que, ao contrário do que acontecia no período colonial, o Recôncavo, a partir da década de 1950, não desenvolve nenhuma atividade internacionalmente significativa. Por isso, muitas vezes se resume a objeto de exploração de

subprodutos como areia e pedra, funcionando como mola propulsora para sustentação da expansão urbana de Salvador e Feira de Santana. Assim:

a pobreza hoje prevalecente no Recôncavo é parte de um complexo processo de formação de capital de urbanização, que só pode ser entendido quando colocado no espaço-tempo da história. (PEDRÃO, 1997, p. 33).

Diante disso, para compreender a região do Recôncavo, atualmente, é preciso compreender um cenário de desigualdade, estagnação e pobreza, realidade que se contrapõe às potencialidades da região, sempre tão exaltadas. E o que se pode observar como maior representação desse desajuste é o elevado custo de vida resultante de um aumento da demanda de alimentos e habitação.

Desde a década de 1960 o traço dominante da região é a falta de dinamismo. Daí Pedrão (1993) afirmar que a reprodução da imobilidade dessa região envolve uma perda de força do sistema, principalmente por falta de incorporação de uma energia nova, ou seja, por falta da entrada de capital.

O comércio local não consegue absorver totalmente a produção de alimentos e, muitas vezes, dependem dos compradores de fora. Dessa maneira, em seu conjunto, as atividades realizadas atualmente na região têm demonstrado capacidade insuficiente para gerar os recursos necessários ao desenvolvimento.

Nesse contexto, as possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento econômico da região dependem basicamente de uma estratégia que oriente e desenvolva as atividades tradicionais, bem como introduza agentes modificadores que originem novas estruturas sociais e econômicas, que se somem às atuais, fortalecendo a integração da região com o resto do país.

Apesar de a economia baiana ter passado por um ciclo de modernização entre 1950 e 1980, devido à industrialização, o Recôncavo permaneceu estagnado. Assim,

O quadro de estagnação que permaneceu a economia do Recôncavo combinava elementos seculares de funcionamento representados pela oligarquia detentora de produção açucareira, perturbada apenas por algumas obras públicas de pouco impacto local e por alterações na agricultura, insuficientes para revitalizar sua economia. (PEDRÃO, 1997, p.27).

Conforme Pedrão (1997), mesmo o Centro Industrial de Aratu, a Barragem Pedra do Cavalo, no Paraguaçu, e o Complexo Petroquímico de Camaçari causaram apenas impactos indiretos para a região, visto que desencadearam um mercado de trabalho no qual os moradores locais tiveram acesso apenas na qualidade de operários, na maioria das vezes

fornecendo uma mão de obra super explorada.

E com o fim dos efeitos empregatícios desses conjuntos industriais, em 1990 e 1993, lentamente houve o reordenamento das atividades primárias com o revigoramento da produção de cítricos e avicultura para o mercado em escala regional e, ainda, com atividade exportadora da produção fumageira que, conforme Pedrão (1997), é uma atividade agrícola pouco expressiva em termos de emprego e que a mão de obra permanece na manufatura tradicional de larga escala, sempre tendendo ao desemprego. Nesse sentido, não é capaz de modificar a situação econômica da região.

O prolongamento da estagnação significa um maior empobrecimento da região e de seus habitantes; e, com os desmembramentos desse processo, temos a emigração, ou seja, uma nítida deteriorização das condições de vida, correspondendo ao que Pedrão (1997) chama de desabilitação do sistema de produção cuja expressão final é a subnutrição da maioria e a fome de uma elevada proporção da população.

Nesse cenário de fragilidade onde até a pequena produção agrícola, com seus baixos rendimentos físicos, apresenta elevada margem de risco, ficou evidente, como explicam Pimenta e Szmercsanyi (1996), que são poucos os que têm acesso às atividades com perspectiva de crescimento da renda e, conseqüente, melhoria das condições de vida.

Mas, segundo Brandão (1997), é principalmente no setor industrial que se encontram as possibilidades para deflagrar e manter um processo de desenvolvimento econômico. Por outro lado, é muito importante considerar que, se tradicionalmente o sustentáculo econômico da região foi a agricultura, é necessário lançar mão de estratégias para elevar sua produtividade.

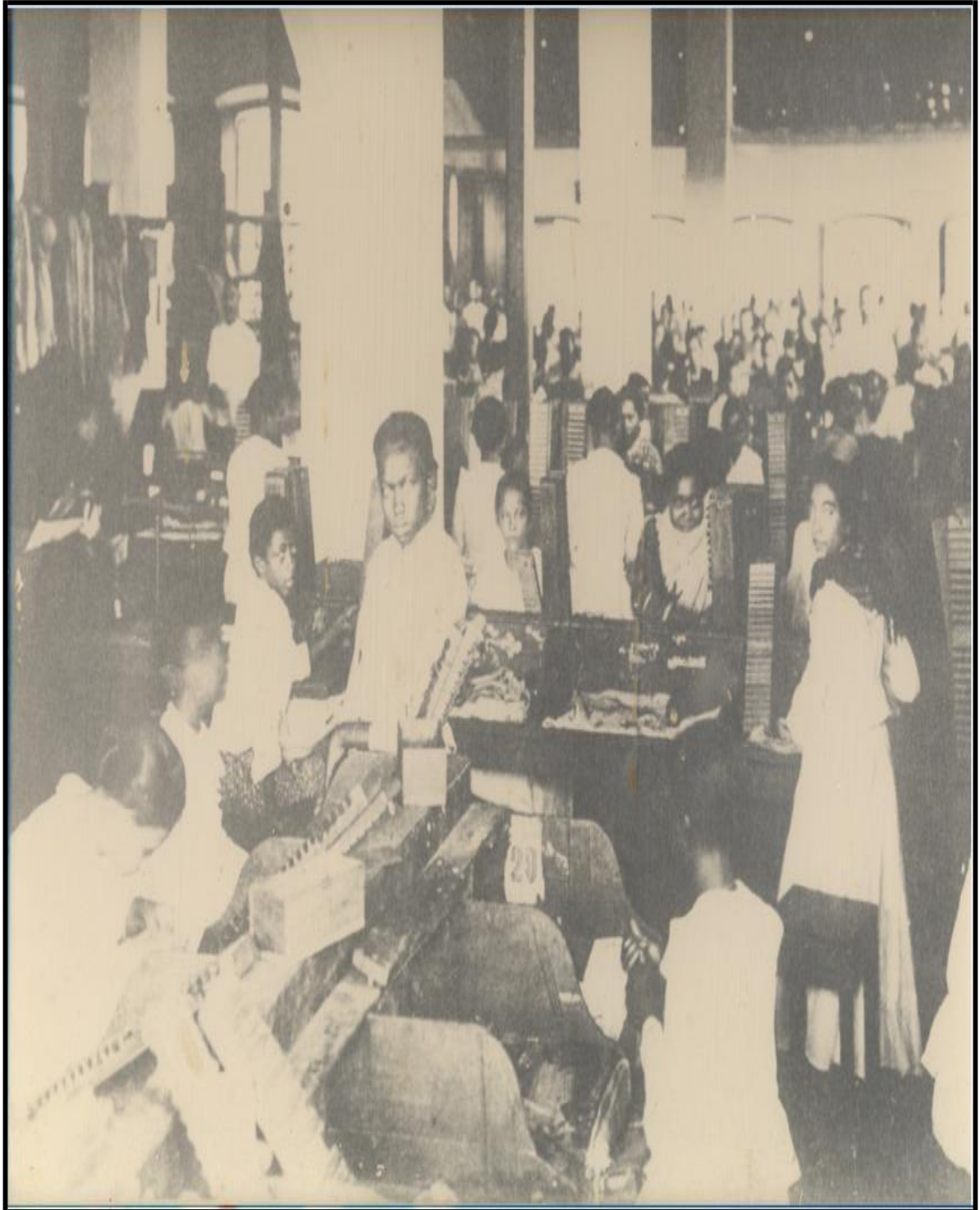
Ainda nesse contexto, não se pode deixar de considerar que o dinamismo do crescimento industrial também requer a expansão do setor agrícola. Esse setor, além de proporcionar matéria-prima para a indústria, aumentando as oportunidades de emprego, pode conduzir a um desenvolvimento prolongado capaz de superar os problemas econômicos e sociais. A partir daí promoverá a intensificação das atividades inter-regionais almejando a intervenção no espaço econômico do país.

Tais conjunções históricas permitem focalizar variadas dimensões do lócus da pesquisa; porém, o foco deste estudo é a educação da infância no Recôncavo fumageiro. O Brasil, na primeira metade do século XX, vivia uma efervescência educacional visando criar um ensino que atendesse as exigências da modernização econômica que se desejava no país. Para alcançar tal objetivo, há uma crescente efervescência das políticas públicas e redefinição das ideias pedagógicas; nesse alargamento, a infância alcançou certa relevância

nos textos das políticas educacionais. Entretanto, no Recôncavo da Bahia, a educação para a infância continuava marcada pelo espírito tardio e que para as crianças restava, primordialmente, o trabalho desde muito cedo nas fábricas de charuto.

CAPÍTULO 3

OS DISSABORES E A REINVENÇÃO DA INFÂNCIA NO CHÃO DA FÁBRICA



3 OS DISSABORES E A REINVENÇÃO DA INFÂNCIA NO CHÃO DA FÁBRICA

Já faz tempo que escolhi

A luz que me abriu os olhos para a dor dos
deserdados e os feridos de injustiça, não me
permite fechá-los
nunca mais, enquanto
viva. Mesmo que de asco ou fadiga me disponha a não
ver mais, ainda que o medo costure os meus olhos, já não
posso deixar de ver: a verdade me tocou, com sua lâmina
de amor, o centro do
ser. Não se trata de escolher entre cegueira e
traição.

Mas entre ver e fazer de conta que nada
vi ou dizer da dor que vejo para ajudá-la a ter
fim,
já faz tempo que escolhi.

Thiago de Mello

O presente capítulo não caminha numa linearidade, mas considera as relações e contradições discutindo a categoria infância em diferentes épocas e lugares, utilizando as contribuições teóricas de diversos autores e resgatando os antecedentes históricos do Recôncavo. A discussão será pautada a partir da sociologia da infância, área que recentemente vem fundamentando os estudos e possibilitando novas perspectivas de interpretação sobre a infância e a criança, considerando sua complexidade.

Apresento o conceito de infância e como ela foi vivida em diferentes tempos no Brasil e na Bahia. Quando uso a ideia de Mello (1981) para me referir que abri os olhos para os feridos de injustiça, na verdade antecipo o principal dissabor da infância reinventada no cenário das fábricas de charutos nos anos de 1925 a 1946, no qual o trabalho era a ocupação principal das crianças em lugar da frequência na escola. Aqui, a ideia de infância não estará ligada forçosamente à idade linear e cronológica.

Nos meandros do texto, para evidenciar as especificidades da história da infância no Recôncavo Fumageiro, utilizei excertos de informações publicadas no jornal *O correio de São Félix*, dados e imagens de Fichas Funcionais de Trabalhadores das Fábricas de Charutos e depoimentos de funcionárias dessas fábricas, que eram crianças no período estudado. Essas depoentes foram localizadas através da técnica de “ligação nominativa de fontes”, conforme fora explicada na metodologia.

3.1 INFÂNCIA: DIMENSÕES HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL

Neste estudo a análise realizada em relação à historiografia indica que a infância e sua educação têm sido demasiadamente investigadas e que há um volume grande de produções. Ainda que, em certos casos, não signifique avanço teórico, certamente representa um nítido aumento de atividades de pesquisa científica e política sobre criança no Brasil. Apresento aqui algumas reflexões sobre a infância enquanto categoria social, buscando ultrapassar os limites do âmbito escolar e a mera descrição das origens sociais das crianças. Não será suficiente apenas refletir sobre a história da infância (Ariès, 1981) e da constituição da família ao longo dos séculos.

Após a realização de sua pesquisa, Ariès (1981), ao resgatar o conceito de infância na história do Ocidente, revela que esse conceito não tem mais de dois séculos de existência e que a infância já foi uma fase sem valor, sem condições afetivas e sem recordações. O reconhecimento da infância como uma fase específica da vida, manifesta-se a partir do Renascimento e consolida-se na Modernidade. A historiografia sobre infância (BECCHI; JULIA, 1998; HEYWOOD, 2002) revela que na Idade Média e na pré-modernidade não havia uma ideia de infância. Pensamento que começou a ser alterado com o Racionalismo¹⁷ e com a crise do Pensamento Teocêntrico¹⁸.

A partir do século XVII é que a ideia de infância começa a ser concretizada e assume espaço distintivo como referência de um grupo humano específico com fase própria de desenvolvimento, deixando para traz as ideias antes prevalentes como de incompletude, de adultos em miniatura ou de imperfeição dos adultos. Se por um lado representa avanços, por outro é necessário enfatizar que esse avanço não corresponde a uma única ideia, norma ou origem da infância. Em torno dessa variedade de concepções sobre infância vale lembrar as explicações de Sarmiento e Vasconcellos (2007) que definem dois momentos da construção histórica da imagem das crianças: imagem da criança pré-sociológica e a imagem da criança sociológica, e assim as define:

¹⁷ Envolve um quadro de amplas referências. Aqui a asserção é no sentido do pensamento social de que a natureza é um sistema racional, ordenado de causas e efeitos, regidos pelo método científico (Razão). A respeito desse tema é interessante ler: DESCARTES, René. **O discurso do método**. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006. 72p. KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. 970p.

¹⁸ Em acepção mais estrita é a reflexão que tem a doutrina religiosa como base para explicar os fenômenos sociais. Para maiores detalhes consultar: OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. 970p.

Por imagem da criança pré-sociológica: O trabalho de imaginação social da criança considera o sujeito infantil como entidade singular abstrata, analisada não apenas sem recurso à idéia da infância como categoria social de pertença, mas com exclusão do próprio contexto social enquanto produtor de condições de existência e de formação simbólica. Já em relação às imagens da criança sociológica: São produções contemporâneas e resultam de um juízo interpretativo das crianças a partir das propostas teóricas das ciências sociais. Constituem de fato, processos de reinterpretação das representações anteriormente formuladas, com revisão do seu fundamento pela compreensão da categoria geracional. (SARMENTO; VASCONCELLOS, p.29-30, 2007).

A diferença mais atenuante, destacada pelos autores entre as imagens pré-sociológicas e as imagens sociológicas, é que a primeira fica presa ao imaginário social e o que prevalece é a percepção dos adultos sobre as crianças, sem considerar o contexto social da criança como produtor de sua infância. Em contrapartida, as imagens sociológicas consideram a compreensão das próprias crianças a partir da categoria geracional tendo como ponto de partida e de chegada o seu contexto sócio-histórico.

Assim, muitas são as correntes teóricas para explicar que a infância não pode ser compreendida através de uma natureza ou modelo universal e, sim, a partir dos fatores de heterogeneidades. Neste trabalho, a infância não é compreendida como uma fase biológica ou biopsicológica da vida; trata-se de uma construção histórica e sociocultural em que a idade não é um elemento definidor e, portanto, não consegue explicar sua variabilidade. Proponho aqui explicar o cenário das fábricas a partir da

infância como objeto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermediário de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social, das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para eles. (SARMENTO, 2005, p. 361).

De acordo com essa concepção, a infância é uma categoria social do tipo geracional, sendo historicamente construída a partir de um processo de longa duração, considerando o contexto espaço-temporal que se torna predominante. Trata-se de uma ferramenta conceitual para compreender um grupo social específico de crianças envolvidas no trabalho da indústria fumageira no Recôncavo da Bahia. Assim, de acordo com Sarmiento (2008), a infância precisa ser estudada de modo a articular os elementos de homogeneidade, ou seja, características comuns a todas as crianças, junto com os elementos de heterogeneidade, inerentes ao fato de as elas serem desigualmente distribuídas pelas diferentes categorias sociais como classe

social, gênero, etnia, subgrupos etários.

Na modernidade capitalista, doravante a divisão do trabalho, a história da infância passa a ser pensada a partir da dualidade adulto/criança, momento em que os cuidados com a infância começaram a ser pensados com a fundação de instituições sociais como os asilos, creches, escolas, hospitais. Tais providências se tornaram essenciais para que o capitalismo pudesse seguir garantindo, inclusive, a inserção da mulher no trabalho assalariado das fábricas. Essa adaptação à sociedade em pleno processo de industrialização exigiu uma reconfiguração no papel da família.

Para compreender a infância no contexto do Recôncavo fumageiro é necessário estabelecer as relações contextuais entre infância pobre, a estrutura social, o trabalho feminino nas fábricas de charutos e as transformações e consentimentos familiares que naturalizavam a utilização do trabalho das crianças no contexto da produção de fumo, principalmente nas décadas de 1920, 1930 e 1940, secundarizando o direito à educação e a responsabilidade estatal sobre a escolarização.

Pensar tal questão demanda relembrar alguns antecedentes históricos, considerando o que a historiografia da educação já acumulou sobre o acesso da criança pobre à escola. No Brasil, desde a colonização, as escolas centradas no *Ratio Studiorum* eram de caráter elitista, destinando-se aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, destacando-se, assim, como instrumento de formação da elite colonial.

3.2 INFÂNCIA NO RECÔNCAVO E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Ao pensar o Brasil antes da chegada dos Portugueses é preciso considerar os estudos de Florestan Fernandes (1920 - 1995) no que se referem aos índios Tupinambás, povos que já habitavam as terras e tinham sua forma de organização social própria, em que os ideais de educação também faziam parte dessa organização. Os Tupinambás abrangiam os vários grupos Tupis e ocupavam das regiões meridionais às setentrionais das terras descobertas. Segundo Mattoso (1992), esses índios Tupinambás povoaram também o Recôncavo da Bahia com quarenta e sete aldeias, no período dos três governos gerais, daí a necessidade de estabelecer as primeiras aproximações com o *locus* da pesquisa. Sua organização social demonstra que o processo educacional incidia sobre toda a vida, e para as crianças permanecia a ideia de incompletude e dependência (FERNANDES, 1989).

Nesse sentido, a organização da sociedade indígena, antes da chegada dos portugueses às terras brasileiras, representa uma sociedade em que a educação era espontânea e realizada por imitação livre. Os membros da tribo se apropriavam ao máximo possível para manter a

organização dos grupos, ou seja, não havia instituições ou pessoas que se responsabilizassem especificamente para os fins da educação.

Com a chegada dos portugueses em 1500, o Brasil começa a viver uma nova experiência educacional, na chamada civilização cristã no Ocidente. Aos olhos dos portugueses que aqui chegaram, as terras recém descobertas necessitavam principalmente de um toque de civilização. Para garantir o aspecto civilizador, foram rapidamente instaladas as vilas e a construção de capelas para demarcar o mais novo território católico. Nesse sentido, aos índios restava o adestramento para transmitir e inculcar a palavra de Deus.

A infância brasileira seguia as determinações da Corte portuguesa e da Igreja Católica. Com o foco numa cultura eurocêntrica, as crianças deveriam ser evangelizadas e catequizadas, ou seja, a missão Jesuítica enviada ao Brasil deveria tirar as crianças índias do paganismo, inculcando costumes, padrões e normas cristãs. Tal atividade foi iniciada na cidade de Salvador, ensinando a santa fé católica aos gentios¹⁹, e a instrução estava vinculada às letras e bons costumes. Nesse sentido,

[...] Na sociedade medieval a idéia de infância não existia; isto é sugerir que não havia a natureza particular da infância, essa natureza particular que distingue a criança do adulto ou mesmo do jovem adulto. Na sociedade medieval faltava essa atenção crianças; fossem negligenciadas, esquecidas ou desprezadas. [...] A idéia de infância não deve ser confundida com a afeição pelas crianças: ela corresponde a uma atenção. (ARIÈS, 1978, p.128)

O autor, embora muito questionado por suas posições, é responsável por uma abordagem importante e complexa sobre a história da infância. Aos poucos, com as transformações econômicas, sociais e principalmente culturais, a partir do Renascimento, as ideias de Ariès ganham força e a civilização europeia começa a dar voz aos estudos das crianças.

Entre os jesuítas da época, por exemplo, a ideia de que Jesus foi criança fez com que eles intensificassem as missões através das crianças. De acordo com Del Priori (1992), eles defendiam que a infância é o momento oportuno para a catequese porque é também o momento de unção, iluminação e revelação. Ganhou destaque a ideia de que a criança representaria uma nova cristandade, fortalecendo e difundindo os ideais católicos. Para Chambouleyron (2007), o ensino das crianças indígenas poderia representar uma possibilidade de estabelecer alianças entre indígenas e padres, revelando outra dimensão da evangelização das crianças como grande meio para converter o gentio. Nesse sentido, a

¹⁹ Gentios era a designação para os não cristãos, os pagãos. Os povos Europeus que se converteram ao Cristianismo, nos seus primórdios, também eram considerados gentios.

Companhia de Jesus, ou melhor, a igreja e seus membros

municipiados por um regime de normas a submeter a criança, os jesuítas [por exemplo] ajudaram a fazer a passagem entre a escola da Idade Média e o colégio dos tempos modernos, substituindo a instrução técnica atabalhoadamente dirigida a jovens e velhos, por uma formação social e moral rigidamente hierarquizada. (DEL PRIORI, 1991, p.14)

Embora exercessem um papel disciplinador em prol de um projeto religioso, os jesuítas indicavam as primeiras preocupações em utilizar um método que atendesse a psicologia Infantil. Porém, qualquer tentativa resistente das crianças em participar das atividades culturais e religiosas, aos olhos dos jesuítas, era compreendida como tentativa demoníaca. Daí o castigo não ser meramente pedagógico, mas principalmente para exemplar e garantir a propagação da ordem vigente. Para Saviani (2010), manifesta-se aí o significado mais específico de educação no sentido de tomar conta das crianças, cuidarem delas, discipliná-las, ensinar-lhes comportamentos, conhecimentos e modos de operar.

Sob os desígnios da nobreza e do clero seguiu a educação da infância no século XVI e XVII no Brasil e foi objeto de avaliações discrepantes. No entanto, nas fontes estudadas não encontrei elogio ou exaltação ao método de ensinar utilizado pelos jesuítas. Também não foi encontrada nenhuma palavra a respeito de que os eles tivessem defendido a ampla aprendizagem para os mais pobres, ou seja, todo projeto educacional executado estava pautado no pressuposto de que para os pobres bastava apenas ler, escrever e contar, porque seu verdadeiro destino era o trabalho.

Na segunda metade do século XVIII, o ensino público foi instalado sob uma visão burguesa de educação popular, a qual considerava que para os pobres laboriosos a única instrução necessária era aquela ministrada pelos párocos nos sermões dominicais. Assim, o ideário pedagógico das Reformas Pombalinas visava apenas modernizar Portugal, à altura do século das luzes, centrando-o no modo de produção capitalista à luz de países avançados como a Inglaterra. Portanto, a instrução dos pobres não fez parte da pauta brasileira neste século.

No século XIX, as ideias pedagógicas permaneceram ligadas ao conceito de educação pública como instrução, com o objetivo de ensinar a ler, escrever e contar; e, esmo a lei das Escolas de Primeiras Letras²⁰ não viabilizou, como estava posto no seu ordenamento, a instalação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos do

²⁰ Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de Escolas de Primeiras Letras. Desdobra-se em 17 artigos e em seu primeiro artigo determinou a criação de escolas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Daí esta data ser considerada dia do professor. (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p.24).

Brasil. E, portanto, não assegurou um Sistema Nacional de Instrução Pública em que pobres e negros tivessem acesso à educação. Com essa lacuna, quanto à presença das instituições escolares, os filhos da elite disponham de professores particulares, e aos filhos dos pobres restavam apenas o trabalho, que era considerado como um meio de se tornar útil e se distanciar dos ambientes viciosos e dos perigos das ruas. (FREITAS; BICAS, 2009; RIZZINI, 2011).

Essa evidência permite pensar outros antecedentes históricos, resgatando as experiências da infância durante a escravidão africana no Brasil. Neste contexto, mesmo contrários à escravização indígena, os jesuítas assumiram a escravização de povos extraditados da África como algo inevitável, e a esses escravos também não era permitido frequentar escolas. Em todos os tempos e em qualquer lugar, as crianças pobres sempre existiram e, no caso brasileiro, encontramos muitas explicações para a tradicional escassez de experiências escolares na Educação da Infância no Recôncavo da Fumageiro.

3.3 A INFÂNCIA ESCRAVA: TRAJETÓRIA, TENSÕES RACIAIS E MAIS ALGUMAS APROXIMAÇÕES COM O RECÔNCAVO

Se o destino fosse outro, Ullunga teria crescido entre os seus numa aldeia angolana e lá mesmo deixado de ser criança. Por ocasião da primeira menstruação, os mais velhos da linhagem lembrariam os ancestrais, bichos seriam sacrificados e ela quiçá permanecesse reclusa durante toda regra. Talvez lhe fosse vedado ingerir alguns alimentos e pronunciar certas palavras. Se originária de terras mais meridionais, evitaria contato com homens e gado; houvesse nascido mais ao sul ainda, traria marcada no corpo a nova condição, pela extração do clitóris ou a retirada do hímem. Ullunga talvez fosse até obrigada a mudar de nome. Eram ritos que marcavam a entrada na puberdade e o fim da infância. (GÓES; FLORENTINO, 2007, p. 177)

Esse trecho da história de vida de Ullunga, criança Africana que caiu na rede do tráfico de escravos com direção ao Atlântico, está posto nesse texto como fonte de inspiração para explicar a trajetória da criança escrava que desde muito cedo era retirada do âmago das suas tradições e era obrigada a reinventar a vida no mundo dos adultos e do trabalho e, portanto, submetida à obediência do senhor, sem direito à frequentar escola e desfrutar os imensuráveis prazeres da infância.

De acordo com Mattoso (1991), os africanos, analfabetos por vontade expressa da sociedade dominante – o escravo brasileiro – são testemunhas do adestramento de seu tempo, e a criança escrava é bruscamente posta no mundo do trabalho e emudecida pela sociedade que a oprimia.

Após análise de testamentos, inventários pós-morte, carta de alforria e

documentos oficiais, Mattoso afirma que os escravos distinguiam duas idades diferentes para a infância:

[...] de zero aos sete/oito, o crioulinho ou a crioulinha, pardinho ou a pardinha, o cabrinho ou a cabrinha, são crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico; dos sete para os oito anos até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz, de moleque ou de moleca, termos que designavam outrora todo pequeno negro.(1992, p.78)

Se para a igreja a idade da razão se estabelece a partir dos sete anos, idade em que as crianças deixavam de ser ingênuas para se tornarem almas de confissão, para a sociedade escravista do século XIX, tendo como referência o direito civil estabelecido pelo Código Filipino²¹, a maioridade era alcançada aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos. Vale ressaltar que o abandono de crianças, escravas ou não, era uma prática bastante frequente até meados do século XIX, e são notáveis as diferenças entre os tempos e modos de viver a infância das crianças índias, brancas e as escravizadas.

Ainda no século XIX, com um teor cruel e simbolicamente perverso, a Lei de nº 2040, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre, também conhecida como projeto Rio Branco, do Ministro Rio Branco, direciona outro olhar aos menores filhos de escravas. Neste caso, as escravas quando davam à luz tinham seus filhos subtraídos e elas não gozavam do prazer da maternidade, voltavam ao trabalho no quinto dia após o nascimento. Neste dispositivo legal, no que tange à infância, estava determinado:

Art. 1.º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data dessa lei serão considerados de condição livre.
 § 1.º Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a essa idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se de serviços dos menores até os 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor e lhe dará destino, na conformidade da referida lei [...]. (BRASIL, 1871).

Esse dispositivo legal afirma que a mãe escrava tem direito a criar seu filho até sete anos de idade. Porém, quando a criança completava 8 anos restavam duas alternativas: ou a criança continuava na companhia da mãe e era praticamente obrigada a trabalhar como escrava até completar a maioridade de 21 anos, quando era alforriada; ou então, como segunda alternativa, o Estado indenizava o dono da escrava num valor de poucos réis, e a

²¹ O código Filipino foi mantido em vigor durante todo o século XIX e se constituiu como um conjunto de leis, tanto de direito material quanto de direito processual mandadas recopilar por El Rei, Filipe I. Passou a vigorar em 1603, quando Portugal encontrava-se sob o domínio da Coroa Espanhola (1580- 1640). (BRASIL, 2012)

criança era encaminhada para um orfanato e retirada da companhia e aconchego da mãe. Afirmar que tal medida se configura como proteção ao menor, parece absurdo se considerarmos o contexto do século XXI; no entanto, para a época, a Lei do Ventre Livre e seus dispositivos foram acatados como a primeira alternativa brasileira de pensar algum tipo de proteção aos menores escravos no Brasil. Vale destacar que os senhores não optavam pela libertação das crianças quando elas completavam 8 anos, isso porque não poderiam dispensar uma mão de obra gratuita, o correspondente a 13 anos de trabalho, força de trabalho que nenhuma indenização paga pelo Estado compensaria.

No contexto da sociedade escravista para além da maioridade civil e religiosa é preciso considerar o contexto econômico no qual o trabalho era imposto muito cedo, e para a criança escrava ou filha de escravos a linha entre infância e adolescência era tênue, já que o parágrafo I, do artigo 1º da Lei do Ventre Livre faculta ao senhor da escrava a utilização do trabalho dos ingênuos que possuem mais de oito anos. Portanto, para Mattoso,

o escravo permanece criança até a idade de sete para oito anos. Nas grandes propriedades de engenho de açúcar, as crianças escravas passeiam com toda liberdade, participando das brincadeiras das crianças brancas e das carícias das mulheres da casa. [...] A vida dos folguedos infantis é curta. É nos seus sete para oito anos que a criança se dá conta de sua condição inferior em relação principalmente às crianças livres brancas. A passagem da vida de crianças para a vida de adolescente era o primeiro choque importante que recebia a criança escrava. Deve trabalhar para existir e ser reconhecido como bom escravo, obediente e eficaz. Não há mais criança escrava, somente escravos que ainda são muito novos. (1991, p.81)

Nesse sentido, o filho da mulher escrava era visto como escravo em redução, distinguindo-se do escravo adulto apenas pelo seu tamanho e pela menor intensidade de força que dispunha. Para eles restava a aprendizagem da vida e do trabalho cotidiano em que unicamente o trabalho os distinguiu dos demais escravos adultos. Assim, Mott salienta

[...] a idade de cinco a seis anos parece encerrar uma fase na vida da criança escrava. De seis a doze anos ela aparece desempenhando alguma atividade, geralmente pequenas tarefas auxiliares. Dos doze em diante as meninas e os meninos escravos eram vistos como adultos, no que se refere ao trabalho. (1999, p.61)

Mesmo numa época em que houve a ampliação das discussões sobre a condição de infância no resto do mundo, para o filho da mulher escrava a infância não passava de um tempo corrido, tendo que aprender desde muito cedo as regras e normas da sociedade escravista. Em sua pesquisa Mattoso afirma que

[...] Em um período que cada mãe sonhava poder oferecer a seu filho uma escola, em vez da aprendizagem cotidiana, numa época onde começaram a prolongar-se a infância e os folguedos, o filho da escrava continua tendo uma infância encolhida de tempo estritamente mínimo. (1988, p.55)

Em virtude disso a afirmação de que a Lei do Ventre Livre foi cruel e perversa, pois ela apenas “libera” teoricamente, mas não liberta da obediência ao senhor, da exploração, dos castigos corporais e das duras regras da escravidão, e também não oferece as crianças alternativas de uma vida sem os desígnios do senhor de escravos em que a força de trabalho paulatino é explorada ao máximo. Tão difícil quanto viver na sociedade escravocrata era ter acesso a algum tipo de instrução.

Em 1854, com o decreto nº 1.331, a Reforma de Couto Ferraz instituía a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de 7 anos e a gratuidade de escolas para esse ensino na Corte. Porém, de acordo com o que determinava o decreto, ficavam excluídas desse acesso as crianças negras escravas. Nesses termos, a infância escrava teve presença sistematicamente negada na escola do século XIX e, mesmo mais tarde, os negros recém egressos do cativeiro não tiveram as condições objetivas e materiais que facultassem o acesso a algum tipo de projeto de instrução.

No final do século XIX, a partir da década de 1860, a educação dos pobres ganha espaço nos discursos da elite. De acordo com Saviani (2010), a discussão circulante tinha um foco comum: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, atribuindo à educação a tarefa de preparar esse novo tipo de trabalhador para garantir que a passagem ocorresse gradualmente evitando-se eventuais prejuízos aos proprietários de terras e de escravos. Portanto, no período compreendido de 1860, passando pela Abolição e a Proclamação da República, o foco das discussões era a ligação entre emancipação e a instrução. A preocupação central era aproveitar a infância abandonada, os ingênuos²², para transformar em trabalhadores úteis, evitando que se tornassem vadios, como eram acusados os adultos livres e pobres da classe subalterna. A questão que se colocava era a construção de uma sociedade sustentada por uma nova ideologia cujo

[...] conceito de trabalho [...] se revestia de uma roupagem dignificadora e civilizadora [...], que viria [...] inclusive, despertar o nosso sentimento de “nacionalidade”, superar a “preguiça” e a rotina associadas a uma sociedade colonial, e abrir as portas do país à livre entrada dos costumes civilizados – e o do capital – das nações europeias mais “avançadas” (CHALHOUB, 1986, p.29).

²² Nome dado às crianças libertas em consequência da Lei do Ventre Livre de 1871.

Além disso, as leis da época procuravam coibir ações que ofendessem a tranquilidade pública e, mais ainda, a instrução aqui já era pensada como um caminho para afastar o instinto da ociosidade e, para isso, a presença da escola seria fundamental. No entanto, apesar dessa crença, esta presença não significou a integração plena desse grupo às experiências educacionais, e a realidade vivida foi o projeto frustrado de inserir, na escola, a criança negra.

3.4 CONTEXTO POLÍTICO E A DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL

A história da educação revela que, no Brasil, a tradição assistencial é visualizada na trajetória de creches e escolas maternas, destinadas, sobretudo, às crianças pobres. (KISHIMOTO, 1986; ROSEMBERG, 2000). Trata-se de uma trajetória dual entre as formas de cuidado e educação das crianças pequenas quando o tema é a origem dessas instituições escolares. Kuhlmann Jr. (1998) afirma que o projeto de educação das classes populares nesses estabelecimentos enfatizava disciplina e a aprendizagem da norma sanitária²³, constituindo o que nomeia de “educação assistencialista”. Nesse sentido, no Brasil, a tradição assistencial é visualizada na trajetória dessas instituições visando responder à formação de hábitos higiênicos e a moralização das famílias/mulheres trabalhadoras.

Assim, elucubrar sobre o processo histórico de constituição das instituições de atendimento à infância ensaia reafirmar a compreensão acerca da categoria social – infância. De acordo com Redin & Redin,

[...] a infância é um conceito de certa forma abstrato, mas que foi inventado num tempo histórico marcado por relações sociais, culturais entre as pessoas e suas relações com o mundo. Mas só podemos considerar o conceito, a idéia de infância a partir dos paradoxos em que se geram tais idéias, portanto essas mesmas contradições podem nos mostrar que não podemos conceber uma infância única, homogênea, uniforme para todas as crianças [...] (2007, p.12)

Dado o exposto, compreende-se que há infâncias e não uma única infância. Nesse sentido, as crianças passam também a ser consideradas como sujeitos de sua própria história, sujeitos estes que têm individualidades, atuam sobre o mundo a partir de suas representações, das relações que estabelecem entre seus pares e que contribuem para a produção de cultura na sociedade em que estão inseridas. Daí é importante ressaltar que os acontecimentos históricos do século XX tiveram especial impacto na construção da história da assistência à infância no Brasil, principalmente com a reconfiguração das relações familiares, situação em que as

²³ Do ponto de vista médico-higienista, o grande tema associado à assistência à infância era a mortalidade infantil. Além da inspeção médico-escolar os higienistas defendiam o saneamento para atingir a civilidade e a moralidade

mulheres passam a assumir diversas funções no mercado de trabalho, em geral, fora de suas casas. Tais acontecimentos deslocam processos históricos que analisados de forma conjuntural configuram e esclarecem os processos de exclusão das crianças, mais pobres, da escola.

No bojo desses acontecimentos, no alvorecer do século XX, a partir da década de 1920, a burguesia industrial prolifera a orientação fordista²⁴ e a aplica com o objetivo de submeter o trabalhador aos ditames da fábrica. No campo educacional, os direitos fundamentais relacionados ao acesso ao ensino ainda não estavam juridicamente assegurados embora o direito à educação fosse uma bandeira política, fincada por diversos sujeitos. Em 1926, a Constituição de 1891 foi revisada, o que se constituiu como um marco para a educação pública; pois, coadunando com a análise de Cury (1996), tal ordenamento jurídico evidenciou a importância estratégica do Estado, mais precisamente da União, na difusão e na consolidação da educação como elemento essencial da construção da esfera pública.

Nesse contexto vigora o movimento renovador da educação, impulsionado pelos ventos modernizantes do processo de industrialização e urbanização, significando também uma grande força para a consolidação da hegemonia industrial. Com esse movimento renovador da educação e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova²⁵, a ideia que ganhou força foi a de que era impossível desenvolver as forças econômicas e produtivas sem preparar as forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e a iniciativa que são os fatores fundamentais do crescimento de uma sociedade. (MANIFESTO, 1984, p. 407)

Nesse momento a infância já se torna uma questão central para o Estado, sendo alvo de discussão em seus diferentes setores da sociedade: legisladores, planejadores, educadores e criminalistas, todos em direção da construção de um Brasil moderno, tendo como alvo a educação da infância.

Ainda que a ampliação da educação pública tenha sido prometida nos discursos de propaganda republicana desde a década de 1870 (FREITAS; BICCAS, 2009; SAVIANI, 2010) a tão esperada escola foi pouco difundida no século XIX. Diante da complexidade da questão e da proliferação dos discursos sobre infância, Gondra (2000) destaca que o mais expressivo nos discursos da época foi a combinatória das palavras “regenerar e civilizar”. Foi nas primeiras décadas do século XX, principalmente depois de algumas reformas educacionais regionais – da década de 1920 –, que o país começou dar os primeiros passos

²⁴ Modelo de produção em massa idealizado por Henry Ford (1863-1947), difundindo uma organização racional do trabalho visando maior produtividade e lucro.

²⁵ Movimento Renovador da Educação Brasileira, liderado por Fernando de Azevedo, o qual teve como sustentação um documento assinado por 26 signatários, em 1932. Esse documento declarava os novos ideais para a Educação brasileira, propondo a reconstrução educacional rompendo com a tradição católica. Será detalhado no capítulo quatro

para uma expansão contínua no número de vagas na educação pública.

As décadas de 1920 e 1930 concentraram uma multiplicidade de reformas educacionais, e o analfabetismo era a grande chaga social que começava a gerar uma discussão acalorada pela expansão de um capitalismo industrial. Esse cenário forçou a redefinição das ideias pedagógicas e impulsionou a busca de providências e políticas de proteção e cuidados com a infância. Coadunando com Freitas e Biccás:

A infância passa a ser “visível” quando o trabalho deixa de ser domiciliar e as famílias, ao se deslocarem e dispersarem, não conseguem mais administrar o desenvolvimento dos filhos pequenos. É então que as crianças transformam-se em “menores”, e como tal rapidamente congregam as características de abandonados e delinquentes. (2009, p. 20)

Em 1923 foi inaugurada a primeira instituição estatal de assistência à infância – o Juizado Privativo de Menores da capital Federal – e, em 12 de outubro de 1927, passou a vigorar o Código Mello Mattos através do Decreto 17.943, daí o dia 12 de outubro ser considerado o dia das crianças no Brasil. Foi o primeiro código a dar um tratamento mais consolidado às crianças abandonadas, física e moralmente, e pela primeira vez prevendo a intervenção estatal. Por meio deste código, o menor de 14 anos ficou protegido de qualquer responsabilidade penal e enquadrava-se na nova categoria de menor delinquente.

Ao mesmo tempo, na década de 1920, ganhava força, no discurso circulante entre os políticos e intelectuais do Estado brasileiro, a ideia de que para aquecer a modernização do país era necessário um Estado nacional, centralizador e antiliberal. Esse movimento que resultou posteriormente na Revolução de 1930 destacava a educação como uma questão nacional, fazendo alvorecer planos, projetos, promulgação de leis e decretos.

A constituição de 1934 inclui a educação em seu quadro estratégico com vista a abrandar a subversão ideológica. O ensino era considerado o primeiro dever do Estado a ser cumprido com a colaboração das indústrias e sindicatos econômicos²⁶. Reconhecendo o lugar e a finalidade da escola, a política educacional vigente nesse período destaca a ordenação moral e cívica, a obediência e a formação para o trabalho, necessária à modernização do capitalismo industrial, porém sem nenhuma discussão sobre a obrigatoriedade ou acesso aos pobres.

Aqui o Estado autoritário, sempre a serviço dos interesses privados, impõe seus desígnios através da elite dirigente e dominante sem a ação das massas populares que

²⁶ A partir de 1937 os sindicatos se tornaram instituições ligadas diretamente ao Ministério do trabalho, ou seja, ao Estado. Essa subordinação corporativista dos sindicatos ao Estado prossegue, pelo menos legalmente, até a Constituição de 1988.

continuavam a espera de oportunidade escolar. Conforme Coutinho (2006), o Estado burguês que se consolidou no Brasil desde 1930, embora tenha sido responsável em grande parte pelo desenvolvimento econômico, produziu expressivos déficits de democracia e de justiça social. É nesse cenário que se situa a história das políticas de educação para a infância no Brasil, na primeira metade do século XX.

Nesse contexto, o Recôncavo Fumageiro, ao contrário de uma evolução linear, viveu a permanência das raízes históricas realçadas pelos traços culturais, sociais e econômicos dos resquícios de sua história, como veremos na seção seguinte.

3.5 EDUCAÇÃO E INFÂNCIA: AS ESPECIFICIDADES DO RECÔNCAVO FUMAGEIRO

Desde que a cultura do fumo passa a ser predominante na zona fumageira do Recôncavo, houve a intensificação da utilização da mão de obra feminina. Esse largo emprego dessa mão de obra nas fábricas de charutos²⁷, em Cruz das Almas, Muritiba, São Félix, Maragogipe e Cachoeira, desenvolve peculiaridades que emprestam fisionomia a própria estrutura social na qual a mulher, majoritariamente solteira, conforme declara nas Fichas Funcionais analisadas, é responsável pelo sustento da família, sendo operária da fábrica de charuto²⁸. A jornada de trabalho com duração de oito a dez horas por dia nas atividades fumageiras²⁹, ao longo dos anos, revela a impossibilidade dos cuidados na criação dos filhos. Considerando as singularidades da região, é necessário destacar que a mulher precisava que a sua prole estivesse em segurança. Isso porque, nas diversas regiões do Brasil, as providências destinadas ao cuidado com as crianças nascem vinculadas às necessidades e predominância do trabalho feminino fora do domicílio. Nestes termos,

como resultado das lutas e reivindicações dos trabalhadores (notadamente mulheres trabalhadoras), os fétidos depósitos de crianças sob os (des) cuidados de trabalhadoras(es) despreparados para tanto foram

²⁷ Nas cidades do Recôncavo Fumageiro, as indústrias multiplicavam os postos de trabalho através de fabricos – fábricas menores que forneciam seus produtos para a Companhia de Charutos Dannemann, em Cachoeira e São Félix; para a Companhia de Charutos Suerdieck em Maragogipe; e em Muritiba a Companhia de Charutos Pimentel.

²⁸ A produção de charutos e cigarros não ficava restrita ao consumo do mercado local, regional e nacional. A secular exportação do fumo *in natura* do Recôncavo Sul foi sucedida pela exportação dos cigarros e charutos fabricados pelas mulheres charuteiras.

²⁹ As fontes revelam que nas indústrias de transformação de fumo as mulheres desenvolviam uma multiplicidade de tarefas e com elas assumiam diferentes atividades. Não se sabe ao certo o critério de seleção para assumir cada atividade. O que se pode afirmar é que ao analisar as fichas funcionais das Companhias de Charutos, temos o registro de atividades como: charuteira, cigareira, empapeladeira, aneladeira, seladeira, passadeira, destaladeira e encaixadeira. Uma espécie de divisão de trabalho entre trabalhadores e cada um executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalho coletivo.

transformando-se. E as conquistas políticas foram sendo regulamentadas, transformando-se em legislação educacional e, com ela, a institucionalização da educação infantil. Os nomes das instituições foram mudando em conformidade com as “modas de plantão”, dos jardins de infância até os nossos dias, com creche, pré-escola etc. (LOMBARDI, 2013, p. 10).

Historicamente, os trabalhadores precisavam que a educação dos filhos fosse sendo definida na medida que as conquistas sociais fossem se efetivando. No caso em estudo, no período de 1925 a 1946, apesar de representar uma grande efervescência educacional nacional, nas cidades estudadas, as fontes revelaram poucas reivindicações porque as fábricas representavam a fonte de emprego mais promissora no local. O acesso à escola entre pobres e ricos foi desigual e não se conseguiu instituir um sistema escolar capaz de atender a todos. Esse cenário é o argumento mais forte para justificar o grande número de crianças vinculadas ao trabalho nas fábricas de charuto em detrimento da frequência à escola. Além de representar ausência e negligência de um Estado na oferta de vagas na educação nesse lugar, ilustra também que o trabalho das crianças foi estratégia econômica em busca de um complemento para o parco orçamento familiar.

A história das fábricas de charutos mostra que as tarefas fabris não exigiam complexidade, portanto poderiam ser desenvolvidas por uma mão de obra não qualificada, de baixo custo e sem qualquer tipo de treino prévio. As crianças eram o principal alvo, representavam a docilidade própria de quem não tem maturidade para exigir seus direitos, além de serem rapidamente adaptáveis ao trabalho e as condições de produção. A utilização da mão de obra do menor acontecia com o consentimento da família; nesse sentido, de acordo com Rizzini,

[...] o trabalho da criança e do adolescente das classes populares é visto em nossa sociedade como um mecanismo disciplinador, capaz de afastá-los das companhias malélicas e dos perigos da rua. A “escola do trabalho” é percebida como a verdadeira “escola da vida” – a criança é socializada desde cedo para ocupar o lugar em uma sociedade extremamente estratificada, onde lhe são reservadas as funções mais subalternas. As famílias temem a sedução das ruas, do dinheiro fácil, mas perigoso. (2007, p.389)

Além dessa explicação e do alicerce de apoio econômico para o sustento familiar, a pouca capacidade organizacional e reivindicatória – o que os tornam operários com todas as obrigações e poucos direitos –, empresta fortes argumentos para a naturalização do trabalho das crianças.

Para melhor ilustrar o número de crianças realizando os serviços fabris, entre os anos de 1933-1944, apresento a Tabela 01, a seguir:

Tabela 1 - Trabalhadores da Indústria Dannemann (1933-1944)

Ano	Trabalhadores cadastrados	Crianças e jovens até 16 anos	%
1933	2	1	50
1934	2	1	50
1935	83	3	3,6
1936	42	19	45,24
1937	106	53	50
1938	737	117	15,88
1939	143	14	9,79
1940	92	11	11,96
1941	49	31	63,26
1942	31	7	22,58
1943	45	10	22,22
1944	121	32	26,45

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Dannemann.

A Tabela demonstra o quanto esta mão de obra foi significativa, representando índices elevados a cada ano, em relação ao conjunto de trabalhadores cadastrados por ano. Por exemplo, no ano de 1941 representavam 63,26 % dos trabalhadores cadastrados. Nesse mesmo sentido, nos anos de 1933, 1934 e 1937 representaram 50% da força de trabalho. Também é digno de nota, o ano de 1936 com 45,24% dos trabalhadores cadastrados. E mesmo com menores índices destaque os anos de 1942, 1943 e 1944, época em que se teve registro do trabalho infantil sempre superior a 20% do total de trabalhadores cadastrados. Trata-se de números bastante expressivos, em que o menor operário, absorvido pelo setor, realizava tarefas fabris. De acordo com as fichas analisadas não havia nenhum tipo de explicação, ou nota, que diferenciasse as atividades realizadas por uma criança ou jovem e os adultos. Trata-se aqui de uma infância, vivida no chão da fábrica, cumprindo carga horária e todas as exigências do mundo do trabalho adulto. A figura 13, a seguir, é mais uma comprovação da presença das crianças no interior da fábrica realizando atividades na produção.

Figura 13 - Crianças na Fábrica de Charutos Dannemann. São Félix-Ba. Década de 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix

Para compreender a realidade concreta da infância no Recôncavo, foi preciso analisar o debate sobre classe social, sobre as relações de produção e sobre as relações de classe. Nesse sentido, o emprego da mão de obra de crianças e jovens entre 10 e 16 anos, no trabalho e manipulação do fumo, atuando na fabricação de charutos, quase sempre sob o arrogo de alguém, sem saber assinar o próprio nome, representa uma estratégia de sobrevivência da classe operária na tentativa de equilibrar o mísero orçamento familiar. Um elemento importante a ser destacado é que tais crianças em idade escolar permaneciam fora da escola enquanto tinham uma jornada de trabalho de oito horas por dia. Considerando o que enfatiza Corsaro (2011), de todos os fatores que contribuem com os problemas sociais das crianças, a pobreza é o mais penetrante e maléfico. Portanto, a pobreza subtrai a infância e, mais ainda, as próprias vidas de muitas crianças.

No caso da Companhia de Charutos Dannemann, um grande número dos trabalhadores era analfabeto, eles não assinavam o próprio nome, e nas fichas funcionais aparecem sempre sobre o arrogo de algum adulto. Os depoimentos foram indicadores de que o trabalho foi um dos elementos que contribuíram para afastar as crianças e os jovens da escola, ou seja,

[...] a história das crianças mostram que em muitas regiões miseráveis do país, incluindo os bolsões de pobreza nos grandes centros e cidades brasileiras, o estudo não é priorizado frente a necessidade de sobrevivência. Jornadas fatigantes de trabalho, escolas distantes e despreparadas para lidar com seus alunos mantêm as crianças longe das salas de aula. (RIZZINI, 2007, p. 403).

Assim, vale enfatizar que a oportunidade de escolarização para as crianças pobres, sempre ocorreu de maneira desigual, fragmentada e, na maioria das vezes, com explicação ou justificativa relacionada à necessidade de ingressar cedo no mercado de trabalho. No contexto fabril do Recôncavo, grande quantidade de crianças trabalhadoras não sabe ler e escrever o próprio nome. Essa realidade é ilustrada conforme mostra a tabela 02, a seguir:

Tabela 2 - Crianças não alfabetizadas³⁰ trabalhando na Dannemann (1933-1944)

Ano	Crianças	Crianças não alfabetizadas	% sem alfabetização
1933	1	1	100
1934	1	1	100
1935	3	0	0
1936	19	9	47,36
1937	53	23	43,39
1938	117	59	50,43
1939	143	7	4,89
1940	92	6	6,52
1941	31	10	32,25
1942	7	5	71,43
1943	10	0	0
1944	32	5	15,63

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Dannemann.

Apesar de considerar que, naquele momento, o processo de escolarização das classes populares não era priorizado efetivamente, os dados analisados revelaram índices elevados de crianças analfabetas que no horário que deveria ser destinado à frequência escolar cumprem uma rígida jornada de trabalho. Tomando como exemplo o ano de 1942, do quantitativo total de crianças e jovens trabalhadores cadastrados na Fábrica, 71,43% não são alfabetizadas. Tem

³⁰ Tem sua origem vinculada à aprendizagem inicial da escrita do próprio nome. A declaração feita na Ficha Funcional não apresenta maiores detalhes sobre nível ou variação de alfabetização. Portanto, além da declaração, entende-se que alfabetizado é aquele que assinou o próprio nome e não esteve sob arrogo de ninguém.

destaque também o ano de 1938, cujas crianças não alfabetizadas representam 50,43%, seguida dos anos de 1936 e 1937 com 47,36% respectivamente. Além dessa informação, é digno de nota que, nos anos de 1933 e 1934, as únicas crianças encontradas, também, se declaram não alfabetizadas, não assinam suas Fichas Funcionais e estão sob o arrego de outra pessoa.

Nesse período, no Brasil, o conceito de alfabetização estava vinculado apenas à decifração de letras; portanto, saber ler e escrever era resumido à escrita do próprio nome. De acordo com Soares (1998), esse enraizamento no conceito de alfabetização pode ser detectado considerando a análise do senso demográfico. Vigorou até o Censo de 1940 que alfabetizado era aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era interpretado como a capacidade de escrever o próprio nome. Esse conceito de alfabetização só passa a ser ampliado a partir do censo de 1950, quando era considerado alfabetizado o sujeito capaz de ler e escrever um bilhete simples. Uma prática trivial, mas pode-se considerar que houve certa ampliação no conceito prático de alfabetização.

Assim, no cenário da indústria fumageira do Recôncavo baiano, a utilização da mão de obra de crianças e jovens – tanto do sexo masculino como do sexo feminino, com grande vantagem numérica para estas últimas –, e a intensa e predominante força de trabalho feminino são elementos que garantiram ao longo dos anos a diminuição dos custos da produção favorecendo a acumulação de capital.

As crianças trabalhavam em geral de pé, não devendo, de forma alguma, assentar ou ficar em posições que denotassem qualquer distração. Também eram orientados para não conversar com outras crianças durante a realização das tarefas, a não ser aquela conversa absolutamente indispensável ao serviço. Mas é certo que a despeito desta orientação, em especial, só era cumprida enquanto estavam sob o olhar disciplinador do mestre³¹.

Nas fotografias das Fichas Funcionais das crianças, quase sempre se apresentam com semblante infantil, mas o sentido da mesma Ficha representa a responsabilidade de um trabalhador adulto e registrado. São exemplos ilustrativos, os casos de: Alexandrina Crispiniana dos Anjos, 13 anos, aneladeira; Maria Bernadete, 10 anos, charuteira; Rozenilda Azevedo, 11, ajudante industrial; Antônio Queiroz, 11 anos, destalador; Agripino Cruz, 10 anos, servente; Anarolino Alves, 11 anos, balanceiro; Expedito Domingos, 10 anos, servente do escritório; Vitalina Pinto, 10 anos, empapeladeira. Entre tantos outros nomes e funções executadas no interior das fábricas, essas crianças são referências precisas da infância

³¹ O mestre era sempre uma figura do gênero masculino, responsável pelos setores de produtivos. Sua função era manter a ordem entre os trabalhadores, a celeridade da produção e a perfeição do trabalho.

vivida no interior da fábrica, com Ficha Funcional de trabalhadora registrada sem saber assinar o próprio nome, e por isso sob o arrego de algum adulto.

Na tentativa de fixar um universo relativamente preciso de discurso para a interpretação das fontes referentes aos trabalhos exercidos pelas crianças, a primeira tarefa aqui é explicar o que significa cada função exercida na fábrica. Isso porque, ao manusear as fontes históricas, mais precisamente as Fichas de Registro Funcional de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras várias foram as funções citadas. Assim, segue uma breve descrição das funções executadas na divisão do trabalho dentro da fábrica, em ordem alfabética, sem intenção de hierarquizar em grau de importância:

- Aneladeira: função de anelar os charutos com o selo específico. Colocar o selo com a logomarca e identificação do tipo de charuto. Este selo era colocado com “grude”, uma espécie de cola artesanal produzida com água e amido de milho.
- Ajudante Industrial: uma espécie de “faz-tudo” que possibilita a celeridade na produção de charuto porque já deixava a folha do fumo no ponto de ser enrolada em forma de charuto.
- Balanceiro: Atividade geralmente realizada por homens, com o objetivo de pesar os fardos de folhas de fumo.
- Charuteira: responsável pelo processo de produção do charuto manualmente. Consiste na junção das folhas de fumo até alcançar o formato adequado.
- Cigarreira: Atividade semelhante a da charuteira porém, os cigarros produzidos possuíam, aproximadamente, dez centímetros de comprimento e cinco milímetros de diâmetro.
- Destaladeira: Como o próprio nome já explica executa a função de retirar o talo do meio, da folha de fumo.
- Empapeladeira: Função de embalar as unidades de charutos com um papel fino, tipo celofane, antes de organizar nas caixas de madeira. O papel para embalar tem o aspecto de uma película fina, transparente, flexível e resistente a esforços de tensão, porém muito fácil de ser cortado.
- Encaixadeira: Função de organizar as unidades de charutos dentro das caixas de madeira.
- Servente: Responsável por zelar pela higiene do estabelecimento e organização ambiente fabril. Executa serviços auxiliares, notadamente de limpeza para

aperfeiçoar a produção.

As imagens a seguir mostram as Fichas Funcionais de outras crianças, ilustrando a situação e os dados contidos em cada ficha:

Figura 14 - Ficha de Registro Funcional da Cigarreira Elsa Motta, 14 anos - Admissão ano de 1938

5.8065

REGISTRO DOS EMPREGADOS N. 137

DA FIRMA COMPANHIA DE CIGARUTOS DANNEMANN *São Félix de Bastos*

O Sr. *Elsa de Oliveira Motta* nacionalidade *Brazileira*

Estado civil *Solteira* com *14* anos de idade, nasci
 cidade *Castro Alves* em *21* de *Agosto*, de 19*24*

Afiliação { Paterna *Joaquim Motta*
 Materna *Francisco Augusto Motta*

residente a rua *Largo dos Artistas* n. na cidade *São Félix*

portador da Carteira Profissional n. *57264* serie *9ª* foi admittido em *4* de *Julho* de
 na qualidade de *Cigarreira* com os vencimentos de Rs. *110*

(*Parceira*)

para trabalhar normalmente das *8* às *17* horas, com os intervallos de *1* horas para refeição e
 beneficiarios

Observações:

São Félix, de *Julho* de 19*38* *Arroz de Elsa Oliveira Motta*
Zilda Oliveira Motta
 ASSIGNATURA DO EMPREGADO

Procure a ficha de anotações n.

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Dannemann.

A trabalhadora Elsa de Oliveira Mota, de quatorze anos, nasceu na cidade de Castro Alves e era moradora do Largo dos Artistas, na cidade de São Félix. Possuía Carteira Profissional cujo número também é registrado na Ficha. Sua jornada de Trabalho tinha início às oito da manhã até as dezessete horas, com intervalo de uma (01) hora para refeição. Sem saber assinar o nome, sua ficha consta como não alfabetizada e é assinada por Zilda Oliveira Mota. No verso de sua ficha, nada consta sobre aviso de férias, horas extras ou qualquer tipo

de direito trabalhista, isto porque ela era tarefaira. Essa expressão era indicada para especificar que, de acordo com as metas da produção em cada função, os empregados deveriam cumprir a tarefa determinada. Portanto, para uma cigarreira, no ano de 1938, a tarefa era produzir seiscentos (600) cigarros³² por dia. Por outras palavras, era mais uma trabalhadora sob os ditames dos adultos que desde os onze anos foi reinventando sua infância a partir das necessidades do trabalho, na Companhia de Charutos Dannemann.

Figura 15 - Ficha de Registro Funcional da Charuteira de 14 anos, Regina Machado – Admissão ano 1936

REGISTRO DE EMPREGADOS

Nº. de ordem: 131 / 1936 Carteira Profissional: _____
 _____ / 129 / 1937 Série: _____
 _____ / 125 / 1938 N.º. _____

Nome: REGINA MACHADO

Filiação: Maria Paixão Machado

Idade: 14 anos - Data do nascimento: 17 / 7 / 1923

Nacionalidade: Brasileira Lugar do nascimento: S. Estevam

Residência: Rua do Genipapo Data da admissão ao serviço: 2 / 1 / 1936

Categoria e ocupação habitual: Charuteira Salário: c/própria

Forma de pagamento: Semanal Nomes dos beneficiários: Mãe

Maria Paixão Machado

Assinatura do empregado: _____ Data: 2 / 1 / 1936

Data da dispensa: _____ de _____ de

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Suerdieck.

Situação semelhante era a da trabalhadora Regina Machado, de quatorze anos, nascida na cidade de Santo Estevam e moradora da Rua do Genipapo, zona periférica da cidade de Cruz das Almas. Sobre sua filiação consta apenas o nome de sua mãe, também charuteira, Maria Paixão Machado. Como já sublinhado, Regina exercia a ocupação de Charuteira na empresa Suerdieck e recebia seus proventos semanais. Ela não estava sob o arrogo de nenhum adulto e demarca sua Ficha com a digital de seu polegar – o símbolo mais forte do

³² Cigarros eram os charutos de aproximadamente 10 centímetros de comprimento e cinco milímetros de diâmetros.

analfabetismo. Porém, não consta na sua Ficha Funcional inscrição em carteira de trabalho; no item salário, consta a especificação: “conta própria”. Trabalhar por conta própria era a expressão que pode ser traduzida como a instabilidade econômica de trabalhar conforme a demanda do produto de sua fabricação, para garantir o recebimento de seus proventos semanais completos. Para ratificar essa instabilidade, no verso de sua ficha, nada consta sobre qualquer tipo de pagamento ou quaisquer outros direitos trabalhistas. Nestes termos, a condição de reinventar a infância de Regina Machado enseja uma história desdobrada pela dupla negação: a ela foi negado o direito de frequentar a escola e a segurança de trabalhar com a garantia de ter seus proventos pagos de forma regular, independentemente da oferta e procura do charuto.

Figura 16 - Ficha de Registro Funcional de Luiz Gonzaga Moraes 13 anos - Admissão ano de 1939

N. de Ordem 307

REGISTRO DE EMPREGADOS

Nome Luiz Gonzaga Moraes

Filiação: Maria Carolina Moraes

Idade 13 anos — Data do nascimento 22 / 7 / 1926

Nacionalidade: Brasileira

Lugar do nascimento: Crus das Almas

Residência: Rua Dr. Ubaldo de Assis

Carteira profissional (Serie Nº.) I. A. P. I. Nº.

Data da admissão ao serviço: 7 / 6 / 1939

Categoria e ocupação habitual: Bancas Salario

Forma de pagamento: Semanal

Nomes dos beneficiários: Paes

Data: 7 / 6 / 1939 Assign. do empregado: *A cargo de Luiz Gonzaga Moraes
Raymundo de Souza Almeida*

Data da dispensa: 19 / 6 / 1939

Crus das Almas , 7 de 6 de 1939

Assignatura do empregador: **P. SUERDIECK & CO.**
Gerente *#5pm*

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Suerdieck.

A história da infância no trabalho tem a trajetória de Luiz Gonzaga Moraes como mais um elemento digno de nota para os sabores e reinvenção da infância. Na sua ocupação consta: bancas. Essa expressão era utilizada para denominar a função de crianças e adultos ao retirar o talo das folhas de fumo, preparando-as para entregar às charuteiras para fabricarem o charuto. Luiz, um garoto com treze anos, teve uma passagem bem rápida pela Companhia Suerdieck, tendo em vista que foi admitido aos sete dias do mês de junho de 1939 e dispensado aos dezenove dias do mesmo mês e ano. A curta trajetória foi instigante, e ao averiguar o verso de sua Ficha Funcional encontrei a observação: “dispensado conforme Livro de

Registro de 1939". No citado Livro de Registro, a dispensa de Luiz Gonzaga é justificada pelo pouco empenho na função realizada e desperdício de folhas de fumo. A observação ressalta, ainda, que seu pagamento não foi realizado para ressarcir os prejuízos causados. Por extensão, a reinvenção da infância de Luiz é marcada pelos doze dias de trabalho expressamente não pagos na Companhia de Charutos Suerdieck em Cruz das Almas, na qual é culpabilizado por sua demissão em virtude de sua inexperiência profissional.

Vale destacar que os anos de admissão destas fichas são 1938, 1936 e 1939 respectivamente. O ano de 1938 foi o ano com maior número de admissão de trabalhadores, inclusive jovens e crianças. Trata-se do período do Estado Novo, em que o trabalho é propagado como atributo de honestidade, assim:

[...] com o Estado Novo e a exaltação da figura de Getúlio Vargas, o pai dos pobres", o Estado investiu-se da responsabilidade de regulamentar e controlar as formas de "fazer progredir o povo," [...] "Pobre, mas trabalhador", pois o trabalho era considerado "o atributo de honestidade que neutralizava, em termos de honra, o estigma da pobreza. (RIZZINI, 2009, p.105)

Nesse sentido, tais crianças representavam uma mão de obra farta, resultante de famílias com prole numerosa vivendo em situação de grande precariedade econômica. Assim, em idade precoce, muitas vezes ainda em fase de desenvolvimento físico e, profissionalmente inexperiente, os menores desenvolviam as mais diversas atividades industriais, símbolos por excelência da exploração do trabalho. Dentre as atividades executadas, as de maior predominância são: charuteira, cigarreira, empapeladeira, aneladeira, seladeira, passadeira, encaixadeira e destaladeira, tais atividades geralmente exercidas por crianças do sexo feminino. E para as crianças do sexo masculino, a maior frequência é para a atividade de servente, ou seja, atividade de limpeza do espaço de trabalho. Nesta função, o menino está sempre subordinado a alguém que indique a tarefa a ser realizada. É uma espécie de faz tudo, para garantir ao ambiente fabril o estado adequado para assegurar a produção. No trabalho fabril, as atividades hierarquicamente distribuídas também revelavam as relações de gênero, ou melhor, tarefas masculinas e tarefas femininas.

Entretanto, conforme revela a Figura 17, a seguir, as crianças também realizavam trabalhos considerados pesados e que deveriam ser realizados apenas por um homem adulto.

Figura 17 - Ficha de Registro Funcional do Preseiro de 13 anos, Osvaldo da Silva - Admissão ano de 1938

REGISTRO DOS EMPREGADOS

DA FIRMA COMPANHIA DE CHARUTOS DANNEMANN N.º 418
Sociedade de Dannemann & Cia. e Steiner & Cia.

(Photographia)

O Sr. Osvaldo da Silva nacionalidade Brasileiro
 Estado civil solteiro com 13 annos de idade, nascido na
 cidade São Felix em 15 de Setembro de 1925
 filiação { Paterna Pedro da Silva
 Materna Pali dos Santos
 residente a rua Coimbra da Ysaias n.º 11 na cidade São Felix portador da
 Carteira Profissional n.º _____ serie _____ foi admitido em _____ de _____ de 19____ na qualidade
 de Preseiro com os vencimentos de Rs. 1.800
 (_____)
 para trabalhar normalmente das 8 ás 17 horas, com os intervallos de 1 horas para refeição e descanso
 beneficiarios _____
 Observações: _____
 _____ de _____ de 19____
 Assignatura do empregado _____
 _____ n.º _____

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Dannemann.

Esta Ficha de Registro Funcional de Osvaldo da Silva, de treze anos, revela o quanto era desumano o tratamento recebido. A função que exerceu foi a de preseiro, ou seja, uma das tarefas mais pesadas no contexto fabril. Trabalhar com a prensa requer muita força física e muita habilidade para evitar acidentes. No entanto, foi exatamente uma criança que carregou

tal responsabilidade. Nestes termos, coadunando com Rizzini,

[...] desviada da trajetória normal dos brasileiros da sua faixa etária, as crianças passam no trabalho o tempo da infância em que deveriam estar recebendo condições adequadas de alimentação, saúde, estudo e lazer. Longe dos padrões elementares de cidadania, esses membros da comunidade nacional são expostos a situações desumanas de vida e de trabalho. Sem tempo para desenvolver uma sociabilidade normal à sua idade, eles são levados a assumir comportamentos típicos do universo adulto. Desse modo lhes é negado a oportunidade de vivenciar a infância e as diversas fases do seu desenvolvimento, tanto na família quanto na escola ou na sociedade em geral. (2007, p. 414)

No Recôncavo, essa criança pobre, filha de trabalhador assalariado, tem sua origem na classe explorada pelo capital na fábrica de charuto ou vivendo ela mesma a experiência do trabalho ainda num momento que poderia estar usufruindo da educação e do lúdico. Nesse sentido, as condições gerais da vida infantil estão intimamente ligadas às relações sociais estabelecidas que assegurem, ou não, as condições da vivência plena da infância.

Situação semelhante é a de Anarolino Alves, 11 anos, balanceiro. Atividade que geralmente era exercida por um homem adulto. Trata-se também de um trabalho pesado, visto que, a colocação dos fardos de fumo na balança exige força física. Enfatizando as características fundamentais da atividade e do desenvolvimento físico de uma criança de 11 anos fica evidente a incompatibilidade. Porém, a exploração da força de trabalho enquanto mercadoria explica que criança explorada representa a garantia de um baixo custo de produção.

A utilização da mão de obra das crianças, nas fábricas, norteava o destino de parcela significativa das crianças que viviam em condições economicamente oprimidas no Recôncavo, imprimindo nos trabalhadores desde cedo a obediência. O trabalhador que desobedecia às normas pré-estabelecidas era punido. Um exemplo ilustrativo disto foi o caso de Roque Queiroz que começou a trabalhar na fábrica Suerdieck, aos 13 anos. Foi demitido em 1940, aos 18 anos, de acordo com a seguinte anotação da Ficha Funcional: “SAHIU em 24 de fevereiro de 1940, por motivo de ter feito greve entre os companheiros”. Essa anotação está ilustrada a seguir:

Figura 18 - Ficha de Registro Funcional de Roque Queiroz - Demitido no ano de 1940

Accidente do trabalho ou doenças profissionais.

Férias gozadas: // dias de férias referentes ao ano de 1939 pago Rs. 83 \$ em 26.2.40 de 1939 pago Rs. \$ em de 1939 pago Rs. \$ em

Passou a perceber o salário mínimo local na base de Cr. \$9,20, conforme Decr.-lei 6.297, de 28/2/44. Passou a perceber o salário mínimo local na base de Cr. \$10,00, conforme Decr.-lei 5.978, de 10/11/43.

Observações: Saliu em 24 de Fevereiro de 1940 por motivo de ter feito greve entre os companheiros.

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Suerdieck.

Nesse caso qualquer tentativa de legitimar um movimento operário era imediatamente ceifada pela direção administrativa da fábrica. Mesmo quando os trabalhadores, que ali foram oprimidos desde muito cedo, reconheciam seus direitos e reivindicavam maior flexibilidade de horário de entrada, horas extras trabalhadas ou o pagamento de tarefas realizadas para dobrar a produção, nenhuma reivindicação era tolerada.

Quando me refiro ao horário é em função do teor do depoimento da Charuteira Nair de Souza Lima, hoje com 90 anos – identificada pela técnica de ligação nominativa – que iniciou como funcionária da Companhia de Charutos Suerdieck, aos 11 anos. Ela relatou que o horário de entrada na fábrica poderia ser às 6h, às 7h ou às 8h da manhã impreterivelmente, e o horário de saída às 17h ou às 18h. O operário, mesmo sendo criança, ao ser selecionado para um determinado horário de entrada não seria tolerado um mínimo atraso.

Assim, quando o soar da sirene, com suas badaladas estridentes, fazia o rotineiro chamamento ao trabalho³³, se o operário não entrasse, o portão era fechado. Nem um minuto de tolerância. E triste daquele que, porventura, se atrasasse. O portão só abriria novamente para os atrasados no turno da manhã, às 8h30. Mesmo que tivesse chegado às 7h05. Ficou evidente que a organização fabril impôs a penalidade do tempo. Tempo de produção e de cumprir obrigações, reprimia atrasos, ausências, interrupção de atividades e todo e qualquer tipo de conduta que colocasse em risco o nível de qualidade ou ritmo de produção tão necessária ao capital. Portanto, quem não entrava no horário determinado, tinha prejuízo no andamento da sua produção do dia, obtinha anotação na sua Ficha Funcional e era identificado como o operário “que ficou no macaco”. “Ficar no macaco” era a expressão utilizada no ambiente da fábrica para ridicularizar quem chegava com atraso e ficava do lado de fora, geralmente no sol, até o horário que os atrasados tinham o direito, novamente, de ultrapassar os portões de entrada. Essa expressão era utilizada pelo mestre, ao se referir ao operário durante os dias seguintes de sua produção. Uma forma de pressionar para que ele produzisse o suficiente para compensar as horas do dia do atraso. Esse tipo de controle era uma determinação disciplinar da fábrica sem sustentação em nenhuma legislação em vigor na época.

Em São Félix, por exemplo, somente em 1948, que foi promulgada a Lei de nº 05, de 18 de setembro de 1948, que determina o horário para abertura e fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais. Este período é posterior ao estudo realizado, mas que é digno de nota neste trabalho:

Art 1º Os estabelecimentos comerciais e industriais neste Município estarão sujeitos aos seguintes horários para funcionamento em dias úteis:
VI- Os estabelecimentos industriais em geral, funcionarão das 8h às 17 horas, normalmente; e das 7h30 às 17h30 quando os interesses dos ditos estabelecimentos exigirem. (SÃO FÉLIX, 1948).

No ambiente fabril várias eram as normas e regras que as crianças estavam submetidas, e para garantir o cumprimento de tais normas, as figuras do mestre e do contramestre deveriam ser respeitadas. Geralmente não eram pessoas que tratassem as crianças com brandura e suavidade, era preciso fazer cumprir o regulamento. Definitivamente homens pusilânimes não ocupavam estes cargos, me refiro aos homens porque era uma função masculina dentro da fábrica. O mestre era sempre intrépido, firme, ou mais ainda,

³³ Durante toda a existência das fábricas de Charutos o soar das sirenes de tão estridentes serviram também para orientar toda a cidade quanto ao horário.

decidido, e em alguns casos, indelicado e descortês. Com total autoridade concedida pelo patrão – seja dono, ou diretor das fábricas – o mestre e o contramestre gozavam da confiança e total liberdade para fazer com que cada trabalhador cumprisse todas as atribuições e sujeições, caso contrário receberia a punição cabível.

Consciente de examinar as fontes históricas de forma sistemática, empreendi uma análise sobre as observações que constavam no verso das Fichas Funcionais das crianças selecionadas. Encontrei observações curiosas para ilustrar como a fábrica pretendia controlar, inculcar e disciplinar as crianças trabalhadoras e quem não aceitasse era demitido. São exemplos:

A aneladeira Maria Ana de Jesus de 11 anos, “demitida em 20 de março de 1945 após resistir a reclamação do mestre” Sr. Renato Rebouças e do diretor Sr. Jonas. Companhia de Charutos Suerdieck, Cruz das Almas.

Maria de Lourdes Santos, de 12 anos, empapeladeira, “recebeu advertência por indisciplina”. Companhia de Charutos Suerdieck, Maragogipe. (SUERDIECK, FICHA FUNCIONAIS, 1945)

Floripes Conceição, Charuteira de 14 anos, no ano de 1936 foi demitida. Na observação de sua Ficha Funcional consta: Foi demitida por ser muito “*mal criada*”. Companhia de Charutos Dannemann, São Félix.

Maria do Carmo Gomes, 14 anos aneladeira, “suspensa por indisciplina nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 1945”. Companhia de Charutos Dannemann, São Félix. (DANNEMANN, FICHAS FUNCIONAIS, 1936; 1945)

Nas Fichas Funcionais de muitos trabalhadores constam diversas advertências por indisciplina, sem embora descrever o que eles interpretam como indisciplina e muito menos o sentido de ser “*mal criada*”. Além dessas anotações, encontram-se registros de diversos casos de acidentes de trabalho sem, porém, constar maior detalhamento das causas e das providências tomadas pela referida fábrica em defesa da criança acidentada.

Estes nomes e suas respectivas anotações nas Fichas Funcionais são exemplos de como a infância foi marcada, na Ficha Funcional e na alma, pelos vestígios de uma vida assolada pela pobreza e pela imensa exploração que forçosamente era imposta pela subserviência às ordens e normas que patrões e representantes dos cargos de chefia, como mestres e contramestres – no afã de mantê-los dentro da ordem pré-estabelecida –, os impunham. Situação que merece destaque por revelar a violência simbólica³⁴ que permeava o cotidiano do trabalho das crianças.

Outra situação curiosa é que nas Fichas Funcionais, a seguir, as idades das crianças e

³⁴ Sustentado na ideia de Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da violência na prisão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

as respectivas datas de nascimento aparecem violadas a lápis; em ambos os casos, alterando a data de nascimento e aumentando a idade dos infantes.

Figura 19 - Ficha de Registro Funcional da Charuteira Anita Noures do Nascimento-12 ou 15 anos? Nascida em (1921 ou 1924?)

REGISTRO DE EMPREGADOS

Estado civil: Solteira *sem saber ler e escrever*

Nº. de ordem: A / 155 / 1936 Carteira Profissional: _____
 _____ / 11 / 1937 Serie: 9
 _____ / 11 / 1938 Nº. 2262

Nome: ANITA NOURES DO NASCIMENTO

Filiação: Paulo Alves Lima e Virginia Nascimento

Idade: ¹⁶ 12 anos - Data do nascimento: 10 / 1 / 1921

Nacionalidade: Brasileira Lugar do nascimento: Cruz das Almas

Residência: Rua Ruy Barbosa Data da admissão ao serviço: 4 / 2 / 1936

Categoria e ocupação habitual: Charuteira Salário: c/própria

Forma de pagamento: Semanal Nomes dos beneficiários: Paix

Paula Alves Lima e Virginia Nascimento

Assinatura do empregado: _____ Data: 4 / 2 / 1936

Data da dispensa: _____ de _____ de _____

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Suerdieck.

Figura 20 - Ficha de Registro Funcional da Charuteira Antonieta Dias-13 ou 16 anos? Nascida em 1920 ou 1923?

REGISTRO DE EMPREGADOS

Estado civil: Solteira Nada há a declarar

Nº. de ordem: A / 151 / 1936 Carteira Profissional:

106 / 1937 Serie: 82

85 / 1938 Nº. 22055

Nome: ANTONIETA DIAS

Filiação: Pedro Soares e Maria Domingas Dias

Idade: 13/6 anos - Data do nascimento: 12 / 11 / 1920

Nacionalidade: Brasileira Lugar do nascimento: Cruz das Almas

Residência: Rua do Matadouro Data da admissão ao serviço: 2 / 1 / 1936

Categoria e ocupação habitual: Charuteira Salário: C/própria

Forma de pagamento: Semanal Nomes dos beneficiários: Irmãos

Antônio, Domingas e Manoel Dias Dias

Assinatura do empregado: Antonieta Dias Data: 2 / 1 / 1936

Data da dispensa: ____ de ____ de ____

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Suerdieck.

Figura 21- Ficha de Registro Funcional da Charuteira Helenita Pereira de Alencar-12 ou 14 anos?
Nascida em 1920 ou 1922?

REGISTRO DE EMPREGADOS

titula em: Salteira *tit. sobre la e enuava*

Nº. de ordem: 1 / 95 / 1936 Carteira Profissional:
 69 / 1937 Serie: 9
 56 / 1938 Nº. 32.030

Nome: HELENITA PEREIRA DE ALENCAR

Filiação: Liberalina Pereira Souza

Idade: 12 / 4 anos - Data do nascimento: 13 / 11 / 1924

Nacionalidade: Brasileira Lugar do nascimento: Cruz das Almas

Residência: Rua Rio Branco 12 Data da admissão ao serviço: 10 / 1 / 1936

Categoria e ocupação habitual: Charuteira Salário: c/própria

Forma de pagamento: Semanal Nomes dos beneficiários: Mãe

Liberalina Pereira Souza

Assinatura do empregado: _____ Data: 10 / 1 / 1936

Data da dispensa: _____ de _____ de _____

Fonte: Banco de dados das Fichas Funcionais Suerdieck.

Situação como as das fichas apresentadas ratifica que a presença das crianças no trabalho é referencial mais característico da privação econômica e social que rondava a família que vivia numa precária condição cuja sobrevivência dependia do trabalho dos filhos e

filhas tão jovens. Daí, a alteração da idade para garantir a vaga nos espaços das fábricas também foi uma estratégia utilizada. Mesmo diante de um cenário de trabalho degradante³⁵, permeado pelas relações capitalistas de exploração, o consentimento da família ocorria porque era o caminho mais seguro para garantir a sobrevivência.

Outro caso digno de nota é o da charuteira Maximiniana Silva dos Passos, 87 anos, que também foi identificada pela técnica de ligação nominativa:

Menina de 11 anos cursava o 4º ano adiantado. Meu pai me tirou da escola e me levou pra Fábrica pra trabalhar. O mestre era Sr. Domingos do Bar, muito amigo de papai, acertou tudo e deixou eu trabalhando. Naquele tempo a produção era de 350 charutos por dia [...] Quando eu fiz a primeira leva [...] nunca tinha feito charutos antes [...], saiu tudo errado! O charuto duro, sem ponta [...] Quando o mestre viu, mandou que eu parasse, danou comigo. Disse que no dia seguinte eu não fosse pra Fábrica, porque eu tinha que ir vender aquele charuto na feira. Eu chorei [...] chorei [...], mas logo pensei: Não tem nada não [...] botei os charutos na sacola, fui pra casa e no dia seguinte eu fui pra feira. Rodei. Rodei na feira o dia todo, mas vendi tudo! E no outro dia levei o dinheiro e entreguei a Sr. Domingos. Foi aí que continuei trabalhando. Aí fui aprendendo [...] Meu charuto passou a ser um dos melhores. (INFORMAÇÃO VERBAL-DEPOIMENTO³⁶)

Nesse sentido, anotações nas Fichas Funcionais por atraso, advertência, indisciplina, alterações na idade, vender charutos na feira por não saber fazer de acordo com os padrões da exigência internacional, não esgotavam as situações em que as crianças se defrontavam. Eram comuns castigos relacionados à avaliação do desempenho e imperfeição na realização das tarefas. Tais situações são reveladoras das tensões que envolviam patrões e as crianças operárias. Mais do que isso, esclarece que atitudes ditas “inadequadas” executadas pelas crianças no ambiente de trabalho são “adequadas” à fase da vida – a infância.

As brincadeiras no ambiente de trabalho também foram relatadas demonstrando que, de fato, não estavam preparadas para o cumprimento de tantas horas de trabalho, conforme previa as Fichas Funcionais. Dona Maximiniana afirma, com risos de alegria, ao relembrar o tanto que brincou de construir bonecas, petecas e objetos de arremessar, com as sobras das folhas de fumo. Astúcia que era realizada embaixo das bancas onde as charuteiras adultas cumpriam suas tarefas. Em meio à entrevista recitou vários poemas, aprendidos na infância, no cenário fabril, nos caminhos para o trabalho, nos trabalhos com o fumo, realizado em casa para complementar a renda. Com toda vivacidade que seus 87 anos permitiram, se levantou do sofá e começou a declamar:

³⁵ O trabalho, quando é obstáculo ao pleno desenvolvimento da criança, ou mesmo perigoso, é entendido neste estudo como degradante.

³⁶ Depoimento de D. Maximiniana Silva dos Passos, 87 anos, em entrevista realizada em 14 de Agosto de 2014.

A criança,

Eu sou criança travessa Porém isso é que não, Eu tenho boa cabeça
E muito bom coração.

Porém isso eu digo certo, Ninguém havia querido, Me diriam de perto
Que menina aborrecida!!!

Se puxo a cauda de um gato, Se faço cruzeiros na mão,
Se sou traquina de fato Também sei minha lição!!

Afinal sou pequena Comigo ninguém se mete,
Quando estou no meu terreno
Acabo pintando o sete. (MAXIMINIANA SILVA DOS PASSOS, 2014).

Isso reforça como a infância foi reinventada e se sobrepôs à situação imposta à condição de trabalhadora. Na fala de Dona Maximiniana, as narrativas históricas dão vida a tantas crianças trabalhadoras e mostra como elas eram atoras influentes da sociedade que estavam inseridas.

Também nesse sentido, o depoimento da charuteira Dona Nair Souza Lima evidenciou algumas características da infância neste lugar, como por exemplo, a aprendizagem por imitação dos adultos no processo de transformação do fumo até alcançar o produto final, o charuto. Tais tarefas eram realizadas em casa, entre os membros da família, e as crianças imitavam os adultos até alcançar a perfeição da tarefa.

Essa aprendizagem por imitação reforça as relações existentes com as experiências que a literatura relata a respeito dos índios Tupinambás que habitaram o Recôncavo no período Colonial. Assim, se a organização da sociedade indígena representa uma sociedade em que a educação era espontânea, realizada por imitação livre, na infância do Recôncavo essa imitação está presente também no cuidado com o irmão mais velho, enquanto a mãe estava vendendo sua força de trabalho nas fábricas de charuto. A experiência educacional vivenciada no Recôncavo demonstra que para algumas famílias a aprendizagem ocorria através das experiências de vida, e que a cultura escolar, aquela que ocorria dentro de uma instituição, não era priorizada, pois o mais importante era o sustento e a manutenção familiar. Assim, de acordo com a depoente dona Nair Souza Lima

A educação acontecia em casa mesmo, os irmãos mais velhos cuidavam dos mais novos até a mãe chegar da fábrica. Ficavam o dia todo, os grandes tomando conta dos pequenos.

De noite quando a mãe chegava dava o café de todo mundo, e aí quem já era maiorzinho ia ajudar também no trabalho com o fumo. Tinha fumo pra destalar. É que a mãe sempre levava aquela produção pra fazer em casa, que era pra interar o dinheiro.

Aí sentava todo mundo no chão da cozinha pra trabalhar até dez, onze hora da noite [...] e os pequenos ajudavam imitando a mãe e os irmãos grandes. Quero dizer que logo cedo, todo mundo aprendia a se virar. Quando já sabia mais ou menos o trabalho podia ir pra os fabricos trabalhar. Quando já estava bem treinado podia ir para as fábricas trabalhar. (INFORMAÇÃO VERBAL-DEPOIMENTO³⁷)

Nesses termos, por um lado, essa educação da infância relatada possui elementos comuns com a educação na colonização do Brasil. Mas por outro lado, a historiografia tem destacado como um dos aspectos mais importantes a ser considerado é a predominância absoluta de negros entre a população do Recôncavo. Isso nos leva a aguçar os sentidos na identificação dos ranços da escravidão, presentes na cultura, na educação e, principalmente, na história da infância.

A infância escrava não teve acesso à escola no século XX e, mesmo depois, os negros recém egressos do cativeiro não tiveram as condições necessárias que possibilitassem o acesso a algum tipo de instrução. Nesse mesmo sentido, a camada pobre da sociedade e predominantemente negra, muitos entre eles, os filhos das charuteiras, também não tiveram acesso à escola.

O fato de ter encontrado um número significativo de crianças trabalhando na fábrica de charutos embasa a discussão de que a educação escolar não estava ao alcance de todos os moradores do Recôncavo. A contribuição da criança à subsistência da família era provavelmente mais urgente que a frequência escolar. Assim como aconteceu na sociedade escravocrata, o trabalho estava presente desde a mais tenra idade, e meninos e meninas eram impulsionadas pelas condições financeiras em contribuir com o sustento familiar. A prática do trabalho era naturalizada desde muito cedo e o labor não acabava quando a sirene da fábrica anunciava o fim do expediente, após 8 horas de jornada, às 18 horas de cada dia. O trabalho era complementado em casa com a realização de tarefas coletivas entre mães e filhos. E assim, as crianças teciam sua infância a partir da perspectiva do trabalho, na qual brincar, puramente, parecia algo eventual ou remoto, e as brincadeiras nem sempre podiam ser vivenciadas no mundo do trabalho.

Ao coletar informações sobre a vida cotidiana das crianças, ficou evidente que os adultos aceitavam que as crianças deveriam brincar. E a depoente declarou que embora trabalhassem na fábrica sobrava tempo para a brincadeira. Ela relata a brincadeira, como elemento constitutivo da infância, diz que não precisava ter hora marcada e que aproveitava todos os momentos que podia. Fosse no caminho de volta para casa, no intervalo da refeição

³⁷ Dona Nair Souza Lima, Charuteira, 90 anos, em entrevista realizada em 20 de fevereiro de 2012.

de meio dia ou à noite, depois da tarefa coletiva de transformação das folhas de fumo em matéria prima para a fábrica. Ressalta que na maioria das vezes imitavam atividades adultas na brincadeira de casinha, fazendo comidinha e no cuidado com os filhos, mas que brincava de pega-pega; bola de meia e peteca. Além disso, através do depoimento, ficou evidente um senso de comunidade muito grande, tanto entre as crianças quanto entre os adultos que trabalhavam na fábrica; viam-se como um grupo quase familiar em que colaboravam entre si, na tentativa de cumprir a produção exigida por dia de trabalho dentro da fábrica. Assim, quando a depoente Maximiniana Silva dos Passos afirma que “quando alguma charuteira mais vagarosa não dava conta de sua produção, quem terminava mais cedo ajudava pra ninguém ficar atrasada no dia seguinte.” (INFORMAÇÃO VERBAL- DEPOIMENTO, 2014).

Ela alega também que o trabalho da criança não encerrava na fábrica, pois toda mãe sempre levava um pouco da produção fabril para casa e realizava com a ajuda dos filhos, com o intuito de receber algum dinheiro extra. Ficou evidente que essa opção era feita por razões econômicas e não meramente pelo prazer do trabalho.

Apesar da responsabilidade assumida muito cedo na vida cotidiana, havia mais do que tarefas. A depoente, além de declamar poesias, cantou Hinos e citou muitas brincadeiras. Entre elas vale destacar “chicotinho queimado” isso porque entre as citadas esta apresenta uma relação mais diretamente relacionada à infância escrava. A organização, a simbologia e o ritual do brincar estavam diretamente ligados aos resquícios da escravidão. E assim procede o ritual:

Várias crianças sentadas no chão, em roda e apenas uma, ao redor da roda, esconde o chicotinho e canta: “chicotinho queimado, ele é bom é assado, quem olhar pra trás toma chicotada.” está com o chicote na mão representa o mandatário na brincadeira, ninguém pode olhar para trás para saber onde ele esconde o chicote, mas precisa adivinhar onde ele guardou. (INFORMAÇÃO VERBAL-DEPOIMENTO³⁸)

No imaginário infantil, talvez não estivesse presente a relação que essa brincadeira tem com a escravidão, os castigos físicos com o chicote, para quem não cumprisse o que foi previamente estabelecido, e as relações de obediência aos comandos bem próprios dos rituais escravocratas.

Seja nas brincadeiras, seja na vida cotidiana do trabalho, longe de reproduzir infância das camadas economicamente dominantes, o Recôncavo apresenta muitas semelhanças com

³⁸ Charuteira, Dona Maximiniana Silva dos Passos, 87 anos. Entrevista realizada em 14 de Agosto de 2014.

os antecedentes históricos que se ergue economicamente sob a força do trabalho escravo, que permite, grosso modo, uma analogia sem anacronismo, reconstruir o cenário da escravidão: as crianças trabalhadoras ocupavam o lugar dos cativos do passado; o patrão, a figura do senhor; e os mestres e contramestres, a figura do feitor. Até porque foi a experiência da escravidão que demonstrou o quanto a mão de obra da criança era mais dócil, mais barata e com maior flexibilidade e adaptação ao trabalho.

Os jornais da época se furtaram a publicar manchetes que se referisse à exploração do trabalho da criança da classe popular no chão da fábrica, não esboçando nenhuma reação, é um silêncio de como se essa realidade nunca tivesse existido. Ou ainda mais triste: de tão naturalizada, como único caminho para minimizar a carência econômica, que alcançou o nível da aceitação.

Trazer nomes e respectivas anotações das fichas funcionais, aqui neste estudo, foi a forma que encontrei de romper com o anonimato vivido ao longo dos anos.

Uma forma de aproximação da experiência que cada um deles viveu na condição de operário, naquilo que ela tem de único. Único porque o vivido tem uma dimensão individual que não é possível ignorar, como o sofrimento, o trauma [...] Único também porque o vivido é composto de detalhes, de sutilezas, como é a brincadeira que provavelmente escapou ao olhar vigilante que se estendia sobre essas crianças nas fábricas. Único porque as situações vividas por estes operários solitários representaram momentos individuais, difíceis de serem aprendidos em sua, mas que permitem redimensionar a experiência compartilhada que os aguardava, como coletivo, quando os portões das fábricas se fechavam às suas costas, no início de mais uma longa jornada de trabalho. (MOURA, 2007, p. 286).

O estudo revelou que a educação no Recôncavo está intimamente ligada a uma lógica excludente, associada à má vontade política de fazer valer a educação para a camada popular. Essa análise abre caminhos para a crítica sobre os descompassos e as parcas conquistas desse processo. Isso, porque, historicamente, o atendimento à infância foi omitido e nem a predominância do trabalho feminino nas fábricas foi suficiente para que providências fossem tomadas em direção à educação. Logo, aos adultos pobres restava o trabalho nos armazéns do fumo, e aos seus filhos uma infância desvalida e desprovida de iniciativas oficiais, ampliando os índices de analfabetismo do país.

4 FACES DO CONTEXTO POLÍTICO NO BRASIL, BAHIA E RECÔNCAVO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: O PROCESSO HISTÓRICO E O ORDENAMENTO JURÍDICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA INFÂNCIA

Para historicizar a educação da infância no Recôncavo nas décadas de 1920, 1930 e 1940, é preciso compreender as continuidades e rupturas no processo de implementação de políticas educacionais no cenário nacional, perscrutando as formas como os sujeitos sociais participaram da totalidade do processo no jogo do poder das relações sociais e políticas. O propósito deste capítulo é esclarecer como foi produzido o processo de escolarização no Recôncavo da Bahia, no período de 1925 a 1946. Para atingir tal propósito, foi necessário perceber as formas de oferta das condições do exercício do magistério, tais como: o cumprimento do ordenamento jurídico, do aparato legal e administrativo para regulamentação, controle e funcionamento das escolas, sempre evidenciando como os sujeitos locais participaram deste processo.

Para compreender a realidade local, destacando a educação da infância, foi preciso contextualizar o movimento político-econômico que o país estava vivenciando e as escolhas priorizadas e executadas nesse contexto. Para tanto, apresento as políticas educacionais nacionais e tomo como fontes principais a legislação, relatórios dos gestores do período e dados estatísticos (prioritariamente do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para desenhar o cenário local, utilizo Relatórios do Interventor do Estado da Bahia e Relatórios do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia, no período em estudo.

4.1 ORDENAMENTO JURÍDICO E O DIREITO AO ACESSO ESCOLAR

A defesa e a veemência do debate pedagógico em torno da publicização da educação começaram a ganhar destaque no Brasil a partir do final do século XVIII e se fortaleceram nas décadas iniciais do século XX. Porém, nos anos de 1920, 1930 e 1940, apesar do discurso vibrante, os passos foram tímidos e as ações tiveram pouco alcance em direção à ampliação da escolarização pública. Ao contrário dos países europeus que viveram experiências exitosas de educação pública ainda durante o século XIX, o Brasil conviveu com vários obstáculos que impediram a erradicação do analfabetismo.

Nesse sentido, o histórico da sociedade brasileira e do Recôncavo baiano, no exercício do direito, vivenciou o jogo de forças sociais próprios de uma sociedade de classes, em que o conflito de interesses entre as classes se constituiu como o maior obstáculo à alfabetização das camadas populares. Portanto, nas cidades fumageiras o movimento de

conscientização da necessidade de lutar pelo direito à Escola Pública e gratuita ficou enfraquecido com a inexistência de um ordenamento jurídico municipal em torno da obrigatoriedade e gratuidade da oferta educativa, no período em estudo.

Justificando a expectativa em torno de um ordenamento jurídico municipal, considero que o debate sobre os poderes da educação já havia ganhado força no cenário nacional, porém, nas cidades menores, a exemplo das cidades do Recôncavo Fumageiro este debate não se efetivou com tamanha força. As formas de operacionalização e as ações educacionais, até mesmo de alfabetização, não se concretizaram na mesma proporção dos discursos nacionais.

No contexto indicado, marcado por crescentes necessidades educacionais sob o impulso da acumulação capitalista, o Brasil vivia um processo de urbanização e industrialização que avançava nos grandes centros. Portanto, para considerar que o caso do Recôncavo Fumageiro possui uma singularidade e que escapa a essa tendência, é necessário ressaltar a inexistência de políticas públicas municipais, fato que evidencia a discrepância entre o cenário nacional e o cenário local estudado. Contudo não significa minimizar a responsabilidade da União e do Estado da Bahia com a elaboração e implementação de políticas direcionadas aos municípios.

Defendo aqui que o ordenamento jurídico enquanto norma impulsiona o cumprimento de obrigações e, portanto, a conquista de direitos. A formalização em lei de uma situação da vida social sempre se impõe como o modo de funcionamento da sociedade. Nestes termos, a ausência da legislação municipal deixou uma lacuna na construção de um movimento de crescente conscientização política em direção ao direito à educação para as crianças. Assim,

[...] a existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por existência deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. (BOBBIO, 1992, p.79)

No caso do direito à educação, desde a Constituição Imperial de 1824, há apenas menção à educação escolar no Art.179 quando se refere às Disposições Gerais e das Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros. Nesse cenário, mais uma vez, o jogo de forças é um elemento definidor. E o que vale aqui esclarecer é que numa sociedade escravista, o escravo não era considerado cidadão, pois era apenas uma propriedade material do senhor. Situação semelhante era a das mulheres que a Constituição Imperial silencia e que

só passa a ter direito ao voto a partir da Constituição de 1934; daí fica subtendido o não direito ao exercício da cidadania aos pobres, às mulheres e escravos. Assim, ficam evidentes as restrições do Título 8º, no Art. 179, quando da menção à educação, afirmando que “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.” (BRASIL, 1834)

Já a Lei nº 16 de 12/08/1834, também conhecida como Ato Adicional, propõe, além de uma descentralização das competências, uma diminuição dos impostos para as Províncias e a elas caberia a instrução primária. Assim, no seu Art 10, § 2º:

Compete as Legislativas Provinciais legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicinas, os cursos Jurídicos, Academias, atualmente existente e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral. (BRASIL, 1834)

Mas, foram a abolição da escravatura e os ares republicanos que renovaram os anseios e criaram novas expectativas de melhoria para a instrução primária e também para a cidadania. A Constituição de 1891 confirma a República e, com esta confirmação, o fim do voto censitário. Nesse bojo, o letramento se constitui como uma condição de votar e se candidatar aos pleitos políticos. No entanto, não se pode negar que a tradição imperial presente no imaginário de uma sociedade patriarcal não permitiu o voto das mulheres, dos clérigos e dos soldados sem cargos de privilégio. Cabe assim dizer que a Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891 proporcionaram, timidamente, um ensaio sobre o exercício pleno dos Direitos Cívicos e Políticos aos cidadãos brasileiros.

Ainda na Constituição de 1891, no Art. 72, § 17, fica declarada a plenitude do direito de propriedade. Essa ratificação no ordenamento jurídico da época garante direito de oferta escolar através da iniciativa privada. Esse tema e a oferta da educação, por professores que ensinam em casa, melhores serão discutidos no capítulo seis desta tese.

Nestes termos, além de não cogitar vinculação de verbas para a educação, a Constituição relegou a demanda por educação escolar para o indivíduo que através de motivações pessoais e sociais buscasse os bancos escolares. Nesse sentido, nem mesmo a revisão da Constituição de 1925/1926 alcança a gratuidade e obrigatoriedade da instrução primária como princípio nacional.

4.1.1 As contradições entre o legal e o real nas escolas do Recôncavo

Para melhor esclarecer o acesso escolar da população do Brasil, da Bahia e do Recôncavo, focalizo de forma sucinta, com a documentação acessível coligida, alguns

quadros que apresentam dados numéricos dos índices de analfabetismo, de unidades escolares e corpo docente.

Apesar da efervescência do debate e as determinações do ordenamento jurídico, discutidos no item anterior deste capítulo, o índice de analfabetismo se mantinha elevado em números absolutos. A Tabela 03, a seguir, demonstra que mais da metade da população de todas as idades, entre os anos de 1890, 1900 e 1920, era analfabeta no Brasil.

Tabela 3 – Índice de analfabetismo da população brasileira- pessoas de todas as idades, 1890-1920

Especificação o Escolar	1890	%	1900	%	1920	%
Sabendo ler e escrever	2.120.559/ 14.333.915	15	4.448.687/ 17.388.434	25	7.493.357/ 30.635.605	25
Não sabendo Ler nem Escrever	12.213.356/ 14.333.915	85	12.939.753/ 17.388.434	75	23.142.218/ 30.635.605	75

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, Ano II, 1936, p.43.

De acordo com essa Tabela, entre os anos de 1890 a 1900, houve diminuição de 10% da taxa de analfabetismo; mas, entre os anos de 1900 a 1920, houve uma completa estagnação mantendo o índice de 75% de analfabetos. Durante vinte anos, entre 1900 e 1920, o contingente populacional quase dobrou, saindo de 17.388.434 em 1900, para 30.635.605 habitantes em 1920, mas os elevados índices de analfabetos permaneceram inalterados. Assim, de acordo com os resultados do recenseamento, em 1920, mais da metade da população brasileira, em todas as idades, não tinha acesso à escola, mais ainda, apenas um quarto da população brasileira era alfabetizada.

Tabela 4 – Índice de alfabetizados e não alfabetizados da população brasileira a partir de 15 anos, 1900-1920.

Especificação o Escolar	1900	%	1920	%
Sem declaração	22.791/9.752.111	---	---	---
Sabendo ler e escrever	3.380.451/9.752.111	---	6.155.567/17.557.282	---
Não sabendo ler e nem escrever	6.348.869/9.752.111	65	11.401.715/17.557.282	65

Fonte: Florestan Fernandes, Educação e sociedade no Brasil, Quadros I, p. 47.

Embora tenha havido o crescimento da população de 15 anos ou mais, de 9.752.111 em 1900 para 17.557.282 em 1920, as taxas de analfabetismo permaneceram inalteradas. O

que significa que em vinte anos não houve nenhum impacto suficiente para minimizar estes índices. Mas é necessário relativizar e reconhecer o mérito social, pois em termos percentuais o índice da população analfabeta também não aumentou. Vale destacar que desde a segunda metade do século XIX o desenvolvimento da sociedade brasileira ocorre em base urbana comercial, por conseguinte o analfabetismo passa a constituir-se um problema, porque as técnicas de leitura e escrita passam a ser instrumentos necessários à integração nesse contexto social.

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, de acordo com a nova tendência e com o déficit acumulado com o analfabetismo, era preciso promover mudanças a fim de solucionar o problema apontado. Nesse sentido, campanhas proclamando ingerência da difusão da escola primária foram organizadas. Campanhas essas lideradas por políticos que reconheciam a necessidade da difusão da escola primária como base da nacionalidade, os quais defendiam por esta via o ensino cívico, ou melhor, uma formação patriótica.

Mesmo diante de dados elevados de analfabetismo, o fato é que a década de 1920 foi um palco iluminado, digo iluminado no sentido de criar as mais otimistas expectativas de diferentes Reformas nos vários Estados brasileiros. Vale ressaltar as Reformas lideradas com identidade políticas e inclinações teóricas diferentes como as dos jovens Sampaio Dórea, em São Paulo, em 1920; Manoel B. Lourenço Filho, no Ceará, em 1922; Antônio Carneiro Leão, no Distrito Federal, em 1922; José Augusto, no Rio de Janeiro, em 1925; Lysímaco da Costa, no Paraná, em 1927; Anísio Teixeira, na Bahia, em 1928; Francisco Campos, em Minas Gerais, em 1927; e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1928. E como bem distingue Freitas (2005), em muitas ocasiões estes reformadores foram identificados como se fossem homogeneamente defensores dos princípios da escola nova, como se o adjetivo “escolanovista” fosse suficiente para indicar as características da ação educacional de todos.

Embora militando em correntes diferentes, é preciso salientar que todos defendiam uma nova escola para que a República pudesse “civilizar.” Propagavam que a escola necessitava se modificar para atender as novas demandas da reconstrução que cada um tinha como bandeira de luta. Um movimento que tinha por bandeira a civilização e o nacionalismo.

Em realidade, desde final de 1920 e início de 1930, estava visível um jogo de disputas entre diversos grupos, ou seja, refazer a república interessava a diferentes grupos católicos, e também a diferentes grupos de militares. Para tanto, a crença no poder

civilizador da educação foi o combustível principal para a elaboração e execução de diversas campanhas educacionais.

Essas campanhas não representavam mudança no cenário do analfabetismo, o aumento e/ou manifestação do percentual indicam (a) por um lado insuficiência ou ingerência de recursos e, por outro, fragilidade no enfrentamento do problema. Ao fazer referência à possível insuficiência de verbas, é necessário ressaltar que não foram encontrados registros documentais que descrevam e esclareçam o custeio com o ensino, seja por iniciativa pública ou por incentivos privados por meio da indústria. Porém, considerando o volume quantitativo do analfabetismo e o péssimo atendimento escolar, só podem estar espelhados nos poucos recursos destinados à educação.

Enquanto este cenário era a representação do Brasil, no Estado da Bahia, a realidade não era diferente. A década de 1920 foi marcada por uma grande crise econômica, diversos conflitos sociais e políticos, greves de trabalhadores nas mais diferentes áreas, o que gerou uma verdadeira instabilidade e descrença econômica.

Nesse contexto, e mesmo sabendo que nem sempre a obrigatoriedade da educação gozou de prestígio, o expressivo contingente populacional de analfabetos na Bahia se contrapunha com uma época na qual se relacionava os poderes da educação à expansão do capitalismo industrial.

Para ser mais direta, para as ideias circulantes no final da década de 1920 e início da década de 1930, as forças econômicas e produtivas dependiam das forças culturais. Como exemplo, temos o texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 que justifica historicamente que ao longo do período republicano no Brasil, as reformas econômicas e educacionais sempre estiveram dissociadas. E justifica que por isso o sistema escolar brasileiro não alcançou as necessidades do país, sempre marcado por reformas parciais, desarticulação e falta de compreensão global das questões educacionais. Em seu texto, o Manifesto afirma que,

na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Essa é a premissa que justifica todo empreendimento da reconstrução educacional. É impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do crescimento de riqueza de uma sociedade [...] os trabalhos científicos no ramo da educação, a exemplo de outros países, já nos faziam sentir, em toda sua força reconstrutora, o axioma de que se pode ser tão científico no estudo e na resolução dos problemas educativos, como nos da engenharia e das finanças. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1984, p. 408)

Entretanto, como no resto do Brasil, havia grande expectativa em relação à consolidação dos anseios republicanos e sobre a definição do lugar que a educação desempenharia no âmago daquela sociedade que desejava tantas mudanças.

No período de Góes Calmon (1924 a 1928), à frente do governo da Bahia com Anísio Teixeira como Diretor Geral de Instrução Pública, foram visíveis as inovações, mudanças educacionais e a experiência de um momento de crença nos poderes da educação primária.

O mandato de Anísio Teixeira teve início com a afirmação, por parte do governo Góes Calmon, de que a solução para os problemas que afligem o Estado estava na difusão da educação primária. Até então nenhum governador havia afirmado e se detido nessa questão, tampouco pensado a escola primária para as necessidades do interior. (LUZ, 2009, p. 19)

Essa bandeira levantada pelo governador Góes Calmon foi de suma importância para todo contingente populacional da Bahia, pois em todas as idades o acesso à instrução era negado ou pouco ofertado.

De acordo com a Tabela 05 a seguir, é notório que no Estado da Bahia o contingente de crianças até seis anos, sem saber ler e escrever, é quase a totalidade, 99,50%. Quando a idade de referência vai aumentando, esse número diminui um pouco, mas continua elevado. O quantitativo percentual de crianças com idade de 7 a 14 anos, sem saber ler e escrever, chega a 87,21%, números que revelam os altos índices de analfabetismo no período

Tabela 5 – População da Bahia segundo idade e nível de instrução, 1920

Nível de Instrução da população da Bahia	Total	Até 6 anos de idade	%	De: 7 a 14 anos	%	Mais de 15 anos	%
	3.334.465	687.788		732.649		1.914.028	
Sabendo ler e escrever	613.475/	3.449	0,50	93.720	12,79	516.306	26,97
Não sabendo ler e escrever	2.720.990	684.339	99,50	638.929	87,21	1.397.722	73,03

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1920. ANO II, 1936.

A Tabela acima demonstra que apenas 26,97% da população em idade escolar com mais de 15 anos teve acesso à instrução. Isso equivale a dizer que quase 3/4 da população continuou excluída por completo da escola, esclarecendo, em números absolutos, a manutenção e aumento do analfabetismo. Cruzando esses dados com os da Tabela 04, fica

evidente que em 1920, no Brasil, os índices de pessoas sem saber ler e escrever com idade de 15 anos ou mais eram de 65%, ao passo que na Bahia as taxas eram maiores, constituindo um somativo de 73,03%. No conjunto, a situação do Estado da Bahia não contrasta com a do resto do país, porém se constitui como um cenário preocupante em que uma minoria teve acesso à alfabetização.

Anísio Teixeira, Diretor de Instrução Pública do Estado da Bahia, gestão do governador Góes Calmon, apresenta no Relatório do quadriênio 1924 a 1928 uma avaliação geral da situação do sistema escolar. O texto denuncia o descaso com o Ensino Primário na Bahia até 1923, e o cuidado destinado à educação dos poucos que alcançavam o ensino secundário e superior. Aqui cabe transcrever como ele procede em seu relatório:

[...] Até o ano de 1923 o serviço de educação pública ainda estava jungido à velha orientação colonial de educação para uma classe fina da sociedade. Um ensino secundário e superior, profundamente penetrado do mais visceral espírito acadêmico, constituía uma aparelhagem de educação que atingia menos de dois mil baianos, isto é, apenas 1 por 2000 de toda sua população e com o qual se dispndia muito mais do que com toda a educação primária.[...] O serviço de educação pública primária estava por esse tempo confiado a 630 escolas elementares isoladas e um grupo escolar.[...] números entristecedores do ensino primário, devemos registrar que a Bahia, que não possuía em 1923 uma escola primária pública organizada e em condição de eficiência, nem mesmo em sua Capital.[...] éramos um Estado com uma larga população analfabeta de viver primitivo, e primitivo estado social e uma diminuta classe de letrados cujos índices de vida foram diretamente copiados das mais amadurecidas classes educadas da Europa.[...] (SALVADOR, RELATÓRIO, 1928 b, p.54.55)

Nesse cenário, os benefícios advindos da escolarização não pertenciam a uma maioria marginalizada, e o pior é que tendia a perpetuar-se devido à falta da operacionalização na prática das políticas previstas no ordenamento jurídico. Mais uma vez essa realidade vivenciada entra em choque com o ideário propagado por políticos republicanos, líderes dos movimentos sociais e dos movimentos educacionais.

Entretanto, conforme o Quadro 01 a seguir, foi encontrado elementos que subsidiam um entendimento sobre o processo lento na distribuição e acesso às escolas, em outras palavras, o número de instituições educacionais é muito pequeno se considerarmos a população de crianças e jovens na Bahia, seja até seis anos, seja de 7 a 14 anos ou com mais de 15 anos.

Quadro 1 – Instituições educacionais segundo as categorias de ensino na Bahia - 1933

Instituições educacionais segundo as categorias de ensino na Bahia – 1933	
ENSINO	UNIDADES ESCOLARES
Primário	1671
Secundário	17
Doméstico	18
Industrial	6
Comercial	6
Artístico	16
Magistral	11
Superior	9
Outras categorias	35
TOTAL	1789

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. ANO II, 1936.

Para melhor explicar a situação ocupacional nos bancos escolares utilizei o cruzamento de dados da Tabela 05 e os do Quadro 01, o qual retrata numericamente a situação da oferta em unidades educacionais indicando uma insuficiência de iniciativas oficiais, materializando a elitização educacional. Observa-se que em pleno ano de 1933 havia apenas 1789 instituições educacionais (Quadro 01) para atender a 3.334.465 crianças e jovens (Tabela 05), totalidade da população supostamente em idade escolar, seja até 06; de 07 a 14 ou com mais de 15 anos.

Com relação ao número de instituições educacionais, nos municípios em estudo, em 1924, não havia prédios municipais. Teixeira (1928) expõe que nas cidades de São Félix e Cachoeira havia um (01) prédio escolar estadual ao tempo que nas cidades de Cruz das Almas e Maragogipe tais estabelecimentos de ensino estavam em construção. A cidade de Muritiba nem foi mencionada no referido contexto. Portanto, até aqui as menções sobre prédios escolares entende-se casas alugadas. Em torno desse tema, a Lei nº 1898 de agosto de 1926, no Parágrafo único, determina: “Os Municípios se obrigarão a doar ao Estado os terrenos necessários às construções de prédios destinados às Escolas Públicas.” (BRASIL, 1928)

A partir de outra dimensão, a Tabela 05, intitulada *População segundo idade e nível de instrução na Bahia, 1920*, (a qual retomo, a fim de que o leitor tenha uma melhor visualização), evidencia um quantitativo de 687.788 crianças até 6 anos e 732.649 de 7 a 14

anos; e, em números absolutos apresentados pelo Quadro 01, a Bahia dispunha apenas de 1.671 instituições educacionais de Ensino Primário. Como a literatura revela que na Bahia a maioria das escolas deste período possuía um ou no máximo duas turmas (TEIXEIRA, 1947), a quantidade de salas de aula era efetivamente insignificante para atender à demanda quantitativa de alunos em idade de escolarização.

Tabela 6 – Nível de instrução da população da Bahia segundo idade e nível de instrução, 1920

Nível de instrução da população da Bahia	Total	Até 6 anos de idade	%	De: 7 a 14 anos	%	Mais de 15 anos	%
	3.334.465	687.788		732.649		1.914.028	
Sabendo ler e escrever	613.475/	3.449	0,50	93.720	12,79	516.306	26,97
Não sabendo ler e escrever	2.720.990	684.339	99,50	638.929	87,21	1.397.722	73,03

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1920. ANO II, 1936.

Quadro 2 – Matrícula geral segundo as categorias do ensino na Bahia, 1932 - 1934

(Continua)

MATRÍCULA GERAL SEGUNDO AS CATEGORIAS DE ENSINO 1932-1934			
Nível/Etapa educacional	ANOS		
	1932	1933	1934
Primário	97144	86.876	104.058
Secundário	3065	3.240	3.413
Doméstico	255	862	958
Industrial	799	770	957
Comercial	108	178	238
Artístico	223	802	596
Magistral	1343	1.511	1.632

Quadro 2 – Matrícula geral segundo as categorias do ensino na Bahia, 1932 – 1934

(Conclusão)

MATRÍCULA GERAL SEGUNDO AS CATEGORIAS DE ENSINO 1932-1934			
Nível/Etapa educacional	ANOS		
	1932	1933	1934
Superior	1557	1.583	2.042
Outras categorias	1265	2.234	1.830
Total	105759	9.8056	115.724

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. ANO II 1936.

Indo além, graças aos Quadros 02, acima, e o Quadro 03, a seguir, demonstro outra dimensão desse drama. Ainda considerando o ano de 1933, na Bahia, havia uma matrícula total no Ensino Primário de 86.876. E o Corpo docente para este mesmo ano, era de 2.640. Matematicamente falando, é impossível encontrar uma proporção média de alunos por professor que fosse aceitável. O cruzamento dos dados desses quadros evidenciou como era pequena a quantidade de professores em relação ao número de alunos nos anos de 1932, 1933 e 1934 respectivamente, sendo, relativamente desproporcional.

Quadro 3 – Corpo docente, segundo as categorias de ensino e a dependência administrativa de ensino, 1932 - 1934

(Continua)

CORPO DOCENTE SEGUNDO AS CATEGORIAS DE ENSINO 1932-1934			
Nível/Etapa educacional	ANOS		
	1932	1933	1934
Primário	2695	2640	2686
Secundário	273	284	266
Doméstico	16	68	65
Industrial	54	68	64
Comercial	42	53	91

Quadro 3 – Corpo docente, segundo as categorias de ensino e a dependência administrativa de ensino, 1932 - 1934

(Conclusão)

CORPO DOCENTE SEGUNDO AS CATEGORIAS DE ENSINO 1932-1934			
Nível/Etapa educacional	ANOS		
	1932	1933	1934
Artístico	13	68	75
Magistral	114	169	189
Superior	121	138	135
Outras categorias	85	142	88
Total	3413	3630	3659

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. ANO II 1936.

Consoante o exposto, através dos números, na década de 1930, são muitas as pistas para explicar as ausências no atendimento da demanda por escola, podendo ser interpretado como uma não prioridade em relação à organização escolar com o objetivo de atender à população em sua totalidade.

Segundo o relatório do Interventor³⁹ da Bahia, Landulpho Alves, em 1939 a situação da educação primária era alarmante, encontrava-se em um estado de atraso e necessitava de medidas imediatas. A denúncia do relatório esclarece que a quantidade de analfabetos na Bahia é maior do que a somatória de analfabetos no resto do Brasil.

É importante esclarecer que o relatório foi elaborado e divulgado por um Interventor Federal nomeado por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, e que a base de dados utilizada para sua confecção não é citada no documento. Portanto, este relatório é uma peça política para apontar as falhas do inimigo. Posto este preâmbulo, o que é considerado significativo neste relatório é que os números de analfabetos na Bahia passaram a representar um incômodo nacional. Conforme apresentou no seu documento:

³⁹ De 1937 a 1945, o período do “Estado Novo”, regime político fundado por Getúlio Vargas, estabeleceu um regime ditatorial, dissolveu a Federação com as autoridades, sendo nomeados por ele, os interventores. No caso da Bahia o Interventor Federal de 1938 - 1942 foi Landulpho Alves.

[...] O índice de analfabetismo, na Bahia, é um dos maiores do Brasil e nenhum Estado apresenta, em números absolutos, a massa de população em idade escolar, sem escola, que este possui.[...] As proporções em que o fato se observa chegam a ser alarmantes, tanto mais se vê, por exame sereno, que a solução, radical do problema não poderia ser alcançada com os recursos do Estado ou mesmo com ajuda do Governo da União. São para mais de oitocentos mil (800.000) crianças em idade escolar, a necessitarem de ensino. Até agora com cerca de duas mil escolas primárias (2.000) mantém o Estado da Bahia, uma população escolar de menos de cem mil (100.000) crianças [...] (BAHIA, RELATÓRIO ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BIÊNIO 1938-1939)

Quadro 4 – Ensino Primário: População em idade escolar⁴⁰, número de escolas e de professores nas cidades do Recôncavo Fumageiro, 1936 -1939

CIDADE	POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	ANO	Nº DE ESCOLAS	Nº DE PROFESSORES
Maragogipe	2.691	1936	14	19
		1937	14	19
		1938	17	19
		1939	18	21
Cachoeira	7.491	1936	29	28
		1937	33	18
		1938	33	18
		1939	31	24
São Félix	3.344	1936	8	09
		1937	6	10
		1938	7	11
		193	8	12
Muritiba	5.532	1936	16	14
		1937	15	16
		1938	19	17
		1939	18	16
Cruz das almas	5.395	1936	12	16
		1937	12	16
		1938	14	18
		1939	15	19

Fonte: Relatório Landulpho Alves, Interventor do Estado. Ano: 1939.

Apesar das dúvidas suscitadas com estes dados do Relatório de Landulpho Alves, porque apresentam o mesmo número da população em idade escolar para os anos de 1936 a 1939, vale destacar que nas cidades em estudo, o número de professores e de estabelecimento é pequeno e insuficiente para atender a demanda da população em idade escolar.

Com esse entendimento um exemplo ilustrativo é o caso da cidade de Cachoeira nos anos de 1936, 1937, 1938 e 1939 sucessivamente, em que o número de professores é inferior

⁴⁰ O Relatório do Interventor do Estado, Landulpho Alves, do Ano de 1939, não especifica o que é considerada a idade escolar. Porém, é assim que o relatório se refere aos números apresentados.

ao número de escolas. Situação semelhante é o caso da cidade de Muritiba, que no ano de 1936 possuía dezesseis (16) escolas e apenas catorze (14) professores; e no ano de 1938 com dezenove (19) escolas e apenas dezessete (17) professores. O relatório não faz referência à carga horária de trabalho de cada professor, porém, é visivelmente desproporcional. Para o funcionamento regular, no mínimo, seria necessário ter um professor por escola

Mais do que isso, neste período, o elemento novo do relatório é a ênfase que recai sobre a frequência dos alunos nas unidades escolares. No item referente à Matrícula e Frequência Escolar do relatório, a família passa a ser culpabilizada pela ausência dos alunos na escola. Sobre esse tema afirma:

[...] Não tem sido pequeno o esforço. A frequência não vai acima de 70%, produzindo perda de 30% da eficiência do serviço. **Múltiplas causas o explicam, sendo a principal a falta de ambição e interesse dos responsáveis diretos pela sorte da criança.** Já providencia o governo para melhoramento das condições higiênicas no interior do Estado e na Capital. Também para diminuir os efeitos da falta de recursos alimentares, procura fazer campanha da merenda escolar, que vai alcançando êxito interessante [...] (BAHIA, RELATÓRIO ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BIÊNIO 1938-1939. Grifo nosso)

O cenário era de ausência ou descontinuidade das ações administrativas, evidenciando que a ausência de escolas municipais é uma realidade, embora o tema da gratuidade estivesse posto nos atos administrativos desde a Constituição de 1824, no artigo 179, inciso XXXII – o qual determinou a instrução a todos os cidadãos como uma consequência direta para garantir a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos.

Desse elemento deriva a dificuldade de expansão da oferta da educação primária no Recôncavo da Bahia, pois é necessário reconhecer que a pouca oferta de escolas é um elemento que importa considerar. Nesse cenário, é trazida à baila uma reflexão sobre a atitude urgente para assegurar a frequência escolar das crianças de zero a seis anos de idade; a necessidade de ampliação do quadro de professores, vinculados ao setor público, principalmente à dependência administrativa municipal, para melhor garantir que tais crianças aprendessem as primeiras letras, saindo da condição de analfabetas.

Durante a gestão de Anísio Teixeira como Diretor de Instrução Pública (1925-1928), esforços foram feitos para, na Bahia, garantir a obrigatoriedade do ensino, mas quase nada foi efetivado na prática e, assim, no Recôncavo o analfabetismo florescia no vazio deixado pela ausência da iniciativa pública.

Ao mesmo tempo, no panorama nacional, foi no contexto de disputas que, em outubro de 1930, os dois grupos dominantes se enfrentam num movimento armado. Um grupo em

defesa da exportação, ligados à facção paulista de plantadores de café e ao Partido Republicano; e o outro, em defesa de um modelo econômico-político que derrubasse o setor agroexportador e fortalecesse o mercado interno. Este pano de fundo da ideologia política nacional desenvolvimentista despertou a ideia de que um país que tinha como setor central da economia a agricultura de exportação não reunia as condições de desenvolvimento. E por outro lado, reconhecia que era urgente romper com a dependência da economia externa. Para esta afirmação, desenvolvimento aqui é entendido como processo de transformação econômica, político e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático. (PEREIRA, 1968 p. 15)

Isso porque ao mesmo tempo em que exportava matéria-prima, dependia quase que exclusivamente da importação dos produtos manufaturados. Cenário que fortalecia os argumentos de que o setor industrial precisava ser estimulado e representaria um grande avanço para o desenvolvimento do país.

Com a deposição de Washington Luis e a entrega do governo a Getúlio Vargas, ele resume seu programa de governo em dezessete itens e, entre eles, o item três reafirma a difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional. Logo nesses primeiros anos não houve um plano de governo e muito menos um projeto de educação amplo, mesmo com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, o qual ficou sob a responsabilidade de Francisco Campos. O que houve foi uma multiplicidade de interesses dos diferentes grupos políticos gerando um grande descontentamento popular. Nesse ínterim, educadores, participantes dos movimentos reformistas, desde a década de 1920, publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

Após a Revolução de 1930, as expressões renovação e reconstrução nacional ganharam relevo entre os que defendiam que o Estado realizasse um novo modelo de escola. De acordo com Freitas (2005), a Revolução de 1930, de fato, teve consequências de profundo impacto no processo de consolidação do Estado como interlocutor principal da sociedade para o encaminhamento das questões relacionadas à educação. Em vista disso, em 1931 a Reforma Francisco Campos, além de um conjunto de decretos que tinham como foco a educação, cria o Conselho Nacional de Educação. Embora esta Reforma tenha sido um avanço, no que diz respeito, à regulamentação da educação brasileira, o Ensino Primário mais uma vez ficou de fora e não foi sequer mencionado.

4.2 APESAR DO DISCURSO, A INSTRUÇÃO NUNCA FOI UMA CRUZADA PRIORITÁRIA

Como resposta aos descasos com a educação e resultado de longas discussões foi lançado em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, apresentando um Plano de Reconstrução Educacional, influenciando, inclusive no texto, a Constituição de 1934. Trata-se de um escrito em defesa da escola pública, ou seja, um importante documento de política educativa influenciado pelas ideias do norte americano John Dewey, mas não transplantava meramente o sistema norte americano de fazer educação. Procurou evidenciar a educação pública em direção da construção de um sistema articulado, preocupação que nunca fez parte das ideias americanizadas de Dewey. Por isso, dizer que o Manifesto é muito mais do que apenas um escrito em defesa da Escola Nova.

Em outros termos, o texto do Manifesto escrito por Fernando de Azevedo e assinado por vinte e seis signatários (deste, nove eram colaboradores de Anísio Teixeira em sua Gestão no Distrito Federal), destaca que a educação sempre se guia por uma concepção de vida que é determinada pela estrutura da sociedade. O documento tem como objeto a “Reconstrução educacional no Brasil” e como destinatários “o povo e o governo”, o manifesto expressa uma preocupação com uma política educacional. Portanto, destaca que nem mesmo os problemas econômicos são mais importantes que a educação:

[...] Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrepõe em importância e gravidade ao da educação [...] é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do crescimento de riqueza de uma sociedade. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA DE 1932, 1984, p. 407)

A partir desses princípios, a educação começa a ser repensada sob bases que visam a formação de uma sociedade que rompesse com a primazia da Igreja Católica, erigindo a educação pública como prioridade nacional “e defender que o Estado que estava em construção se responsabilizasse pela escola pública, atendendo a um direito básico de cada um, o que no documento era comparado a um direito biológico.” (FREITAS, 2005, p. 170)

Esta ênfase exagerada no poder transformador da educação alimentou uma visão mágica e, simultaneamente, desviou o olhar das questões estruturantes que intervieram no chamado processo de desenvolvimento. Aqui vale enfatizar que não houve impulsões homogêneas e que um grupo de intelectuais, a exemplo de Florestan Fernandes, criticou o modelo de desenvolvimento, o qual foi proposto a ser implementado (FERNANDES, 1986).

Foi um período histórico em que o debate educacional, renovador, ganhou força. É preciso ressaltar que as ideias ditas novas, vinculadas ao movimento Europeu e Norte-

americano da Escola Nova, prevaleceram num movimento histórico de transformação econômica em que o país viveu: o rompimento e transição do modelo agrário. Daí o transplante cultural suplantado numa concepção ingênua de sociedade que contribuiu para que muitas das propostas não se objetivassem na prática.

Vale lembrar que além da escola diferenciada a partir do gênero, a educação tinha como fundamento a força privada na oferta educacional, deixando de fora os mais pobres. Nesse contexto a importância do Manifesto de 1932 ao defender a responsabilização estatal, fazendo crescer o quantitativo da oferta no ensino público gratuito e leigo. Em virtude disso, de 1931 até 1937 ser reconhecido na literatura pela sua efervescência nas discussões educacionais.

Nesse espaço de tempo, a Constituição de 1934 dedica o Capítulo XIX à Educação, que mesmo atendendo aos anseios católicos, quanto ao ensino religioso, determina no Art. 150, ao governo Federal, a responsabilidade de fixar um Plano Nacional de Educação compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, além de coordenar e fiscalizar a sua execução em todo território nacional, embora não se possa negar que a Constituição de 1934 procura intensificar a obrigatoriedade e a gratuidade dessa determinação que não teve impacto no Recôncavo onde a oferta educacional continuava sendo irregular.

É inegável a forte influência das diretrizes do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova na promulgação da Constituição de 1934. Para ilustrar a presença de um Estado intervencionista, mas influenciado pelo Manifesto de 1932, no Art. 5º, inciso XIV, fica definido a competência privativa da União em traçar as diretrizes da educação Nacional, permitindo também a existência de Leis Estaduais para complementar a Legislação Federal. No Art. 10, inciso VI, proclama, pela primeira vez na história do ordenamento jurídico brasileiro, que é competência da União e dos Estados “difundir a instrução pública em todos os seus graus.”

Ainda que a lei fale de expansão em todos os graus, em momento algum esclarece que é obrigatório para todos. Esse continua sendo o grande entrave da oferta da instrução primária no Brasil na década de 1930; porém, a liberdade de ensino permanece sendo garantido no Art. 113. E o maior avanço e aproximação com o Manifesto de 1932, perceptível neste ordenamento, é o Art. 138, quando declara que o jovem deve ter proteção contra o abandono físico, moral e intelectual; e no Art. 139, quando estabelece que as empresas devem garantir ensino primário gratuito aos empregados analfabetos.

Nesta mesma Constituição, no Título V. Art. 150, capítulo II, a Educação aparece como direito de todos e obrigação dos poderes públicos; afirmação que pode ser considerada

como um salto histórico. Assim,

Essa obrigatoriedade se impõe pelo Plano Nacional de Educação, pelo ensino gratuito e obrigatório, pela vinculação obrigatória de percentual de impostos dos Estados, Municípios e União em favor da educação escolar, inclusive a da zona rural, a criação de fundos para a gratuidade ativa (merenda, material didático e assistência médico-odontológica a progressividade da gratuidade para além do primário a confirmação de um Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1934)

De acordo com Cury (2005), junto com o reconhecimento do ensino privado, veio a isenção de impostos de estabelecimentos de ensino, considerados idôneos. Nesse ínterim, vale questionar qual a compreensão da lei sobre o sentido de um estabelecimento de ensino idôneo. Tal idoneidade está relacionada às condições materiais, às condições da formação de professores ou ao respeito às normas estabelecidas nos regulamentos? Na verdade, este artigo da Constituição deixa brechas para vários questionamentos.

Mas quando tudo parecia caminhar, o grande impasse da Ditadura do Estado Novo e a Constituição de 1937 são autorgadas, retirando a vinculação dos impostos para financiar a educação pública e, mais uma vez, o segmento privado ganha força na oferta educacional.

Um aspecto importante a ser ressaltado, e que nesse contexto passa a ser alvo de discussão, é a formação do professor. E para amenizar a carência na formação de professor, a principal medida foi a criação das escolas normais preparando docentes para atuarem no ensino secundário. E a realização de concursos públicos passou a ser utilizada como um caminho para direcionar a atuação do docente na educação pública.

Na Bahia, se por um lado o concurso público é um passo em direção a igualdade de condição para atuar no magistério, por outro esclarece qual a compreensão dos líderes políticos sobre as necessidades de educação para as cidades do interior, isso porque havia uma distinção entre professores para atuar na capital e para atuar no interior. No que diz respeito à condição para classificação no concurso público, para professores nomeados para o interior, a nota a ser alcançada poderia ser menor. Sobre esta distinção, é digno de transcrição parte do Relatório de 1939, do Interventor do Estado, Landulpho Alves. Assim,

[...] o Decreto nº 11.319 de 05 de Março de 1939 estabeleceu um só concurso para todo o Estado e firmou o critério de discriminação para provimento dos cargos, no grau de classificação. Os aprovados com notas oito (8), nove (9), e dez (10) ficam habilitados à nomeação para a Capital e para o Interior. Nomeados para o Interior poderão estes docentes transferir-se para a Capital sem novas provas. Os aprovados com nota cinco (5), seis (6) e sete (7) ficam habilitados, apenas para o exercício do magistério no Interior. O limite de habilitação elevou-se a cinco (5), sendo anteriormente de três (3), nota que sem dúvida, era extremamente baixa [...]

(BAHIA, RELATÓRIO DE ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BIÊNIO 1938-1939-1939)

Desde 1934, Gustavo Capanema, quando assumiu o Ministério da Educação, deu sequência às reformas educacionais. Mas, a Lei Orgânica do Ensino Primário só foi aprovada após a queda do Estado Novo, tentando promover a ampliação e melhoria do ensino elementar em todo país. De acordo com Saviani (2005), apenas em agosto de 1945 é que foi regulamentada a concessão do auxílio Federal aos Estados, atendendo tanto a educação comum das crianças como o ensino destinado aos adultos.

A política educacional nesse contexto das décadas de 1920, 1930, 1940 e, mais expressivamente, a Reforma Capanema representam uma concepção dualista de ensino. Isso porque na Reforma do Ensino Secundário ficou o destaque para a elite condutora, e o ensino Técnico ficou destinado à formação da classe popular que seria conduzida. Assim, a clareza entre a formação da elite, destinada ao trabalho intelectual, e o ensino popular, relegado ao adestramento do trabalhador manual. Isso fomentou uma crítica à criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942; do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946; e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em 1948, todos datados na década de 1940.

Entre os municípios estudados, apenas a cidade de São Félix, em 1947, inaugurou uma Escola do SENAI com capacidade inicial para 200 alunos. Sem prédio próprio, foi instalada na Fazenda Tartaruga, zona semiurbana da cidade. Admitia alunos de 14 a 18 anos e alunos para curso noturno de alfabetização. Além disso, ofertava cursos de marceneiro, torneiro, soldador e manipulador de fumo.

Entre os intelectuais brasileiros, a discussão sobre o dualismo no ensino perdurou durante a década seguinte nos anos de 1950, e a Reforma Capanema contradizia os princípios anunciados no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que proclamava a todas sem discriminar a origem ou classe social do indivíduo.

Ainda sobre o ideário renovador, convenceu líderes e ganhou adeptos ao longo da década de 1930. Seus representantes aos poucos foram ocupando os espaços da administração oficial da educação brasileira, ganhando visibilidade através de várias reformas, implementando estudos, principalmente a partir da criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em fins de 1938.

Lentamente o processo democrático é retomado com a queda do Estado Novo e em 1946, mais especificamente, em 18 de setembro, entra em vigor uma Nova Constituição. Uma Constituição minada com resquícios da ditadura do Estado Novo, a qual define que compete à

União fixar as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Retoma a vinculação dos impostos para o financiamento da educação como direito de todos; distingue rede pública e privada bem como a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, embora não estabelece faixa etária, normatização que só vem acontecer com a apropriação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a Lei 4.024/61.

Nesse ínterim, o ministro Capanema, com as Leis Orgânicas, trazia, para a órbita do contexto educacional, várias modificações. A Lei Orgânica do Ensino Primário, por exemplo, estabelece um Curso Elementar de quatro anos, seguido de um ano complementar para crianças de sete a doze anos de idade. Com base nessas informações, podemos dizer que a Reforma Capanema, como ficou conhecida, deu um meticuloso desenho ao Ensino Primário no tocante à infância, como um tempo escolar.

Nesse cenário, para assegurar os poderes da União, visando fixar as diretrizes do ensino, o ministro da educação, Clemente Mariani, encaminha no mesmo ano, ao Congresso Nacional, um projeto que resultou na Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fato é que, desde meados do século XIX e com todo movimento pela abolição da escravatura e a passagem do regime republicano, o modelo de escolarização passa por diversas metamorfoses.

Os registros históricos demonstram a escola seriada, o grupo escolar, o ginásio do estado, jardim de infância, a escola primária e a escola normal. Nesse bojo não ficou de fora as normas de higiene e nem a formação dos professores. O ordenamento jurídico prediz; o que não significa dizer que tudo foi efetivado na prática e nem em todos os lugares, o que foi implementado no cenário brasileiro foi um modelo de escolarização variado.

É nesse sentido, que as políticas de educação para a infância no Recôncavo da Bahia não podem ser consideradas uma história da educação isolada. Para melhor esclarecer seu enredo, é necessário desenrolar as ações imperiais e republicanas da história da educação no Brasil e na Bahia como um todo.

A Bahia no período estudado teve duas Constituições. Na verdade foi a Constituição de 1891 que foi alterada em 1929. E apenas para garantir as adaptações à Constituição Brasileira de 1934, a Bahia teve a Constituição de 1935. Esta Constituição de 1935 representou certa esperança educacional por possuir um capítulo específico sobre educação e Cultura. Assim, no universo baiano, na Constituição de 1891, alterada em 1929 no Título IX – Declaração de Direitos e Garantias, Capítulo único, no seu artigo 136, parágrafo primeiro afirma: § 1º: “O Estado promoverá a difusão do ensino público primário, secundário e profissional.” E no parágrafo segundo afirma que “O Estado deve protecção: à miséria e à infância.” (BAHIA, 1935)

Mesmo diante destas garantias no ordenamento jurídico baiano, as crianças no Recôncavo Fumageiro permaneciam com poucas condições de escolarização e, na maioria das vezes, cumprindo uma longa jornada de trabalho nas fábricas, sempre sobre o arrogo de alguém, sem mesmo ter direito à alfabetização, numa condição de reprodução da pobreza e miséria.

Fato curioso é que no ano de 1933, o então presidente Getúlio Vargas visita as cidades do Recôncavo Fumageiro e, conforme as fontes documentais, nenhuma palavra foi dita ou escrita acerca das condições da educação local. Toda atenção ficou centrada nas fábricas de charutos e na sua produtividade. O presidente visitou as unidades da Companhia Dannemann de Charutos em São Félix e em Cachoeira. Também não foi mencionada nenhuma palavra a respeito do trabalho de crianças nas fábricas. A figura a seguir ilustra a visita do então presidente no Recôncavo Fumageiro.

Figura 22 – Visita do Presidente Getúlio Vargas à Companhia de Charutos Dannemann, na cidade de São Félix - 1933



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Assim, embora os discursos educacionais causassem um verdadeiro frenesi entre a intelectualidade brasileira e também Baiana, no Recôncavo a experiência vivida se constitui num cenário de carências nas condições materiais e humanas para o exercício da educação. E uma constatação muito importante é que os jornais locais fazem menção à visita do então presidente, silenciando o tema educação.

Figura 23 - Visita de Getúlio Vargas. São Félix – 1933. Dia festivo na Fábrica Dannemann



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia

Período em que o trabalho estava sendo propagado como atributo de honestidade, as ideias circulantes na Era Vargas, defendia o trabalho como forma de controlar a pobreza, dando as crianças o trabalho precoce como mecanismo para evitar o ócio e a delinquência. Por isso, a presença das crianças na Fábrica não significou estranheza e também não foi tema de discussão pelo ilustre visitante, o presidente Getúlio Vargas.

Vivenciando o momento da construção do governo, durante os primeiros anos da década de 1930, o presidente fazia apelos às classes trabalhadoras urbanas, acenando-lhes com a possibilidade de criar benefícios e até leis favoráveis. Tais indícios esboçavam o cenário do populismo que foi a característica marcante da Era Vargas. Nesse sentido, as imagens dos trabalhadores reunidos na sede da fábrica durante a visita de Getúlio Vargas é ilustrativa da brandura e alegria representada no semblante das pessoas. As fontes não revelaram qualquer tipo de manifestação, tensão ou reivindicação por parte dos trabalhadores

locais num momento tão oportuno. A maneira de conceber a visita é, em parte, representativa do obscurecimento da classe trabalhadora explorada da possibilidade de reivindicar o redimensionamento da responsabilidade do poder público com a educação das crianças.

Figura 24 – Visita de Getúlio Vargas no interior da Fábrica Dannemann, São Félix- Ba -1933



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Portanto, o cenário apresenta uma reunião de contrastes em razão dos binômios: realidade educacional vivida na Bahia e no Recôncavo e a determinação no ordenamento jurídico. Esta dicotomia, enfeixada numa espécie de mixórdia, envolve impressões relativas à esperança e ao entusiasmo diante do novo proposto no ordenamento jurídico como se este ordenamento fosse representar uma mudança no cenário educacional local. Já na Constituição do Estado da Bahia de 1935, promulgada a 20 de agosto de 1935, pela Assembleia Constituinte – no Título IV, “Da Educação e Cultura”, Art. 95 no parágrafo 1º, inciso VII –, propõe que o Estado deve “criar e manter escolas primárias nos sindicatos reconhecidos, quando tenham mais de cem sócios e ofereçam sede para este fim.” (BAHIA, 1935).

Mais uma demonstração de que o Ensino Primário, embora mencionado, não era

obrigatório, ficando o Estado isento de responsabilidade de ofertar, ou seja, o ensino primário permanecia não obrigatório no Estado da Bahia.

Na sede da primeira capital do Brasil, somente quando chega em 1947, na Constituição Promulgada em 02 de Agosto de 1947, pela Assembléia Constituinte, é que no Título IV, “da Educação e Cultura”, no Art. 20, afirma que “A lei orgânica do ensino, dentre outras providências, regulará:

I - a obrigatoriedade do ensino primário com a gratuidade de material escolar, inclusive livros, para os alunos reconhecidamente pobres; § 1º - A educação ministrada pelo Estado será gratuita, em todos os seus graus e modalidade. (BAHIA, 1947)

Os princípios jurídicos estabelecidos no cenário nacional brasileiro e no Estado da Bahia criam muitas expectativas no cenário local. Nesse período, em seu Relatório, Teixeira (1949) explica que muitas escolas foram abandonadas nos governos anteriores e enumera os prédios escolares que estavam em execução ou que estavam passando por reparos no interior da Bahia. No caso das cidades em estudo, ainda, em seu relatório, Anísio cita as escolas a seguir:

A Escola Ana Neri e Escola Barão de Montezuma, ambas em Cachoeira, sendo que a primeira se encontra em execução e a segunda já está concluída. Já foram concluídas também: Escola Castro Alves, em Muritiba; Escola Conselheiro Rebouças, em Maragogipe. A Escola Deiró Lefundes em São Félix também já foi concluída. Ainda está em execução a Escola Comendador Temístocles, em Cruz das Almas. (SALVADOR, RELATÓRIO ADMINISTRATIVO, p.13, 1949)

Esse trecho transcrito do relatório sinaliza e caracteriza um modo de intervenção do Estado assegurando o prédio escolar para garantir o funcionamento de instituições de ensino primário nas cidades estudadas. Todo o ordenamento vigente do período representa explicações para compreender as continuidades e rupturas no processo de implementação de políticas educacionais para a infância no Recôncavo. Porém, entra em choque com as adversas condições nos estabelecimentos escolares, como esclarece os relatórios de inspeção que serão apresentados no capítulo cinco.

De acordo com Tavares (2001), o cenário baiano na década de 1940, após sucessivas interventorias do Estado Novo, era de muita pobreza e atraso. Portanto, faltavam escolas, hospitais, estradas de rodagem e de ferro, portos marítimos e fluviais.

Reconhecer as condições educacionais de uma sociedade de classe no período de 1925 a 1946 é demonstrar que a legislação pode representar um instrumento viável de luta e que através dela também poderia ter sido possível criar as condições propícias para

garantir melhores condições de acesso e permanência escolar da infância, no Recôncavo Fumageiro. Isto posto, o estudo desse contexto histórico é uma das vias para compreender os marcos, impasses, disputas conceituais e políticas na constituição histórica da educação para a infância brasileira, baiana e, especificamente, do Recôncavo, o que se constitui como um dos objetivos dessa tese.

5 A ESCOLA DA INFÂNCIA NO RECÔNCAVO: AS CONDIÇÕES MATERIAIS PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

Este capítulo evidencia as condições materiais para o exercício do magistério e como os sujeitos locais participaram desse processo, apresentando o jogo de posições sociais do poder político local, diante do contexto político educacional na Bahia e no Brasil. Para alcançar esse objetivo e desenhar o cenário do Recôncavo Fumageiro, utilizo como fontes de pesquisa os relatórios dos inspetores da instrução pública primária e jornais de circulação nas cidades em estudo. O texto está organizado em dois eixos.

O primeiro eixo do capítulo, apoiado nas incursões a partir dos dados apresentados no capítulo quatro, esclarece as condições materiais no exercício do magistério como prédios, livros, materiais didáticos, objetos escolares e mobiliários, conforme descrição apresentada no relatório de inspeção das escolas, estabelecendo relações com o ordenamento jurídico para a regulamentação e controle do funcionamento dos estabelecimentos escolares.

Nestes termos, o segundo eixo expõe o movimento reação e intervenção, organizado dos segmentos políticos, sociais e econômicos, do Recôncavo, expressos através dos jornais locais, diante das condições e da falta delas para a educação. Tendo em vista estes contornos, o texto encerra discutindo quais seriam as políticas educacionais implementadas no Recôncavo, as quais tinham como alvo a infância ou a falta delas.

5.1 ENTRE A NORMA E O COSTUME: NEM SEMPRE O QUE ESTAVA NO ORDENAMENTO FOI VIVIDO NAS ESCOLAS DO RECÔNCAVO

O primeiro eixo deste capítulo, apoiado nas incursões a partir dos dados do capítulo anterior, esclarece as condições materiais no exercício do magistério na execução da instrução nas escolas do Recôncavo. Dentre esses aspectos, destaco os seguintes temas: prédios, livros, materiais didáticos, objetos escolares e mobiliários, descritos na inspeção nas escolas.

Da documentação levantada constam os Relatórios Gerais do Diretor de Instrução Pública do Governo do Estado da Bahia, Relatórios de Inspeção das Escolas do Recôncavo Fumageiro da Bahia, os quais são discutidos tendo em vista o que propõe o ordenamento jurídico para a regulamentação e controle do funcionamento das escolas.

Na Bahia e no Recôncavo, em meio às exclusões econômicas e sócio-políticas, os relatórios representam o cenário das precárias condições da instrução pública local. Deste modo, durante o ano de 1923, de acordo com o Relatório do Diretor de Instrução Pública, Anísio Teixeira (quadriênio 1924-1928), as condições materiais das escolas eram precárias.

Afirma que o serviço escolar na Bahia sofreu de um longo período de abandono, o qual emprestou ao ensino primário uma atmosfera de desânimo. Para efeito de esclarecimento, é importante aqui transcrever trechos do relatório e o quadro por ele apresentado.

[...] Por toda parte que tomemos o problema do ensino, na Bahia, logo avulta o singular descaso com que a administração pública feriu essa questão essencial do seu desenvolvimento. O mobiliário e aparelhamento das escolas são inadequados. A situação quanto ao mobiliário escolar é das mais inesperadas. Por mais de quatorze anos, talvez, não cumpria o Estado com as suas responsabilidades para com os indispensáveis suprimentos de mobiliário e material escolar. A situação é, pois, em suas linhas gerais a seguinte: para 79.884 crianças matriculadas nas escolas públicas existem aproximadamente 13.006 carteiras. Se refletirmos, que aquelas 79.884 crianças matriculadas representam somente 20,54% da população escolar do Estado, veremos como é tremenda a situação do nosso sistema escolar. As atuais necessidades quanto ao mobiliário escolar, podem ser estudadas à luz do quadro abaixo. (SALVADOR-Relatório da Inspetoria Geral do Ensino do Estado da Bahia 1925, p.11).

Para maiores esclarecimentos, o relatório ainda apresenta o quadro, demonstrando o déficit de mobiliário em todo o Estado da Bahia, na capital e no interior. Na capital, o índice é de 58,9%, ou seja, mais da metade dos alunos que frequentavam as escolas não possuíam assentos em suas salas de aula. No interior 35,8% dos que frequentavam as escolas também não possuíam assentos, o que significa dizer que mais de um terço dos estudantes não tinham a garantia de assentos no espaço escolar. Dados que podem ser melhor visualizados na Tabela 07 abaixo.

Tabela 7 - Demonstrativo de carteiras nas escolas públicas do Estado da Bahia-1924

Local	Frequência	Carteiras	Assentos	Alunos		Porcentagem de alunos sem carteiras
				frequentes	sem carteiras	
Capital	8.509	2.743	20.526		29.435	58,9
Interior	49.901	10.263	5.460		3.049	35,8

Fonte: Relatório da Inspetoria Geral do Ensino do Estado da Bahia, Salvador, 1925.

Os relatórios comprovam em tons de crítica e também de surpresa, o desinteresse do poder público pela educação local, ilustrando a falta de condições materiais das escolas inspecionadas. A semântica dos relatórios esclarece, através de vários argumentos arrolados, que a educação do povo não representou prioridade no período em estudo, mesmo tendo em vista o que propunha a legislação em vigor.

Embora haja, no período referente à pesquisa (1925 a 1946), no cenário nacional,

uma efervescente discussão sobre a ampliação da oferta, organização e execução da educação para a infância, a documentação levantada no cenário local não aponta para leis e nem mesmo decretos de menor complexidade ou sobre questões específicas que indiquem Reformas no Ensino Primário no Recôncavo Fumageiro. Considerando o quantitativo de mobiliário escolar, os boletins demonstram que a situação ainda era pior, pois além da ausência de mobiliário, conviviam com a ausência de materiais didáticos pedagógico em geral.

A análise não deixa dúvida de que os temas ligados à educação e a forma como foi pensada nos debates no cenário nacional não atingiram as crianças do Recôncavo, mesmo com a expansão da oferta de escolas primárias e a interiorização da Educação, como propunha Anísio Teixeira. Recém chegado de uma experiência norte americana, como aluno de Dewey, o educador estava articulado com um grupo de jovens intelectuais que reconhecia os poderes da educação. Era um ativista político que militava em prol dessa causa e, como tal, fez questão de conhecer a realidade educacional baiana, visitando escolas no interior. Com isso, no Recôncavo, as escolas de Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Cruz das Almas, Afonso Pena, Castro Alves, Amargosa, São Miguel e Nazaré foram visitadas.

Neste sentido, de acordo com Dick (2013), mesmo não havendo uma lei específica para o ensino baiano, houve uma grande preocupação com a expansão de escolas primárias para todo Estado, sendo incrementado um planejamento educacional tanto para a capital como para o interior. Nesse último caso, com a especificação dos diversos tipos de escola: Escola mínima, com duas ou três salas; Escola Nuclear, com seis salas, comportando expansão – daí serem chamadas também como escolas expansionistas; Grupos Escolares, com doze salas de aula.

Mas é importante afirmar que a documentação encontrada não revela esta variedade de escolas no Recôncavo Fumageiro. A análise dos relatórios especifica claramente a predominância das Escolas Mínimas, em geral com classes multisseriadas nas quais meninos e meninas de todas as séries compartilhavam a carência de materiais didáticos e mobiliários necessários para a realização de uma aula, com um mínimo de condição para a aprendizagem, conforme o Relatório de Anísio Teixeira. Assim, além dos dados apresentados, o documento segue afirmando:

O educador baiano de entusiasmo arrefecido vivia num ambiente subalterno de servidor inferior do estado. Tais escolas floresciam, isto é, funcionavam pelo estado mastigando uma alfabetização enfadonha e monótona,

desprovidas de prédios e de material didático, sem fiscalização, sem estímulo e impulso administrativo, na mais absoluta das autonomias, a autonomia do abandono. O mecanismo da instrução pública servido por tal descaso; relegado pela incúria administrativa a um plano subalterno, urgia por se restaurar em bases novas e adequadas à terra e à gente baianas. (SALVADOR-Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia, 1925 p. 10).

Portanto, essa documentação exhibe o quanto a educação baiana necessitava ser planejada e modificada para atender às necessidades do povo. Relembrando que o Estado apresentava índices de analfabetismo mais elevados do que os índices gerais do Brasil.

No que tange ao Recôncavo, para melhor esclarecer as condições matéricas, lanço mão dos relatórios de Inspeção, que são executados por um inspetor e, posteriormente, encaminhados ao Inspetor Técnico de Ensino Primário, o qual em geral recebe o tratamento de “excelentíssimo Senhor Doutor”, demonstrando distanciamento e verticalidade na relação com a escola, com os professores e com os alunos.

Nesse sentido, e tentando demonstrar que a falta de ações e condições de execução no Recôncavo não se trata apenas de uma condição geral, mas representa uma conjuntura social classista em que o lugar reservado à escolarização da infância negra e pobre é absolutamente inferior, ou melhor, é o não lugar, é a não condição de superar a hierarquia social construída e naturalizada historicamente.

Não havia sequer um planejamento municipal para a execução dessa educação. A execução da educação do Recôncavo Fumageiro estava submetida ao planejamento e organização do Governo Federal, do Ministério da Educação e Saúde Pública, com os poucos recursos para a implementação de escolas difundidas em todo interior baiano.

A documentação analisada, além da estrutura das escolas, apresenta os programas de ensino e descreve diversos aspectos da instrução primária. As características mais marcantes do discurso é que alguns relatórios trazem detalhes de maneira mais aprofundada e outros de maneira superficial.

5.2 AS CONDIÇÕES E AS POSSIBILIDADES NA EXECUÇÃO DA INSTRUÇÃO NAS ESCOLAS

Tomando também como fonte de pesquisa os relatórios de inspeção, realizados nas cidades estudadas, pelo Inspetor Escolar Pedro Joaquim Dantas e, posteriormente, direcionado ao EXº Sr. Dr. Inspetor Técnico de Ensino Primário, ficou bastante evidente as condições materiais para o exercício do magistério. Além das condições materiais, nos textos dos relatórios chama a atenção o pronome de tratamento utilizado para fazer referência ao inspetor

de Ensino Primário, tratado como “doutor”, indicando um tratamento de “respeito”, hierarquia e subalternidade, conforme consta nas capas dos relatórios.

Apenas para elucidar, o “Boletim de Inspetoria Escolar” se constitui como um informativo detalhado das condições gerais das escolas inspecionadas. Depois de preenchido ele era direcionado ao Departamento de Educação, da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública.

Segundo o Boletim de Julho de 1938, da Escola pública de Primeira (mista⁴¹) – classe da professora regente Adelina Gordilho Costa Alves – localizada na rua Rio Sujo, na cidade de Muritiba, a escola era composta por apenas uma sala de aula e funcionava no turno vespertino. Tem uma matrícula geral de 90 alunos, porém uma frequência regular de 56 alunos, sendo 23 do sexo feminino e 33 do sexo masculino. De acordo com esse boletim, no que diz respeito ao mobiliário, havia na escola apenas vinte (20) cadeiras e uma (01) pequena mesa. E sobre o material didático havia somente um (01) quadro negro. Considerando o quantitativo de alunos com frequência regular, não é proporcional ao mobiliário existente, visto que eram 56 alunos para 20 cadeiras. Também consta que não havia biblioteca e nenhum tipo de material didático auxiliar cuja especificação não é definida. Diante das condições descritas no Boletim, fica evidente a precariedade da referida escola, na localidade supracitada.

Ainda analisando o mobiliário escolar e materiais didáticos, a situação da escola, localizada na Rua Mundo Novo, também cidade de Muritiba, turno matutino – professora Hilda Alves Portela Veiga –, de terceira Classe, também mista, apresenta uma situação ainda pior. Com uma frequência regular de 31 alunos, sendo 17 masculino e 14 feminino, ao considerar o item mobiliário, no relatório consta que a escola possui apenas “uns bancos”, duas cadeiras, uma mesa pequena e um quadro negro. O que significaria uns bancos para o assento de 31 alunos frequentando regularmente? Provavelmente uma situação de grande constrangimento no ambiente escolar onde uns permaneceriam sentados e outros participariam das atividades didático-pedagógicas, sentados no chão ou de pé nos cantos da sala.

A respeito dessa condição, o Interventor do Estado da Bahia, Landulpho Alves, afirma que a quantidade de mobiliário escolar não atende à necessidade do quantitativo de alunos matriculados. O relatório denuncia que,

⁴¹ Onde se lê mista, entende-se para alunos do sexo masculino e feminino e multisseriada.

[...] é deficiente o mobiliário escolar da Bahia. Precisando atender a cerca de setenta mil (70.000) lugares ou assentos nas suas escolas. Até março de 1938 carecendo de carteiras para sessenta e quatro mil (64.000) alunos, tinham as escolas apenas trinta e nove mil duzentos e quarenta (39.240) assentos [...]. (BAHIA, RELATÓRIO ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BIÊNIO 1938-1939-1939, p15).

Coadunando com este relatório do interventor do Estado e considerando o Boletim da Escola de professora Hilda Alves Portela Veiga, a situação não é diferente. Ao se referir ao mobiliário, o inspetor fez referência aos “bancos escolares”, essa expressão foi um modismo educacional do século XIX. Rui Barbosa, ao reformar a Instrução Pública em 1882 – completamente envolvido com as ideias higienistas defendidas em vários países da Europa –, dedica-se a difundir resultados de estudos realizados para chegar à fórmula higiênica de construção e utilização de tais “bancos escolares”, em nome da ordem médica.

Para convencer os intelectuais e fundamentar o discurso pedagógico da época, chega a citar autores franceses ao afirmar que a salubridade e o desenvolvimento corpóreo dependiam também do mobiliário utilizado na sala de aula do ensino primário. Eis aqui mais uma grande contradição, pois se por um lado nem havia mobiliário suficiente para todos os alunos que frequentavam a escola, por outro, há um ordenamento médico-higienista circulante no país, desde o final do século XIX, com um rol de recomendações estabelecidas.

Assim, no lócus da pesquisa, há uma ausência de mobiliário impedindo qualquer tipo de escolha pelas crianças. Ficou mais evidente esta contradição quando o inspetor escolar registra a expressão “uns bancos”, o imaginário logo rememora a ideia de “poucos bancos” e apenas duas cadeiras para o quantitativo de trinta e uma crianças que frequentam a escola inspecionada.

Nesses termos, estudar mal sentado, apertado nos bancos, sentado no chão ou até mesmo em pé nos cantos da sala, situação que pode exaurir fisicamente o corpo e, até mesmo, reduzir as condições intelectuais para aprendizagem, era a principal realidade vivida pelas crianças, estudantes, das cidades pesquisadas.

E a cada boletim analisado a condição de precariedade das escolas permanece. De acordo com o Boletim da Inspeção Escolar do Distrito, registro do dia 11 de outubro de 1938, a escola localizada em Cachoeirinha, também em Muritiba, da professora Auta Andrade Sousa, e que funcionava no turno matutino, consta em sua matrícula o total de 46 alunos e uma frequência de 30 alunos. Porém, está explicitado no relatório que no dia da inspeção apenas 24 alunos estavam na sala de aula. Tratava-se também de uma turma mista, ou seja, multisseriada, conforme esclarece o quadro a seguir.

Quadro 5 – Matrícula dos alunos na Escola da professora Auta Andrade, 1938

Série	Feminino	Masculino
1 ^a	20	12
2 ^a	04	05
3 ^a	03	02
Total	27	19

Fonte: Relatório de Inspeção Escolar 1938.

Neste relatório de inspeção, o curioso é que no item relacionado à informações sobre mobiliário e material didático existentes, o relator afirma: “[...] afirmo que nenhum material tem hoje esta escola que foi transferida e funciona no Prédio Escolar Castro Alves.”

Há aqui também uma situação curiosa, pois a escola deveria funcionar na localidade de Cachoeirinha e foi transferida para o prédio Castro Alves, no centro da cidade. A localidade de Cachoeirinha é um trecho constituído de caminho estreito, ladeiras muito íngremes com pedras soltas e muito barro vermelho. Trata-se de uma zona rural, da cidade de Muritiba, às margens do Rio Capivary, popularmente conhecido como rio Cachoeirinha. No período de chuva o acesso à escola era quase impossível; além disso, a sua localização fica a uma distância considerável do centro da cidade. É uma zona que abrange um contingente populacional em idade escolar significativo, pois acolhe também alunos de localidades como: São Pedro Velho, Santo Antônio, Vidal, Engenho, Bom Jardim e também Vila da Leste. Então, retirar a Escola da localidade de Cachoeirinha e colocar para funcionar no Prédio Escolar Castro Alves significa comodidade apenas para a professora que morava no centro da cidade; mas, com absoluta certeza, representa a exclusão dos alunos moradores daquela zona rural, pois a escola se tornou mais distante. Tal Inspeção foi realizada em 11 de outubro de 1938.

Situação mais grave foi descrita no dia 19 de outubro de 1938. Na Escola Pública do Salva Vidas, bairro periférico do município de São Félix, sob regência da professora Carmosina Nonato Lefundes, há registro de uma frequência escolar média de 25 alunas do sexo feminino e um total de 36 alunos matriculados. No que se refere ao material didático e mobiliário existentes consta a palavra “nada” para descrever o que foi encontrado. Segundo o dicionário Luft (2000) nada é um pronome indefinido que significa nenhuma coisa; de modo nenhum; e ainda; a não existência.

O relatório ainda transcreve que a escola possui um “ambiente físico não favorável e inadequado para a aprendizagem.” Nestes termos, se não há material pedagógico para o

trabalho das professoras e seus alunos e o ambiente físico é não favorável e inadequado, fica patente as condições precárias de funcionamento das escolas. Tais boletins não mencionam as condições topográficas, sanitárias, de ventilação, de iluminação, de salubridade, receptáculo de umidade, das águas, e de proximidade ou não com a maioria das crianças ali matriculadas.

Assim, mesmo se tratando do período Republicano, em que a educação passou a fazer parte dos discursos circulantes e foi palco de inúmeras reformas nacionais e estaduais, lideradas por vários jovens reformadores, a situação educacional do Recôncavo é sinônimo de carência de mobiliário, ausência de materiais didáticos e exclusão.

No caso da Bahia, a reforma liderada por Anísio Teixeira teve como inclinação teórica a instrução primária que envolvia diretamente a infância, em meio a todo movimento da Escola Nova. Nesse caso podemos considerar que muito do que foi proclamado nas falas e nos escritos, pouco chegou a ser efetivado na prática e no cotidiano escolar do Recôncavo.

Após análise do aspecto empírico dos relatórios de inspeção nas escolas para as crianças do Recôncavo, volto-me novamente para a criança e observo que, se ela é considerada um ser situado, ela reage à situação de carências vivenciada na escola. Por isso, um dos argumentos aqui utilizados para justificar que a frequência escolar declarada em todos os relatórios foi inferior à matrícula dos alunos, é a falta de estrutura no ambiente escolar.

É mister considerar que, como foi discutido no capítulo dois dessa tese, as crianças eram direcionadas muito cedo para o mundo do trabalho como uma estratégia de sobrevivência. Tal situação também fortalece o argumento de que havia na escola primária do Recôncavo certa rotatividade na frequência dos alunos que já estavam inseridos no mundo do trabalho e a principal necessidade dos pais era que o orçamento familiar fosse complementado.

Mas, dentro deste contexto, em que a falta de condições adequadas é o elemento predominante, é evidente que a criança reage indo menos à escola e, particularmente, no Recôncavo Fumageiro que a criança se encontra embaraçada pela proximidade com o mundo adulto e do trabalho que testemunhava com a família. Por isso, sair de uma escola que nada oferece e que as condições materiais são inadequadas à aprendizagem é o caminho mais curto, fortalecendo uma história da infância que tantas vezes já foi contada aqui sob as cores e lugares da exclusão. Portanto, para reconstruir essa história, é sem dúvida, importante pensar numa infância singular e mergulhar nos ranços políticos e sociais advindos do império e dos antecedentes históricos escravistas do Recôncavo Fumageiro.

Muitos são os exemplos de carências e ausências de materiais descritos nos Boletins. Portanto não é diferente a condição educacional na Escola do Manteiga, também em Muritiba.

Escola de 3ª Classe, mista, com uma frequência regular de 39 alunos, que tinha como regente a professora Maria José Ferreira. Em seu mobiliário constam apenas dez (10) cadeiras. Situação semelhante é a do Colégio Perseverança, mantido pela professora Adjovita Marques de Sousa e que funcionava das 13h às 17horas, com 35 alunos frequentando e um quantitativo de dois bancos; e do Colégio São José, da professora Raulina Sacramento, funcionava de 8h às 12 horas e das 13 às 16horas, com uma mesa, três bancos, e 76 alunos frequentando. Em todos estes casos citados, a quantidade de cadeiras é muito inferior ao número de alunos, o que demonstra uma desproporcionalidade extrema. No que diz respeito ao material pedagógico afirma que não há quadro negro, mas há em cada uma delas um mapa.

Refletia nos impressos do relatório a falta de estrutura mínima e condições de trabalho para a professora e seus alunos. Vale ressaltar que não se trata de uma tendência de ver a escola sob o olhar negativo, mas é que as informações contidas em todos os relatórios de inspeção analisados relatam ausências e carências materiais e estruturais.

Um dado importante foi encontrar no corpo de um relatório o texto justificando a falta de uma providência para instalar a sala de uma professora num espaço maior. Tal fato, por um lado, demonstra que em algum momento houve inquietação por parte da comunidade, mas, por outro, já demonstra que a devida providência também não foi tomada pela autoridade educacional local. Dessa forma, o descaso e a ausência continuam presentes na escrita do relatório da Escola Porto das Vagas, de 31 de agosto de 1938, de acordo com o trecho transcrito a seguir:

Escola Porto das Vagas cuja instalação numa sala maior como judiciosamente determinaste, não pude levar a efeito ainda por não ter conseguido a aludida sala. Ficarei vigilante a este respeito para na primeira oportunidade ser cumprido a vossa ordem. À respectiva professora D. Maria de Lourdes Menezes recomendei em vosso nome toda a atividade, no sentido de que a escola seja, tanto mais breve quanto possível, reinstalada convenientemente. (BOLETIM DO INSPETOR ESCOLAR SR. PEDRO JOAQUIM DANTAS, 1938).

Nesse sentido, as condições da escola da Infância no Recôncavo, no contexto descrito, revelam-se alarmantes, atestando a grande dificuldade operacional que acompanha as instituições escolares diretamente relacionadas à instrução infantil que é a escola. O advento da República proporcionou uma revalorização da infância baseado na crença da imagem da criança como herdeira do novo regime que se instalava. Mesmo com esse imaginário republicano sendo alimentado, as condições materiais das instituições escolares, na prática, revelam o descaso e a omissão do poder estatal. Assim, analisando o arcabouço sobre a história da infância, são recorrentes os argumentos que decorrem das afirmações teóricas,

oficiais, governamentais e não governamentais quando o assunto é a importância das boas condições das escolas.

Considerando uma visão panorâmica, porém apurada, das condições das escolas do Recôncavo, a partir das fontes em estudo, com suas variáveis descritivas, seria mais fácil afirmar que as ausências e carências encontradas nas escolas estivessem diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico e ao ordenamento jurídico, por exemplo, quando a Constituição de 1937 retira o vínculo dos impostos para financiar a educação. Porém, mesmo considerando estas referências, no cenário nacional e em estudos realizados retratando as condições da infância em outros lugares do país e até em países em desenvolvimento, a situação é bem mais razoável do que a situação educacional da Bahia e a do Recôncavo Fumageiro. Portanto, para melhor compreender estes estudos, o desenvolvimento econômico apenas está direcionado à distribuição de renda e à igualdade de condições de vida que não existem no Brasil, sobretudo nas regiões mais pobres. O Recôncavo tem a maior concentração de negros do Brasil, são descendentes de pessoas escravizadas que historicamente vivenciou a pobreza, desigualdade, subalternidade e muitas outras ausências.

É importante salientar ainda que a multiplicidade e divergência de interesses políticos também impediram a utilização do erário público em ações educacionais na Bahia, nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Se buscarmos o sentido histórico, isso explica, em parte, tanta limitação na construção de prédios escolares, ampliação do mobiliário e o comodismo diante das condições precárias das poucas escolas existentes, ou seja, período em que os problemas sociais e educacionais eram renegados.

Mas sem dúvida a passagem do regime republicano ao final do século XIX se torna um elemento divisor de águas para a educação. Foi a partir daí que um novo modelo de educação se estabelece e várias ideias passam a ganhar força e muitas reivindicações passam a fazer parte do cenário da escolarização brasileira, baiana e também no Recôncavo Fumageiro. É preciso destacar ainda que a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Primário em 1942, que foi regulamentada em 1945, se constitui como uma luz no fim do túnel, ao assegurar a concessão de auxílio Federal para a educação.

Nestes termos, o segundo eixo a seguir, como já relatado no início desse capítulo, expõe o movimento reação e intervenção, organizado dos segmentos políticos, sociais e econômicos, do Recôncavo, expressos através dos jornais locais, diante das condições e da falta delas para a educação. Tendo em vista estes contornos, o texto encerra discutindo quais seriam as políticas educacionais implementadas no Recôncavo, as quais tinham como alvo a infância.

5.3 DEBATES, LOCAIS, REAÇÃO, INTERVENÇÃO E INICIATIVAS PARA A ESCOLARIZAÇÃO

Nos textos do ordenamento jurídico local no período da década de 1920 e início da década de 1930, o silêncio ou a ausência de uma discussão sobre a publicização da educação, em parte, já esclarece o quanto de importância foi dado aos elevados índices de analfabetismo na região. Foram localizados decretos autorizando obras para melhoramento de estradas, para ampliação das condições de transporte, nomeação de funcionários, mas nenhuma linha no ordenamento jurídico local sobre o Ensino Primário.

Essa ausência não ocorreu de maneira uniforme em todos os segmentos. Se por um lado houve silêncio absoluto nas iniciativas oficiais, a denúncia nas diversas camadas sociais do Recôncavo se fez presente nos jornais de circulação do espaço geográfico principalmente a partir do final da década de 1930. Nesse sentido, no jornal, *O correio de São Félix*, o debate se torna visível na escrita oficial conclamando a população para uma campanha de Combate ao analfabetismo.

Resgatar a historicidade da educação no Recôncavo significa, antes de tudo, compreendê-la em várias dimensões. É preciso resgatar principalmente o movimento, reação e intervenção organizada dos segmentos políticos, sociais e econômicos sobre as condições e falta delas para a educação no referido lugar.

Ao pensar a história da educação no Recôncavo Fumageiro não se pode pensar numa história só, o enredo vai se desenrolando nas várias cidades, principalmente sob as influências das ideias republicanas que ganham força no período, no cenário nacional. Dentre estas idéias, a crença nos poderes da educação produz um significativo efeito e foi um fator importante para que um modelo de escolarização se configurasse, tendo como fundamentação o discurso renovador da “Escola Nova”. Um dos motes da Escola Nova que está intrinsecamente ligado a este trabalho é a pretensão de incorporar toda população infantil no cenário educacional. O discurso ora circulante no país desqualificava aspectos da cultura escolar praticada em torno do termo “Tradicional”, daí no resto do país já se operavam no modelo negado buscando ressignificar seus materiais e métodos, até porque já estavam prescritos no ordenamento jurídico.

Como no resto do país, tais ideias já povoavam o imaginário da sociedade baiana e o do Recôncavo. Porém, neste lugar o cenário de muitas carências não permitia muitas escolhas e avanços em direção ao ideário “Escolanovista”. No entanto, nos textos dos relatórios de inspeção já eram reproduzidas, como prescrição.

Nesse sentido, foi a partir de 1930 que os jornais locais analisados começam a publicar manchetes demonstrando preocupações como: organização das escolas seriadas; combate ao analfabetismo; defesa demasiada com o patriotismo; regras e normas higiênicas; cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais; exaltação do ato de observar e de intuir; uso de mobiliário e materiais específicos para fomentar a construção do conhecimento pelo aluno; e, orientações aos professores. Esses temas passaram a fazer parte de um conjunto de ideias circulantes no jornal local, *O Correio de São Félix*, no período em estudo. As reportagens que serão apresentadas são donas de uma força para o lugar e para o período em estudo. Vale lembrar que tal jornal circulava e, antes de tudo, as notícias são publicadas no sentido de garantir sua repercussão e adeptos.

Apesar do cenário de carência apresentado no relatório de Inspeção é interessante notar essa reportagem acerca da inauguração de uma escola no Distrito de Outeiro Redondo, cidade de São Félix. Trata-se de uma fala exaltada em torno das crenças nos poderes da educação e ao mesmo tempo, um chamamento de combate ao analfabetismo. A fala é de uma liderança entre os pequenos produtores daquele lugar, que na ocasião da inauguração da escola aproveita para fazer o chamamento responsabilizando toda a comunidade pela educação. A reportagem é do *Jornal O Correio de São Félix* e trata da inauguração da Escola de Matataúba, em torno de suas recentes instalações, novos móveis e utensílios da escola, “benefícios” esses providenciados da “iniciativa providencial” do prefeito Dr. Júlio Ramos de Almeida. Na ocasião, o proprietário de terras da localidade, Dr. Augusto Matias e, como descreve o próprio jornal, “um dos dignos filhos daquele rincão”, discursa:

O registro dessa fala representa as inúmeras falas republicanas demonstrando que a cultura política republicana estava presente no discurso de uma liderança da comunidade local. Toda ênfase no patriotismo e entusiasmo no poderes da educação e crença nos poderes do professor e na juventude para transformar o Brasil tem como conteúdo implícito um formato que se configura para a escola no sentido de apagar resquícios de um tempo marcado pelo analfabetismo.

Além disso, o que chama muito atenção na fala é como ele ressalta a escola como lugar de aprender a obediência quando diz: “[...] compete ao mestre ensinar a juventude as normas da vida; ensinar-lhe a obedecer [...]”, essa fala é a representação de como a ideia de que aquelas crianças precisavam aprender e incorporar a subalternidade como norma da vida. É como se o papel da escola e, mais precisamente, o do professor fosse de garantir a hierarquia social. Portanto, no Recôncavo a manutenção desta hierarquia está tão forte no imaginário das pessoas que nem precisou ser um representante do governo, mas essa ideia vai

sendo difundida por um líder político, representante do patronato rural que nesse lugar poderia estar defendendo outros direitos das crianças locais.

Além disso, os políticos locais enalteciam a figura de Getúlio Vargas como responsável pela inauguração de um novo tempo; lembrar e reafirmar tornou-se marco característico de muitas falas dos políticos Recôncavo Fumageiro. Isso pode ser analisado no trecho da reportagem a seguir. Porém, fica bem evidente que os recursos para a educação continuavam poucos, pois no mesmo momento de inauguração do prédio e mobiliário escolar funda-se também uma “caixa escolar”, representando que a manutenção da escola era feita tendo por base doativos. Assim, ficou evidente que não se tratava de um momento de estabilização da escolarização com recursos que garantissem a sua manutenção e permanência. Essa prática da Caixa Escolar tem as marcas da Constituição de 1937, quando da retirada da vinculação de impostos para o financiamento da educação, e das escolas públicas, que determinavam que os que tinham mais dinheiro deveriam dar assistência aos que não tinham e aos que tinham menos contribuiriam com uma modesta quantia mensal.

Isso quer dizer que embora o olhar para o tema escola estivesse apropriado ao tempo histórico em que a escola pudesse “civilizar” os jovens em instituições, conforme a imposição do patriotismo estabelecido no Art. 129, da Constituição de 1937, na prática, a falta de recursos nestas instituições era um fator impeditivo para realização das ações pedagógicas. Valendo relembrar as péssimas condições expressas nos relatórios de inspeção analisados anteriormente. Para melhor ilustrar, segue a transcrição da reportagem:

Na ocasião de uma inauguração de estabelecimento escolar o então prefeito de São Félix, Dr. Júlio Ramos, em 1942, é recebido festivamente, como bem esclarece o jornal, por figuras representativas e pelos lavradores, “**que não são considerados representativos**” sendo levado à residência do ilustre Cel. Antônio Maia, bem como a do administrador atual, Sr. Joaquim Lordelo Ferreira, e de mais algumas pessoas de destaque local. Decorridos alguns momentos de descanso, iniciou-se a solenidade inaugural da escola e seu mobiliário, quadro-negro, mapas, material didático, etc, sendo também inaugurado o retrato de Getúlio Vargas, ofertado pela prefeitura. Durante a cerimônia fizeram uso da palavra vários oradores entre eles, 3 crianças de Outeiro Redondo e uma da Matataúba. Falaram também, o historiógrafo Adalberto Dourado, o PRF. Hilário de Azevedo e o poeta professor Alvaro Duarte, nosso digno amigo e inteligente colaborador. O prefeito Júlio Ramos discursou durante a inauguração do retrato do presidente Getúlio Vargas cuja figura e méritos foram enaltecidos, teve palavras eloqüentes ao dinamismo do Sr. Interventor Landolfo Alves, terminando por se referir a data de 24 de Maio em que é comemorada a batalha de Tuiti, e fazendo um apelo à juventude da qual depende a grandeza e o futuro do Brasil republicano. Ainda com a palavra o professor Hilário de Azevedo funda a “Caixa Escolar Isaias Alves” sendo realizados vários doativos à mesma [...]. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Ano X, nº 66, de 28/05/1943. p. 23. Grifo nosso).

A utilização das expressões “figuras representativas” e “pessoas de destaque” mais uma vez demonstra a postura do jornal em evidenciar que havia clareza nas divisões sociais das classes. Muito recorrente fazer exaltação de pessoas que gozavam de algum prestígio social e político local em detrimento da maioria que era “o povo”, ou seja, os pobres tidos como “pessoas que não eram consideradas representativas.” O discurso do jornal está afinado com seus interesses que representam a tentativa de produzir a manutenção da hierarquia social vivenciada ao longo da sociedade escravista.

Essa afirmação se relaciona com o contexto da escola inaugurada na zona rural de Outeiro Redondo, a qual se encontrava afinada com os interesses das lideranças políticas, demonstrando um quadro mais dinâmico com múltiplas contradições. Logo, ao mesmo tempo em que o prefeito de São Félix, Dr. Júlio Ramos, e seus líderes políticos entregavam uma escola para a comunidade, como numa espécie de acordo ou negociação, inauguravam a caixa escolar, ratificando que a manutenção das atividades pedagógicas era obrigação da comunidade local, uma espécie de estratégia de negociação em que o grupo dominante garante apenas a estrutura física e a comunidade deixava de reivindicar, pois o resto não cabia ao poder público.

A reportagem também revela a inauguração do retrato do presidente Getúlio Vargas cuja figura e méritos foram enaltecidos, o que evidencia uma luta em direção a reconstrução que a “Era Vargas” havia prometido. Porém, as disputas já estavam postas entre os grupos políticos locais. Quem conseguia levar uma escola para uma localidade passava a gozar mais prestígio e poder. Em vista disso, mesmo num cenário de carências, o jornal denuncia disputas entre grupos políticos. O jogo na construção da educação naquele lugar revelava que interessava não apenas combater o analfabetismo, mas beneficiar diferentes frentes políticas ao mesmo tempo. Assertiva que pode ser ratificada nas duas reportagens a seguir à exaltação do jornal a figura do coronel Antônio Mota Junior:

Sob os auspícios do coronel Antônio Mota Junior e outras pessoas de representação social daquela localidade, está prestes a inauguração da escola em Caatinga Seca, distrito de Muritiba.

Nesse sentido as providências têm tomado curso, estando merecendo encômios a atitude dos distintos cidadãos que vem trabalhando em prol da alfabetização naquele “logarejo”, onde as crianças pobres vivem privadas das luzes do alfabeto [...]. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Ano X, nº 70, de 28/05/1943, p. 25).

Nesse sentido, em edições seguintes o jornal enfatiza a concretização da inauguração da escola, sendo que no texto a seguir a exaltação é ainda maior. Vale ressaltar que esta

manchete se repetiu no jornal *O Correio de São Félix* durante a semana inteira.

ESCOLA DE CAATINGA SECA

No dia 11 do vigente inaugurou-se em um lugar denominado Caatinga Seca, município de Muritiba, a escola pela qual há tempos o coronel Antônio Mota Junior vinha envidando esforços juntamente a outros elementos daquela zona.

Ao ato que foi revestido de grande solenidade, compareceram-se muitas pessoas, nas quais se via o incontido prazer pela inadiável realização do preenchimento de uma lacuna por todos ali aspirado.

Na cerimônia inaugural desse estabelecimento de ensino prioritário, que está sob a referência da professora Valquíria Gomes Ribeiro, usou de palavra o Coronel Antônio Mota Junior, sendo muito aplaudido o seu discurso, vazado em judiciosos conceitos e, nestes termos evidenciando a imprescindível necessidade da alfabetização da criança:

“A nossa estremecida Pátria, requer o nosso esforço, neste momento tenebroso – o mais duro da existência humana, por todas as vias das nossas atividades. Mas, uma cousa é indispensável entre todas as outras crianças, para que, melhor do que nós, saibam conduzir nossa triunfante Nação nos dias iluministas que infalivelmente nos há de trazer o futuro”.

(O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Ano X, nº 98, de 12/11/1943. p. 02. Grifado autor).

Assim, tanto para a Escola de Caatinga Seca, quanto para a Escola de Queimadas, na localidade de Governador Mangabeira, seguia o jornal *O Correio de São Félix* exaltando e omitindo nomes dos segmentos sociais. Mas o fato importante é que o Jornal demonstra o movimento organizado, reação e intervenção, dos segmentos políticos⁴², sociais e econômicos do Recôncavo, expressos no jornal. Fica visível também a quem o jornal está a serviço, pois as reportagens encontradas referentes à educação, majoritariamente, mostra o por vir e os grandes feitos; denuncia muito pouco e sempre de forma sutil sem culpabilizar ou apontar a responsabilidade do poder público.

Considerações dessa natureza são essenciais para que se compreenda que no cenário das pequeninas cidades do Recôncavo Fumageiro, expressar ideias e prestígio ligados ou não à escola também representava rebater outro grupo que era parte integrante de um diferente movimento político, geralmente partidário. São raras as reconstituições históricas educacionais, relacionadas às pequenas cidades baianas, que não se encontram obrigadas a descrever ou, pelo menos, mencionar tais disputas. Porém, em virtude das escolhas em que este texto está delineado, não faremos aqui descrições detalhadas de cada grupo político existente.

⁴² Considerando os limites de tempo imposto para a pesquisa e escrita da tese não foi possível desvelar todos os grupos políticos, de todos os municípios estudados durante todos os 21 anos (1925 a 1946). Esse tema por sua expansão sugere outra pesquisa, ou até mesmo, outra tese.

5.4 ESFORÇOS PARA A AFIRMAÇÃO DO MODELO REPUBLICANO: ALFABETIZAÇÃO COMO UMA CRUZADA PATRIÓTICA

A cada inauguração de escola, fica evidente a exaltação de alguns nomes e o cultivo na esperança nos poderes da educação. O Jornal anuncia tanto a posse do cargo de Diretores de escolas, como informa a nomeação de professores. Nesse sentido, informa que em “25 de junho de 1938 foi empossado no Cargo de diretor da Escola Deiró Lefundes, o professor Leopércio da França Ribeiro.” E ainda,

[...] Foi nomeado para o prédio escolar de São Félix. Por decreto, o Sr. Dr. Izaias Alves digno secretário de Educação e Saúde, nomeou o Sr. Professor Alvaro Deusdete Duarte para reger uma das cadeiras do Prédio Escolar Dr. Deiró Lefundes, nesta cidade.

O recém-nomeado, que desde o dia 4 do mês em curso tomou posse do cargo, é um preceptor inteligente e culto o que há comprovado no seu tirocínio de educador modelar.

Ao nosso prezado amigo e inspirado poeta professor Alvaro Duarte desejamos os melhores êxitos em a cadeira, que em boa hora lhe foi designada pelo ilustre Secretário de educação e Saúde. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, n. 45, 1942, p. 34).

Outro fato de importância estratégica no período foi a discussão que o jornal mencionou sobre a preocupação com a infância. Trata-se de um tema que é um divisor de águas, porque entre outras razões, tal discussão já estava muito mais fundamentada no resto do país, representando o centro do debate no campo de educação e das políticas, indicando lugar de ação. A reportagem tem como título *A Escola* e de tão interessante é importante ser lida na íntegra,

A Escola

A infância, na ingenuidade que lhe é inauferível, requer imperativamente, na ocasião propícia, um cuidado que se lhe antepõe aos demais dispensados a escola.

Todos os notáveis empreendimentos, todas as gigantescas concepções, todo o elevado surto de invejável progresso concretizado no envolver do principio fundamental, como soe ser da semente o precioso fruto.

E a primavera da vida a oportunidade mais adequada para o início da formação cultural do espírito daqueles que o futuro os aguarda, dando-lhes, muita vez, a dita de uma glória nacional.

Às crianças é imprescindível a escola, onde os mestres, secundando as funções paternas, representam os apóstolos do Bem, ministrando o sacrossanto evangelho da moral, para sutir daí o desejado efeito – a transmissão das luzes do alfabeto.

A escola é para a criança o que são os almos raios de sol para a vegetação.

Disse Junqueira: “Quereis a família? Ensinai a fé. Quereis a religião?

Ensinai a fé... Quereis a prosperidade? Ensinai a justiça. Quereis suprimir cárcere? Metei-lhe dentro da escola.”

E agora, mais do que nunca, faz-se mister o ensino obrigatório, no sentido de

atenuar essa confusão de degeneracencia em pleno século XX.

Hoje, quando a ciência, em arroubos fantásticos, nos apresenta conquistas que os nossos ascendentes longe estavam de imaginar, parece, entanto, que este mesmo progresso veio também como precursor da decadencia de virtudes que os nossos antepassados cultivaram carinhosamente. Mas não é porisso que devemos condenar o progresso e a civilização.

Bendigamos o Dr. Getúlio Vargas, chefe da brasileira nação, no seu empenho em prol da alfabetização de nosso povo. Seu ideal é tão sublime quão difícil a plena consecução, tendo mesmo a colaboração de elementos como Gustavo Ambrust, organizador da Cruzada Nacional de Educação, e outros muitos baluartes da mesma batalha, em diversos Estados da União.

O Brasil não foi desde os seus primórdios, bem alicerçado, por falta de espíritos privilegiados para governá-lo, ao contrário do que hoje acontece. Daí o ingente esforço para extirpar essa praga reinante numa população de mais de 45 milhões de alunos.

Enquanto observarmos o triste espetáculo de tantas e tantas crianças, em idade escolar, bufarinheiras, quando não ficam à toa, analfabetas, vagabundando, ou em conjunto nas vias públicas, na prática revoltante da mafandrice, enquanto a isto assistirmos só esta idéia coneberemos: o ensino obrigatório, com o fiel cumprimento às leis, semelhante ao sorteio militar.

A escola é o arsenal onde se prepara o soldado para a defesa da Pátria, consubstanciada no surto da civilização e do progresso. A. Galiza Filho.

(O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Ano IX, nº 98, de 02/08/1942, p. 24)

A educação aqui é representada como um elixir responsável pela construção de uma nova sociedade. Assim, aqui neste texto, a discussão que o *Correio de São Félix* apresenta sobre a Infância é considerada também como uma intervenção de um segmento social diante da falta de condições local para a educação. Como o jornal representava o principal meio de comunicação, com uma circulação sistemática nas cidades, suas ideias conseguiam instalar-se na memória intelectual das pessoas se tornando mote de discussão e peça síntese em diversos locais como: barbearias, pontos de transportes, locais de trabalho, quitandas, vendas, ruas, bares e entre os intelectuais e políticos do lugar. Quando a repercussão chega até os políticos e intelectuais é que passa a ser um divisor de águas, pois passava a resultar em movimentos públicos e muitas vezes de bastidores, através dos quais a ação poderia ser operacionalizada e colocada como objeto de disputa.

Mesmo com as poucas condições as normas estabelecidas eram cumpridas nos estabelecimentos escolares. Em 1943, uma reportagem movia na esfera local uma grande preocupação com o analfabetismo embora realizasse um importante papel, o que gerava um grande conflito, pois a quantidade de escolas mencionadas não era suficiente para as crianças em idade escolar. Na verdade este elemento fortalece os argumentos para o elevado número de crianças em processo de escolarização, as quais permaneciam trabalhando nas fábricas. Isso porque, para os pais, o trabalho representava o verdadeiro espaço para manter sua prole sob controle e em segurança. No edital publicado no

jornal, o delegado Escolar Turbido Magalhães, que atuou com expressiva liderança na definição “do modo de ser delegado escolar”, participava dos movimentos estigmatizados durante o Estado Novo de que trabalho e Escola são atributos de honestidade. Isso quer dizer que ele não era um personagem qualquer. Era uma figura que representava parte de um republicanismo ilustrado, preocupado com a juventude de São Félix na reconstrução da nação ora em andamento.

5.4.1 Influência médico-higienista para a publicização da educação: entre o dever da família e da escola

Desde final do século XIX, o respeito às normas higiênicas, principalmente na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos na educação, representou também um marco histórico. Trata-se de mais uma das mudanças afirmadas como inovação pelo “escolanovismo” que no Brasil a partir da década de 1920 começa a povoar o imaginário da escola e dos cidadãos republicanistas. A divulgação destes cuidados com a mortalidade infantil e suas relações com a escola também representam um deslocamento em direção ao movimento nacional. Com vistas a oferecer para toda a comunidade informações, um parâmetro de organizar as adesões, o jornal reuniu referências e informações defendendo ali ideias com o propósito de minimizar as doenças que afetavam as crianças.

HIGIENE NO LAR E NA ESCOLA

Todos sabem, ou , pelo menos deveriam sobre, que muita moléstias são evitáveis para o que, certamente, é necessário considerarmos a higiene uma coisa de grande importância, no lar, na escola e em toda parte. Eis, aqui, a êste respeito, palavras de um notável higienista: “No estado de civilização atual são conhecimentos indispensáveis, a todos, os elementos ser transmitidos pela escola, interessando os colegiais, fazendo nascer a ideia da solidariedade em face da moléstia.”

No lar, tudo depende dos pais. Na escola, do mestre. Descuido, ignorância ou pobreza, – eis as três causas de muitos dos óbitos, que poderiam ser naturalmente evitados. Descuido – quando se deixa para amanhã aquilo que deve ser feito sem demora. Ignorancia – quando não se conhece a enfermidade, e vai – se negligenciando, com a influência de opiniões infundadas, e aplicação de mézinhas inúteis, em vez de ser ouvido o profissional, que é quem sabe fazer o diagnóstico, e aplicar o medicamento necessário. Pobreza, – afinal, quando não há dinheiro, nem para o medicamento, nem para o devido tratamento – o que é extremamente doloroso, e merece auxílio abençoado da Caridade.

A Alma da Medicina – essa insuperável arte, fundamentada na Patologia – é a higiene, que evita e cura muitos males, e sem a qual antevemos a morte, física, ou moral.

Os cuidados higiênicos, no lar, devem ser iniciados no dia em que ele se forma, pelo casamento, ou não, e devem-se prolongar, em toda a existência como condições indispensáveis à saúde e à felicidade.

Na alimentação do recém-nascido, por exemplo, os preceitos higiênicos representam, na sua prática, verdadeiras grandezas, verdadeira felicidade. Muitas pessoas, infelizmente entendem que higiene encerra apenas a idéia de asseio, quando ela, em verdade, abrange um sem-número de ensinamentos vantajosos e salutareos, sobretudo quando às habitações, quando à alimentação, e à defesa do indivíduo, contra a invasão da moléstia. Convém, pois que os pais de família e os preceptores se esmerem, no ensino da higiene ao alcance de todos. PEDRO J. DANTAS.
(O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Ano IX, nº 98, de 02/08/1942, p. 19)

Trata-se de uma campanha de interesse geral trazendo de forma argumentativa e clara a necessidade de luta da comunidade, em geral, pela saúde. Neste caso, sim, há uma negação de interesses particulares. Vem buscando uma forma de proclamar o futuro após ler o presente e o passado e chega até a apresentar este passado com muito temor e desprezo. Trata-se de uma reportagem que atesta o que dos anos anteriores, os leitores devem deixar de lado, e o que deveria ser utilizado e vivido nos anos vindouros. Na reportagem a seguir, a comunidade de São Félix foi alvo de elogios por ser sede e um Posto de Puericultura. De acordo com a foto da manchete, a seguir, *Um posto de puericultura instalado nesta cidade*, segue o jornal afirmando que “é uma patriótica medida de prevenção aos males que atrofiam o futuro da nossa juventude” (O CORREIO DE SÃO FÉLIX. Ano IX nº 100, de 13/08/1942)

Figura 25 – Matéria de Jornal sobre “Um Posto de Puericultura instalado na Cidade de São Félix

NOVIDADE


Um Posto de Puericultura Instalado nesta Cidade

A vitória da campanha dos *Diários Associados*--De Parabens a Liga Sanfelixta
Contra a Mortalidade Infantil--A Legião Brasileira cumpre
a sua finalidade

No mês de março do ano cursante, teve a cidade de São Félix, o alto prêmio ainda não conferido as outras unidades da federação, da instalação de um Posto de Puericultura, como patriótica medida de prevenção aos males que atrofiam o firme da nossa juventude, e auxílio ao seu desenvolvimento, até o estado de prestar serviços à Pátria.

O Estado Novo, que tem olhos voltados ao grande problema da eugenia nacional, apoiou a campanha dos *Diários Associados* em prol da Redenção da Criança, enviou uma comissão do Departamento Nacional da Criança, composta do dr. Hermes Bartolomeu, senhorinhas Josefina Alban e Rose Albernaz, como representantes também da Legião Brasileira de Assistência, a qual se fez presente na cerimonia de instalação do Posto, para cujas obras, a prestigiosa família Morganti de São Paulo, doou vultosa importância.

Obra de incalculavel importância social para São Félix, é mais uma para o registro das realizações do dr. Julio Ramos de Almeida, prefeito local, fundador do Lactario Infantil, incansavel lidador na campanha contra a mortalidade infantil, cujos esforços juntos a exma. sra. Presidente da L. B. A., d. Darcy Vargas e d. Ruth Aleixo, presidente da L. B. A., no Estado, se fizeram cordar de exitos, havendo *demarques*, para dentro em pouco, se erguer solene e acolhedor, o Posto de Puericultura, primeiro do Brasil--de uma série de 180 postos, a serem construidos pelo país inteiro, e principalmente pelo norte--nesta cidade de São Félix, cuja ação, se terá sentir no desenvolvimento da infancia brasileira, que atualmente já merece cuidados desvelados, dos nossos dirigentes, os quais têm os olhos voltados ao progresso de um Brasil forte e são pelo preparo cuidadoso da sua mocidade.



A primeira dama brasileira, D. Darcy Vargas,
presidente da Legião Brasileira de
Assistencia

Parte da seleção as-

Fonte: O Correio de São Félix, Ano IX, nº 100, de 13/08/1942.

O apelo tanto representa a crença nos poderes indeterminados da educação, como, principalmente, leva a refletir que:

A educação escolar representada no interior da ordem médica pode ser compreendida em uma grade que defende tanto a necessidade de escolas como um modo moderno ou iluminista de instalação desse modelo de formação de homens e mulheres. Necessidade, por sua vez, produzida pelo discurso identificador da barbárie, desordem, dispersão e degeneração dos homens e da sociedade como inimigos de um novo mundo que se desejava instaurar, fundado na razão em novas formas de produção e de trabalho; isto é, um mundo concebido e desejado pelos Estados burgueses. Assim sendo, a educação não mais poderia permanecer vinculada à esfera privada, fosse ela a da religião ou a da casa. (GONDRA, 2000, p. 526).

Nessa perspectiva, é importante lembrar, aqui, que desde o final do século XIX, a questão das condições higiênicas do espaço escolar é partilhada, especificamente em 1882, por um jurista notável, Rui Barbosa, que publica um parecer sobre a reforma da instrução, reservando o capítulo XVIII para estabelecer as normas da Higiene Escolar. Fundamentado nas ciências médicas recorre até mesmo a Rousseau, um filósofo iluminista, e também à citações de higienistas renomados como Buck e Riant, para garantir a força do seu parecer. De acordo com Barbosa (1882), a escola demandava uma nova organização, arquitetura e espaço para atender às necessidades dessa nova sociedade que se queria fundar, na qual os indivíduos se educassem pela razão ilustrada.

A higiene fornecerá um modelo de organização escolar calcado na razão médica que ao ser constituído retiraria do espaço privado – religioso ou familiar – o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas. Para tanto, apela-se aos argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como problema de localização dos edifícios escolares, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral, inclusive, das excreções corporais. (GONDRA, 2000, p. 527).

Esse detalhamento do raio de ação da higiene e das condições da escola passava a ser a chave mestra para garantir que a escola cumprisse bem o papel de instruir e também de moralizar o indivíduo, deixando bem evidente o poder conferido à escola.

Tais ideias que fomentam os sonhos dos estudiosos da ciência médica, no século XIX, no Brasil, têm como modelo inspirador as experiências vividas na Europa. Estes estudos trouxeram grandiosa influência para pensar as condições higiênicas da sociedade brasileira constituindo uma sociedade científica através da fundação de faculdades, periódicos especializados, estudos sobre diversos temas ligados à higiene, saúde pública e coletiva. O

legado é que nenhum desses estudos reduzia o homem apenas a seu corpo; a norma higienista, autorizada pela racionalidade, debruçava seus olhos sobre uma perspectiva coletiva, na qual a escola se constituiu como o foco, como se fosse possível modelá-la, num movimento homogeneizador, para produzir uma sociedade escolarizada e higienizada.

Toda discussão influenciou o cenário educacional durante séculos, inclusive nos movimentos da Escola Nova empreitados pelo manifesto de 1932, visando uma educação integral de forma articulada, desenvolvendo, nos alunos, hábitos higiênicos, despertando o sentido da saúde, a resistência e vitalidades físicas. Conforme Azevedo,

[...] as escolas brasileiras contariam com a presença do inspetor-médico ou inspetor-dentário que, além da função de fiscalização, seria um educador sanitário para colaborar com o professor de educação física, a enfermeira escolar e o corpo de dentistas e, de maneira geral, todo o professorado. (1958, p.77)

Nesse sentido, além da força da tradição e da oralidade, foram como principais obstáculos para a não consolidação de uma cultura escolar através da escolarização higienista das crianças, a qual estivesse fundamentada em métodos científicos. É preciso considerar também que esse pensamento liberal que se arrasta desde o século XIX esquece de considerar a sociedade escravocrata e monárquica que estava a serviço e, que, mesmo com a chegada da República, reserva suas características marcantes de uma sociedade de classes repleta de desigualdade.

No envolvimento com as fontes, foi possível evidenciar a inexistência de iniciativas e políticas municipais para a educação da infância no Recôncavo; porém, o cenário só pode ser pensado no âmbito de uma homogeneidade de ações e iniciativas nacionais. Isso porque não se pode nem afirmar que a sociedade civil, numa ação horizontal, realiza alianças táticas e estratégicas para a consecução de projetos de escolarização e, menos ainda, de utilização de normas higienistas.

Várias são as rupturas, reivindicações e consentimentos produzidos no decorrer do tempo histórico e no espaço político-geográfico, conhecido mundialmente pela cultura e beneficiamento do fumo. A análise evidencia que o lugar experimentou algumas possibilidades de escolarização com as inaugurações de escolas. Mas em nenhum momento, os dados revelam a presença de uma sociedade civil organizada em torno da defesa dos direitos da escolarização da Infância. Trata-se de um espaço político que teve uma educação à luz de injunções políticas nacionais; porém, um local onde as particularidades de uma zona fumageira em muito definiu as continuidades e rupturas do processo de escolarização e a

ressignificação da obrigatoriedade escolar diante da baixa condição socioeconômica, consentimento ou até incúria das famílias.

6 ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO NO RECÔNCAVO FUMAGEIRO: OS SUJEITOS E SUAS HISTÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO

[...] Os valores tanto quanto as necessidades materiais serão sempre um terreno da contradição, de luta entre valores e visões de vida alternativas [...]

(THOMPSON, 1986)

No capítulo anterior, no intuito de identificar as políticas de educação para a infância, confrontei diversas fontes e me deparei com um cenário de carências e ausências de iniciativas estatais na educação; e como aduz Thompson (1986), as necessidades materiais se constituíram como um terreno de contradição.

O objetivo aqui é apresentar o modo como os sujeitos se estruturaram e quais as estratégias de educação vivenciadas diante da ausência dessas iniciativas estatais. Para tanto, também cotejei diversas fontes: itinerário legislativo, manchetes de jornal, fotografias, fichas de inspeção das escolas, relatórios de Instrução pública e depoimentos. Vários relatos, manchetes de jornais e falas dos depoentes são trazidos na íntegra, dentro da perspectiva de evidenciar o cenário e revelar a força de variados espaços, lugares e sujeitos implicados no processo que chamamos de educação da Infância no Recôncavo Fumageiro de 1925 a 1946. Narrar e interpretar a presença da educação no cotidiano da infância nesse lugar é descrever a trajetória da difusão e consolidação da escola nas três modalidades vividas: a escola pública oficial, a escola privada e o ensino na casa das professoras, as duas últimas de forma privada e para os poucos que poderiam pagar.

Na primeira parte do texto apresento as professoras que ensinaram em suas próprias casas. A partir desse elemento passo a focalizar a presença das escolas particulares e, por último, mas não menos importante, a forma como a sociedade local concita as autoridades a exercerem uma força na ampliação da oferta na escola pública.

Com estes três elementos apresento a composição das estratégias de educação numa sociedade de classe em que a escola pública não dispunha de vaga para todos. Diante da ausência das vagas, as famílias mais abastadas, que disponibilizavam de dinheiro, pagavam as escolas particulares, em geral, regularizadas diante das exigências legais, ou melhor, “registrada”, como especificava os Boletins de Inspectoria Escolar do Departamento de Educação e Saúde Pública da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública do Estado da Bahia. As famílias que dispunham de menos dinheiro, melhor dizendo, as mais pobres, mas

que acreditavam nos poderes da educação, encaminhavam seus filhos para as casas de professoras, também pagando, porém em valores numéricos relativamente mais acessíveis.

6.1 A PRINCIPAL ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO: PROFESSORAS QUE ENSINAVAM EM SUAS CASAS

Figura 26 – Casa da Professora Zezinha, no horário de saída das crianças. Cidade Muritiba - Década de 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix

Se para a construção deste capítulo o caminho quantitativo tivesse que ser considerado com exatidão, e isso fosse o mais relevante, certamente que a mais forte estratégia de educação para a infância deixaria de ser tematizada nesta tese. A imagem acima, Figura 14 - casa da Professora Zezinha é uma das várias casas de professoras que ensinavam

na cidade de Muritiba, na década de 1930.

Em casas com estrutura meramente domiciliar, o trabalho das professoras que ensinavam em suas casas florescia no vazio deixado pela falta da iniciativa estatal. Diante da demora na tomada das medidas educacionais que atendesse a um maior número da população, os anúncios e chamamentos brotavam nos jornais de circulação local, chamando a atenção dos pais para o trabalho das muitas professoras em Cruz das Almas, Muritiba, São Félix, Cachoeira e Maragogipe. Foram localizados em jornais do período em estudo 83 publicações, entre anúncios e chamamentos de professoras que ensinavam em casa, quantitativo que não representa o universo de professoras domiciliares, pois muitas delas nem sequer utilizavam os jornais como meio de divulgação dos seus trabalhos. Este elevado número demonstrou as necessidades e as conveniências de que providências fossem tomadas no sentido de que houvesse um projeto educacional para atender àquele contingente populacional, em sua maioria analfabeta.

Mesmo com o cruzamento das diversas fontes foi impossível quantificar numericamente a população que era escolarizada nas casas das professoras e quantas delas disponibilizavam este trabalho em suas casas. Porém, a cada conversa com os depoentes ficava evidente que houve um sobejamento deste tipo de estratégia de educação; que não importava se o ingresso era tardio ou na idade “certa”, se eram mistas ou separadas para meninos e meninas, mas que o fundamental era alimentar e realimentar o ensinar e o aprender.

Socialmente, em alguns casos também representava a consolidação de dois componentes: uma oportunidade para os filhos de fazendeiros e comerciantes, que possuíam condição e pagavam à professora. O outro componente se caracterizava quando a professora era a filha de comerciantes ou fazendeiros e concedia ao filho de empregados dos seus pais a oportunidade de estudar sem o pagamento. Esse caso possibilitava pontos de contato e aproximação entre crianças de classes sociais distintas. As informações veiculadas pela circulação dos jornais locais também não revelam nenhum tipo de insatisfação, agitação ou desejo de mudança nesta sincronia – mistura de crianças de classes sociais diferentes.

A ideia prevalecente é que bastaria garantir o suprimento da insuficiência escolar e minimizar os elevados índices de analfabetismos tão divulgados com o advento da República. Desde este período, os discursos referentes à educação já causavam verdadeiro frenesi no meio da intelectualidade brasileira, e a aprendizagem era considerada como o único caminho para a verdadeira formação do homem, que seria responsável pelo progresso da nação.

Mesmo não se tratando de um trabalho de história cultural, para melhor compreender o cenário foi importante dialogar com Justino de Magalhães (1996) quando afirma que todo e

qualquer processo de escolarização resgata os movimentos que envolvem os sujeitos a partir de uma realidade complexa e multidimensional. Essa perspectiva do autor foi reveladora de que era necessário resgatar o itinerário legislativo, focalizando a força legal para a constituição dessa estratégia de educação na casa das professoras.

Nesse sentido, além da tradição histórica desde a Reforma Pombalina na Colônia, no século XVIII, advinda com o sistema de aulas régias, implantado pelo Marquês de Pombal, o itinerário legislativo no Brasil, ao longo dos séculos, também reforça tais iniciativas de educação. Assim, a Constituição de 1824, no seu Art. 179, garantia “a inviolabilidade dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade”. Entre outros direitos cíveis e políticos, a Constituição cita a liberdade de expressão e de pensamento (inciso IV) e a liberdade de profissão (inciso XXIV). De acordo com Almeida,

[...] a Assembléia Constituinte adotou, em 20 de outubro de 1923, uma lei semelhante àquela que fora votada em 28 de junho de 1921, pelas Cortes Constituintes de Portugal. Em virtude dessa Lei, todo o cidadão poderia abrir uma escola elementar sem obrigação de exame, sem licença ou autorização. (1989, p. 57):

A partir daí se delineia claramente, com base legal no ordenamento jurídico, o jogo de posições no qual o interesse privado se confundia ou se avultava sobre o interesse público, tendo como interesse maior possibilitar o acesso à educação em qualquer condição. Assim:

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década de 1920, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político- sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos diversos níveis e tipos. (NAGLE, 1974, p.101)

Como Nagle acaba de assinalar, e ao sabor das circunstâncias no Recôncavo Fumageiro para tematizar a organização da aprendizagem nas casas de professoras, é necessário lembrar, também, do impacto da Lei nº 1.846 que foi publicada em 14 de agosto de 1925, reformando a Instrução Pública no Estado da Bahia.

Mesmo pensando que o ordenamento jurídico foi apresentado com a intenção de minimizar os muitos problemas do ensino baiano, essa Reforma – também conhecida como Reforma Anísio Teixeira –, gerou muita polêmica e variadas interpretações. Assim, ao deliberar que o Ensino Primário deveria ser mantido pelo Estado e seus municípios e que poderia ser organizado em três modalidades de escola (as isoladas, as reunidas e as dos grupos escolares) reforçou a ideia de que as escolas isoladas poderiam funcionar nas casas das professoras. Nestes termos, essa modalidade passou também a ter mais visibilidade como

estabelecimento de ensino. Predominantemente, as escolas isoladas se multiplicaram a partir da década de 1930, pelo menos considerando o índice de chamamentos e manchetes dos jornais analisados. Mas, em todo o resto do Estado, as escolas isoladas sempre foram alvo de diversas críticas, acusadas de não corresponder ao ideário educacional tão pleiteado pela República. Geralmente eram apontadas por funcionar em condições inadequadas. Porém, assevera a grande confusão conceitual, pois de acordo com o ordenamento jurídico deveriam ser mantidas pelo Estado ou seus municípios e, no caso do Recôncavo, eram mantidas financeiramente pelos pais ou responsáveis pelas crianças e, didaticamente, pelas professoras, sem maiores orientações ou direcionamentos pedagógicos.

É importante também ressaltar o emaranhado e o cruzamento das diversas condições culturais, econômicas e sociais juntamente com as influências do grupo familiar que impulsionaram as professoras a iniciarem o trabalho de ensinar na própria casa. Ficou evidente, através dos jornais, que se tratava de um trabalho feminino de destaque, ou seja, tem suas origens históricas e ideológicas preservadas. A mulher não precisaria sair de casa, abdicar das atividades domésticas, tão apreciadas na época, e exercitaria um trabalho socialmente bem visto – “ser professora”. Portanto, pouco teve relações com a procedência da profissão dos pais, em geral, as professoras eram filhas de comerciantes de destaque, no caso da zona urbana; e proprietários de terra na zona rural, cujas mães em sua maioria eram apenas esposas, sem realizar nenhum tipo de atividade fora do lar.

Vale ressaltar aqui, que historicamente o trabalho da professora era visto como algo complementar às suas funções na família, a partir de um modelo de família patriarcal em que a mulher era responsável pela criação dos filhos e organização do lar, tudo isso somado à força do estereótipo da docilidade, à submissão e serenidade como atributos próprios de uma mulher e mãe que facilmente se tornaria uma professora. As fontes revelaram que estes eram os atributos principais para se tornar uma professora e ensinar em casa, no Recôncavo Fumageiro da Bahia. Além disso, para fortalecer ainda mais a aceitação social, a professora deveria pertencer a uma árvore genealógica apreciada na sociedade local, ou seja, ser integrante de uma família que gozasse de algum prestígio, influência ou poder. Trata-se de uma conjuntura social e econômica específica da região que favoreceu o engajamento das mulheres a esta atividade laboral. Assim, o ordenamento jurídico, o estereótipo de gênero e a necessidade de ocupar a lacuna deixada pelo poder público compõem a força que foi capaz de alavancar um número bastante significativo de mulheres para se tornarem professoras.

Nesse movimento de conformação, as fontes revelaram que a condição de trabalho das professoras estava todo tempo subordinada à sua condição de mulher, executando os

diferentes papéis dentro da família, sempre ocupando a posição de filha ou de mãe, ao mesmo tempo que exercia uma atividade como professora em sua própria casa. Além de compatibilizar horários entre os trabalhos domésticos e os do ensino, havia uma grande aproximação entre as atividades do magistério com as tarefas exigidas na função de mãe, de cuidar de criança, visto que tais “habilidades” são tradicionalmente ditas femininas. Portanto ficou esclarecido o porquê da presença massiva das mulheres neste exercício laboral.

Não parece restar dúvida, conforme Lopes (1991), que historicamente foram reproduzidas as condições para justificar e reforçar a permanência das mulheres na educação primária, mesmo realizando trabalho em suas casas, era algo que visibilizava como de muita importância no período. Essa construção realizava-se buscando destacar a estreita relação entre escola e família numa mistura que interessava a sociedade da época entre as funções sociais da professora e de mãe.

Além destas razões amplamente conhecidas para a predominância feminina no ensino nas casas, os jornais locais também faziam referência exclusivamente positiva às professoras, destacando-as como a principal forma de educar as crianças pobres naquele momento. A reportagem não ressalta os atributos apenas profissionais, mas faz exaltação dos “predicados morais”, sendo, portanto, um exemplo para as crianças. Creio que a chamada publicada no Jornal, *O Correio de São Félix*, trazida na íntegra, melhor esclarece tal exaltação:

Professora Maria Jardelina avisa aos interessados das suas aulas. A professora que além de ter boa cultura e incontestável aptidão profissional, muito se distingue, e muito se impõe à estima social, pelos excelentes predicados morais, evidenciados no seu distinto convívio, neste meio, há mais de trinta anos, como dedicada educadora da infância. Como mestra, como cidadã ocupa lugar de realce, no seio da nata social desta boa terra, onde vive, serenamente, de seu trabalho honesto, edificante, cultivando o civismo e almejando as grandezas do progresso. (O CORREIO de SÃO FÉLIX, s/n, 10 de junho de 1933)

Além da força exercida pelos atributos declarados nos jornais, todos os debates e iniciativas que foram alimentados durante este período serviram de combustível para fortalecer as iniciativas da educação privada realizada nas casas das professoras. Assim, esse tipo de educação ganhou visibilidade e importância na imprensa local e, de acordo com as fontes analisadas, não deixa dúvidas de que esta educação privada ocorreria com condições materiais de carências, semelhantes às condições materiais que dispunha a escola descrita no capítulo anterior.

A constituição desta cultura escolar, produzida por professoras que ensinavam em casa, começou como uma iniciativa para complementar as ações governamentais; ou seja,

lado a lado com escolas públicas, as professoras estavam ali ofertando seus préstimos profissionais, mas esses números foram se multiplicando e se tornando predominante. O que as fontes não revelaram foi se o crescimento do número de professoras ocorreu na medida em que houve aumento da demanda por educação ou se foram as iniciativas privadas, com várias opções de professoras realizando trabalho em casa, que alertaram a sociedade e os pais para a necessidade de matricular seus filhos.

Fato é que os anúncios veiculados pela mídia todas às vezes realçam atributos das professoras, em alguns casos, dando indicativo da família a qual pertencia, sempre exaltando a origem familiar, geralmente abastada e bem conceituada na sociedade, além de atributos ligados à docilidade tipicamente feminina, conforme manchetes transcritas a seguir:

Curso Particular

A professora Maria de Lourdes Carneiro Lopes, de Cachoeira, avisa aos Srs. Pais de família, que em sua residência à rua senador Temistócles, 15, nesta cidade, estará aberto um curso para alunos, tendo início a 1º de março vindouro. Pertencente à nobre família, de notável prestígio, a honrada senhorita tem espírito sereno e esforço indeclinável na educação da infância em direção a civilidade, o respeito e o amor à Pátria. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, s/n, 08 de agosto de 1933)

Em geral, as manchetes apresentam palavras sedutoras contagiando os leitores com a ideia de uma professora como segunda mãe, capaz de prover uma orientação perfeita para a vida citadina e o progresso da nação. Os anúncios deixavam implícito para os pais a imagem de que as crianças estariam diante de valores morais e bons costumes de uma professora amorosa e dócil. Como se o escopo da atividade laboral fosse o amor e o bem estar das crianças, como bem revela a transcrição a seguir:

Em Cruz das Almas, à rua 29, a professora Antonieta de Barros e Silva, filha de renomada família, acaba de comunicar aos pais e tutores dos infantes que a partir de 1º de março vindouro estará ministrando as melhores aulas em sua casa. A sala foi instalada como nos nobres estabelecimentos educacionais. Será ministrado um curso de ensino primário de melhor severidade. O curso será mantido das 2h45 às 17 horas. A nobre professora garante a seu filho proteção e amor sendo digno de sua confiança em virtude da proficiência do seu reconhecido trabalho. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, s/n, 20 de julho de 1938)

Nesse anúncio há uma ênfase no espaço físico ao afirmar que a sala foi instalada como nos nobres estabelecimentos educacionais; este elemento é um atrativo se considerarmos a situação do ensino nos estabelecimentos em geral. Além disso promete proteção e amor digno da confiança dos pais, reforçando a ideia da professora com a extensão dos atributos

domésticos. O horário também é digno de nota, pois podemos inferir que trata-se de um horário alternativo com uma certa flexibilidade, visto que tem início às 14h45 até às 17 horas.

Nesse mesmo sentido, porém em jornal diferente, a manchete a seguir se torna muito significativa e esclarecedora porque além de elementos comuns à anterior, ainda coloca como elemento diferenciador a negociação no preço da atividade laboral a ser desenvolvida. Baseando-se nisso, é possível deduzir que havia até certa concorrência entre as professoras para atrair o maior número de alunos. O apelo se estende aos atributos pessoais, inclusive a beleza física era ressaltada. O que nos parece de grande obviedade, e que não pode passar despercebido, é a limitação para o entendimento de que estes atributos pessoais em nada contribuiriam para a aprendizagem das crianças. Para melhor compreensão, vejamos como ressalta a manchete:

Em Cachoeira a professora Ester Mangabeira Pontes, filha de cidadão de destaque, da cidade de Maragogipe, vem anunciar que se encontram abertas as matrículas para o curso de primeiras letras em sua casa, situada na rua principal e bem localizada. Com garantia de bons serviços e preços a combinar. Destacável, bonita e generosa professora aguarda seus votos de confiança. (JORNAL A DEFESA, s/n; s/d de 1932)

Em todos estes casos apresentados, a ideia da escola como extensão do lar e lugar de aprendizagem, por vezes, tinha uma localização que favorecia a frequência das crianças, sem exigir que houvesse grandes deslocamentos. Por conta disso, ensinar em casa implicou atender às variadas necessidades da comunidade local à medida que a demanda crescia e, com o passar do tempo, muitas salas de aula nas casas das professoras se transformaram em escolas, sendo regularizadas oficialmente pelo Estado ou pelos municípios. Um exemplo é a sala de aula da professora D. Maria Moitinho Barbosa, localizada no Gravatá de Baixo, zona rural do município de Muritiba. A depoente, que não tem formação em nível médio, e muito menos em curso de magistério, explicou que, inicialmente, em 1945, utilizava uma sala em sua casa, e os pais das crianças eram os responsáveis pelo pagamento. Com o passar dos anos, em 1949, o prefeito local passou a se responsabilizar pelo pagamento do seu salário, em troca da utilização do espaço da casa como sala de aula; conseqüentemente os pais das crianças não precisaram mais pagar mensalmente pelo serviço ofertado. Porém, as condições de trabalho e a prática de ensino permaneceram inalteradas. Afirma que nunca recebeu nenhum tipo de orientação didático-pedagógica, nenhum tipo de material de trabalho ou qualquer mobiliário. Portanto, em se tratando da falta de condições materiais, puseram, muitas vezes, impedimentos sérios à garantia da aprendizagem.

Cumpramos ressaltar que o estabelecimento dessa mudança de sala de aula privada, e em

casa, para sala de aula isolada pública, mas em casa; ocorreu diante da demanda e de alguma movimentação social de pais e lideranças políticas que se reuniram em torno da necessidade e reivindicaram uma escola naquele local, onde antes a única iniciativa era a sala da D. Marininha, como era carinhosamente conhecida a professora D. Maria Moitinho Barbosa. No entanto, mesmo denotando a importância atribuída à visibilidade no esforço de produzir um novo espaço escolar, conforme já assinalado, nada credenciou tal espaço como local de melhor ou maior aprendizagem por conta da falta de atendimento material e pedagógico. Nestes termos, mais uma vez faltou a assistência pública local para ampliar e garantir a oferta do ensino de qualidade.

Além da situação descrita acima, as fontes revelaram que em geral, a transição de sala de aula, em casa, para a constituição histórica da instituição escolar, também ocorria através do aluguel da sala da casa da professora, pelo poder público. Daí, a professora, que geralmente pertencia a uma família que desfrutava de algum apadrinhamento político e prestígio social, passava também a receber seu salário através do poder público municipal local. Por vezes, em seguida recebeu nova sala, e até foi removida para prédios com maior número de salas⁴³. Diante dessa possibilidade, para a professora que ensinava em casa, construir e manter uma imagem de prestígio social e profissional – diante da população – tinha grande significado porque a partir de uma trajetória construída poderia se tornar uma professora de uma instituição escolar que fosse criada de acordo com as reivindicações e demandas do local. Nesse sentido, em diálogo com análise semelhante à de Saviani (2007), observa-se no Recôncavo a importância das pressões sociais para o nascimento e a constituição da instituição escolar. Isso, todavia, não é uma peculiaridade local, ademais:

Além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. (SAVIANI, 2007, p. 5)

A escola, portanto, nasce da necessidade de sistematização e organização de diversos grupos sociais, políticos e culturais, e o próprio conceito de instituição discutido pelo autor

⁴³ No período em estudo, de 1925 a 1946, as fontes (Relatórios de Inspeção, os jornais e os depoimentos) revelaram que no Recôncavo Fumageiro, a maioria das escolas funcionavam em casas alugadas. Todos os espaços da casa eram utilizados como salas de aula. Casas antigas, com pouca ventilação, sem luminosidade, com péssimas condições de higiene, pois em alguns casos não havia nem banheiro para ser utilizado pelas crianças.

reforça que a aprendizagem das crianças nas casas das professoras também se engendra em rotinas e cotidiano definindo um tempo histórico. Ensinar e aprender em casas de professoras além de representar uma estratégia de educação importante para ocupar as lacunas deixadas pelo poder público, em alguns casos também representou uma mola propulsora para a constituição histórica de diversas instituições escolares naquele lugar no período em estudo.

6.1.1 Práticas escolares e condições materiais nas casas das professoras

A cessão do espaço, pelo proprietário da terra, em geral ao lado da casa, como local para funcionamento da escola, envolvia também a aprendizagem dos filhos dos lavradores que ali prestavam seus serviços. As crianças dispunham de um turno livre para frequentar as aulas geralmente ministradas pela filha do patrão. Assim, a instrução fazia parte da rotina de apenas parcela do tempo das crianças.

Diante de tais evidências e mesmo ocorrendo no mesmo formato, ou seja, em casa de professoras, cabe ratificar que é impossível afirmar que ocorria de forma idêntica em todas as casas. As fontes revelaram que dada a peculiaridade do tipo de instrução, a aprendizagem na aula se resumia a arte de ler, escrever, dominar os principais fundamentos da tabuada para aprender a contar; domínio de algumas normas gramaticais; obedecer os fundamentos morais e religiosos; e introdução ao estudos sociais e ciências. Além destes saberes rudimentares, as aulas tinham o foco nos símbolos da Pátria, os quais representavam elementos primordiais de formação. Os hinos cívicos, por exemplo, considerando sua maior ou menor extensão, eram ensinados e memorizados por estrofes, assegurando sua completa memorização.

Esse registro é importante porque sinaliza, embora em tempos cronológicos tão distantes, a presença e as ideias de organização de uma cultura escolar ainda muito próximo do que estava pautada nos ideais propostos desde a Lei de 15 de Outubro de 1827, a qual determina a criação das Escolas das Primeiras Letras. Esta Lei que se desdobra em 17 artigos, estabelece a criação de Escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas, e lugares mais populosos. Aqui é importante salientar o teor do artigo 6º ao preconizar o tipo de conteúdos que deveriam ser ensinados:

Ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e doutrina da religião católica e apostólica romana e o amor e respeito à pátria. (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 24)

Imaginando que estes eram os princípios para os idos de 1827, período pós independência do Brasil, e em sintonia com o espírito de modernidade que se consolidava na

época, a casa das professoras conservava a tradição, estendendo-se os princípios religiosos e patrióticos.

Mesmo com a manutenção da ordem historicamente instituída pela escravidão, a escola das professoras que ensinam em casa contribuiu para dar forma ao povo do Recôncavo numa modelagem fortemente civilizatória, principalmente no que tange aos aspectos morais e cívicos. Isso, porque, nas casas das professoras eram trabalhados os valores pátrios e os símbolos cívicos através da comemoração em festas cívicas e cotidianamente no espaço de aprendizagem. A discussão do civismo desde o século XIX estava colocada devido à chegada dos imigrantes, o que condicionava o reforço do patriotismo.

Os conteúdos pátrios como hinos e símbolos patrióticos, ou melhor, conteúdos civilizatórios impregnados de valores e sentimentos nacionalistas, tiveram na escola primária (em casa) mais um vetor de reforço da identidade nacional, fortalecendo o sentimento patriótico.

Mesmo considerando que pudesse haver situações diferenciadas entre as casas urbanas e as rurais, isso parece que não chegava a marcar grandes discrepâncias. Os relatos revelaram que na zona urbana, a utilização de uma sala na casa da professora passava a fazer parte da rotina familiar. Em geral, a família da mestra vivia em casas grandes, com vários cômodos, quintal, varanda ao redor de toda a casa e, quase sempre, com área para brincadeiras.

A rotina na sala de aula supunha regras predeterminadas, e todos eram tratados sob uma rigorosa disciplina, submetidos ao domínio absoluto do verbalismo de uma voz firme, baixa e inalterada para todas as circunstâncias. Na sala, os alunos ficavam dispostos ao redor de uma mesa grande, sentados em bancos, quase sempre, de madeira rústica e pesada, nada confortáveis, sem nenhuma condição de mobilidade. A professora ficava sentada em uma das extremidades, na cabeceira da mesa, de onde tinha uma visão geral de toda a sala. Entre uma explicação e outra, ela levantava e realizava uma espécie de supervisão aos escritos de cada aluno para ter a certeza do cumprimento das tarefas, examinando tanto o aproveitamento quanto o comportamento. Durante muitas décadas, tudo se manteve invariavelmente igual e, sem dúvida, como afirma Manacorda, quando se refere à educação nos primeiros anos da República:

Com exceção da voz baixinha os procedimentos didáticos tradicionais permanecem intocados. Nada ou quase nada mudou. O ensino é igualmente mecânico e a orientação é realizada no sentido do comportamento da criança. O que vale aqui é a possibilidade de instruir muitas pessoas ao mesmo tempo e a um baixo custo.

(MANACORDA, 1989, p. 260)

Nas fontes escritas pesquisadas, em nenhum momento foram localizados elogios quanto ao tratamento dispensado aos alunos. Diferente disto, nas fontes orais, as depoentes enalteciam a figura de suas professoras, afirmaram a importância da disciplina e do rigor para a aquisição da aprendizagem. Nos depoimentos, ressaltaram o valor da obediência, o exemplo de respeito às pessoas e aos colegas, transmitidos pelas professoras.

Num cenário de carências e ausências de materiais didáticos, as casas de professoras que ensinavam na zona rural, a presença de um espaço livre, uma espécie de quintal com um pomar variado, parece que fazia com que a frequência escolar fosse muito atrativa. Nesse caso, o espaço é ressaltado como uma condição relevante, conforme depoimento:

Na casa da professora Glorinha, o piso era de chão batido, a gente ajudava a limpar quando chegava. A gente ia jogando água e outro colega passando a vassoura de palha. Mas era pouca água pra não virar lama. Tinha uma escadaria logo na chegada da casa. A gente chegava, limpava a sala e ia pro quintal até começar a aula. No quintal era muito bom pra brincar. No quintal tinha muita fruta. Tinha gobiraba, abacate, cana, laranja, araçá e banana. No tempo de manga, ela deixava a gente levar pra casa as bacias cheias de manga. A gente brincava muito antes de começar a aula.
(INFORMAÇÃO VERBAL- DEPOIMENTO⁴⁴)

Os estudos em geral ocorriam em condições de carências materiais e inadequação física do ambiente com as salas sem ventilação e luminosidade, o que dificultava, depois das quatro horas da tarde, visualizar qualquer informação nos cadernos. Na maioria dos casos não havia quadro negro, os assentos sem recosto impedia a manutenção da boa postura e do conforto. Apesar dessas condições de ausências e carências no imaginário e descrição da depoente, foi reavivada uma memória de alegria e bem estar ao frequentar o cenário de aprendizagem na casa da professora Glorinha.

⁴⁴ Depoimento de D. Caboclinha Maria de Jesus, 87 anos, em entrevista realizada em 16/09/2014.

Figura 27 – Quintal da casa da professora Glorinha



Fonte: Acervo pessoal de D. Caboclinha.

A fotografia demonstra crianças de várias idades e tamanhos diferentes, é uma fotografia que revela heterogeneidade. Não havia a presença de nenhum tipo de uniforme escolar, mas é visível a cultura da época e o modelo de vestimenta em que as meninas aparecem sempre de saia ou vestido, e os meninos de calção⁴⁵ ou bermudas. As árvores ao fundo são ilustrativas de uma área privilegiada com plantas, ar livre e o pomar descrito pela

⁴⁵ Calção era o nome que recebia uma espécie de bermuda, situada geralmente acima do joelho e utilizada por crianças do sexo masculino. A confecção dos calções era feita em casa pelas próprias mães com um tecido de algodão grosso. Esse tecido era resultante de sacos que armazenava açúcar ou farinha de trigo. Os sacos eram comprados nos armazéns, lavados e utilizados para a confecção de roupas em geral.

depoente. A professora, no entanto, aparece com uma saia situada abaixo do joelho, uma blusa com manga longa demonstrando proteção para não haver exposição das partes do corpo.

A depoente descreveu também como condições favoráveis ao êxito escolar, o fato de a professora dizer que gostava de crianças e de ensinar. Logo, a educadora ultrapassava os limites das letras e dos números e ensinava também variados pontos de costura como: pontos de cruz, bordados de macramê, crochê e tricô os quais a depoente afirma nunca ter esquecido, muito pelo contrário, diz que aprimorou, chegando a bordar para seu uso pessoal na vida adulta. Nesse sentido, o cenário de aprendizagem mantinha viva a ideia de preparar para “ser feminina e, portanto, ter domínios das tarefas ditas feminina; mais ainda, na casa das professoras não se aprendia apenas ler, escrever e contar, o conhecimento também cedia espaço para a aprendizagem da herança cultural da professora num entrelaçamento entre ser professora-mulher-feminina.

Como parte do entrelaçamento de relações, quase familiares entre alunos e professores, também fazia parte do cotidiano de aprendizagem os castigos físicos, o que não causava estranheza numa população que já trazia em seu imaginário os resquícios da tradição escravocrata minada por uma lógica embrutecida, sobretudo com uma carga de informação que sempre foi atribuída à subalternidade. Nesses termos, e coadunando com os depoimentos dos alunos a seguir, nenhum capricho dos alunos era relevado no ambiente escolar, o domínio da arte de punir foi também um aspecto a ser destacado neste tipo de educação.

A professora tinha o consentimento dos pais para agir com severidade, numa espécie de vinculação privada às tradições familiares e convicções arraigadas pela tradição escravista do local, como uma espécie de único caminho para desenvolver o sentido da responsabilidade sobre a perfeição no cumprimento das tarefas escolares e, sobretudo, para aguçar o sentido de preparar para a vida. Como a utilização de punições corporais era feita com a permissão dos pais, estes também não se deixavam comover pelas crianças, conforme depoimento a seguir:

Eu fiquei de castigo muitas vezes, porque ia pegando picula⁴⁶ com os meninos pelo caminho e quando chagava na casa da professora ela já tinha terminado a reza. Chegava suada, fedendo a macaco, aí ela brigava e eu levantava a cabeça e aí ela vinha, me puxava pelo braço e pela orelha. [...]. Mas lá em casa, mamãe nunca achou ruim, porque era assim que a gente aprendia a ser gente, e na verdade eu nem contava porque mamãe ia me castigar de novo [risos] ia me bater outra vez porque se ela pagava a professora, eu tinha que obedecer pra aprender. E se a gente não chorava quando ela puxava a orelha, ela continuava puxando. [...], chorava e muito,

⁴⁶ Picula é uma brincadeira típica que consiste em marcar pontos de chegada, e ganha quem correr mais rápido, quem chegar primeiro. Daí, um caminho curto pode ser transformado num caminho longo, pois a brincadeira consiste em muitas idas e vindas.

melava o dever de choro [...], mas passava uns dias, esquecia e chegava tarde de novo. [...]. E ela fazia não era só comigo, era com todo mundo que fizesse coisa errada, viu? Professora Tidinha era danada, mas a gente aprendia um bocado. Acho que nesse tempo eu tinha uns 10 anos. [...]. Hoje em dia que os meninos faz desordem na escola, coitada das professoras!!

(INFORMAÇÃO VERBAL- DEPOIMENTO⁴⁷)

Embora este depoimento seja desconcertante é também revelador, pois evidencia os limites da tolerância e a resistência da criança perante as punições da professora. Reações como levantar a cabeça, depois o choro, o sujar o dever de lágrimas são elementos de um tipo de reação diante da correção corporal em que a força física da professora adulta era predominante. Nesse sentido, a regra desse jogo era o autoritarismo, ou melhor, o medo imposto pela força física e não a autoridade pelo conhecimento, hoje tão debatido entre os teóricos da educação.

Esse depoimento, além de demonstrar aspectos da vida escolar, aponta para aspectos da vida cotidiana das crianças, quando revela que omitia da mãe que foi castigada na escola, para não ser castigada outra vez. Isso expressa que a correção corporal não era um monopólio da escola, muito mais que isso, tinha um sentido privado também explorado pela família. Logo, pancadas, violência física não eram motivos de estranhamento ou delito na criação dos filhos. A naturalização da pancada tanto na intimidade dos lares quanto nos bancos das escolas representa uma relação indissociável com a ação educativa. Assim, a lógica dessas trajetórias disciplinares em casa e na escola é mais um dos fios condutores na tematização da educação da infância no Recôncavo Fumageiro, evidenciando que a educação realizada mantinha viva a tradição do período imperial cujos elementos colocados em ação estão interligados aos apontamentos das experiências da sociedade escravista. É uma espécie de reprodução de continuidade da obediência sem buscar uma mobilidade no status familiar da criança pobre e geralmente negra; e, mais ainda, é a permanência da condição que foi historicamente construída por mais de três séculos de escravidão porque o espaço de educação, nos seus dois rostos (familiar e escolar), é, antes de tudo, o da relação do mundo dos adultos com esse tipo de ser muito particular que a criança é. Por isso, uma boa parte das questões levantadas pela educação liga-se às transformações que se produziram da representação deste tipo de ser à medida que as sociedades se tornaram democráticas e que se basearam, (tal como as sociedades antigas) nos valores da tradição e da hierarquia, e não da liberdade e da igualdade. (RENAUT, 2002, p. 14).

Portanto, não diferente da educação realizada em prédios escolares. A educação

⁴⁷ Dona Nair Souza Lima, Charuteira, 90 anos. Entrevista realizada em 20/02/ 2012, Cruz das Almas.

realizada nas casas de professoras também se encarregava de manter a ordem, historicamente instituída. Logo, aos que tinham acesso era a uma educação que ratificava uma história que tantas vezes foi escrita sob as cores da repressão e da exclusão. Fornecendo um indício dessa tensão, mantendo e reforçando a condição de submissão como uma forma de controlar as influências sociais e diminuir o impacto da não educação escolar, mas encaminhar e, talvez até, garantir que a criança se tornaria tradicionalmente mais uma parcela da mão de obra no processo produtivo de um país que estava no movimento da industrialização. Por outro lado, durante a realização da entrevista com Dona Caboclinha, foi feita uma alusão contundente às dificuldades financeiras enfrentadas pela família. Mas que mesmo assim o pagamento da professora fazia parte do orçamento familiar. Reforçou que no seu dia a dia na infância só possuía “dois tempos”: uma parte do dia era utilizado para frequentar as aulas, e a outra parte era utilizada “na tábua de charutos”, ou seja, realizava as tarefas fumageiras para ajudar sua mãe no cumprimento do trabalho e, conseqüentemente, no orçamento familiar.

Esclareceu também que logo que aprendeu “escrever o nome e outras poucas coisas” seu pai a retirou da escola para que não escrevesse carta para namorado, e fez com que ela ampliasse o tempo dedicado ao trabalho com as atividades fumageiras. Poderíamos nos remeter a um sem-número de observações feitas por D. Caboclina sobre a importância do trabalho fumageiro para o equilíbrio do orçamento familiar. Nesse sentido, mesmo durante a infância tendo aprendido bordar e costurar com sua professora, na vida adulta, se tornou também charuteira como sua mãe. Esta trajetória profissional era sempre semelhante no Recôncavo. D. Caboclinha começou como funcionária inicialmente em armazéns de fumo com o trabalho informal e, logo em seguida, com o domínio das funções de charuteira, foi contratada pela indústria de charutos Dannemann. Assim, pensando com Bourdieu (1989), observa-se no cenário em apreço a interiorização e naturalização das condições objetivas. Como ressalta o autor,

As condições objetivas de um determinado segmento social têm a força de orientar escolhas e atitudes frente à escolarização e profissão, pois as expectativas e possibilidades de ascensão social através da escola obedecem a probabilidades estatísticas já incorporadas, de acordo com o grupo a que as pessoas pertencem. Ocorre assim uma interiorização das condições objetivas que tomam novo aspecto ao serem incorporadas, levando as pessoas a crerem numa naturalização e numa escolha, independente da situação objetiva em que se operam tais escolhas. (1989, p.8)

Nesse sentido, no período em estudo, ser charuteira seria quase inevitável. Para as meninas, já fazia parte das condições objetivas da família e do planejamento orçamentário. Era como se fosse o único desejo da família: assistir o progresso profissional de uma filha

dentro da fábrica de charuto. As meninas vivenciavam as várias etapas no trabalho fumageiro desde a ajuda no beneficiamento do fumo, feito em casa, passando pelo trabalho nos mais distintos armazéns, também de beneficiamento e comercialização do fumo, até ser finalmente contratada numa indústria de charutos do Recôncavo. Era uma espécie de reconhecimento pela qualidade do trabalho realizado, desde muito cedo, ser contratada com registro funcional e ter seus direitos trabalhistas assegurados. Vale ressaltar que a apropriação destas condições ocorre em condições dinâmicas, sem uma idade determinada, mas seguindo as probabilidades concretas existentes. Essas condições concretas envolvem desde um maior ou menor domínio da tarefa a ser executada, agilidade e perfeição nesta execução, e até um maior conhecimento com os mestres dentro das fábricas de charutos.

Essa dissociação entre continuidade nos estudos e experiência no trabalho nas fábricas fumageiras era um elemento marcante, mesmo considerando as difíceis condições de trabalho da espinhosa tarefa de ser charuteira. Numa quase unanimidade, os estudos nas casas das professoras eram interrompidos depois do aprendizado de conhecimentos básicos. O precário funcionamento do ensino na casa de professoras não fazia parte da pauta da imprensa local; os problemas com a estrutura física, a falta de formação pedagógica e a ausência de recursos didáticos não eram discutidos ou mencionados como elementos que contribuíssem para a interrupção dos estudos das crianças e jovens da localidade.

Na pesquisa realizada, foi encontrada, numa única edição do jornal local, uma nota com letras pequenas que não exaltava o trabalho de professoras que ensinavam em suas casas. Porém, culpabiliza as famílias apontando-as como responsáveis por mandar seus filhos para o trabalho logo que aprendiam as primeiras letras, como se fosse uma tentativa de encontrar explicações para o pouco entusiasmo das crianças e de seus familiares em dar seguimento aos estudos. Na íntegra, a nota diz:

Tudo o que se fizer para o alargamento de espera da Instrução popular é digno de aplausos e merece ser bem acolhido. Pensamos, porém, que estas escolas nas casas das professoras, porque fogem à acção da obrigatoriedade, e ainda porque, parece-nos a nós, são cursos sem encadeamento com o curso propriamente primário, darão menos resultados que as escolas complementares. Certamente não terão a freqüência desejável, até porque os pais, no interior do Estado, logo que seus filhos aprendem as primeiras letras, mandam-nos, geralmente às profissões e aos empregos. O melhor e mais claro é que não se deve aventurar tal experiência, tendo-se de ante-mão a certeza de um resultado negativo.
(O CORREIO DE SÃO FÉLIX, nº 67, ANO IX, de 02 de agosto de 1942)

Fatores externos como esses colocam em evidencia a ruptura ou a não continuidade da trajetória escolar das crianças. E mais do que isto, mostra uma visão que desresponsabiliza os

poderes públicos e não problematiza as condições materiais objetivas das famílias, como bem chama a atenção Bourdieu anteriormente. Isso porque, para os pais, o trabalho dos filhos representava o lugar mais importante e imediato a ser alcançado, não apenas por uma escolha, mas em razão das próprias condições de sobrevivência. Mesmo que os poderes da educação já fossem partes integrantes da centralidade do discurso político, como meio para alcançar o desenvolvimento e a consolidação da República, no Recôncavo, tardiamente – em meados da década de 1940, como é o caso da nota do jornal em discussão –, a educação ainda ocorre de forma precária faltando iniciativas e políticas locais capazes de ampliar os anos de escolaridade da população. Sobre essa questão, sua gênese e importância, vale destacar que representou naquele momento histórico uma forma de educar e instruir a maioria das crianças das camadas mais pobres.

De uma maneira geral, ensinar em casa foi uma estratégia de educação que impulsionou um movimento em direção à instrução e ao mercado produtivo. Portanto, mesmo que neste trabalho a casa das professoras não seja considerada como uma instituição escolar, é importante considerar as contribuições metodológicas de Justino de Magalhães quando se refere ao estudo das instituições educativas. Em seu estudo, embora priorize o detalhamento dos fatores internos das instituições, para melhor detalhar seu retrato, ele coloca em destaque os fatores externos à instituição para que o retrato da sociedade explique melhor as rupturas e as mudanças. Assim, metodologicamente ele defende que é necessária uma visão mais geral da sociedade para entender o processo internamente e para isso,

[...] é necessário um olhar externo e externável, uma abordagem que se obtém através de quadros comparativos, através de estratégias simuladas de avaliação, através da imprensa regional e local, dando voz aos que se pronunciam de forma favorável e aos mais críticos, estabelecendo e comparando quadros analíticos, diferenciados no tempo, no espaço e nas suas marcas sócio-culturais. Uma problemática relacional pluridimensional e complexa, que se desenvolve na complementaridade e na diferenciação espaço-temporal. (MAGALHÃES, 1999, p. 72)

Considerando esta contribuição metodológica, evita-se a condição maniqueísta de uma visão genérica de que a trajetória escolar era interrompida apenas por causa das péssimas condições materiais das casas das professoras, por os alunos serem vitimados por excessivos castigos, ou ainda atribuir um peso aos aspectos pedagógicos e às ausências deles. Mas é preciso compreender o peso dos determinantes históricos e econômicos. Logo, para explicar aspectos do cotidiano, as tradições e as vivências da prática educacional na casa das professoras, é preciso ressaltar os determinantes sócio-históricos do período

estudado, numa sociedade em pleno fervor do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) em que o trabalho era elemento primordial para o progresso da nação. Nesse sentido, descrever o cenário particular da educação é explicar suas relações com o contexto econômico e cultural.

6.1.2 O trabalho como atributo de honestidade

Desde o final do século XIX e mais ainda nos primeiros anos do século XX, com a abolição da escravatura e o advento da República – embora fosse crescente o discurso e o movimento em direção a instrução como única maneira de integrar o povo à nação e ao mercado de trabalho – as ações de implementação de escolas públicas não ocorriam com a mesma voracidade. O ordenamento jurídico nacional e as forças políticas pareciam coadunarem na mesma direção: de um lado, a importância da escola tinha lugar de destaque nos discursos políticos; e de outro, a orientação para o trabalho funcionava como uma espécie de controle dos pobres, em direção ao atributo da honestidade e ao progresso da nação.

Mesmo as crianças que estudaram com professoras que ensinavam em casa, vivenciavam muito fortemente a dimensão do trabalho como elemento integrante, essencial, da prática educativa. Assim, as aulas nas casas das professoras, além da instrução, buscavam despertar um amor ao trabalho, como também à aquisição de algumas habilidades profissionais e artesanais. Com o seguimento das aulas, para aprender ler, escrever e contar, as crianças do sexo feminino aprendiam as técnicas de corte e costura e culinária; e para os do sexo masculino, jardinagem e/ou alguma técnica agrícola.

Na sociedade local, era comum, no turno oposto, as crianças do sexo masculino serem colocadas pelos pais como ajudantes nas oficinas mecânicas, nos armazéns de molhados⁴⁸, nas oficinas de carpintaria, serralheria, alfaiataria, e marcenarias. Nesse sentido, para as crianças do sexo masculino havia uma variedade de possibilidades de aprender uma profissão, ou melhor, “aprender uma arte”, como diz o povo do Recôncavo até os dias atuais. Tais experiências faziam parte de um imaginário adulto da época como o caminho mais próximo para “transformar” a criança num adulto útil à sociedade e, desde cedo, aprendiam ofícios como os de ferreiro, serralheiro, padeiro, sapateiro, marceneiro, carpinteiro, pedreiro, alfaiate e mecânico.

Ao ouvir os depoentes, a maior curiosidade foi o caso dos aprendizes de mecânico nas

⁴⁸ Nome dado à loja pequena que comercializa todo tipo de mercadoria, inclusive pão. Os compradores geralmente, cada um, têm uma caderneta em que fica anotado seus débitos até o dia do pagamento, que geralmente ocorre no final de cada mês quando recebem seus salários.

oficinas. Isso porque os que dispunham de mais vivacidade logo evoluíam de aprendiz de mecânico para motorista, ou seja, nas oficinas, o mestre ordenava que o menino pudesse testar o automóvel e, desta prática, rapidamente se transformava em motoristas, o que condicionava a contratação em empresas de médio e grande porte. Embora diante dos limites que esta tese impõe, essa trajetória de formação de condutor de veículo chamou muita atenção durante a realização da pesquisa. Se tornar motorista foi o caminho mais comum entre crianças do sexo masculino que iniciaram como aprendiz nas oficinas mecânicas, conforme o quadro a seguir:

Quadro 6 – Motoristas que começaram como aprendizes de mecânico em oficinas

NÚMERO DE ALUNOS QUE COMEÇARAM COMO APRENDIZ DE MECÂNICO E PROFISSÕES QUE SEGUIRAM	
11/20	MOTORISTA
5/20	OUTRAS PROFISSÕES
4/20	MECÂNICO

Fonte: Depoimentos dos 20 homens.

Diante desses dados não é desprezível pensar nas influências dos desejos e motivações para que os aprendizes fizessem da oficina mecânica um caminho para se tornarem motoristas, vislumbrassem a possibilidade de trabalho e ganho de algum dinheiro e não continuasse a trajetória de escolarização. A instrução primária era considerada como uma necessidade para a construção da sociedade democrática que estava sendo edificada nas primeiras décadas da República e, principalmente por isso, a escola primária deveria ser prioridade. Era através dela que as crianças seriam encaminhadas aos princípios morais e do trabalho. Porém, no Recôncavo Fumageiro o processo de aprendizagem no interior das oficinas, padarias, mercenárias, entre outros estabelecimentos, representa um elemento dissociado em relação às práticas educativas desenvolvidas durante o processo de escolarização. Essa possibilidade de ingresso no mundo do trabalho desviava a atenção para a continuidade dos estudos.

Na verdade, embora este tipo de aprendizagem pudesse ser considerada como mais uma estratégia de educação ou, por outro lado, como um elemento a mais de aprendizagem que não fosse apenas uma inserção em uma efetiva cultura de ler, escrever e contar, aqui a escolarização não representava uma ameaça ao processo produtivo, mas o processo produtivo, dentro dos estabelecimentos, se constituía como um empecilho à continuidade da escolarização e nada era feito para resgatar os alunos e reinseri-los nas salas de aula. Petitat, na ocasião, se referindo ao processo de modernização da educação Europeia, no início do

século XVII até finais do século XVIII, afirma:

A iniciação à escrita das camadas mais desfavorecidas nada tem de um processo coercitivo. Se pensarmos sempre na escola elementar em termos de difusão da escrita, arriscamo-nos a deixar de lado uma de suas características essenciais. A alfabetização, tal como a entende a escola, é constantemente acompanhada por projetos anexos que chegam a colocar-se até mesmo em primeiro plano. Ensinar a ler e a escrever torna-se quase um pretexto para catequizar, para retirar as crianças da rua, para inculcar-lhes o respeito à ordem, hábitos de trabalho, etc. É verdade que estas eram as intenções. Não sabemos quais os resultados concretos. O que restou por fim? O alfabeto? Os princípios e costumes morais? É sempre verdadeiro que a escola elementar deseja ser um agente de educação moral, tanto quando ela sobrecarrega de valores sociais a receptividade à alfabetização, como quando se soma a uma educação familiar considerada insuficiente, tanto no plano da difusão da escrita quanto no plano da integração em uma ordem político-religiosa. (1994, p. 121)

O contexto da modernização da educação europeia e toda discussão produzida entre os pesquisadores sobre a educação das camadas populares não podem ser desprezados ao analisar o nosso contexto brasileiro no século XX porque a influência recebida foi muito contundente. Não se trata de transferir aqui as informações europeias para o contexto brasileiro, mas perceber que a educação que estava disponível aos mais pobres também tinha o objetivo de disciplinar a população, seja através das aulas seja através das experiências de trabalho.

6.2 EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS PARTICULARES: A ESTRATÉGIA DE POUCOS QUE PODIAM PAGAR

Ficou evidenciado no item anterior que, apesar das dificuldades e limitações, o trabalho das professoras que ensinavam em casa foi a estratégia de ensino mais importante para assegurar às crianças o acesso ao conhecimento no Recôncavo Fumageiro, de 1925 a 1946. Aquém das políticas educacionais, era imbuída de uma forma própria de organizar o ensino, de uma concepção de organização do espaço educativo e perdurou majoritariamente por vários anos. Mas a maior contribuição foi no sentido de despertar para a necessidade de ensinar e aprender, fortalecendo a construção e consolidação de outras culturas escolares em outros espaços de educação.

Dentre estes espaços, os estabelecimentos particulares também merecem destaque como representação de outra estratégia de aprender e ensinar que se constituiu como uma opção mais refinada, regulamentada legalmente e socialmente bem mais aceita do que a casa das professoras. Nas reportagens dos jornais locais as escolas particulares, como espaços de aprendizagem, se materializavam através de um espaço físico maior, prédio com mais

luminosidade, ventilação e mobiliário. Nos chamamentos dos jornais para as escolas particulares ficava evidente que se tratava de um diferente significado político e cultural que se pretendiam instaurar. Tais manchetes já davam uma ideia de uma educação com continuidade, dando visibilidade ao futuro e às novas possibilidades para as crianças, após o ensino das primeiras letras.

O chamamento do jornal, transcrito a seguir, propaga uma ideia de um estabelecimento educacional como o lugar próprio para aprendizagem, não faz referências a valores morais, domésticos ou atributos pessoais de professoras. Trata-se de uma escola estruturada com base em outras finalidades, reforçando a ideia de uma cultura escolar interligada com o mundo urbano e letrado. Até o título do chamamento transmuta-se na intenção de reforçar a ideia de um lugar próprio da educação escolarizada. Assim, quando usa a expressão “Seára da Instrução”, ou seja, a colheita da instrução, trata-se de uma demonstração clara de um espaço escolar autorizado para cumprir o objetivo principal que era a inserção do aluno no mundo escolarizado e de uma educação que fosse além do Ensino Primário, uma educação com continuidade. Para confirmação, segue a reportagem transcrita:

Na Seára da Instrução

Em cachoeira, à rua Dr. Seabra, nº 27, acaba de ser instalado, sob os melhores auspícios, mais um estabelecimento educacional, onde é ministrado um curso particular de ensino primário, de exame de admissão aos ginásios e de preparo para provas de concurso em qualquer repartição pública ou privada.

O corpo docente é constituído do Sr. Professor Salvador Passos, competente titular da Escola Profissional de Cachoeira e das professoras d. Edméia Passos e senhorinha Valda Gavaza.

O colégio em apreço, que mantêm ainda um internato com o fim de preparar alunos para o ensino primário e de exames de admissão aos cursos ginasiais, é digno de ser procurado, em virtude dos proficientes educadores que o dirigem, a quem agradecemos a comunicação que nos enviaram. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, nº 72, ANO XII, de 20 de fevereiro de 1945)

A escola particular denota não apenas uma forma diferente de conceber a educação e suas relações com a sociedade como um todo, mas apresenta também um novo tipo profissional: o professor do sexo masculino. Foi curioso, ao manipular as fontes, encontrar nos anúncios de escolas particulares a presença da figura masculina. Em alguns casos, não desenvolvia o trabalho sozinho, tinha uma professora para amparar qualquer tipo de crítica. Isso porque durante estes primeiros anos da República a ideia era a de que escolas primárias, regidas por professores do sexo masculino, apresentavam estado deplorável. Em se tratando do ensino primário, os homens eram acusados de não possuir os atributos necessários. E mais

ainda, embora difícil de discutir e precisar, certamente que as quantias recebidas não eram tão representativas e, de acordo com Thompson (1987), as chamadas condições de vida de qualquer categoria ou grupo social devem ser entendidas pela complexidade não apenas dos fatores socioeconômicos, mas também dos imperativos culturais que as envolvem.

Se na sociedade local, em geral, a professora era tratada com apreço e muito respeito, as professoras das escolas particulares eram ainda mais ressaltadas. Portanto, ao lado de um ouvido atento aos depoimentos, foi preciso um olhar perscrutador direcionado ao Jornal *A Vanguarda*, de circulação local, para perceber a construção que a mídia reforçava em torno da importância da professora. Assim, em seu movimento de constituição, a vida da professora também era o palco e a cena de apropriações diversas, produzindo e incorporando múltiplos significados. Nesse caso, o jornal faz uma referência grandiosa ao aniversário da professora

D. Maria José Fernandes da Silva, como segue a descrição fidedigna da reportagem localizada na primeira página do jornal, ocupando lugar de destaque:

Prof.^a D. Maria José Fernandes da Silva – Faz annos amanhã a Exma^a Sra. Professora D. Maria José Fernandes da Silva, zelosa educadora, que exerce na cidade que nos defronta, com superior critério e accentado brilho as arduas funções de professora complementar e directora do Educandario Três de Maio.

Senhora respeitavel por todos os titulos, dotada de uma formosa intelligencia bastante cultivada, é a illustre anniversariante uma figura de incontestavel relêvo da sociedade cachoeirana, que por esse acontecimento feliz não lhe regateiará as homenagens a que tem direito.

As muitas felicitações que receberá a distincta anniversariante, juntamos as nossas com votos sinceros pela sua felicidade pessoal. (A VANGUARDA, 17/08/1935, nº 11, Ano IV, p.01)

Para melhor compreender, por conseguinte, o prestígio de D. Maria, a professora complementar e directora do Educandario Três de Maio, o jornal não apenas a felicitou pelo aniversário como também, na edição seguinte, publicou a sua foto juntamente com a turma, a qual ensinava.

Figura 28 – Aniversário da professora Maria José



Fonte: Jornal a Vanguarda, 23/08/1935, nº 12, Ano IV, p. 03.

Vale ressaltar que se trata de uma escola particular, destinada para alunos de uma camada social mais abastada. Com um olhar cuidadoso, é possível afirmar que não se trata

apenas de um registro do que aconteceu, mas também um ingrediente do próprio acontecimento. Isso nos permite reconstruir a importância social dessa professora que ensinava numa escola particular e, portanto, para poucos. Analisando o Boletim da Inspectoria Escolar do Distrito-da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública, do Departamento de Educação da Escola Três de Maio consta na observação como uma escola registrada, ou seja, regulamentada formalmente como prevê legislação em vigor.

Na foto, os alunos aparecem devidamente padronizados e uniformizados, quase todos correspondendo a um fenótipo branco, revelando que há uma variação de idades, pelo menos, se considerarmos os tamanhos e a forma física das crianças. Trata-se de uma escola destinada apenas a alunos do sexo masculino, conforme determina a Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925, Reforma da Instrução Pública Anísio Teixeira:

Art. 55. As escolas isoladas ou serão especiais para cada sexo ou mistas para ambos os sexos. Será sempre mista a escola que for única na localidade.

Parágrafo único: As escolas mistas e as do sexo feminino serão regidas exclusivamente por professoras e as do sexo masculino por professores ou professoras. (BRASIL, 1925)

No caso da imprensa do Recôncavo, os jornais também não se furtaram na distinção de olhares sobre o mundo em direção aos interesses de certos grupos sociais. A exemplo desse jornal em análise que teve como seu fundador e diretor o Senhor Luiz Rebouças Soares, advogado, jornalista e político militante no Partido Social Democrático - PSD. Certamente que a palavra jornalística de *A Vanguarda*, longe de ser neutra, tratava de exaltar na efemeridade de cada número editado; havia certa valorização do ensino privado, arquitetando a multiplicação das matrículas do quantitativo de alunos para determinadas escolas privadas. Nesse sentido, nesse jornal, as chamadas para as escolas privadas aparecem com muito maior frequência e de forma muito mais elogiosa que as do jornal *O Correio de São Félix*. Assim, a reportagem do jornalista Pedro J. Dantas ressalta os atributos da escola privada:

COLÉGIO NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO

São ótimas as condições higiênico-pedagógicas do aplaudido Colégio, devidamente registrado no Departamento de Educação. Nêle encontrarão os Srs. Chefes de família educação modelar para o necessário desenvolvimento físico, moral e intelectual de seus filhos, consoante os princípios salutarés do ensino hodierno.

Lá estão, no, Livro de Termos, honrosas impressões de diversas autoridades escolares com referências justíssimas à exímia educadora, que tem

mantido, com especial prazer, pelo espírito patriótico e bem-fazejo, um sem número de alunos aos quais ela se dedica nobremente como verdadeira mestra.

Com muita prática de ensino elementar, tendo exercido as funções de professor público, durante oito anos, e no desempenho do cargo de inspetor escolar, posso afirmar, sem receio de contestação judiciosa, que o COLÉGIO NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO, quer no seu internato, quer no externato, merece a confiança dos pais mais escrupulosos e exigentes, que encontrarão, ali, para os seus amados filhos, um educandário eficiente, higiênico e moralizador. (A VANGUARDA, 20/02/1928, n° 02, Ano III, p. 06)

A representação escolar que se queria afirmar sobre as escolas particulares tinha a imprensa como uma força a mais para propagar a importância de tais escolas e seus elementos fundamentais. À vista disso, quem dispunha de algum dinheiro pagava pela educação de seus filhos em escolas particulares e não em casa de professoras. Porém, num meio onde o conhecimento da legislação não era tão divulgado, muitos pais pagavam escolas que não eram devidamente registradas como previa a Lei da Reforma de Instrução de 1925, conforme Boletim de Inspeção a seguir:

Figura 29 – Boletim da Inspectoria Escolar na aula da professora Alda de M. Silva

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA PUBLICA
Departamento de Educação

Boletim da Inspectoria Escolar do _____ Distrito

LOCALIDADE Cidade de São Félix MUNICIPIO DE _____

Inspeção realizada no dia 25 de julho, de 1928.
 Escola particular de classe, n., do mixta d. a. São Félix
 (Não registada)

PROFESSORA Alda Magalhães Silva

MATRICULA GERAL	{	do sexo masculino <u>11</u>	
		do sexo feminino <u>11</u>	M. Total <u>22</u>
MATRICULA DISCRIMINADA	{	1.º anno sexo masculino <u>3</u>	sexo feminino <u>6</u>
		2.º " " " <u>3</u>	" " " <u>3</u>
		3.º " " " <u>5</u>	" " " <u>2</u>
		4.º " " "	" " "
FREQUENCIA MÉDIA	{	do sexo masculino M. Total <u>22</u>	
		" " feminino Frequencia média total	
FREQUENCIA NO DIA DA INSPEÇÃO	{	do sexo masculino <u>7</u>	
		" " feminino <u>8</u>	Total <u>15</u>

Assumpo da aula modello.....

NOTAS EXARADAS NO LIVRO COMPETENTE, a fls., referentes a ... professor ... acina unccionad. ...

a) quanto á aptidão para o ensino.....

b) " " assiduidade.....

c) " " disciplina da escola.....

d) " " asseio do prédio e material.....

e) " " á applicação de methodos actuaes de ensino e desempenho profissional.....

f) " " ao procedimento social.....

g) " " á diligencia em attender..... ás determinações do Inspector e da Directoria.....

h) " " ao resultado de exames e promoções.....

i) " " á actividade em organizar..... cursos escolares.....

INFORMAÇÕES:

Quantas vezes após a ultima inspeção, foi a escola visitada pelo Delegado Escolar?.....

Em que datas?.....

Tem biblioteca escolar?.....

Quando se realizou a ultima visita do Inspector a esta escola?.....

Qual a cultura d. ... professor ?.....

Descrever o mobiliario e o material didatico existentes. 8 carteiras pequenas, 1 mesa, 1 q. negro e pequenas cadeiras, para as crianças.

43181

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia.

Este Boletim, da Inspectoria Escolar do Distrito, da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública, do Departamento de Educação, apresenta os detalhes de uma Escola particular localizada na cidade de São Félix e o que chama atenção é que é uma escola “não registrada”, conforme observação do inspetor. Trata-se de uma turma mista, com onze meninos e onze meninas; com uma frequência regular de quinze alunos, mas na descrição do mobiliário e do material didático encontrados, o inspetor descreve que encontrou apenas 8 carteiras pequenas e pequenas cadeiras para as criancinhas, sem explicar, no entanto, como se dava a acomodação das crianças.

Embora particular, a escola não dispunha de variedades de materiais, mas possuía alunos matriculados, o que revela a crença local e a força da escola particular como estratégia de acesso à educação. De todo modo, não podemos, no entanto, deixar de reconhecer também que a escola particular, mesmo quando não se apresentava em condições regulares legalmente ou apresentava as condições materiais para o bom funcionamento, foi se impondo como instituição específica e lugar de aprendizagem que obtinha o apreço e a credibilidade da sociedade mais abastada do local.

6.3 O PROCESSO DE PUBLICIZAÇÃO: POR QUE TÃO POUCOS TIVERAM ACESSO AO QUE DEVERIA SER PARA TODOS?

O benefício direto da educação realizada em casas de professoras e em escolas privadas é inegável, mas para uma sociedade realçada por um cenário fumageiro onde a camada menos abastada era o que prevalecia, o mais adequado era a ampliação das vagas em escolas públicas e gratuitas. Toda discussão deste capítulo vai no sentido de demonstrar que não havia políticas municipais nas cidades do Recôncavo Fumageiro e as políticas estaduais não eram amplas o suficiente. As cenas e o cenário educacional eram construídos e fundamentados na legislação Federal e Estadual, conforme foi discutido no capítulo anterior. Em geral, as fontes revelaram que algumas localidades já organizavam chamamentos para a construção e fundação de escolas públicas onde as crianças pudessem receber a instrução necessária sem que seus pais tivessem que pagar por isso, portanto, havia uma movimentação local em torno desta ampliação de vagas. Por vezes, são encontradas divulgações de resultados de escolas públicas com espaços próprios materializando a ideia de legitimidade dessa escola como lugar próprio para aprender e ensinar.

Por outro lado, muitas vezes, os inspetores escolares criticavam a escola pública,

eram quase unânimes, ao registrar, nos espaços reservados às observações dos Boletins de Inspeção, críticas das mais diversas. Apontavam desde a falta de cumprimento de horário dos professores e dos alunos; a baixa frequência por parte dos alunos; o não alcance da aprendizagem até o não cumprimento do programa de ensino que havia sido estabelecido desde 18 de Março de 1925, por Anísio Teixeira, meses antes da Reforma da Instrução Pública de Agosto de 1925. Nesses termos, apesar do discurso político da época denotar um interesse em nível nacional para a ampliação da oferta de educação pública, no cenário local havia um impasse sobre a qualidade desta educação e sua efetivação.

Como uma espécie de imposição de uma ordem escolar e social numa instituição específica, essa escola pública, que por vezes era alvo de críticas, precisava ter em seus domínios imperativos regulamentares que fossem cumpridos. Porém, não era essa a realidade, e como uma forma de conter a descrença desta escola, o jornal *A Vanguarda* publica uma reportagem que combate contundentemente as críticas recebidas pela escola pública local em 1926:

A ESCOLA E OS EDUCADORES

Praticamente, a escola é uma casa de estudos e educação, – aí dizemos apenas que é uma casa de educação.

Parece que isto é uma coisa velha e revelha... Mas sabemos, também, que nem tudo é, na verdade, o que parece ser.

A inteligência e o saber são capazes de alta compreensão e de grande empreendimento. A obscuridade e a pobreza intelectual, porém, nada podem fazer ainda ingrato serviço de má interpretação de modéstia natural e exata compreensão do próprio valor.

Daí, por sem dúvida, enorme corrente de críticos inéptos, presunçosos, onzeneiros e indiscretos, que falam mal das escolas públicas, sem verdadeiro conhecimento do que elas produzem e da aptidão das respectivas regentes, que seguem determinações legais e pedagógicas, no seu nobre encargo de educar a infância. Entretanto, os mesmos críticos ou censores gratuitos não levam em conta a falta de assiduidade dos educandos, os longos períodos de férias e dias santificados e bem assim outros motivos certos da alguma ineficiência da escola.

Em geral, os legítimos educadores trabalham, porque conhecem os seus deveres; porque se preparam para tal fim; porque, quase todos, na escôlha da carreira que abraçaram, cederam ao domínio da vocação; porque, afinal, têm séria responsabilidade e são fiscalizados pelo Governo.

Logo, perdem os detratores inconsequentes uma ótima oportunidade de silêncio que vale ouro, e de segura providência, em favor da própria honestidade. (A VANGUARDA, 09/04/ 1926. Nº 39. Ano II, p. 08)

Mesmo reconhecendo aqui que a escola pública local foi alvo de críticas, é preciso esclarecer que nunca houve linearidade de opiniões. Ao longo de todo período estudado foi possível encontrar numa mesma edição do mesmo jornal, exaltações a professores que ensinavam em casa; propagandas esplendorosas de escolas privadas; e, ao mesmo tempo,

reportagem de variadas natureza em torno da escola pública. Por assim dizer, estas três estratégias de escolarização eram concomitantes com prevalência da primeira, e juntas compuseram o cenário da instrução no Recôncavo Fumageiro de 1925 a 1946, onde combater o analfabetismo, ampliar os níveis de escolarização e atender às exigências do capitalismo industrial, que se fortalecia no país, era o objetivo principal.

A manchete transcrita a seguir é escrita pelo delegado escolar Dr. Turibio Magalhães, pessoa influente na localidade, já que para ocupar tal cargo eram nomeadas pessoas com experiência notável em educação. Em seu conjunto, as palavras do delegado escolar procura dar visibilidade a um movimento social local contra o analfabetismo. Assim, além de cumprir uma das múltiplas funções dos delegados escolares, realizando um balanço dos resultados alcançados, ele aponta a escola pública como o lugar de combate ao analfabetismo. De acordo com a legislação em vigor, cabia aos delegados escolares, com a colaboração de outras autoridades escolares, de três em três anos, realizar um recenseamento escolar. Utilizando dados numéricos para melhor esclarecimento aos leitores, ele afirma:

Pelo Analfabetismo

No ano de 1936, quando a Liga Sanfelixta Contra o Analfabetismo iniciou a campanha contra a ignorância nesta cidade, o número de alunos matriculados nas escolas públicas e particulares era contristador e no ano de 1938 sensivelmente aumentado, não subia muito além de 400.

Em 1940, considerável foi o aumento, pois que o número elevou-se a mais de 600, e no ano vigente, para gáudio do único remanescente daquela campanha, no mês passado, início do ano letivo, o número de alunos matriculados subiu precisamente a 837, sendo 384 do sexo masculino e 453 do sexo feminino, estando nas escolas públicas 315 alunos e nas particulares 522, e nesta proporção, no mês de junho, época do encerramento das matrículas nas escolas do interior, este número estará aumentado em mais de 10, o que demonstra o grande surto de progresso no ensino local através da campanha em favor do mesmo. Deste modo está aberta a vereda e aplanado o caminho, por onde devemos marchar para o combate ao analfabetismo no Brasil. Dr. TURIBIO MAGALHÃES
(O CORREIO DE SÃO FÉLIX, nº 64, ANO IX, de 19 de julho de 1942)

Se por um lado a reportagem apresenta um tom de propaganda, por outro revela uma inquietação local, com o destino em direção ao progresso social de um país republicano que precisava encontrar uma saída honrosa para os elevados índices de analfabetismo.

Nesta perspectiva, e atendendo à exigência do Programa da Escola Elementar de 1925, as escolas públicas precisavam incluir nos seus programas, a Educação Cívica, além das noções de Geografia, História, sempre direcionadas ao Brasil e Bahia; e ainda, o estudo das ciências e suas aplicações, noções de agricultura e indústrias, de desenho e trabalhos manuais e domésticos, de música e de educação física. Nestes termos, o programa enviado para as

escolas por Anísio Teixeira, através da Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925 – Reforma da Instrução Pública, citada anteriormente neste capítulo –, ampliava o papel da escola numa tentativa de diminuir o ranço de uma escola colonial, que ensinava apenas ler, escrever e contar. Porém, entre o programa e a atuação das professoras havia certa distância. As fontes analisadas permitiram apontar que, no período em estudo, havia a presença forte no Patriotismo e nos trabalhos manuais, com a intenção de preparar para uma sociedade em processo de industrialização.

As figuras, 18 e 19, das fichas que compõem o Relatório de 1938 – apresentado ao Exmº Sr. Dr. Inspector Técnico de Ensino Primário, pelo inspetor Escolar Pedro J. Dantas –, evidenciam a ênfase no patriotismo. Nas escolas, para destacar o patriotismo, o tema da aula descrito na ficha, Figura 18 é: “A independência do Brasil”. Patriotismo; e na outra ficha, Figura 19, o tema é: “O cumprimento de dever. Dignidade”. Na ficha cujo tema da aula é “Independência” ainda consta uma observação de que compareceram muitos alunos no dia, a pedido da professora, para a comemoração da grande data.

Figura 30 – Boletim da Inspeção Escolar na aula da professora Ligia da Silva Freire

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA
 Departamento de Educação

Boletim da Inspeção Escolar do Distrito
 de São Félix Município de Rui Barbosa
 pública de 7 setembro de 33 a São Félix
 a Ligia da Silva Freire

MATEMÁTICA GERAL	de 1ª a 4ª	30	de 5ª a 7ª	70
	de 1ª a 4ª	40	de 5ª a 7ª	30
MATEMÁTICA ESPECIALIZADA	de 1ª a 4ª	25	de 5ª a 7ª	10
	de 1ª a 4ª	3	de 5ª a 7ª	2
FÍSICA GERAL	de 1ª a 4ª	23	de 5ª a 7ª	51
	de 1ª a 4ª	23	de 5ª a 7ª	51
QUÍMICA GERAL	de 1ª a 4ª	26	de 5ª a 7ª	57
	de 1ª a 4ª	31	de 5ª a 7ª	57

Assinatura do Inspetor: Nonhuma
 Data: 10.4.1935
 Valor: 9 cartões, 17 cruzeiros
 Assinatura da professora: Ligia da Silva Freire

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia.

Figura 31 – Boletim da Inspectoria Escolar na aula da professora Rosentina Fraga e Almeida

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA
Departamento de Educação

Boletim da Inspectoria Escolar de _____ Distrito

Escuela _____

Cachoeira

pública, datada em _____ outubro de 1954

Professora Rosentina Fraga e Almeida

INSTRUMENTOS	36
DECRETOS	36
LEIS	36
PORTARIAS	36
RESOLUÇÕES	36
OUTROS	36

O cumprimento de dever. Regimento de

18.4.1954

14 cartelas estilográficas, Acadêmicas,
1.º e 2.º mapas

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia.

Coadunando com esta ênfase que a escola dava às ideias patrióticas, de uma maneira geral, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, as festas cívicas eram vivenciadas como um momento de demonstração do cumprimento do regimento republicano, melhor dizendo,

uma tradição escolar conservada até hoje, “invenção” muito ilustrativa do que afirma Hobsbawm:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas – de natureza ritual ou simbólica – visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com um passado. Aliás, sempre que possível, trata-se de esclarecer a continuidade com um passado histórico apropriada. (HOBSBAWM, 1984, p. 9)

Coadunando com o autor, a figura 32, a seguir, apresenta uma imagem que demonstra claramente mais uma representação das tradições inventadas. Trata-se de um desfile cívico em que as alunas, de bicicleta, seguram uma bandeira do Brasil de papel, para simbolizar amor e respeito à pátria. Tal repetição ocorria todos os anos, como uma tradição inventada. E mais importante ainda, vale salientar que mesmo diante de um cenário de carências de materiais nas escolas, estes alunos aparecem na imagem com um fardamento padronizado. O desfile demonstra uma escola muito distante das escolas denunciadas nas fichas de Inspeção.

Figura 32 - Desfile da primavera com ênfase no patriotismo. São Félix- Ba, 1946



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

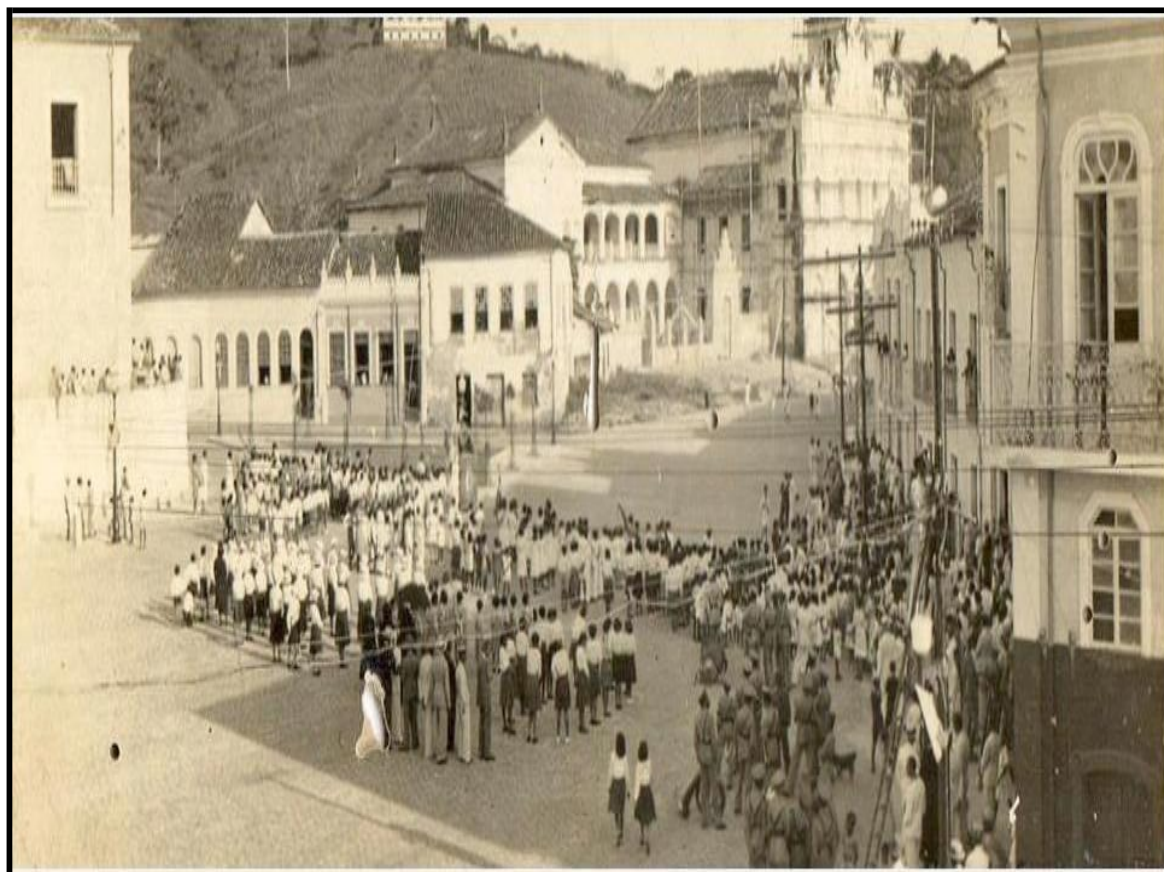
Era exatamente isso que ocorria nos desfiles cívicos, um conjunto de práticas e demonstrações reguladas pela ordem dos órgãos que dirigiam a educação local, pois, de fato, nas escolas faltava o essencial para a realização do trabalho pedagógico. Mas a manutenção da tradição inventada fazia com que as escolas estivessem nas ruas em prol

de um passado histórico em busca de construir uma memória coletiva de que estava tudo bem. E ainda:

Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de reverência à situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. (HOBSBAWM, 1984, p.10)

Em face dessa noção, trazida por Hobsbawm, percebe-se a presença das tradições inventadas nos municípios pesquisados através das práticas dos desfiles, por exemplo, os quais eram repetidos ano a ano, data a data, quase de maneira artificial e obrigatória, conforme mostram as figuras 33, 34 e figura 35 que se seguem.

Figura 33 – Desfile cívico de 7 de setembro de 1930, cidade de Cachoeira



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de São Félix.

Figura 34 – Participação da Escola Sagrado Coração no desfile Cívico de 02 de Julho, na década de 1940, cidade de São Félix



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de São Félix.

Figura 35 - Alunos plantando na Primavera – 21 de setembro de 1940. Cachoeira - Ba



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de São Félix.

Desde a Lei 1.846, de 14 de agosto de 1925, que institui a Reforma da Instrução Pública, as escolas passam a ser alvo de maior controle e fiscalização. Algo que gera certa polêmica. Nesse período foi nomeado um total de doze inspetores regionais e os delegados Escolares localizados na Região e escolhidos por promotores e Juízes.

No caso do Recôncavo cuja sede da Região era em Santo Amaro, no período estudado, o Delegado Escolar foi o Prof. Sr. Dr. Turibio Magalhães. Segundo a legislação, essa fiscalização tinha o objetivo de acompanhar o funcionamento das escolas públicas e privadas, através dos inspetores que a cada visita deveria preencher os Boletins, informando as condições gerais das escolas, como: quantidade de carteiras, cadeiras, mesas, livros e demais materiais didáticos; ventilação; condições de higiene e, principalmente, informar sobre o

quantitativo de alunos de ambos os sexos matriculados e a frequência regular desses alunos no dia da visita. Além disso, constava também nos boletins o tema da aula e observações informando se a escola se encontrava regulamentada ou não, conforme previa a legislação. Era uma espécie de mapa que representava um retrato da escola, e o Diretor de Instrução Pública Anísio Teixeira quando o instituiu, em 1925, tinha como objetivo primordial conhecer melhor a realidade da educação da Bahia, principalmente no interior.

Porém, em pleno final da década de 1930, mais precisamente em 1938, as condições para operacionalização da inspeção não eram das melhores. A falta de recurso para pagamento do salário dos inspetores e o atraso do pagamento das diárias para a realização das viagens eram elementos impeditivos à fiscalização e acompanhamento do trabalho dos professores no Recôncavo Fumageiro, como bem esclarece a transcrição de parte do Relatório do inspetor Pedro Dantas, em Outubro de 1938:

Serviço de Inspeção Escolar:

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Inspector de Ensino Primário, pelo inspetor Pedro Dantas. Outubro de 1938.

Exmo. Sr. Dr. Inspector de Ensino Primário, Não pude, infelizmente, viajar, no decurso deste mês. Melhor do que eu, de certo, compreendeis, pela nossa inteligência, e pelas nossos sentimentos de justiça, nos quais muito confio, que ninguém pôde viajar, sem dinheiro, eu com o numerário das despesas imprescindíveis, principalmente em se tratando de um pai de família, que tem muitos filhos, como eu, e vive, apenas, do seu exíguo ordenado.

Viajei, entretanto, em maio, junho, julho, agosto e setembro havendo conseguido, para isso, dinheiro emprestado, sob condições exteriores. Tal sacrifício, porém, pelas más consequências dêle decorrentes, não posso continuar a fazer. Tudo isto porque ainda não foram pagas as diárias relativas aos mencionados meses.

Si os meus dignos colegas viajaram, durante este mês, e somente eu não viajei, foi logicamente, porque eles puderam viajar; porque têm mais recursos do que eu, ou mais sorte, e conseguiram, assim, receber as suas diárias [...]

(RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR DE OUTUBRO DE 1938)

Nestes termos, a inspeção das escolas, determinada pela legislação em vigor, nem sempre era cumprida, em função da falta de condição objetiva, ou melhor, do pagamento das diárias para assegurar que as visitas fossem realizadas.

Outra determinação que não estava assegurada era a frequência escolar. Mesmo depois da determinação da legislação de 1925, Anísio Teixeira no seu Relatório de 1928 explica que na Bahia a frequência escolar ainda era muito baixa. Nesse cenário registra-se

também que a maioria das crianças com mais de dois anos de escolaridade, depois que aprendiam a ler, escrever o nome e realizar algumas contas, geralmente saíam da escola. Situação que leva à criação de multa, imposta aos pais, tutores ou responsáveis, que eram obrigados a manter a frequência das crianças, com idade 7 a 12, no universo escolar. Portanto, com a Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925, no capítulo V, Da obrigatoriedade, determina:

Art. 92. São obrigados à frequência escolar gratuita às crianças de 7 a 12 anos de idade. E fica isenta dessa obrigatoriedade na escola, quando não houver escola pública numa área de dois Kilômetros de raio;

§ 2º Pais, tutores ou quem lhes faça às vezes são responsáveis pela instrução e frequência das crianças obrigadas à escola primária.

§ 3º O pai, tutor ou responsável que, notificado, infringir a disposição anterior incorrerá na multa de 10\$000 a 50\$000.

§ 4º Se persistir na falta, incorrerá, cada mês que passar, no dobro das penas citadas, até seis meses depois da primeira notificação, quando lhe será movido processo para efeitos do Art. 394 do Código Civil, pelo promotor público, mediante representação do delegado escolar ou inspetor regional.

§5º Incorrerá nas mesmas penas do §3º o patrão que por qualquer modo, impedir ou dificultar que os menores a seu serviço e nas condições desta lei freqüentem as aulas no horário regularmente. (BRASIL, 1925)

O artigo 92 é contraditório, pois ao mesmo tempo em que defende a obrigatoriedade da frequência escolar para as crianças de 7 a 12 anos de idade, abre uma isenção para a inexistência de escolas nas proximidades. Esta isenção é mais uma forma de amparar a lentidão na oferta de vagas escolares.

Vale aqui ressaltar também, que esta legislação data de 1925 e que somente em 1942 é que o delegado Escolar no Recôncavo desenvolve uma ação no sentido de mobilizar ou responsabilizar os pais. Nada foi encontrado em torno da responsabilidade dos governantes na oferta de vaga. O fato é que antes desta data, nas fontes manuseadas, não foram encontrados nenhum tipo chamamento desta natureza em direção ao que determinava a lei. Daí a publicação tardia de um Edital de convocação no jornal local com os seguintes termos:

Edital de Ensino público

Turibio Magalhães, delegado escolar residente, faz saber aos pais, tutores ou responsáveis por crianças em idade escolar, que no dia 2 de março estarão abertas todas as escolas públicas desta cidade para início do ano letivo; que a frequência à escola é obrigatória e que, por isso, os agentes da polícia, durante as horas de classe conduzirão, à escola, os alunos que se encontrarem vagando. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, nº 64, Ano IX, de 19 de Julho de 1942)

O fato é que deve ter sido sem nenhum tipo de dor ou crise a abstinência do delegado

escolar e demais autoridades locais assistirem, ao longo do tempo, mesmo sob o crivo de uma Legislação Estadual, um sem número de crianças fora da escola e, na maioria das vezes, trabalhando nas fábricas de charutos, como foi apresentada no capítulo 3, com registros em fichas funcionais. Isso esclarece que a legislação é frágil, uma vez que admite a possibilidade do não cumprimento em face da escassez de instituições públicas.

Ademais, só em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 é que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório como direito público e subjetivo. E mais ainda, ter consciência da quantidade elevada de operários adultos analfabetos que as fábricas de charutos possuíam. Dessa forma, a Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925, Reforma da Instrução Pública no Art. 3º, determina:

Qualquer estabelecimento industrial do Estado, por grupo de 200 operários, será obrigado a manter, à sua custa, uma escola primária elementar para os filhos dos operários e cursos noturnos para os operários adultos analfabetos.
 §2º O Diretor Geral de Instrução assignará a cada empresa um prazo razoável para o cumprimento do disposto neste artigo. A empresa omissa incorrerá na multa de 2: 000\$000 ao primeiro ano da sua falta e na de 4: 000\$ em cada ano subsequente. (BRASIL, 1925)

Certamente que foi agindo com timidez e omissão que o *Recôncavo* esperou aproximadamente dezessete anos, desde a Lei de 1925 até o ano de 1942, para ver inaugurar a primeira Escola para os trabalhadores do Sindicato, conforme o anúncio do Jornal *O Correio de São Félix*, a seguir:

ESCOLA NO SINDICATO DOS TRABALHADÔRES DA INDÚSTRIA DO FUMO

Por determinação do Interventor Federal da Bahia, foi nomeada, segundo indicação da Legião Brasileira Contra o Analfabetismo para reger a então inaugurada escola do Sindicato dos trabalhadores da Indústria do Fumo de S. Félix e Cachoeira, cuja sede é nesta última cidade, a professora Maria do Nascimento Rodrigues.

Nesta época na qual, a maior preocupação dos responsáveis pelo destino da nossa juventude é exatamente a sua alfabetização, merece especial menção o esforço dos dirigentes da associação acima, trabalhando para a criação de uma escola, desejo realizado agora e que teve a dedicada colaboração do Sr. Humberto Correia, digno fiscal do M. do trabalho na zona. (O CORREIO DE SÃO FÉLIX, nº 66, Ano IX, de 11 de agosto de 1942)

E foi também no mesmo ano que o Prefeito em exercício, na cidade de São Félix, Dr. Júlio Ramos de Almeida nomeia uma regente para que a escola Landulfo Alves funcionasse também no turno noturno, pois até então funcionava apenas no diurno. Certamente que a escola, além de atender tardiamente as exigências legais, passa a atender as necessidades dos

trabalhadores analfabetos das Fábricas de Charutos. Nestes termos, o Decreto Municipal nº95, a seguir, ilustra a iniciativa para que a escola ampliasse seu funcionamento.

Decreto nº 95

O Dr. Júlio Ramos de Almeida, prefeito municipal, no uso de atribuições legais, resolve nomear regente para o turno noturno, da escola antes diurna, “Landolfo Alves”, nesta cidade, o cidadão Juarez Santiago Souza, com os vencimentos fixados em lei.

Prefeitura municipal de São Félix, 10 de setembro de 1942.

Dr. Júlio Ramos de Almeida-prefeito; Carlos Sales Ribeiro – secretário.
(O CORREIO DE SÃO FÉLIX, nº 66, Ano IX, de 11 de agosto de 1942)

O fato é que a Reforma da Instrução Pública do Estado, com a Lei de 1925, criou a Diretoria da Instrução Pública e unificou o ensino primário do Estado da Bahia. Assim, a partir da década de 1930 era comum encontrar nos jornais atos e decretos de inaugurações de escolas. Isso porque com essa Lei os municípios passaram a ter competências para criar, manter, ampliar, suprimir e transferir escolas. A legislação favorece a diminuição da centralidade administrativa do Estado e confere ao município mais autonomia. A unificação do Ensino Primário ocorreu nas seguintes bases:

Art. 70 - O ensino primário, a cargo dos municípios, constituirá com o do Estado, um só e mesmo serviço, sob a direção geral, superintendência e fiscalização do Governo do Estado.

Art. 71 - É reconhecida aos municípios a competência para "criar, manter, transferir e suprimir escolas de instrução primária", dentro de sua circumscrição territorial, subentendido, porém, o exercício dessa competência nos limites da presente lei e de acordo com as suas normas e preceitos. Os professores para essas escolas serão nomeados pelo Governador do Estado e obedecerão às leis e regulamentos estaduais. (BRASIL, 1925)

Em grande parte omissa, o governo pouco empreendeu forças na criação e manutenção de “escolas de instrução primárias”, como previa a própria lei. Contudo, é preciso ainda frisar que parte das crianças no Recôncavo Fumageiro esteve diante de alguma estratégia de educação e, mesmo tardiamente, como em alguns casos, tiveram acesso e foram expostas a modelos de educação formal e iniciação de uma cultura letrada. Assim, o que variava era o conteúdo das práticas educativas, as condições de acesso, e as condições materiais para a aprendizagem da instrução elementar, nos casos de quem tinha acesso às escolas públicas ou privadas.

De acordo com as fontes exploradas, a situação de maior afastamento das oportunidades de frequentar a escola foi a das crianças que trabalhavam nas fábricas de

charutos, com uma jornada de mais de oito horas diariamente, sem saber assinar o próprio nome, sempre sob o arrogo de alguém, geralmente um adulto. A estas crianças, sim, foi negado violentamente o direito a instrução elementar, porque o jogo de interesse do capital na sociedade de classe, mais uma vez, furta o direito do trabalhador, mesmo quando se trata de uma criança.

Nesse sentido, a precisão da exigência no momento de vida infantil dos filhos das charuteiras girava em torno do mundo do trabalho e ainda estabelecendo relações com o passado e tradição local ao longo de trezentos anos, era o que imperava no cotidiano da criança escrava desde os momentos iniciais da infância.

Nesse contexto, a análise meticulosa das fontes e a (re) leitura das políticas educacionais para a infância, no Recôncavo Fumageiro de 1925 a 1946, indicam que não houve legislação específica que garantisse o direito a educação primária, nos municípios estudados. Ficaram evidenciadas a lenta movimentação local e a utilização das três estratégias de educação: as professoras ensinando em casa aos mais pobres, e em péssimas condições de trabalho; as escolas privadas para os mais abastados; e a escola pública também em péssimas condições e aplicando a legislação Federal e estadual bem tardiamente. Valeu aqui, fundamentalmente, abordar a prevalência do trabalho das professoras que ensinaram em casa, verdadeiras profetizas da educação, ocupando a vala lacunar deixada pela iniciativa pública estatal.

MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

[...] A História humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha TESE. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque TESE não pode ser uma traição à vida, e só é justo escrever se a nossa escrita arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz. (Adaptação de um pensamento de Ferreira Gullar)

Provisoriedade é a palavra que melhor expressa os resultados de uma tese, porque de fato os estudos nunca estão finalizados, os resultados nunca são definitivos e os achados tanto estabelecem marcos quanto representam o inacabado. Fato é que a formalidade de uma pesquisa de doutorado limita o tempo, o espaço e os caminhos que desejamos percorrer.

Infinitamente prazeroso, os estudos da Infância no Recôncavo Fumageiro representam um universo a descobrir e um longo caminho a trilhar. E não é apenas pelo progressivo alargamento no tema sobre a história da infância, é também pela diversidade que congrega e ao mesmo tempo contrasta. Por isso, por ora, apresento *A fábrica, a casa e a escola: as políticas de educação para a infância no Recôncavo fumageiro da Bahia de 1925 a 1946* como apenas o início de uma reflexão.

Mas diante de um “mar a ser bebido” esta tese teve como questão principal estudar quais as políticas de educação para a Infância foram implementadas no Recôncavo Fumageiro de 1925 a 1946. Teve como objetivo analisar essas políticas públicas estudando sua constituição histórica e as características imbricadas nesses processos. Retomando o percurso metodológico descrito na introdução, cotejei diversas fontes: itinerário legislativo, dados estatísticos, jornais, fotografias, fichas e relatórios de inspeção das escolas, relatórios de Instrução pública, e depoimentos.

Para iniciar a conversa parti do contexto social, econômico e cultural do Recôncavo, constituído, principalmente, pelas fábricas de transformação e beneficiamento do fumo e fabricação dos seus derivados; local também erguido com a força de trabalho feminino e infantil. Se por um lado, durante o ciclo do fumo o Recôncavo obteve destaque econômico no país e foi o maior produtor da Bahia, por outro, representou um espaço de exploração do trabalho de crianças que estiveram à margem da escola.

A pesquisa revelou que a educação no Recôncavo estava intimamente ligada a uma lógica excludente, associada à má vontade política de fazer valer a educação para a camada popular e nem mesmo a predominância do trabalho feminino nas fábricas foi suficiente para que providências fossem tomadas em direção aos cuidados com a educação das crianças. Logo, aos adultos pobres restava o trabalho com o fumo, e aos seus filhos uma infância desvalida e desprovida de iniciativas oficiais, ampliando os índices de analfabetismo do país e do Estado da Bahia. Em 1920, por exemplo, apenas um quarto da população brasileira era alfabetizada.

Nesse sentido, a direção que orientou esta análise foi compreender a constituição histórica da educação da infância no Recôncavo, num período em que havia uma grande efervescência nos discursos educacionais de um país a caminho da industrialização. Pouco foi efetivamente executado; e as crianças, em sua maioria, analfabetas, para garantir a sobrevivência, teciam suas relações sociais no âmbito da indústria fumageira, reinventando sua infância num ambiente matizado pela exploração.

Durante o percurso, foi preciso sublinhar alguns traços das políticas públicas em sua trajetória nacional e estadual para melhor compreender as especificidades do movimento concreto do objeto analisado nas múltiplas determinações, ritmo e modalidades do local.

Desse processo de análise e apropriação metuculoso entre teoria e fontes, constatei que não houve nenhuma política pública específica para a educação da infância nos municípios fumageiros estudados, e que a infância teve sua educação planejada através de políticas públicas Federais e Estaduais.

Assim, apesar de investigar as políticas públicas, devo dizer que outras ações também ocorreram e que os estudos exigiram movimentos sinuosos, através das fontes, para fazer a reconstrução sistemática no plano dos conhecimentos, das características que se manifestaram neste desenvolvimento histórico. Portanto, ao buscar reconstruir os caminhos percorridos pela educação da infância, ficou evidenciado que houve uma lenta movimentação local e a utilização de três estratégias de educação:

1. Uma multiplicidade de professoras ensinando, em casa, aos mais pobres.

O pagamento era feito pelos pais das crianças pela execução do trabalho. As condições pedagógicas e materiais nas casas das professoras eram parcas, a estrutura física da casa não se diferenciava da estrutura domiciliar e o trabalho era realizado sob a ausência de um plano de gestão da organização. Aquém das políticas educacionais, o trabalho didático pedagógico era imbuído de uma

forma própria de organizar o ensino e o espaço educativo. A maior contribuição destas professoras foi despertar para a necessidade de ensinar e aprender, fortalecendo a construção e consolidação de que era possível aprender outras culturas escolares em outros espaços educativos.

2. As escolas privadas para as crianças de uma pequena camada mais abastada. Essas escolas representavam um patamar mais elevado em condições materiais para o trabalho pedagógico e mais mobiliário. No plano administrativo, algumas delas eram registradas e inspecionadas conforme previa a legislação em vigor. Em virtude disso, as escolas particulares, como espaços de aprendizagem, se materializavam através de um espaço físico maior, prédio com mais luminosidade, ventilação e mobiliário. Ficou evidente que se tratava de um diferente significado político e cultural que se pretendia instaurar. Tais escolas davam uma ideia de uma educação com continuidade, dando visibilidade ao futuro e às novas possibilidades para as crianças, após o ensino das primeiras letras.

3. A escola pública. Geralmente na modalidade das escolas isoladas, em péssimas condições materiais, com um número de vagas que não correspondiam ao quantitativo numérico de alunos em idade escolar. A falta de oferecimento de vagas é interpretada aqui como descompromisso político para a ampliação da escolarização das camadas menos abastada da sociedade. Os boletins de inspeção apontavam a falta de cumprimento de horário por parte dos professores e dos alunos; a baixa frequência por parte dos alunos; o não alcance da aprendizagem e até o não cumprimento do programa de ensino que havia sido estabelecido desde 18 de Março de 1925, por Anísio Teixeira.

Diante dessas estratégias ficou evidente que no Recôncavo o cumprimento da legislação Federal e Estadual ocorreu bem tardiamente, não fez valer os direitos das crianças previstos pelo ordenamento jurídico. Valeu aqui, fundamentalmente, abordar a prevalência do trabalho das professoras que ensinaram em casa, estratégia que ocupou a vala lacunar deixada pela iniciativa pública estatal.

Nesse sentido, embora esta produção tenha como categoria central as políticas públicas, procurei evidenciar, também, as múltiplas temporalidades socioculturais vivenciadas pelos sujeitos do interior das cidades fumageiras. Assim, a dinâmica na interpretação do ordenamento jurídico nacional, o estereótipo de gênero e a necessidade de ocupar a lacuna deixada pelo poder público compõem a força que foi capaz de

alavancar um número tão significativo de mulheres para se tornarem professoras.

Nessa perspectiva, trata-se de uma reconstrução histórica importante porque no seu conjunto a escola nasce da necessidade de sistematização e organização de diversos grupos sociais, políticos e culturais. Se por um lado a aprendizagem das crianças nas casas das professoras se engendra em rotinas e cotidiano definindo um tempo histórico; por outro, em alguns casos também representou uma mola propulsora para a constituição histórica de diversas instituições escolares naquele lugar.

Em se tratando das políticas públicas, para que a tarefa pudesse ser levada a cabo, todos os estudos e investigações exigiram que, ao analisar as fontes, fossem feitas comparações com a legislação vigente. Fato é que depois de percorrer todo o percurso teórico-metodológico, muitas outras questões foram brotando e muitas respostas que se pretendiam obter foram encontradas com mais de uma faceta. Logo, esta tese não tem uma única resposta, mas possui várias explicações.

Reafirmando que a educação da Infância no Recôncavo Fumageiro de 1925 a 1946 dependeu das políticas educacionais de cunho Federal e Estadual, é importante dizer que na Bahia, em geral, no período investigado, a educação esteve à luz da Constituição de 1891 que só foi alterada em 1929, e, logo em seguida, tivemos a Constituição de 1935, porém toda atrelada à Constituição Nacional de 1934, constando, portanto, um capítulo específico para Educação e Cultura.

Nesse sentido, a tese ressalta que toda efervescência político-pedagógica brasileira não foi suficiente para fomentar as ações locais no ensino das crianças, embora isso constasse na legislação e representasse a bandeira levantada por Anísio Teixeira, de 1925 a 1928, quando era Diretor de Instrução Pública. Nestes termos, este estudo ressalta que a maior repercussão na educação da Bahia foi vivenciada através da Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925, conhecida como Reforma da Instrução Pública de Anísio Teixeira. Mesmo considerando que esta legislação foi um avanço político, a pesquisa revelou que, nas cidades estudadas, ela não alcançou a agenda de ações efetivas para ampliar a oferta das vagas na educação pública para a Infância.

Como condição de possibilidade, a Lei teve como seu maior objetivo a interiorização da educação, mas as modificações e reelaborações educacionais no Recôncavo só chegavam tardiamente, ou seja, anos depois. Após 1930 tivemos na Bahia apenas decretos que destacavam questões bem específicas como: artes e música; ensino religioso; educação moral e cívica; canto orfeônico; e decretos de criação de escolas na capital e interior do Estado.

A partir de 1945, o Brasil vivia o período da redemocratização e em todo país houve uma crença maior nos poderes da educação e uma preocupação em relação à expansão das escolas para a infância. No Recôncavo, houve uma tímida expansão de escolas, principalmente das escolas isoladas, mas a estratégia de educação de maior destaque foi a das professoras que ensinavam em suas casas, pois não havia um planejamento municipal de políticas específicas para a educação da infância, o que havia era uma inauguração, ou outra, de escolas destinadas à educação primária.

Elemento dos mais fundamentais foi identificar que, ao longo de todo período em estudo, a educação da Infância esteve subsumida pelo privado. Seja na casa das professoras ou em escolas privadas, pois a educação estatal verdadeiramente não cumpriu seu papel, seja por falta de prédios escolares, por falta de vagas nestas poucas escolas ou pelas péssimas condições materiais de todas elas; fato é que o privado esteve à frente e em destaque. Diante disso, a infância esteve mais à margem da educação, do que verdadeiramente desfrutando dela. Um exemplo disso foi o quantitativo de crianças em idade escolar encontradas trabalhando nas fábricas de Charutos Dannemann, em Cachoeira e São Félix; na Companhia de Charutos Suerdieck, em Cruz das Almas; e na Fábrica Pimentel, em Muritiba. Portanto, de 1925 a 1946, muitas crianças caminharam fora da escola, porém dentro da fábrica a serviço do capital.

Outro elemento a ser destacado é que a intolerância a qualquer tipo de capricho das crianças e a naturalização dos castigos físicos foram identificados como componentes da identidade educacional, tanto na intimidade dos lares quanto nos bancos das escolas. Assim, a lógica dessas trajetórias disciplinares em casa e na escola é mais um dos fios condutores na tematização da educação da infância no Recôncavo Fumageiro, evidenciando que a educação realizada mantinha viva a tradição do império cujos elementos colocados em ação estão interligados aos apontamentos das experiências da sociedade escravista. É uma espécie de reprodução e continuidade da obediência sem buscar uma mobilidade no status familiar da criança pobre e geralmente negra, mas, sim, a permanência da condição que foi historicamente construída por mais de três séculos de escravidão.

Ao longo de todo trabalho, coaduneí com a ideia de que a escola

[...] é uma instituição historicamente determinada, uma construção humana que se articula ao processo de produção das condições materiais da existência. Como uma dimensão da realidade humana, para além da mera reprodução da sociedade burguesa, pode a educação articular-se plenamente na construção da sociedade sem classes. (SAVIANI, 1991, p.105)

Nesse sentido, e acreditando que o que os trabalhadores queriam para a educação de seus filhos deveria ter sido defendido e só avançava na medida em que a luta de classe também fosse avançando e, considerando que, no Recôncavo Fumageiro, esta busca aconteceu com passos lentos e tímidos, na mesma timidez e lentidão que as políticas públicas Federais e Estaduais foram efetivadas. Por assim dizer, já que não houve aplicação de políticas municipais que tivesse como alvo a infância, as políticas tomadas como verdade para o Brasil e a Bahia, em geral, eram lentamente efetivadas no cenário educacional do Recôncavo Fumageiro, inclusive não impactando a mão de obra de crianças analfabetas nas fábricas de charutos.

A dificuldade de acesso e localização das fontes foi um traço marcante nesta pesquisa de História da Educação da Infância no Recôncavo. Mesmo diante deste obstáculo procurei evidenciar os valores, as tradições e as práticas educativas por dentro da escola. Esses elementos foram necessários para construir uma crítica, sem anacronismo, sobre as condições de educação de 1925 a 1926, em torno do ensino que esteve subordinado à falta de condições materiais para sua execução. E que essas reflexões construídas ao longo dos capítulos possam contribuir para compreender os caminhos trilhados pela escola pública ao longo dos anos no Brasil, na Bahia e no Recôncavo.

O cumprimento da legislação em vigor no período estudado, apresentada em nosso estudo, é um tanto curiosa. Então, o que se esperava é que, considerando o contexto em que as mães estavam trabalhando nas fábricas, as providências fossem tomadas para o cuidado com as crianças. No entanto, de forma uníssona esse amparo legal não ocorreu nas cidades do Recôncavo Fumageiro. O cuidado com as crianças era responsabilidade dos pais, sem o amparo legal do Estado, ou melhor, de instituições mantidas por ele, apesar de o próprio contexto de efervescência das políticas públicas educacionais no Brasil, nesse período, assim inspirar.

Nessa mesma perspectiva, ficou evidente a associação entre a não continuidade nos estudos e a experiência nos trabalhos fumageiros. Este foi um elemento considerado marcante mesmo diante das difíceis condições de trabalho da espinhosa tarefa de ser charuteira, por exemplo. Numa quase unanimidade, os estudos eram interrompidos depois do aprendizado de conhecimentos básicos, e a criança ingressava no mundo do trabalho. Com a dificuldade econômica das famílias, as crianças passavam a constituir o quantitativo de uma mão de obra barata e abundante, que desde cedo precisava internalizar a hierarquia e às relações de poder, mantidas dentro do ambiente de trabalho nas indústrias fumageiras, muitas vezes em detrimento de uma experiência de aprendizagem das primeiras letras e do processo de

alfabetização.

Por outro lado, o precário funcionamento do ensino, na casa de professoras, e a falta de vagas na escola pública contaram com a cumplicidade do silêncio da mídia, ou seja, quase não fazia parte da pauta da imprensa local. Ainda pior, exaltações, justificativas e naturalização da educação nas casas das professoras foram sempre apresentadas através de um discurso conservador como a solução ideal para o analfabetismo local. Daí ficou evidente que, a imprensa não funcionou como elemento de pressão social para implementação do que estava previsto na legislação e, menos ainda, da incorporação das condições materiais de trabalho na educação. Logo, os problemas com a estrutura física, a falta de formação pedagógica e a ausência de recursos didáticos não eram discutidos ou mencionados como um elemento que contribuísse para a interrupção dos estudos das crianças da localidade nem mesmo nos documentos oficiais.

Sem dúvida, as lideranças políticas do Recôncavo além de não estabelecer um planejamento local para a educação, negligenciaram a infância, ignorando a legislação Federal e Estadual que proibia a interrupção dos estudos; obrigavam também as indústrias terem escolas para as crianças, filhos de funcionários; bem como as escolas noturnas para os funcionários adultos.

Mas nem por isso se pode dizer que o cenário da educação da infância permaneceu imutável, sempre após debates políticos e experiências sugeridas e implementadas no cenário nacional havia pequena modificação, representado por uma inauguração de uma escola, por exemplo. Portanto, em suas variáveis dimensões a concepção político-pedagógica era levemente modificada.

Ter como objeto de pesquisa histórica as políticas públicas e destacar o fato de que cada vez mais as crianças estavam estudando na casa das professoras é o mesmo que pretender que este estudo possa, dentre outros estudos, inspirar uma investigação mais detalhada dos impactos sociais da escolarização na casa das professoras, inclusive demonstrando em que medida estes espaços de educação podem ser considerados como instituições escolares.

Finalmente, identificar quais as políticas de educação para a infância, de 1925 a 1946, sem dúvida, possibilitou compreender, embora em largos traços, as especificidades da trajetória histórica dessa educação atravessada por conflitos de interesses que historicamente tem como base uma sociedade capitalista marcada pelas desigualdades sociais e econômicas. Isso explica o porquê no Recôncavo Fumageiro da Bahia a infância ter sido engendrada tão cedo no mundo do trabalho perdendo de vista a educação como uma condição de

mobilidade social.

Cumprir dizer, que mesmo vivendo num cenário de opressão social e a gigante exploração do trabalho que não escolheram, as fontes revelaram, que as crianças souberam aproveitar todas as pequenas chances e espaços para brincar, correr, movimentar, cantarolar e dançar. Portanto, não é o caso jamais de afirmar que não tiveram infância, mas que diante da precariedade econômica, como sujeitos concretos e numa trajetória contraditória, souberam reinventar formas próprias de ser criança e construíram suas experiências de vida e de liberdade. Se estas crianças foram felizes? Ah! Essa memória permanece em questão; e muito da história dessa infância, invariavelmente negra, ainda precisa ser contada [...].

FONTES:**1 Leis, decretos e outros documentos**

- a. Livro de registro com termo de posse de professores das Escolas Públicas.
- b. Livros de ata produzidos pelas Indústrias Fumageiras.
- c. Anuário Estatístico do IBGE de 1920.
- d. Boletim de Inspeção das Escolas Públicas e Privadas das cidades estudadas.
- e. Boletim da Inspeção Escolar do Distrito, registro do dia 11 de outubro de 1938.
- f. Boletim de Julho de 1938, da Escola pública de Primeira. Serviços de Inspeção de Escolas. Relatório de 1938.
- g. Boletim do Inspetor Escolar Sr. Pedro Joaquim Dantas. Serviços de Inspeção de Escolas. Relatório de 1938.
- h. Boletim da Inspeção Escolar da professora Alda de M. Silva Arquivo Público do Estado da Bahia.
- i. Depoimentos de sujeitos que viveram as experiências no período: experiências educacionais e experiências como operárias das fábricas.
- j. Documentos Federais que tratam da Infância, no período.
- k. Fichas de Registros Funcionais de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras Dannemann.
- l. Fichas de Registros Funcionais de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras de Cachoeira.
- m. Fichas de Registros Funcionais de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras São Félix.
- n. Fichas de Registros Funcionais de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras Suerdieck de Maragogipe.
- o. Fichas de Registros Funcionais de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras Suerdieck Cruz das Almas.
- p. Fichas de Registros Funcionais de Trabalhadores das Indústrias Fumageiras Pimentel de Muritiba.
- q. Legislação Federal e Estadual: Constituição Federal.
- r. Constituição da Bahia da Bahia; Leis; Decretos e Resoluções.
- s. Livro de registro com termo de posse de professores das Escolas Públicas.

- t. Livros de ata produzidos pelas Indústrias Fumageiras.
- u. Livros de registro de funcionários produzidos pelas Indústrias Fumageiras;
- v. Relatório dos delegados Escolares das Escolas Públicas e Privados das cidades estudadas;
- w. Relatórios de Anísio Teixeira, enquanto Diretor de Instrução Pública do Governo Góes Calmon;
- x. Relatório do Diretor de Instrução Pública, Anísio Teixeira (quadriênio 1924-1928)
- y. Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia, Salvador, 1925.
- z. Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 7 abr. 1925.
- aa. Relatório de Inspeção Escolar, de outubro de 1938.
- bb. Informação Verbal-Depoimento de D. Nair Souza Lima, Charuteira, 90 anos. Fevereiro, 2012, Cruz das Almas.
- cc. Informação Verbal-Entrevista: Depoimento de D. Maximiniana Silva Passos. Agosto/setembro, 2014.
- dd. Informação Verbal-Depoimento de D. Caboclinha Maria de Jesus, 87 anos. Setembro, 2014

2 Jornais

- a. O Correio de São Félix. São Félix. Bahia. 1925 - 1948.
- b. A Vanguarda. São Félix, Bahia. 1925 – 1948.
- c. A Defesa, São Félix, Bahia. 1925 - 1932.

3 Acervo Fotográfico IBGE, 2010

- a. Mapa municipal

4 Arquivo Público Municipal de São Félix

- a. Plantação de Fumo da Fábrica de Charutos Dannemann. Distrito de Outeiro Redondo. São Félix-Ba. Século XIX.
- b. Homens destalando as folhas de fumo na Fábrica de Charutos Dannemann. Século XIX.
- c. Trabalho masculino na Fábrica de Charutos Dannemann, 1938.
- d. Movimentação Cívica no Porto de Cachoeira, em 1936.
- e. Produção comercial de Fumo no Recôncavo.

- f. Mulheres e crianças no trabalho na Fábrica de Charutos Dannemann, em São Félix, 1930.
- g. Símbolo Suerdieck & Cia – Bahia.
- h. Símbolo Dannemann.
- i. Trabalho das mulheres sob a supervisão do mestre. Fábrica de charutos, 1938.
- j. Crianças na Fábrica de Charutos Dannemann. São Félix-Ba. Década de 1930.
- k. Casa da Professora Zezinha no horário de saída das crianças. Cidade Muritiba - Década de 1930.
- l. Alunos plantando na da Primavera - 21 de setembro de 1940. Cachoeira- Ba.
- m. Desfile cívico de 7 de setembro de 1930 na cidade de Cachoeira.
- n. Participação da Escola Sagrado Coração no desfile Cívico de 02 de Julho, na década de 1940, na cidade de São Félix.

5 Banco de dados das Fichas Funcionais Dannemann

- a. Ficha de Registro Funcional da Cigarreira Elsa Motta, 14 anos - Admissão ano de 1938.
- b. Ficha de Registro Funcional do Preseiro, de 13 anos, Osvaldo da Silva- Admissão ano de 1938.

6 Banco de dados das Fichas Funcionais Suerdieck

- a. Ficha de Registro Funcional da Charuteira, de 14 anos, Regina Machado – Admissão ano de 1936.
- b. Ficha de Registro Funcional de Luiz Gonzaga Moraes, 13 anos - Admissão ano de 1939.
- c. Ficha de Registro Funcional de Roque Queiroz - Demitido no ano de 1940.
- d. Ficha de Registro Funcional da Charuteira Anita Noures do Nascimento -12 ou 15 anos? Nascida em [1921/1924?]
- e. Ficha de Registro Funcional da Charuteira Antonieta Dias [13 ou 16 anos?] Nascida em 1920 ou 1923? Figura 10 – Ficha de Registro.
- f. Ficha de Registro Funcional da Charuteira Helenita Pereira de Alencar- 12 ou 14 anos? Nascida em [1920 ou 1922?]

7 Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia

- a. Mapa do Recôncavo, 1970. Cidades do Recôncavo da Bahia.
- b. Movimentação Cívica no Porto de Cachoeira, em 1936.
- c. Trabalho das mulheres sob a supervisão do mestre. Fábrica de charutos, 1938.
- d. Trabalho feminino realizado “sentado na banca”. Década de 1930.
- e. Visita do Presidente Getúlio Vargas à Companhia de Charutos Dannemann, nas cidades de São Félix. 1933.
- f. Visita de Getúlio Vargas. São Félix – 1933. Dia festivo na Fábrica Dannemann.

- g. Visita de Getúlio Vargas no interior da Fábrica Dannemann. São Félix- Ba -1933.
- h. Boletim da Inspectoria escolar na aula da professora Alda de M. Silva.
- i. Boletim da Inspectoria escolar na aula da professora Ligia da Silva Freire.
- j. Boletim da Inspectoria escolar na aula da professora Rosentina Fraga e Almeida.
- k. Desfile da primavera com ênfase no patriotismo. São Félix- Ba, 1946.

8 O Correio de São Félix, Ano IX, nº 100, de 13/08/1942.

- a. Matéria de Jornal sobre “Um Posto de Puericultura instalado na Cidade de São Félix”.

9 Acervo pessoal de D. Caboclinha.

- a. Quintal da casa da professora Glorinha.

10 Jornal a Vanguarda, 23/08/1935, nº 12, Ano IV, p. 03.

- a. Aniversário da professora Maria José.

REFERÊNCIAS:

A ESCOLA E OS EDUCADORES. **A Vanguarda**, 09/04/ 1926. Nº 39. Ano II, p. 08.

AGUIAR, M. P. de. **Ensaio de História Econômica**. Salvador: Progresso, 1960.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889)**. São Paulo/ Brasília: Educ/ Inep/ MEC, 1989.

ALVES, Landulpho. – Relatório apresentado ao excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas, pelo Interventor do Estado da Bahia Landulpho Alves. **Atividade da Administração Pública no Biênio 1938-1939**. Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador- Ba. 57 p. 1939 (Arquivo Público do Estado da Bahia).

ANIVERSÁRIO DA PROF^a. D. MARIA JOSÉ FERNANDES DA SILVA. **A Vanguarda**, 17/08/1935, nº 11, Ano IV, p. 01.

ARAÚJO, Marta Maria de. Tempo de balanço; a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, São Paulo: Autores associados. Jan/jul, 2003.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Família e da Criança**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

AZEVEDO, Fernando de. **Novos caminhos e novos fins**. 3. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1958.

_____. **A cultura brasileira**. Rio de Janeiro/Brasília: UFRJ/UNB, 1996.

AZEVEDO, E. P. **População da Bahia**. Nº 1 (set. /dez.1968). Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1968, p. 3-14.

AZEVEDO. T. de. **Problemas sociais da exploração do Petróleo no Recôncavo da Bahia**. Imprensa Oficial da Bahia, 1960.

BAHIA **Constituição do Estado da Bahia**. 1935. Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB).

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. 1947. Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB).

BARBOSA, Ivone Garcia. Das políticas contraditórias de flexibilizações e de centralização: reflexões sobre a história e as políticas da educação infantil em Goiás. In: **Interação**. Revista da Faculdade, UFG, vol. 33, nº 2, jul/dez. 2008. (p. 379 - 393).

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. X tomo IV, 1882.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Jó, 1977.

BARROS, José d'A. **O projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: vozes 2005.

BECCHI, D'Égle; JULIA, Dominique. **História da Infância no Ocidente**. Paris, 1998. 2v.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) **Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição**. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, 261 p.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1834. Presidência da República – Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao24.htm. Acesso em 22 de julho de 2013.

BRASIL. Lei de nº 2040, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. **Senado Federal Secretaria de Informação Legislativa**. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DefaultDocument> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

BRASIL. **LEI Nº 1.846, de 14 de agosto de 1925**. Reforma a Instrução Pública do Estado.

BRUYNE, Paul de (org.) **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1991.

CABOCLINHA MARIA DE JESUS. Dona de Casa. 87 anos. Entrevista concedida a pesquisadora Elizabete Pereira Barbosa. Maragogipe – Bahia, em 16 /09/ 2014.

CAR. **Recôncavo Sul: perfil regional; programa de desenvolvimento regional sustentável**. PDRS; Salvador, 1999.

CASTRO, Anfilófilo de. Muritiba. **Sua história e seus fados 1559 – 1941**. Digressões – Notas à Bahia: Tipografia Naval, 1941.104p.

CEI. **Centro de Estatística e Informação**. S.L. 1940.

CELLARD, A. Laperrède. A análise documental. In: POUPART, J. et.all. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista. In: **História das Crianças no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2007.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSTA PINTO, Luis Aguiar (1959). Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, M de A. (org.) **Recôncavo da Bahia**; Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, 261 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: Gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F. e NEVES, L. M. W. (Orgs.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

CURSO PARTICULAR. O CORREIO DE SÃO FÉLIX, s/n, 08 de agosto de 1933.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. V. III: Século XX, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1996.

DAHLERUP, Drude. Conceptos confusos. Realidad confusa: uma discusión teórica sobre el Estado patriarcal. In: SASSOON, Anne (Org.). **Las mujeres y el Estado**. Madrid: Vindicación Feminista, 1987, pp. 111-150.

DANTAS, Pedro J. Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração. **A Vanguarda**, 20/02/1928, nº 02, Ano III, p. 06.

_____. No Combate ao Analfabetismo: nosso manifesto. **O Correio de São Félix**, nº 67, ANO IX, de 02 de agosto de 1942.

_____. Higiene no lar e na escola. **O Correio de São Félix**, n. 45, p. 19. 1942.

_____. Escola de Caatinga Seca. **O Correio de São Félix**, Ano X, nº 70, de 28/05/1943, p. 25.

DECRETO Nº 95. **O Correio de São Félix**, nº 66, Ano IX, de 11 de agosto de 1942. DEL

PRIORI, Mary. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

DELGADO, Ana C. Coll; MULLER, F. Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, pp.15-24, Jan/Jun 2006.

Disponível em: <http://cedic.iec.uminho.pt/Textosde_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf>
Acesso em ago. de 2010.

DESTACÁVEL, BONITA E GENEROSA PROFESSORA COM GARANTIA DE BONS

SERVIÇOS E PREÇOS A COMBINAR. JORNAL. **A Defesa**, s/n; s/d de 1932.

DICK, Sara Martha. **Políticas públicas para a escola primária na Bahia expansão na**

gestão Anísio Teixeira – 1947 a 1951. Anais da Reunião Brasileira de História da educação. Cuiabá, 2013.

ESCOLA DE CAATINGA SECA. **O Correio de São Félix**, Ano X, nº 98, de 12/11/1943, p. 02.

ESCOLA DE MATATAÚBA: Em torno ainda de suas recentes instalações. **O Correio de São Félix**, Ano IX, nº 64, de 19/07/1942, p. 20.

ESCOLA NO SINDICATO DOS TRABALHADÔRES DA INDÚSTRIA DO FUMO. **O Correio de São Félix**, nº 66, Ano IX, de 11 de agosto de 1942.

FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** 2ªed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1986.

FOI NOMEADO PROFESSOR PARA O PRÉDIO ESCOLAR DE SÃO FÉLIX. **O Correio de São Félix**, n. 45, p. 34. 1942.

FOTOGRAFIA. ANIVERSÁRIO DA PROFESSORA MARIA JOSÉ. **A Vanguarda**, 23/08/1935, nº 12, Ano IV, p. 03.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

FREITAS, Marco Cesar de. Educação Brasileira: Dilemas Republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria H. e BASTOS, Camara.(orgs.) **História e memória da educação no Brasil, vol. III: século XX.** Petrópolis, 2005.

FREITAS, Marco Cesar de; BICCAS, Maurilane de S. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo. Cortez, 2009.

GALIZA FILHO, A. A Escola. **O Correio de São Félix**, Ano IX, nº 98, de 02/08/1942, p. 24.

GINZBURG, Carlo. et al. **A micro – história e outros ensaios.** Lisboa: DIFEL, 1989.

GÓES, José Roberto de. FLORENTINO, Manolo. Criança escrava, criança dos escravos. In: **História das Crianças no Brasil.** São Paulo. Contexto, 2007.p. 177-191.

GONDRA, J. G. Medicina, higiene, e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, GULLAR, Ferreira. **Toda poesia de Ferreira Gullar.** São Paulo: J. Olimpio Editora, 2000, 511 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, 2000.

_____. **História, Infância e escolarização.** Rio de Janeiro: Sete letras, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no**

Brasil. Belo Horizonte, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 1990.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Era dos extremos.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HEYWOOD, Colin. **A history of childhood.** Cambridge: Polity Press, 2002. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil.1920. Rio de Janeiro, v. 53, 1920.

IBGE. **Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro. 2000.

IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Bahia VIII Recenseamento Geral, 1970,** Rio de Janeiro. 1980. p.14-15.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940).** São Paulo: Loyola, 1986.

KUHLMANN Jr, M. O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, C. (org.) **Educação da infância brasileira, 1875-1983.** 2001, p.3-30.

LAPA. J. R. A. **Economia Colonial.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973. p. 160-163. Lei Orgânica do Ensino Primário em 1942, que foi regulamentada em 1945.

LIMA, Nair Souza. Depoimento. [Fevereiro. 2012]. Entrevistadora: Elizabete Pereira Barbosa. Cruz das Almas. Bahia: 2012. Entrevista concedida para a TESE : A fábrica, a casa e a escola: as políticas de educação para a infância no Recôncavo fumageiro da Bahia de 1925 a 1946.

LOMBARDI, José. Claudinei. Historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOPES, Eliana. **A educação da mulher: a feminização do magistério.** Teoria e Educação. Porto Alegre, nº 4, 1991, p. 22-40.

_____. Historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.) **Fontes, história e Historiografia da Educação.** São paulo: Autores Associados, 2004.

_____. Notas sobre a educação da infância numa perspectiva Marxista. In: MARSIGLIA, Ana Carolina G.(Org) **Infância e Pedagogia Histórico-Crítica.** Campinas, Autores, 2013, p. 07-16.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUFT, Pedro Celso, **Minidicionário Luft.** 20. Ed.São Paulo, Ática, 2001.

LUZ, José Augusto Ramos. **Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino**

primário (1924-1928).2009. 173p. Tese de doutorado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2009. Salvador Bahia.

MAGALHÃES, Turibio. Edital de Ensino público **O Correio de São Félix**, nº 64, Ano IX, de 19 de Julho de 1942.

_____. A visita do prefeito Dr. Júlio Ramos de Almeida a Outeiro Redondo. Inauguração de uma escola e de mais obras. **O Correio de São Félix**, Ano X, nº 66, de 28/05/1943, p. 23.

MAGALHÃES, Justino. **Um contributo para a história no processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime**. Educação, Sociedade e Culturas, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 5, p. 7 – 34, 1996.

MAGALHÃES, Justino. **Breve apontamento para a história das instituições educativas**. In: SANFELICE, José Luís, SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José (Org). História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas: Autores Associados, 1999.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 65, nº 150, p. 407-425, maio-ago. 1984.

MATTOSO, Kátia. De Q. **Os escravos na Bahia, no alvorecer do século XIX**. Estudo de um grupo social. Revista de História. São Paulo, 1974, p. 109-115.

_____. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. **Família e Sociedade na Bahia do Século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. O filho da escrava. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991, p. 51-81.

_____. Bahia século XIX. In: **Uma província do Império**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992, p. 51-81.

MAXIMINIANA SILVA DOS PASSOS. Entrevista concedida à pesquisadora Elizabete Pereira Barbosa. Muritiba – Bahia, em 14 de Agosto de 2014.

MELLO, Thiago de. **Vento Geral, 1951 – 1981**: doze livros de poemas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 198p.

MESTRA PROFESSORA MARIA JARDELINA. **O Correio de São Félix**, s/n, 10 de junho de 1933.

MILLS, W. C. **A imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAYO, Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTT, Maria Lúcia; NEVES, Maria de Fátima R. A escravidão e a criança negra. In: **Negros Brasileiros: Ciência Hoje**, vol. 08, nº 48. Brasília: CNPQ, Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORI, Mary. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2007.

NA SEÁRA DA INSTRUÇÃO. **O Correio de São Félix**, nº 72, ANO XII, de 20 de fevereiro de 1945.

LIMA, Nair Souza. Charuteira. Entrevista concedida à pesquisadora Elizabete Pereira Barbosa. Muritiba – Bahia, em 20 de Fevereiro de 2012.

NOGUEIRA da SILVA, Marilene Rosa. **Negro na Rua**: a nova face da escravidão. São Paulo, Brasília: HUIITEC/CNPQ, 1988, p. 112.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido**: Classe e identidade de Classe. São Paulo. Brasiliense, 1987.

PASSOS, Maximiniana Silva. Depoimento. [Agosto/setembro. 2014]. Entrevistadora: Elizabete Pereira Barbosa. Muritiba. Bahia: 2014. Entrevista concedida para a TESE: A fábrica, a casa e a escola: as políticas de educação para a infância no Recôncavo fumageiro da Bahia de 1925 a 1946.

PEDRÃO, F. C. **As raízes da pobreza na Bahia**. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1984. São Paulo. ABPHE.

_____. O Recôncavo baiano na origem da indústria de transformação do Brasil. In: **I Congresso de Pesquisadores em historia econômica**, 1993. São Paulo. ABPHE.

_____. Novos rumos, novas personagens. In: BRANDÃO, M. de A. (Org.) **Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição**, Salvador. (ALB/UFBA) 1997.

PEREIRA, Luis C. Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930 -1967**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

PETITAT, André. **Produção da Escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p.121.

PIMENTA, J. ; SZMERCANYI: Bahia. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Companhia de Ação Regional (CAR). In: **Relatório para Avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Bahia do Rio Paraguaçu no período de 1977/85**. Salvador, 1996.

PINHO, W. J. **História de um engenho no Recôncavo**. Rio de Janeiro, 1944. proficiente professora antonieta de barros e silva. O Correio de São Félix, s/n, 20 de julho de 1938.

RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: **Del. Priore, M. História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, 580p.

REDIN, M. M; MÜLLER, F. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In. REDIN. **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: mediação, 2007, p.11-23.

RELATÓRIO apresentado ao excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas, pelo Interventor Landulpho Alves. **Atividade da Administração Pública no Biênio 1938-1939**. Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador. Imprensa Oficial do Estado, 1939. 57 p.

RENAUT, Alain. **A Libertação das crianças: A era da criança Cidadã. Contribuição Filosófica para uma História da Infância**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002, p. 347.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854. **Reforma de Couto Ferraz** Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1854. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>> Acesso em: 20 de agosto de 2012.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº17. 943 de 12 de outubro de 1927. (CÓDIGO MELLO MATTOS) Consolida as leis de assistência e protecção a menores. **Coleção de Leis do Brasil -31/12/1927**, Página 476 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

RIZZINI Irene, Francisco Pilotti (Orgs.). **A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo : Cortez, 2009.

RIZZINI, I. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2007.

_____. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3ªed. São Paulo. Cortez, 2011.

ROCHA, F. F. **Geografia da Bahia**. [s.l.: s.n], 1968. ROSEMBERG, Fúlvia. **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O estado dos dados para avaliar políticas de Educação Infantil**. In: **Estudos em avaliação educacional**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, v.1, nº 20, p. 05- 57, jul/dez, 2000.

_____. **Política de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento**. Cadernos de pesquisa, São Paulo, nº 115, 2002.

SALVADOR. **Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia 1925**.

SAFFIOTI, Heleith. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro. Achiamé Ltda, 1984.

SARMENTO, Manuel J. VASCONCELLOS, Vera M. R.. **Infância (In) visível**. São Paulo.

Editora Junqueira e Marin, 2007.

_____. **Sociologia da Infância**: correntes e confluências. IEC/ Universidade do Minho, 2008. Braga.

_____. **A cultura da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade**. Instituto de estudos das crianças – Universidade do Minho, 2002. Disponível em: <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf> Acesso em set. de 2010.

_____. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da Infância. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, nº 91, p. 361 – 378 Maio / Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/rev>> Acessado em: 25 de setembro de 2011.

SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em História da Educação. In: GATTI JUNIOR, D. ; INÁCIO FILHO, G. (Orgs.) **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2005, p. 7-31.

_____. **Educação Brasileira Estrutura e Sistema**. 9. ed. Campinas, Autores Associados, 2005.

_____. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo, Livros do Tatu. Cortez, 1991.

_____. **História das idéias pedagógica no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010.

SAVIANI et. all. (Orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador, 2002, v.16.

SERPA, Luis F. Perspectivas de Estudos em História da Educação: Identificando o campo. In: XV Encontro de Pesquisa Educacional Norte Nordeste, 2001. São Luis, Maranhão. **Anais do XV EPENN**, vol. Único São Luís: Ma: UFMA. Junho, 2001. CD-rom.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **A Formação da Classe Operária: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres**: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano. Universidade Federal da Bahia. 2011, 252 fl.

Tese. Doutorado em Programa de Pós-graduação em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo- PPGNEIM-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador-Ba. Março-2011.

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica. 1998.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (Orgs). **Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro**: Lei de 1827; Reforma Couto Ferraz-1854; Reforma Leôncio de Carvalho- 1879. Pelotas, Seiva, 2005.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 11ª Ed. São Paulo UNESP. 2001.

TEIXEIRA, Anísio. **Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 07 de abril de 1925.

TEIXEIRA, Anísio. **Relatório do Diretor de Instrução Pública, quadriênio 1924-1928**.

_____. **Relatório** apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1928. 123p.

_____. **Relatório-quatriênio de 1924 a 1928**. Salvador: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1928 b. (Relatório Administrativo)

_____. **Relatório Administrativo**. Educação, saúde e assistência no Estado da Bahia em 1948. Salvador, 1949.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. De Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

UM POSTO DE PUERICULTURA INSTALADO NESTA CIDADE. **O Correio de São Félix**, Ano IX, nº 100, de 13/08/1942, p. 21

VIANA FILHO, Luis. **O negro na Bahia**: um ensaio clássico sobre a escravidão. 4ª Ed. Salvador: EDUFBA: Fundação Gregório de Mattos, 2008.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da História**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. São Paulo: Autores Associados. 2005.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. A formação do profissional da educação infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. In: **Proposições** – Vol. 10, nº 01, p. 28 – 39, março de 1999.

VILHENA, L. dos P. **A Bahia no século XVIII**. V. 2, Salvador-Bahia. Itapuã. 1969.

ANEXOS

ANEXO A – FÁBRICA SUERDIECK ,MARAGOGIPE-1937

